UNIÃO EDUCACIONAL DE CASCAVEL - UNIVEL
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DE CASCAVEL

ANAIS DA XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL

XII JORNADA CIENTÍFICA
“EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E PÓS-MODERNIDADE”
28 e 29 de outubro de 2015 – UNIVEL – CPE – Cascavel-PR

FICHA CATALOGRÁFICA

J828a

Jornada Científica da Univel (12.: 2014: Cascavel, PR)
Anais da XII Jornada Científica da Univel, 28 e 29 de outubro de 2014, Cascavel, PR [recurso eletrônico]: educação, tecnologia e pós-modernidade / comissão organizadora Elaine Aparecida Wilges Kronbauer... [et al.].-- Cascavel: Univel, 2015.

1 CD-ROM.

ISBN 978-85-98534-15-2

1. União Educacional de Cascavel – Congressos. 2. Educação. I. Título

CDD 370

Ficha catalográfica elaborada por Tatiana Demichei Imperatori – CRB9/1566

UNIÃO EDUCACIONAL DE CASCAVEL - UNIVEL
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DE CASCAVEL
AVENIDA TITO MUFFATO, 2317 BAIRRO SANTA CRUZ - CASCAVÉL, PARANÁ
CEP: 85.806-080 / TELEFONE: (45) 3036-3660 / www.univel.br

COORDENAÇÃO DO CENTRO DE PESQUISA E EXTENSÃO

Renato Silva
Diretor Presidente

Viviane da Silva
Diretora Geral

Vera Lúcia Paulin
Coordenadora Pedagógica

COMISSÃO ORGANIZADORA

Profª Ms. Elaine Aparecida Wilges Kronbauer
Profª Esp.Danielle Mayumi Sato
Prof. Ms. Rodrigo Cardoso
Coord. Pedagógica Vera Lúcia Paulin

COMISSÃO CIENTÍFICA

Profª Elaine Aparecida Wilges Kronbauer
Profª Danielle Mayumi Sato
Profª Dª. Cátia Rejane Liczbinski Sarreta
Profª. Jaqueline Pinto Martins
Profª. Kátia Salomão
Profª. Ligia Karina Meneguetti
Prof. Márcio Rodrigues da Fonseca
Prof. Nilson Dias
Profª. Solange Rosa
Profª. Thais Damaris
Profª. Vania Beloni

PROGRAMAÇÃO DA XIII JORNADA CIENTÍFICA

28/10

PERÍODO NOTURNO

8h30 às 19:15h - Credenciamento no Auditório

19h às 19h30 - Abertura no Auditório

19h30 às 20h – Apresentação Cultural – Grupo Folclórico Ucraniano Sonhachnek

20h às 20h50 – Palestra I: Desafios da Educação na Pós-modernidade – Palestrante AlessandroZenni

21h às 22h00 – Palestra II: Educação e Tecnologia: um diálogo possível – Palestrante Beatriz Dal Molin

*Atividades Realizadas no Auditório da UNIVEL

29/10

PERÍODO NORTURNO

19h às 20h30 – Exposição de Painéis – Acadêmicos e demais participantes

20:45h às 22h45 – Apresentação dos artigos - Acadêmicos e demais participantes

*Atividades Realizadas no Auditório da UNIVEL

SUMÁRIO

EDITORIAL **9**

ARTIGOS ADMINISTRAÇÃO **10**

ANÁLISE DA PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE SOJA NA FAZENDA AGROTORO S.A. SITUADA NO PARAGUAI 11

ANÁLISE DA VIABILIDADE FINANCEIRA DE IMPLANTAÇÃO DE UMA FILIAL DA LOJA DIVINO CAMARIM NA CIDADE DE GUARANIAÇU – PR 24

MARKETING DE RELACIONAMENTO E SUA INFLUÊNCIA PARA FIDELIZAÇÃO DE CLIENTES EM UMA LOJA DE COSMÉTICOS 35

ARTIGOS CIÊNCIAS CONTÁBEIS **59**

FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO: AQUISIÇÃO OU CONSTRUÇÃO DE IMÓVEL NOVO, QUAL FORMA É MAIS VIÁVEL? 60

ARTIGOS DIREITO **68**

A CRIAÇÃO JUDICIAL DO DIREITO, A JUDICIALIZAÇÃO E O ATIVISMO JUDICIAL: UM PARALELO DENTRO DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA 69

ANÁLISE DA COMPETÊNCIA DO CONANDA PARA EDIÇÃO DA RESOLUÇÃO 163 SOBRE PUBLICIDADE INFANTIL NO BRASIL 81

DIREITO E DEMOCRACIA: A TENSÃO DAS DIFICULDADES CONTRAMAJORITÁRIAS 94

EFEITO SOCIAL DA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO 106

INCONSTITUCIONALIDADE DOS BENEFÍCIOS FISCAIS CONCEDIDOS À REVELIA DO CONFAZ 116

INFANTICÍDIO INDÍGENA: CULTURA OU CRIME? 128

O SEGURADO ESPECIAL E A REDUÇÃO DO ÊXODO RURAL NO BRASIL 140

O SUPERENDIVIDAMENTO DO CONSUMIDOR E CONSIDERAÇÕES ACERCA DO ANTEPROJETO DE LEI 283/2012 148

ARTIGOS GESTÃO AMBIENTAL **161**

ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTES URBANAS: UM ESTUDO DA SUA APLICAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL.....162

ARTIGOS TECNOLOGIA EM LOGÍSTICA 174

ANÁLISE DE IMPLANTAÇÃO DO PLANEJAMENTO E CONTROLE DE PRODUÇÃO DA EMPRESA SATIARE ALIMENTOS 175

RESUMOS CIÊNCIAS CONTÁBEIS 182

A CONTABILIDADE PECUÁRIA APLICADA A ATIVIDADE LEITEIRA.....183

A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE NAS ORGANIZAÇÕES.....186

A MARCA NOS REGISTROS CONTÁBEIS 189

AUDITORIA CONTÁBIL 192

AUDITORIA CONTÁBIL 195

CONTABILIDADE AMBIENTAL 198

CONTABILIDADE PÚBLICA.....200

CUSTOS DE PRODUÇÃO DA AVICULTURA EM UMA PEQUENA PROPRIEDADE RURAL NO DISTRITO DE SÃO JOÃO DO OESTE 202

FLUXO DE CAIXA 205

IMPORTÂNCIA DO FLUXO DE CAIXA.....208

IMPOSTO DE RENDA 211

INSS – INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL E PRINCIPAIS BENEFÍCIOS.....213

PROJETO FORMAÇÃO DE PROFESSORES: EDUCAÇÃO, FILOSOFIA E INCLUSÃO..216

TEORIA DAS RELAÇÕES HUMANAS 218

RESUMOS DIREITO.....221

A (IN) EFETIVIDADE DA LEI MARIA DA PENHA N 11.340/2006 PARA A PROTEÇAO DA MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO BRASIL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS ..222

A EFETIVAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À CULTURA COMO CAMINHO PARA A (DES) CONSTRUÇÃO DA (I) LÓGICA PUNITIVA 225

A INCOERÊNCIA DO CRIME DE LENOCÍNIO.....228

A RESPONSABILIDADE CIVIL DOS PROVEDORES DE INTERNET POR FALHAS NAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS NO BRASIL 231

APATRÍDAS: UMA VIOLAÇÃO A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.....234

AS MEDIDAS DE INCLUSÃO DE INDIVÍDUOS COM AUTISMO 236
CONSELHOS DA COMUNIDADE 239
DECISÃO JUDICIÁRIA 242
DIREITO DE VISITA E O PRINCÍPIO DA PERSONALIDADE PENAL 244
DIREITOS FUNDAMENTAIS A PACIENTES EM TRATAMENTO DO CÄNCER 246
DISPOSIÇÕES DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL E A REVISTA VEXATÓRIA NOS PRESÍDIOS BRASILEIROS 248
EXCLUSÃO SOCIAL E A BUSCA DE FELICIDADE 250
FATOR PREVIDENCIÁRIO E O PERÍODO BASE DE CÁLCULO NA APOSENTADORIA 253
IDENTIDADE DE GÊNERO E PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA 255
ISONOMIA MATERIAL NO ATENDIMENTO DE PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA MAIORIDADE PENAL NO BRASIL 258
MAIORIDADE PENAL NO BRASIL 261
MAUS TRATOS AOS ANIMAIS 264
O ÀLCOOL E O MEIO ACADÊMICO 266
O BODYMODIFICATION ENQUANTO ATO DE DISPOSIÇÃO DO CORPO E MANIFESTAÇÃO DA PERSONALIDADE E A INTERVENÇÃO DO ESTADO 269
O DIREITO DE ARREPENDIMENTO EM COMPRAS DE PROMOÇÃO RELÂMPAGO REALIZADAS DENTRO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS 273
PEDOFILIA NO CONTEXTO HISTÓRICO 276
PEDOFILIA 279
RESSOCIALIZAÇÃO PELA EDUCAÇÃO 282
TUTELA DOS CONTRATOS VIA INTERNET : ANÁLISES SOBRE O DECRETO LEI Nº 7.962/13 285

RESUMOS GESTÃO AMBIENTAL 288
EDUCAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL: ESTUDO DE CASO DOS ESTUDANTES DO COLÉGIO ESTADUAL HORÁCIO DOS REIS EM CASCAVEL - PR 289
RESÍDUOS ORIUNDOS DA PECUÁRIA LEITEIRA PARA A PRODUÇÃO DE BIOGÁS E BIOFERTILIZANTE: UM ESTUDO PARA A PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL 291

OUTRAS INSTITUIÇÕES 293
ALEGORIA DA CAVERNA 294

RESUMOS PEDAGOGIA 296
ARRANJOS ESPACIAIS: UM OLHAR VOLTADO AO BAIRRO FLORESTA DO MUNÍCIPIO DE CAFELÂNDIA NO OESTE DO PARANÁ 297
CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL REALIZADA NOS ULTIMOS DEZ ANOS NA CIDADE DE CÉU AZUL PARANÁ 300
DAS REDUÇÕES JESUÍTICAS A “REDUÇÃO” DOS POVOS INDÍGENAS DO PARANÁ.....303
DESVENDANDO A HISTÓRIA DE CURITIBA: A GRANDE CAPITAL PARANAENSE 305
ESTUDOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS PARA PRÁTICAS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NOS ANOS INCIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL 308
HISTÓRIA E MEMÓRIA DAS CIDADES DE ANTONINA E MORRETES 310
IGUALDADE RACIAL NA ESCOLA.....312
INVESTIGAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL REALIZADA NOS ÚLTIMOS 10 ANOS NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL- PARANÁ.....314
MUSEUS: RESGATE DO PATRIMONIO HISTÓRICO E CIENTÍFICO.....317
ONDE CASCAVEL COMEÇOU: RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA E GEOGRÁFICA DO BAIRRO CASCAVEL VELHO 320
OS ARRANJOS ESPACIAIS DO DISTRITO NOSSA SENHORA DA PENHA- CORBÉLIA.....323
PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA: ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO.....326
REFLEXÃO SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DO BAIRRO A CERCA DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO UNIVEL.....328

EDITAL DA XIII JORNADA CIENTÍFICA 2015 331

EDITORIAL

A Jornada Científica é um evento realizado anualmente pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel – UNIVEL, organizado pelo Centro de Pesquisa e Extensão (CPE) e aberto a toda comunidade acadêmica. O intuito do evento é oferecer aos estudantes e seus orientadores a oportunidade de discutir temas relevantes para a construção do conhecimento e apresentar seus trabalhos das diferentes áreas de para a comunidade científica interna e externa.

Nestes anais o CPE apresenta os resultados dos trabalhos desenvolvidos pelos estudantes e seus orientadores na **XII Jornada Científica da Univel**, cujo o tema é: **“Educação, tecnologia e pós-modernidade”**. Entendemos que a publicação dos anais amplia a divulgação dos trabalhos realizados, incentiva novos pesquisadores fortalece a continuação das atividades de pesquisa de iniciação científica dos estudantes e aumenta a interação entre a comunidade interna e externa, funcionando como um motivador na produção do conhecimento.

XII JORNADA CIENTÍFICA
"EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E PÓS-MODERNIDADE"

ARTIGOS

ADMINISTRAÇÃO

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3653 - Fax: (45) 3036-3638
www.univel.br

ANÁLISE DA PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE SOJA NA FAZENDA AGROTORO S.A. SITUADA NO PARAGUAI.

Stefani Marchi[1], Lucio Scheuer[2]

Escrito para apresentação na XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Educação, tecnologia e pós-modernidade"
28 e 29 de outubro de 2014 – UNIVEL – CPE – Cascavel-PR
ISBN 978-85-98534-11-4

RESUMO: Por se tratar de um cereal que bate recordes históricos e numéricos, a soja instiga muitos pesquisadores não só no meio agrícola, mas também no meio científico, onde elaboram estudos para analisar o aumento significativo da produção e exportação desse grão a nível mundial. A nível local, especificamente na fazenda Agrotoro S.A., situada no Paraguai, um estudo de caso evidenciou quais os principais fatores responsáveis pelo aumento da produtividade e exportação de soja, através da análise do impacto de novas tecnologias, como por exemplo a agricultura de precisão, os maiores produtores desta *commoditie* e os principais compradores. Por meio de uma entrevista com o engenheiro agrônomo da fazenda, foram coletadas as principais informações necessárias para a conclusão deste artigo, como quantidade produzida e exportada e a influência da agricultura de precisão. Pode-se observar que a interferência do clima prejudicou a produtividade da safra, mas que analisando as áreas com e sem agricultura de precisão, a produtividade é maior nas áreas com essa tecnologia e que mesmo com o alto valor investido, e por ser ainda a primeira safra que está sendo utilizada, o investimento compensa. Em relação a exportação, observou-se que apesar de o Paraguai não ter saída para o mar, conseguiu se sobressair, com ajuda do projeto do porto uruguaio e pelos rios Paraná e Paraguai e atualmente exporta cerca de 95% da sua *commoditie* pelo modal fluvial. Isso explica o investimento na infraestrutura portuária, que pretende aumentar a sua capacidade de armazenamento.

PALAVRAS-CHAVE: Soja. Produção. Produtividade. Agricultura de Precisão. Exportação.

1. INTRODUÇÃO

A produção e exportação de soja obtiveram um aumento significativo nas

[1] Acadêmica do Curso de Administração da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[2] ORIENTADOR: Professor Mestre em Engenharia da Produção pela UFSC.

últimas safras, onde a soja é produzida e exportada em larga escala por seus principais produtores por se tratar de uma *commoditie* utilizada como matéria prima para a produção de ração e óleo de soja para a alimentação mundial. Pode-se dizer que os principais produtores são considerados o celeiro do mundo.

Segundo o USDA (2014), de acordo com dados da safra 2012/13, os Estados Unidos é o maior produtor e exportador mundial da *commoditie*, seguido pelo Brasil nos dois quesitos. O Paraguai, apesar de possuir uma área bem menor que os dois primeiros colocados, o equivalente a 4,8% do território brasileiro, se encontra em sexto lugar no ranking mundial dos produtores de soja e é o quarto maior exportador do grão.

Conforme dados do site da CAPECO(2014), em 2012 a exportação da soja paraguaia obteve um total de 2.971.039 toneladas, sendo 199.116 mil toneladas pelo modal terrestre e 2.771.923 pelo modal fluvial. Em 2013 foram exportadas 4.932.448 toneladas do grão, sendo 278.684 toneladas pelo modal terrestre e 4.653.764 toneladas pelo modal fluvial.

O motivo da exportação ser maior pelo modal fluvial se deve pelo fato de que tanto o rio Paraná que faz a divisa do território brasileiro e paraguaio quanto o rio Paraguai que corta o país de Norte a Sul possuem um canal que permite que as barcaças transitem facilmente até mesmo em períodos de estiagem e desçam até a Argentina ou Uruguai para carregarem os navios.

A temática deste artigo se dá em torno de um estudo de caso, de como e por que a produção e exportação da soja vêm aumentando nos últimos anos, partindo do ponto que, conforme o *Union State Department of Agriculture* (USDA), na safra 2012/13 a produção mundial de soja foi de 267,9 milhões de toneladas e uma área plantada de 108 milhões de hectares.Para uma melhor compreensão da *commoditie* soja, foi elaborado um estudo de caso da produção e exportação da soja, na fazenda Agrotoro S.A., situada no Paraguai a partir da comparação de dados da safra 2012/13 com a 2013/14.

Por se tratar de um cereal que bate recordes históricos e numéricos, a soja instiga muitos pesquisadores não só no meio agrícola, mas também no meio científico, onde elaboram estudos para analisar o aumento significativo da produção e exportação desse grão a nível mundial. Com isso, surge o seguinte questionamento: Quais os principais fatores responsáveis pelo aumento da produtividade e exportação da soja na fazenda Agrotoro S.A. na safra 2013/14?

Para encontrar a resposta deste questionamento, foram elaborados alguns objetivos, sendo o principal a análise da produtividade e exportação da soja na fazenda Agrotoro S.A. na safra 2013/14, baseada na safra 2012/13. E os específicos que foram a verificação do aumento na exportação desse cereal e quais os principais compradores da safra 2013/14; e análise do impacto das novas tecnologias a partir da implantação da agricultura de precisão para o aumento da produtividade na fazenda Agrotoro S.A.

Para a empresa, no caso a Fazenda Agrotoro S.A., o estudo se mostra importante pelo fato de mostrar no papel as melhorias que estão acontecendo no dia a dia da produção e exportação da soja, devido principalmente, a implantação da agricultura de precisão.

2 DESENVOLVIMENTO

Este referencial abordará os principais assuntos referentes ao tema deste artigo, como a origem da soja, mercado da *commoditie* no Paraguai, PIB, exportação, logística e infraestrutura do Paraguai e a agricultura de precisão.

2.1 Soja: sua origem e características

A soja cultivada hoje em dia é muito distinta dos seus ancestrais, pois conforme o site da EMBRAPA (2014) eram plantas rasteiras que se expandiam na costa leste da Ásia, em especial ao longo do rio Yangtzé, na China. Sua transformação iniciou com o surgimento de plantas originárias de cruzamentos naturais entre duas variedades de soja selvagem que foram estudadas e melhoradas pelos cientistas da antiga China.

As primeiras experiências de produção de soja na Europa foram frustradas, o que de acordo com o site da EMBRAPA (2014), aconteceu naturalmente devido a fatores climáticos e a falta de conhecimento sobre a cultura e suas especificidades. A expansão do seu cultivo ocorreu através dos norte-americanos que, entre o fim do século XIX e início do século XX lograram êxito ao desenvolver o cultivo comercial da soja, elaborando novas variedades com um teor de óleo mais elevado.

2.2 Mercado de futuros

Para conceito de mercados, aborda-se sua forma ampla: "toda a instituição social na qual bens e serviços, assim como os fatores produtivos, são trocados

livremente" (ARAÚJO, 2013, p.133, apud TROSTER e MOCHÓN, 1994). Conforme Araújo (2013) mercado não se refere somente a um espaço físico, mas onde compradores e vendedores de um bem ou serviço entram em comunicação para comercializá-los.

Conforme Batalha (2008), em contratos que descrevem alguns termos para conclusão futura, existe um de notável importância para a comercialização de mercadorias agroindustriais: o mercado de futuros, onde “somente commodities são objeto de contratos de futuros, sendo a quantidade comercializada necessariamente um múltiplo inteiro de um lote-padrão. (BATALHA, 2008, p.73).

2.2.1 Mercado da soja no Paraguai

Segundo dados do site da CAPECO (2014), o Paraguai é o terceiro maior produtor de soja da América do Sul, atrás apenas do Brasil e Argentina. Seus principais mercados da soja nacional, em grãos, são a Europa, responsável por 39%, Rússia com 17% e México com 10%. Turquia, Brasil, Israel, Porto Rico, Costa Rica, Emirados Árabes, Bangladesh e Coréia do Sul correspondem a 29%. Os 5% restantes estão entre Malásia, Japão, Arábia Saudita, Colômbia, Peru, Indonésia, Panamá, Vietnã, Taiwan, Egito, Guatemala, Tailândia, Filipinas e Uruguai.

2.3.Produto Interno Bruto do Paraguai e o Agronegócio

"O Produto Interno Bruto, PIB, é o valor monetário de todos os bens e serviços finais produzidos em um país, em dado período de tempo." (KENNEDY, 2004, p. 12). De acordo com Kennedy (2004), o PIB mede tanto a produção dos habitantes do país como a produção dos estrangeiros, que é realizada dentro do espaço geográfico desse país e, por isso, demonstra claramente a atividade econômica interna dele. (KENNEDY, 2004).

Conforme publicação do Centro Empresarial Brasil-Paraguay (BRASPAR, 2014), a partir de dados provisórios do Banco Central do Paraguai, o Produto Interno Bruto (PIB) guarani, puxado pelo agronegócio, liderou o crescimento econômico do continente americano, sendo um dos maiores do mundo em 2013.

Segundo o *Ministerio de Agricultura y Ganadería* (MAG, 2011), a partir de dados do Banco Central do Paraguai, em 2010, a agricultura era responsável por 18% do PIB paraguaio.

Em 2013, segundo Bosco (2014) de 20% a 30% do PIB paraguaio era advindo da agricultura. Para 2014, o BRASPAR (2014) estima um aumento do PIB de 5,5% a 7,0%, motivado pela expansão do crédito, da construção e do aperfeiçoamento dos investimentos em novas fábricas, principalmente silos.

2.4.1 A exportação da soja no Paraguai

Em 2013, segundo dados do site da CAPECO (2014), o Paraguai plantou soja em uma área de 3.157.600 hectares, produzindo nela 8.202.190 toneladas, tendo uma produtividade de 2.598 quilos por hectare. Neste mesmo ano, o país guarani exportou 278.684 toneladas pelo modal terrestre e 4.653.764 toneladas pelo modal fluvial, ou seja, um total de 4.932.448 toneladas exportadas, o que representa aproximadamente 60,14% do que foi produzido naquele ano.

"A participação cada vez maior de um país no comércio mundial, significa um aumento nas oportunidades de desenvolvimento e crescimento da sua economia." (KEEDI, 2002, p.23).

2.5 Logística de transportes e a Infraestrutura do Paraguai

De acordo com Ludovico (2010), para que haja o transporte de mercadorias pelos modais, é necessário uma infraestrutura para seu desenvolvimento, pelo fato de que a logística como tal provoca mudanças de qualidade em toda a extensão de um país.

Segundo entrevista do ministro de Obras Públicas do Paraguai, Ramón Jimenez ao site Terra (2014), em 2014 o país irá investir 500 milhões de dólares na infraestrutura de rodovias e pontes. Esse investimento acontecerá pois o atraso da infraestrutura paraguaia é tão grande que coloca o país entre os 10 países mais atrasados no mundo.

2.5.1 Os modais utilizados pelo Paraguai para a exportação da soja

Conforme Keedi (2002), o transporte aquaviário é o mais importante, principalmente para o comércio internacional, onde é líder absoluto. O modal terrestre-rodoviário tem mais importância quando se trata de deslocamentos internos de um país.

Para Ludovico (2010), o transporte marítimo é o mais utilizado no comércio exterior, pois um dos benefícios que se tem é o de poder embarcar um grande volume de mercadorias, principalmente granéis sólidos ou líquidos e em economia de escala.

De acordo com Keedi (2002), o transporte terrestre-rodoviário pode ser realizado de forma nacional ou internacional, este com modais de pouca relevância, pois este transporte é mais utilizado para fornecer as mercadorias no mercado interno. Uma vantagem única, que o diferencia de todos os outros modais, é sua possibilidade de trafegar em qualquer via, ou seja, não se atém a um trajeto fixo, podendo se locomover por qualquer lugar, sendo bastante flexível. Uma desvantagem é apresentar um frete muito elevado em relação a certas mercadorias, sobretudo as de baixo valor agregado, como por exemplo agrícolas e fertilizantes e também perde oportunidades pelo fato de transportar pouca carga (KEEDI, 2002).

De acordo com publicação de Tortato (2004) sabe-se que o então governador do Paraná em 2004, Roberto Requião impediu o embarque de soja transgênica pelo porto de Paranaguá, o que fez com que o escoamento da safra paraguaia por terra chegasse a quase zero, resgatando assim a estrutura da hidrovia Paraná-Paraguai, que de acordo com a CAPECO (2014) atualmente é o principal modo de escoamento das safras.

O Paraguai, no ano de 2013, segundo a CAPECO (2014) exportou 94,35% da sua soja pelo modal fluvial e o restante, 5,65% pelo modal terrestre. Como se vê na Figura 1, pelos rios Paraguai e Paraná, as barcaças, que carregam uma carga equivalente a 50 caminhões, descem até portos da Argentina ou Uruguai para então carregar os navios e seguir para o destino final, e, por rodovias, cortam o Paraná até chegar ao porto de Paranaguá (CAPECO, 2014).

Figura 1: Portos de Embarque e Logística

Fonte:CAPECO 2014

Segundo Rodrigues (2013), o presidente do Uruguai, José Mujica, pretende ajudar o Paraguai e Bolívia a terem a tão sonhada saída para o mar, para que assim, tenham a possibilidade de melhorar o escoamento dos seus produtos. Para José Mujica, "integrar significa construir infraestrutura e oferecer com generosidade um porto que possa ser propriedade comum dos governos regionais." A ideia do mandatário uruguaio vai além: ele quer tornar o projeto do porto de águas profundas, no Estado de Rocha, um espaço para todos os países do Mercosul, como forma de integração regional. RODRIGUES (2013).

2.6 Agricultura de precisão

Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2013), há relatos de que a agricultura de precisão já é utilizada desde o início do século XX, mas o motivo para a sua implementação foi com o surgimento do GPS (Sistema de Posicionamento Global por satélites) por volta de 1990.

A agricultura de precisão, conforme a EMBRAPA (2014) "É um sistema de manejo integrado de informações e tecnologias fundamentados nos conceitos de variabilidades espacial e temporal de fatores que influenciam os rendimentos dos cultivos e a sustentabilidade de produção.”

A aplicação desses conceitos permite identificar as causas das variabilidades, de forma natural ou induzidas pelo homem, analisando seus efeitos na produtividade. Permite também a aplicação dos insumos em locais exatos, em quantidades variáveis e em tempos específicos. A agricultura de precisão ajuda

também a controlar para que os níveis de produtividade especificados sejam obtidos (EMBRAPA, 2014).

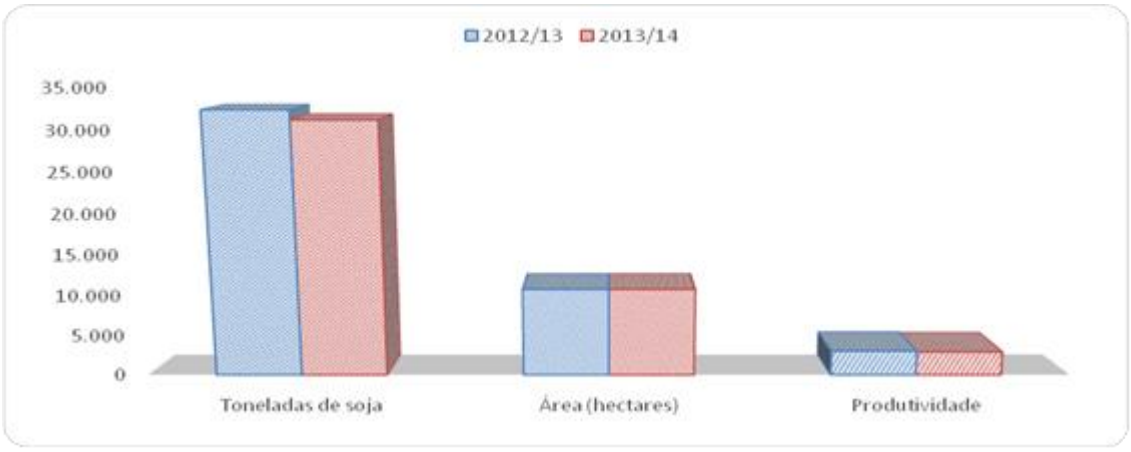
3 METODOLOGIA

Este trabalho se caracterizou como um estudo de caso, coletando dados numéricos, como quantidade produzida e exportada de soja, dados estes, informados pelos dirigentes da Fazenda Agrotoro S.A. e aplicados diretamente no trabalho, sem nenhuma alteração. Os dados foram coletados a partir de uma entrevista que foi realizada na Fazenda Agrotoro S.A., na segunda metade do mês de agosto, com o engenheiro agrônomo Nils Kaiser.

Após a coleta dos dados, foi feita uma análise e interpretação dos dados através de gráficos e tabelas. Para Lakatos e Marconi (2010,p.153) "é um método estatístico sistemático, de apresentar os dados em colunas verticais ou fileiras horizontais, que obedece à classificação dos objetos ou materiais da pesquisa."

4. RESULTADOS

Gráfico 1 - Produtividade da soja na safra 2013/14

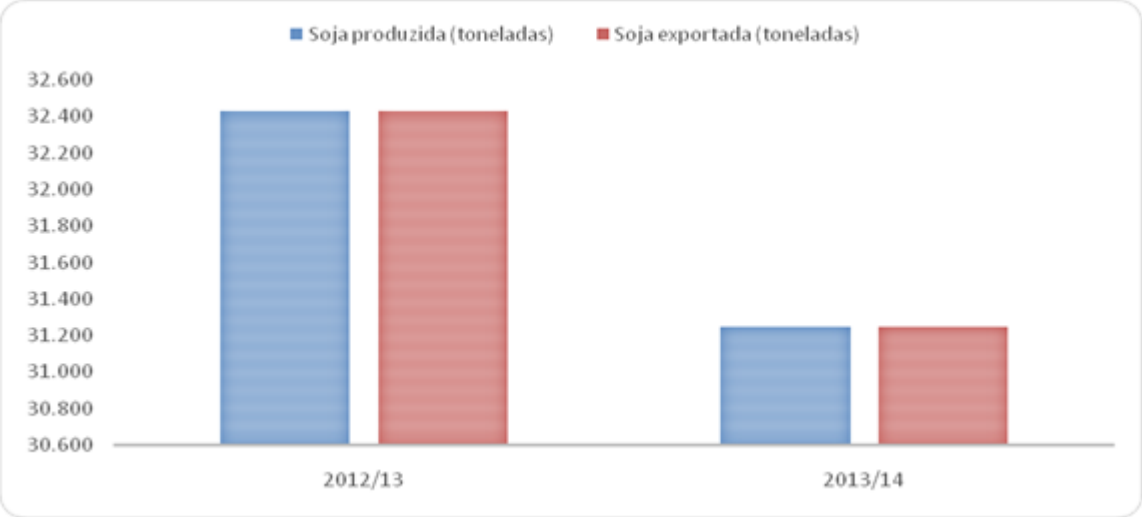


Fonte: Autora deste artigo. 2014.

De acordo com o gráfico acima, observa-se que na safra de 2012/13 a produção de soja foi de 32.433 toneladas em uma área de 10.755 hectares, resultando em uma produtividade de 3.016kg/ha. Já na safra de 2013/14 a produção de soja obteve um total de 31.252 toneladas na mesma área, resultando em uma produtividade de 2.906kg/ha.

Conforme informações repassadas pelo engenheiro agrônomo da fazenda, Nils Kaiser, a diminuição da produtividade ocorreu por conta da estiagem que ocorreu numa época crítica para a cultura.

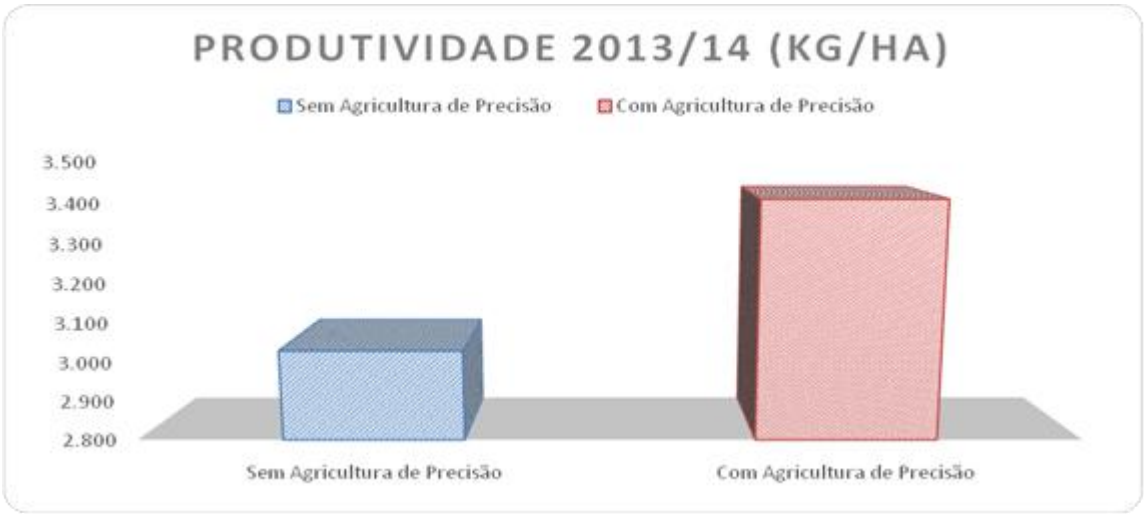
Gráfico 2 - Exportação de soja e os principais compradores



Fonte: Autora deste artigo. 2014.

A Fazenda Agrotoro S.A exporta 100% de sua produção, com isso temos que na safra 2012/13 foram produzidas e exportadas 32.433 toneladas e na safra 2013/14 foram produzidas e exportadas 31.252 toneladas. Conforme o agrônomo Kaiser, os principais compradores do cereal são multinacionais, sendo elas: Cargill, ADM e Louis Dreyfus, onde a venda é feita "a retirar" no porto da fazenda.

Gráfico 3 - Resultados obtidos com a implantação da Agricultura de Precisão



Fonte: Autora deste trabalho. 2014.

Fazendo uma análise mais profunda da produtividade parcela por parcela e desconsiderando as áreas afetadas pela estiagem na safra 2013/14, foi registrada uma diferença de produtividade de 11,1% em áreas com a aplicação de algum tipo de tecnologia versus as áreas sem aplicação de tecnologia nenhuma relacionada à Agricultura de Precisão, com 3.409 kg/ha vs. 3.030 kg/ha.

De acordo com Kaiser, a agricultura de precisão hoje é um dos principais projetos da fazenda, conjuntamente com o melhoramento e a modernização da infraestrutura portuária. A principal mudança percebida a partir da implantação da agricultura de precisão foi um melhoramento substancial da gestão da atividade produtiva da fazenda, que abre o caminho para um aumento da produtividade e a uma maior eficiência na utilização dos insumos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer de toda a pesquisa, observou-se que, apesar da estiagem que influenciou negativamente na produção, o principal fator responsável pelo aumento da produtividade na fazenda Agrotoro S.A. na safra 2013/14 é a agricultura de precisão, atrelada à novos investimentos, como por exemplo, na infraestrutura portuária. Com relação aos objetivos, notou-se que a produtividade diminuiu comparada a safra passada, devido principalmente aos prejuízos climáticos.

A agricultura de precisão gerou um alto investimento para a fazenda, o que segundo o agrônomo Nils Kaiser, é um valor que compensa e seus retornos já são visíveis desde a primeira utilização, que foi nesta safra 2013/14. A intenção da fazenda é a cada safra abranger mais áreas com essa tecnologia, chegando a sua totalidade de hectares, elevando significativamente a produtividade e os ganhos.

No que se refere à Comércio Exterior, a maioria do escoamento da produção se dá pelo modal fluvial, isso explica o motivo dos investimentos da fazenda na infraestrutura portuária, que para a próxima safra, 2014/15, já terá novos silos para o armazenamento da soja. Em últimos casos, a fazenda opta por escoar sua produção pelo modal terrestre, até o porto de Paranaguá.

Outro fator relevante é o projeto do porto de águas profundas do Uruguai, que irá ajudar o Paraguai a escoar mais facilmente sua produção, dando ao país guarani uma saída para o mar, e que conforme o presidente uruguaio, essa integração beneficiará ambos e futuramente o Mercosul.

Por ser uma das *commodities* mais negociadas mundialmente, a soja instiga não só novos produtores mas também novos investidores, na maioria dos casos, o governo. O Paraguai necessita de muitos investimentos na sua infraestrutura e tecnologia, e este artigo demonstrou a importância desses futuros investimentos, que contribuirão para a diminuição do custo para os produtores e aumento de índices para o país, como por exemplo a colocação no ranking mundial de produtor e exportador da soja.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Massilon J. **Fundamentos de agronegócios**. 4.ed. São Paulo: Atlas ,2013.

BATALHA, Mário Otávio. **Gestão Agroindustrial.** 3. ed. 2 v. São Paulo: Atlas, 2008.

BOSCO, João Henrique. **Força da agricultura coloca o Paraguai entre os líderes no mercado da soja.** Disponível em: <http://sojabrasil.ruralbr.com.br/noticia/2014/02/serie-especial-forca-da-agricultura-coloca-paraguai-entre-os-lideres-no-mercado-da-soja-4415557.html>. Acesso em: 26 abr. 2014.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Agricultura de Precisão.** Brasília: MAPA/ACS, 2013.

CAMARA PARAGUAYA DE EXPORTADORES Y COMERCIALIZADORES DE CEREALES Y OLEAGINOSAS. ***Estadísticas.*** Disponível em: <http://www.tera.com.py/capeco/index.php?id=estadisticas>. Acesso em: 07 abr. 2014.

CENTRO EMPRESARIAL BRASIL-PARAGUAY. **PIB cresce 14,1% em 2013, de acordo com Banco Central do Paraguai.** Disponível em: <http://www.braspar.org/?p=1676>. Acesso em: 25 abr. 2014.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISAS AGROPECUÁRIAS. **Agricultura de Precisão.** Disponível em: <http://www.cnpdia.embrapa.br/pesquisa/precisao.html>. Acesso em: 28 abr. 2014.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **História da soja.** Disponível em: <http://www.cnpso.embrapa.br/index.php?op_page=112&cod_pai=33>. Acesso em: 21 abr .2014.

KEEDI, Samir. **ABC do comércio exterior:** abrindo as primeiras páginas. São Paulo: Aduaneiras, 2002.

KENNEDY, Peter E. **Economia em contexto.** Tradução de Fernanda Estevan. São Paulo: Saraiva, 2004.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LUDOVICO, Nelson. **Logística de transportes internacionais.** 3.v. São Paulo: Saraiva, 2010.

MINISTERIO DE AGRICULTURA Y GANADERIA .**Plan Agrario 2012/2013.** Disponível em: <http://www.mag.gov.py/Boletines%20PDF/PLAN%20AGRARIO%202012-2013%20IMPRENTA%2026-07-2012.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2014.

RODRIGUES, Théa. **José Mujica oferece saída para o mar para Bolívia e Paraguai.** Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/232243-7>. Acesso em: 01 de Out. de 2014.

TERRA. ***Paraguay invertirá USD 500 millones en carreteras y puentes en 2014.*** Disponível em: <http://economia.terra.cl/paraguay-invertira-usd-500-millones-en-carreteras-y-puentes-en-2014,7bf819f4ce034410VgnCLD2000000ec6eb0aRCRD.html>. Acesso em: 26 abr. 2014.

TORTATO, Mari. Requião segue contra transgênico. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 8 out. 2004. Mercado.Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0810200432.htm>. Acesso em: 26 abr. 2014.

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3653 - Fax: (45) 3036-3638
www.univel.br

ANÁLISE DA VIABILIDADE FINANCEIRA DE IMPLANTAÇÃO DE UMA FILIAL DA LOJA DIVINO CAMARIM NA CIDADE DE GUARANIAÇU – PR

Carolina Christ da Silva[3], Ingred Stenheuser[4], Rui Eduardo Ferro São Pedro[5]

Escrito para apresentação na XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Educação, tecnologia e pós-modernidade"
28 e 29 de outubro de 2014 – UNIVEL – CPE – Cascavel-PR
ISBN 978-85-98534-11-4

RESUMO: O mercado brasileiro que mais cresce em números a cada ano é o de cosméticos, *lingeries* e acessórios. Esse mercado representa para as pessoas além dos cuidados especiais com aparência, *status*, e ser parte integrante do mundo da moda. Por isso as pessoas buscam cada vez mais diversas linhas e marcas de cosméticos e *lingeries*, e novas tendências de acessórios para satisfazerem seus desejos, dando novas oportunidades aos empreendedores de investir neste setor. Neste sentido este artigo tem como objetivo analisar a viabilidade financeira da abertura de uma filial da loja Divino Camarim na cidade de Guaraniaçu – PR, os custos e o prazo de retorno para o investimento. Para o referencial foram utilizados livros e artigos que abrangem os temas na área de viabilidade financeira. Os procedimentos metodológicos adotados foram pesquisa descritiva, bibliográfica, exploratória e explicativa, dentro de um estudo de caso, com abordagem quantitativa. Conforme análise financeira feita para a implantação da filial foi possível identificar através dos cálculos que há viabilidade no investimento, pois dentro dos critérios estabelecidos por cada método utilizado, a empresa terá um curto prazo de retorno, conseguindo arcar com os custos e despesas para implantação sem a necessidade de recursos de terceiros, obtendo um resultado positivo ao fim do mês.

PALAVRAS-CHAVE: Viabilidade Financeira, Custos, Retorno do Investimento.

ABSTRACT: The Brazilian market fastest growing in numbers each year is the cosmetics, lingerie and accessories. This market is for people beyond the special care looks, status, and be part of the fashion world. Why people seek increasingly

[3] Acadêmica do Curso de Administração da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[4] Acadêmica do Curso de Administração da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[5] ORIENTADOR: Professor Especialista Rui Eduardo Ferro São Pedro do Curso de Administração da Univel – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

diverse lines and brands of cosmetics and lingerie, accessories and trends to satisfy their desires, giving new opportunities for entrepreneurs to invest in this sector. In this sense this article aims to analyze the financial feasibility of opening a branch store in the town of Divine Dressing Guaraniaçu - PR, costs and payback period for the investment. For reference books and articles covering topics in the field of financial viability were used. The methodological procedures were descriptive research, literature, exploratory and explanatory, in a case study with a quantitative approach. As financial analysis for the implementation of the branch was identified through calculations that there is viability in the investment because within the criteria established by each method, the company will have a short payback period, managing to bear the costs and expenses for deployment without the need of third party funds, getting a positive result at the end of the month.

KEYWORDS: Financial feasibility, costs, Return on Investment.

1 INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, com o frequente crescimento do mercado e tendo em vista a grande concorrência entre empresas do mesmo ramo, torna-se necessário um espírito empreendedor, para buscar novas oportunidades e diferenciais competitivos no mercado. O projeto representa o procedimento lógico e racional que substitui o comportamento intuitivo geralmente utilizado para decisões de investimento. Os fatores mais relevantes que levam ao fracasso dos negócios são erros gerenciais e/ou de planejamento pré-operacional. A manutenção do negócio depende de um bom planejamento e uma análise de viabilidade, antes da sua abertura.

O mercado brasileiro que mais cresce em números a cada ano é o de cosméticos, *lingeries* e acessórios. Esse mercado representa para as pessoas além dos cuidados especiais com aparência, *status*, e ser parte integrante do mundo da moda. Por isso as pessoas buscam cada vez mais diversas linhas e marcas de cosméticos e *lingeries*, e novas tendências de acessórios para satisfazerem seus desejos. Baseando-se nisso, o presente trabalho propõe um estudo de viabilidade de implantação de uma filial da loja Divino Camarim, que atua no comércio de cosméticos, *lingeries* e acessórios, em uma cidade distinta da matriz, avaliando se há ou não a possibilidade de exploração desse mercado no local. O tema do trabalho está centrado na área de viabilidade financeira, onde a elaboração de um plano de negócios é de fundamental importância para identificar a viabilidade de implantação ou não de um projeto.

Diante desse contexto, que apresenta um cenário de crescimento no varejo de cosméticos, *lingeries* e acessórios e que possui diversos incentivos fiscais para os micros empreendedores, que almejam pelo crescimento e expansão a presente pesquisa visa responder: torna-se viável a implantação de uma filial da loja Divino Camarim na cidade de Guaraniaçu – PR? Identificar a viabilidade da implantação uma filial da loja Divino Camarim na cidade de Guaraniaçu – PR é o objetivo do trabalho e demonstrar os custos e o prazo de retorno do investimento.

A empresa escolhida é um sonho familiar que se tornou realidade e busca crescimento no mercado em que atua. Por este motivo o estudo do projeto tem grande importância, pois avalia os possíveis riscos e retornos desse investimento e com isso justifica-se o estudo de viabilidade e controle financeiro do presente trabalho para avaliar a possibilidade de implantação da filial da Loja Divino Camarim que almeja expandir seus negócios. Do ponto de vista acadêmico, espera-se que o estudo sirva como referência a outros acadêmicos e contribua ampliando os conhecimentos nas áreas de administração e viabilidade financeira.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Administração Financeira e Viabilidade Financeira

A administração financeira pode ser exercida em diversas organizações, e tem como principal função planejamento e o controle dos recursos financeiros da organização e à maximização dos retornos dos acionistas da empresa, ao mesmo tempo em que possa propiciar a manutenção de certo grau de liquidez. Segundo Silva (2013), “a administração financeira é uma ciência que objetiva, basicamente, determinar o mais eficiente processo empresarial de captação de recursos e alocação de capital”. Mas isso não basta, é preciso saber administrar os recursos a fim de gerar resultados financeiros que garantam a continuidade da organização, usando técnicas e métodos quantitativos capazes de ampliar sua eficiência.

Viabilidade Financeira segundo Silva (2013) é a sincronia entre a capacidade de geração de caixa e o fluxo de desembolsos. Quando a sincronia é perdida, surge o desequilíbrio financeiro resultante de decisões de investimento incompatíveis com as decisões de financiamento. Portanto, o estudo de viabilidade financeira pretende ser capaz de evitar saldos negativos proporcionando, um fluxo de caixa positivo em

qualquer momento do empreendimento. Em todo negócio deve-se analisar a viabilidade financeira, fazendo uma previsão dos recursos necessários para implantação, calculando qual o total dos custos envolvidos para fazer a empresa funcionar.

2.2 Custos Diretos e Indiretos, Fixos e Variáveis

De acordo com Ribeiro (2002), custos diretos são de fácil identificação, pois os valores e as quantidades se aplicam diretamente ao produto. Já os custos indiretos não se aplicam diretamente ao produto, e os seus valores e quantidades são impossíveis de serem exatos, tornando a sua identificação dificultosa, e assim precisando de um critério para ser atribuído a cada produto. Ao contrário do custo direto, Silva (2008), afirma que custo indireto é aquele que não tem associação direta com o produto e necessita de critérios de rateios, como depreciação, mão de obra indireta, seguros, aluguel. Ao contrario, o custo direto é diretamente ligado ao produto e não necessita de rateio, nesse caso classificam-se a matéria prima, embalagem, mão de obra direta.

Os custos fixos da empresa são os custos que não mudam de valor e os quais todo mês a empresa tem para pagar, que podem ser contas de aluguel, mão-de-obra, salários administrativos, seguros entre outros. Martins (2003, p. 52), afirma que “custos fixos são aqueles que, num período, tem seu montante fixado não em função de oscilações no volume de produção da atividade, tendo como exemplo, aluguel e depreciações”. Já os custos variáveis são os custos que alteram seu valor de acordo com o volume de atividade da empresa. Esses custos dependem da quantidade a ser produzida, como exemplo a matéria prima, quanto mais se produz e vende, maiores são os custos variáveis. Para Amaral e Araujo (2004), custos variáveis são variações na aquisição de estoques e no pagamento de impostos. Os impostos, também podem ser considerados como item variável, já que em sua maioria estão atrelados ao faturamento.

2.3 Payback

Segundo Motta e Câloba (2010), o *payback* é usado como referência para julgar a atratividade das opções de investimento, mas “deve ser encarado com

reservas, apenas como um indicador, não servindo para seleção entre alternativas de investimento". Gitman (2002, p. 327) afirma que o *payback é* "O período de tempo exato necessário para a empresa recuperar o investimento inicial de um projeto, a partir das entradas de caixa". Para o autor, deve-se levar em conta o período de *payback* máximo aceitável. Se o cálculo for com período inferior ao *payback* máximo deve-se aceitar o projeto, obtendo cálculo com período superior, rejeita-se o projeto. Segundo Braga (2010), para obter o cálculo do prazo de retorno, deve-se dividir o investimento inicial pelas entradas líquidas de caixa, caso elas sejam uniformes.

3 METODOLOGIA

3.1 Tipo de Pesquisa

Para o presente estudo foram utilizadas as pesquisas exploratórias, descritivas, bibliográficas e explicativas. Esses tipos de pesquisa se encaixam no estudo, visto que busca informações para esclarecer o problema e auxiliar na tomada de decisões mediante a situação apresentada.

3.2 Método de Pesquisa

Este estudo foi enquadrado como um estudo de caso, por ser de acordo com Beuren (2013), um tipo de pesquisa mais intenso, pelos esforços aplicados pelos pesquisadores sobre o objeto de estudo, a fim de aprofundar conhecimentos a um determinado assunto específico.

3.3 Coleta de Dados

A coleta de dados utilizou-se de dados primários, sendo que para este projeto foi elaborado um estudo financeiro com dados da empresa Matriz, previsão de vendas, fluxo de caixa, demonstrativo de resultados e prazo de retorno do investimento.

3.4 Análise dos Dados

Neste estudo coube a pesquisa quantitativa onde os dados foram tabulados e analisados em forma de quadros, tabelas e números, e expostos de acordo com o conteúdo a seguir, a fim de apresentar maior harmonia com o trabalho, identificando se o empreendimento é viável ou não.

4. RESULTADOS

No investimento fixo inicial descrevem-se os custos com as instalações, equipamentos e mobiliários necessários para a implantação e abertura do negócio. Para iniciar o empreendimento, é necessário um investimento fixo na ordem de R$ 5.195,90, valor este utilizado na organização e aquisição de móveis, equipamentos, utensílios e decoração do ambiente interno e fachada a fim de tornar o ambiente agradável e confortável para o cliente consumidor. A depreciação destes ficará na ordem de R$ 55,52. Na loja Divino Camarim o custo com investimento inicial esta aplicado em sua maior parte em móveis e utensílios, que representa 40,42% do total investido.

O estoque inicial previsto para abertura da loja será de R$ 15.000,00, e contará com produtos das marcas mais conhecidas e os mais vendidos em relação à loja matriz. Em relação a prazos e estoques a política de compra adotada será em maior parte a prazo, 90% das compras serão feitas com prazo médio de 45 dias para pagamento, em boleto e cartão de crédito, pois na revenda de cosméticos principalmente, não há incidências de juros no parcelamento das compras, ficando apenas com 10% das compras para pagamento a vista de produtos de valores mais baixos significativamente. Ao contrário a política de vendas será 80% a vista e apenas 20% a prazo, com prazo médio de 30 dias, estes dados foram capturados da loja matriz, o que possibilita um maior lucro em curto prazo, e uma necessidade média de estoques de 15 dias, para não ruptura do produto na loja.

Na projeção de faturamento, foi definida uma perspectiva de vendas, baseada na loja matriz, e no questionário aplicado a clientes potenciais e teve como resultado uma venda total mensal de R$ 12.155,40. Nessa perspectiva foram discriminados os produtos com seu custo unitário, a quantidade estimada de vendas e o lucro recebido de cada produto, onde a maior porcentagem de faturamento está nos

lingeries e acessórios, pois ao contrário dos itens de perfumaria no qual se ganha uma comissão de 20% a 30% dos produtos vendidos, as lingeries e acessórios podem render mais que 100%, oferecendo maior faturamento.

Os custos com mão de obra serão pequenos, pois como a loja é de pequeno porte será necessário apenas um funcionário, que terá a função registrada como vendedora, com salário mensal de R$ 850,00, mas executará função de caixa e serviços gerais de comum acordo com o dono do empreendimento que fará as funções administrativas e apoio necessário para a funcionária. Este por sua vez terá como pró labore uma retirada mensal de R$ 2.000,00, que será o custo fixo mais alto, seguido pela Mão de obra e encargos no valor total de R$1.169,26 e o aluguel, no valor de R$ 750,00, além de outros custos fixos que a empresa deve pagar todo mês indiferente do aumento ou diminuição as vendas, como água, luz, telefone entre outros que somam um valor total de R$ 4.299,78. Os recursos iniciais do empreendimento serão próprios, pois não será necessário arcar com reformas e mão de obra, o imóvel será alugado, e não será necessário financiamento para a abertura da loja. A seguir demonstra-se através do DRE – Demonstrativo de Resultado o cenário da empresa citado anteriormente, onde explana de forma mais simples os números da empresa, demonstrando as vendas, os custos com a mercadoria juntamente com seus impostos, a margem de contribuição e o lucro obtido no fim de cada mês.

Tabela 1. DRE - Demonstrativo de Resultado

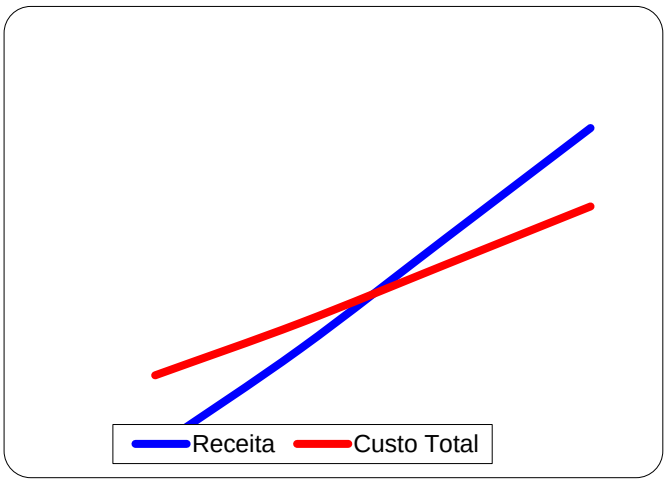
DEMONSTRATIVO DE RESULTADO			
DISCRIMINAÇÃO		**VALOR R$**	**%**
1. Receita Total		**12.155,40**	**100,00%**
Vendas (à vista)		9.724,32	80,00%
Vendas (a prazo)		2.431,08	20,00%
2. Custos Variáveis Totais		**6.410,32**	**52,74%**
Previsão de Custos (Custo da Mercadoria)		5.971,51	49,13%
Impostos Federais (PIS, COFINS, IPI ou SUPER SIMPLES)	3,61%	438,81	3,61%
Impostos Estaduais (ICMS)			
Imposto Municipal (ISS)			
Comissões		**0,00**	**0,00%**
Cartões de Crédito e Débito		**0,00**	**0,00%**
Outros		**0,00**	**0,00%**
3. Margem de Contribuição		**5.745,08**	**47,26%**
4. Custos Fixos Totais		**4.299,78**	**35,37%**
Mão-de-Obra + Encargos		1.169,26	9,62%
Retirada dos Sócios (Pró-Labore)		2.000,00	16,45%
Água		40,00	0,33%
Luz		80,00	0,66%
Telefone		60,00	0,49%
Contador		45,00	0,37%
Material de Expediente e Consumo		20,00	0,16%
Aluguel		750,00	6,17%
Propaganda e Publicidade		80,00	0,66%
Depreciação Mensal		55,52	0,46%
Manutenção		0,00	0,00%
5. Resultado Operacional		**1.445,30**	**11,89%**
6. Investimentos		**0,00**	**0,00%**
7. Imposto Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social (Presumido/Real)		**113,96**	**0,94%**
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ		113,96	0,94%
8. Lucro / Prejuízo do mês		**1.331,34**	**10,95%**

Fonte: Autora, 2014.

Conforme o DRE apresentado acima a Divino Camarim conseguirá arcar com suas despesas e terá um lucro de R$ 1.331,34 ao fim do mês. Conforme análise da tabela e do gráfico abaixo que representa o ponto de equilíbrio, um indicador de suma importância uma vez que delimita o momento em que a organização estará conseguindo gerar as receitas suficientes para pagar suas contas, para que a loja Divino Camarim se torne economicamente viável considerando 25 dias úteis no mês, é necessário faturar mensalmente R$ 9.097,44 para não ficar com saldo negativo,

isso representa um faturamento diário de R$ 363,90. Para atingir o lucro desejado estipulado em R$ 2.000,00, ela deve atingir o faturamento mensal de R$ 13.329,03. A empresa mantendo seu faturamento diário conforme espera, no dia 25 do mês já terá atingido seu ponto de equilíbrio.

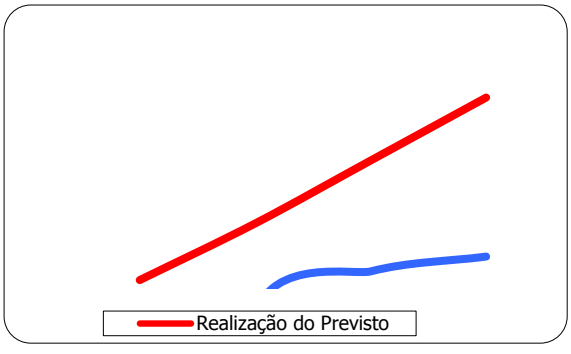
	Operacional	
Mensal	9.097,44	
Diário	363,90	
	Financeiro	
Mensal	9.097,44	
Diário	363,90	
	Econômico	
Lucro Desejado	2.000,00	16,45%
Mensal	13.329,03	
Diário	533,16	
Dias Úteis	25	



Fonte: Autora, 2014.

Em relação ao estoque, o mesmo terá rotatividade total em 30,85 dias, se manter o faturamento desejado. Para manter seu fluxo de caixa a Divino Camarim necessita de uma capital de giro de R$ 6.000,00 inicial. Mantendo seu faturamento em R$ 12.155,40, atingirá uma margem de lucro liquida de 10,95% e uma rentabilidade de 11,89%, atingindo o payback representado no artigo pelo retorno de capital em aproximadamente oito meses.

Margem de Contribuição	47,2636%
Lucratividade	
Operacional	11,89%
Resultado Final	10,95%
Rentabilidade	
Operacional	12,91%
Resultado Final	11,89%
Prazo de Retorno do Investimento	
Operacional	8 meses
Resultado Final	8 meses
Endividamento Geral	
Grau de Endividamento	0,00%



Fonte: Autora, 2014.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto ao objetivo principal de se verificar a viabilidade deste empreendimento, mostra-se viável a implantação da Loja Divino Camarim na cidade de Guaraniaçu – PR. A cidade mostra-se favorável em relação à grande movimentação das cidades vizinhas, devido ao comércio e principalmente aos bancos que atendem a região. A filial proposta mostra uma rentabilidade aceitável tendo em vista que a empresa escolhida não é muito conhecida na região.

A análise da situação financeira é uma questão importante para este negócio, pois demonstrou que é possível a abertura da loja na cidade, que possui demanda suficiente, sendo assim os requisitos necessários para iniciar as atividades foram preenchidos e o retorno do investimento será de curto prazo, o que facilita para o empreendedor, sendo que não serão necessário recursos de terceiros para implantar a mesma. A cidade conta com alguns concorrentes, que não serão prejudiciais e sim de baixa significância para o empreendimento. A mesma com base nos estudos de viabilidade financeira conseguirá atingir seus objetivos em curto prazo, viabilizando assim o investimento.

REFERÊNCIAS

AMARAL. Rodrigo F; ARAUJO. Helyson R T. **Estudo da Viabilidade de abertura de uma filial da empresa Equilíbrio Produtos Naturais em Florianópolis-SC.** Florianópolis: 2004. Trabalho de Conclusão de Estágio (graduação), Universidade Federal de Santa Catarina.

BEUREN, Ilse Maria *et* al. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade:** teoria e pratica. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

BRAGA, R. **Fundamentos e técnicas de administração financeira**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GITMAN, Lawrence J**. Princípios de administração financeira.** 7. ed. São Paulo: Harba, 2002.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos.** 9 ed. São Paulo Atlas: 2003.

MOTTA, Regis da Rocha; CALÔBA, Guilherme Marques. **Análise de Investimentos**: tomada de decisões em projetos industriais. São Paulo: Atlas, 2009.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade de Custos**: fácil. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

SILVA, Benedito Albuquerque da. **Custos e Estratégias de Gestão.** Apostilado de pós graduação, 2008.

SILVA, Bráulio Wilker. **Objetivos da Administração Financeira**. 2013. Disponível em: http://www.administradores.com.br/artigos/economia-e-financas/objetivos-da-administracao-financeira/69169/.

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3653 - Fax: (45) 3036-3638
www.univel.br

MARKETING DE RELACIONAMENTO E SUA INFLUÊNCIA PARA FIDELIZAÇÃO DE CLIENTES EM UMA LOJA DE COSMÉTICOS

Cristiane Folador[6] Osvaldo Mesquita Junior[7]

Escrito para apresentação na XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Educação, tecnologia e pós-modernidade"
28 e 29 de outubro de 2014 – UNIVEL – CPE – Cascavel-PR
ISBN 978-85-98534-11-4

RESUMO: Este artigo discute a fidelização do cliente a partir da utilização do marketing de relacionamento, partindo da premissa de que o marketing de relacionamento oferece à empresa a chance de crescer em um ambiente competitivamente desafiador. Em um mercado complexo e globalizado, clientes fiéis fazem a diferença para um negócio, pois trazem inúmeros benefícios e aumento na lucratividade das empresas. Dessa forma, todos os estudos estão voltados principalmente para as necessidades dos clientes ou para o que eles desejam, visando suprir o que for possível, estudando seu comportamento e o que realmente o cliente considera como valor, o principal objetivo é analisar como o marketing de relacionamento influencia na fidelização dos clientes em uma loja de cosméticos, quais as vantagens de aplicar o mesmo para fidelizar clientes, para isso foi necessário realizar uma pesquisa descritiva, de todos os pontos que envolvem a fidelização e também uma das ferramentas do marketing o marketing de relacionamento, tem como base uma ferramenta quantitativa onde foi aplicados questionários a alguns clientes da loja, o tratamento dos dados foi através de softwares e Excel onde se pode ter uma analise dos resultados com mais precisão. Os resultados obtidos são satisfatórios em relação à pesquisa, onde se pode ter um conhecimento diferenciado quando se trata de relacionamento e fidelização com cliente, e também entender qual a importância de saber usar corretamente esta ferramenta podendo aplicar com sucesso na empresa.

PALAVRAS-CHAVE: Fidelização. Marketing. Clientes.

[6] Formando em Administração (2014)
[7] Especialista MBA Executivo em Estratégias Empresariais.

1 INTRODUÇÃO

Há algum tempo atrás muitas empresas tinham a preocupação apenas com a qualidade que era ofertada aos clientes em relação aos produtos. Com o passar dos anos ficou claro que sem clientes não há motivo de se dedicar apenas em oferecer produtos de qualidade e passou-se a observar que o cliente tinha necessidades que precisavam ser supridas, então as empresas viram que precisavam se diferenciar dos concorrentes. Assim, o marketing foi tendo espaço dentro das empresas, pois tratava de como o cliente poderia ser melhor atendido, e dessa forma observou-se que o marketing tinha outras ferramentas que poderiam auxiliar dentro da organização e trazer lucro, juntamente com satisfação do cliente.

Segundo Poser (2005, p. 103), “para os profissionais de marketing tem de haver a percepção de mudança em sua mente”, uma vez que a vantagem competitiva em comercializar produtos e serviços vai depender do seu dinamismo em criar algo novo e sua inteligência para saber identificar os pontos fortes.

O relacionamento com os clientes é parte fundamental para alavancar suas vendas. Não importa o porte do negócio, o mesmo precisa funcionar juntamente com o marketing para que se torne realidade. A situação econômica e social, atualmente, expõe uma variedade de produtos e serviços. Estes são lançados no mercado diariamente.

Outro ponto é saber colocar em prática todas as opções que o marketing lhe oferece, o que não é tarefa fácil uma vez que depende de muito estudo e dedicação, principalmente referente ao cliente.

Para Kotler (2012), “o valor percebido pelo cliente é a diferença entre a avaliação que o cliente potencial faz de todos os benefícios e custos relativos a um produto e as alternativas percebidas”.

Precisa-se levar em consideração que o processo de fidelização não é apenas o cliente consumir a marca ou estar buscando um produto ou serviço na sua loja o cliente fiel é aquele que defende tudo isso, além de divulgar para familiares e amigos e, dessa forma, acaba formando uma rede de consumidores fiéis. Saber reconhecer os clientes potenciais não é simples, mas com um bom estudo é possível chegar próximo do que o mesmo procura.

Este trabalho delimitou-se a entender qual a influência do marketing de relacionamento na fidelização de clientes em uma loja de cosméticos situada na

cidade de Cascavel – PR. Segundo Gil (1991), não podemos considerar que todo problema é sujeito de tratamento cientifico. É necessário discernir o que é científico daquilo que não é. Um problema é de natureza científica quando envolver variáveis que podem ser tidas como testáveis.

Diante deste contexto, buscou-se responder o seguinte problema de pesquisa “Qual a influência do marketing de relacionamento na fidelização de clientes em uma loja de cosméticos?”.

Sendo assim os objetivos são: analisar como o marketing de relacionamento influencia na fidelização dos clientes em uma loja de cosméticos, apresentar as vantagens que a empresa tem ao utilizar esse marketing, identificar se está sendo utilizado para fidelizar os clientes da empresa e ainda sugerir possíveis melhorias no marketing de relacionamento com o cliente. .

No contexto acadêmico, a realização do presente trabalho justifica-se por tornar-se uma nova fonte de pesquisa na área de gestão de relacionamento, colaborando também com a geração de novos conteúdos na área do marketing.

Enquanto que para a sociedade torna-se relevante uma vez que a buscar a melhor estratégia de fidelização do cliente é o que todas as empresas procuram, mas poucas sabem onde encontrar, o marketing de relacionamento é uma das ferramentas que pode auxiliar nesse processo, pois é através dele que se pode realizar uma ação mais individualizada com o cliente. Isso gera satisfação, o que facilita o mesmo a se tornar fiel.

Neste sentido, este estudo torna-se relevante para o conhecimento, pois apresenta a realidade de um setor no qual a competitividade vem aumento consideravelmente. Portanto estudar as melhores estratégias para fidelização com a ajuda do marketing de relacionamento pode ser essencial para uma empresa deste setor.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Conceitos de Marketing

Segundo Gordon (2002, p. 32), “o marketing pode ser definido como o processo de identificação e satisfação das necessidades do cliente de um modo competitivamente superior de forma a atingir os objetivos da organização”. O

Marketing hoje é considerado uma das ferramentas mais importantes para a identificação das necessidades dos clientes e como está cada vez mais exigente, a busca de novas fontes para fidelizá-los precisa ser contínuo, por isso o marketing é uma saída para alinhar os objetivos da empresa com as necessidades do cliente.

Dessa forma, todos os estudos estão voltados principalmente para as necessidades dos clientes ou para o que eles desejam, visando suprir o que for possível, estudando seu comportamento e o que realmente o cliente considera como valor. O marketing está em todos os lugares, independente de organizações e pessoas. As pessoas que usam o marketing em seu dia a dia podem ter mais sucesso em suas ações, considerando que o mesmo precisa estar em constante evolução e transformação.

Para Kotler (1998, p. 32), “marketing é um processo social e gerencial pelo qual indivíduos e grupos obtêm o que necessitam e desejam através da criação, oferta e troca de produtos de valor com outros”.

As organizações precisam identificar as necessidades dos clientes para estabelecer as relações sólidas e atender os desejos dos clientes, pois as empresas que conseguirem um nível de satisfação maior perante seus clientes, terão uma possibilidade maior de fidelizar seus clientes.

Segundo Kotler (2012), os setores de finanças, operações e contabilidade ficam sem sentido se não houver um desempenho satisfatório do marketing em relação a produtos e serviços, que pode não obter lucro se não houver demanda suficiente para continuar no mercado.

2.2 Ferramentas do Marketing

Hoje muito se pensa em um profissional especifico para o departamento de marketing, tendo em vista que na verdade todos os setores têm um papel fundamental para fazer ele acontecer desde as embalagens, atendimento ao cliente e logística. Para Kotler (2012), algumas ferramentas podem ajudar a buscar respostas sobre como o mercado identifica seus produtos, serviços e se o esforço que está sendo feito é suficiente para o crescimento da empresa.

Abaixo algumas destas ferramentas mais importantes foram descritas para que possa ficar claro como o marketing pode nos ajudar dentro das organizações.

Customer Relationship Management (CRM) - integra todos os processos como a produção, distribuição, vendas e marketing, voltados sempre ao cliente. Segundo Kotler (2012), é um gerenciamento das informações do cliente, buscando a maximização da fidelidade, onde se pode voltar para a comunicação direta com o cliente.

Analise SWOT**,** De acordo com Chaves (2013) A palavra Swot é uma sigla em inglês originária das palavras Forças (*Strengths*), Fraquezas (*Weaknesses*), Oportunidades (*Opportunities*) e Ameaças (*Threats*) e dá nome a uma matriz que facilita a visualização destas quatro características, que são inerentes aos mais variados tipos de empresas. Para Kotler (2012), é uma avaliação completa das forças, oportunidades, fraquezas e ameaças para monitorar os ambientes externo e interno. É o que identifica o posicionamento de uma marca, por exemplo, e ajuda a empresa nos momentos de inovação e percepção de marca e mercado.

Ainda para Kotler (2012), *Mix* de Marketing, pode ajudar a empresa a se aprofundar nos principais pontos e saber com mais precisão o foco a seguir para levar satisfação a seu cliente. Mix de Marketing é composto pelos chamados 8P’s, os mesmo descritos a baixo:

a) Produto: Envolve desde o design, o nome da marca, a qualidade que o cliente percebe no produto;

b) Preço: Prazos de pagamentos, os descontos de tudo o que possa atrair o cliente de forma diferenciada;

c) Promoção: Propagandas, incentivos quanto a vendas, o que esta sendo feito para que o cliente perceba sua marca;

d) Praça: Logística, o ponto de venda, o sortimento de estoque, concorrentes;

e) Pessoas: reflete no marketing interno que pode abranger os funcionários e também ver o cliente não como alguém que apenas compra;

f) Processos: Seria a padronização, a estrutura que esta sendo incorporada a programas que possam ajudar no relacionamento em longo prazo;

g) Programas: É tudo o que é voltado ao cliente para que de retorno a ambas as partes;

h) Performance: são os indicadores de desempenho que ajudam a empresa a entender se seus esforços estão sendo o suficiente.

Todas estas ferramentas podem auxiliar para que a tomada de decisão se torne mais eficiente e simplificada, obtendo vantagem competitiva em relação aos seus concorrentes e mantendo clientes por um período de tempo muito maior.

2.3 Planejamento Estratégico

Kotler (2012) diz que a estratégia serve para traçar um plano de como chegar nas metas que se deseja alcançar. Para atingir estas metas, podemos utilizar as estratégias de marketing, aliada com a tecnologia e a busca de recursos, para um resultado mais eficaz.

Para Swift (2001, p.12), “gerencia de relacionamento com o cliente é uma abordagem empresarial destinada a entender e influenciar o comportamento dos clientes”, ou seja, é um instrumento que pode auxiliar no relacionamento com o cliente obtendo a fidelização e retenção dos mesmos.

Para Porter (2004, p.26), “o desenvolvimento de uma estratégia competitiva é em essência, o desenvolvimento de uma fórmula ampla para o modo como uma empresa competirá”.

2.4 Marketing de Relacionamento

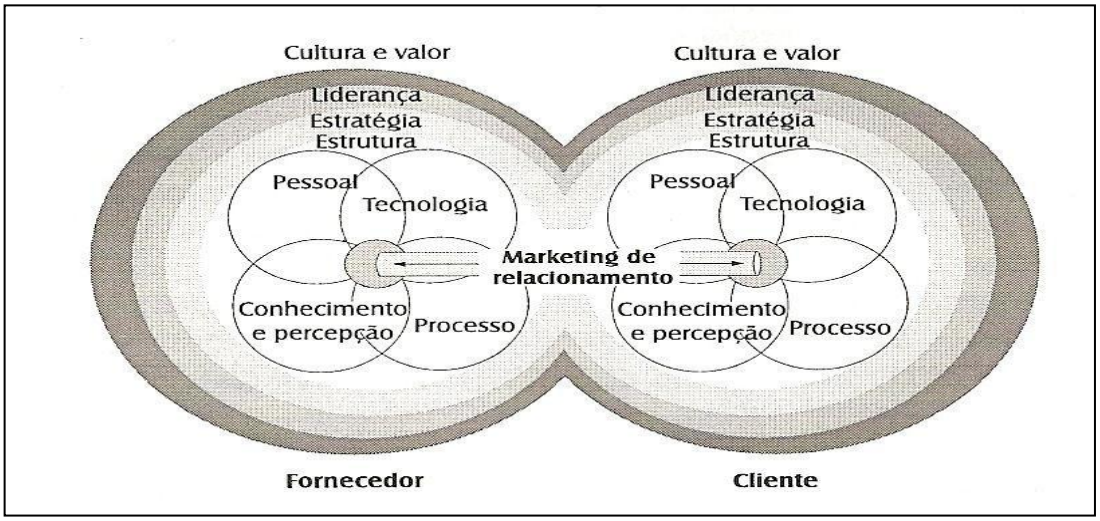
Segundo Kotler (2012), o marketing de relacionamento busca desenvolver relacionamentos duradouros com todos envolvidos diretamente ou indiretamente com as atividades de marketing da empresa a fim de conquistar e formar clientes para longo prazo.

Tudo o que uma empresa idealiza após sua implantação é que seja reconhecida pelo cliente e que este passe a voltar e comprar encontrando algum motivo que não tenha encontrado em nenhum outro lugar. Saber como desenvolver relacionamentos duradouros é um dos objetivos do marketing de relacionamento.

O marketing de relacionamento deriva de alguns princípios do marketing tradicional, portanto, Gordon (2002, p. 31) define o marketing de relacionamento como sendo, “o processo contínuo de identificação e criação de novos valores com clientes individuais e o compartilhamento de seus benefícios durante uma vida toda de parceria”, ou seja, a cada período os valores para o cliente referente a um produto podem mudar por motivos diversos.

A seguir tem-se uma ilustração que define os oito componentes do marketing de relacionamento que podem influenciar nas mudanças de comportamento do consumidor.

Figura 1 – Oito componentes do Marketing de Relacionamento



Fonte: adaptado de Gordon (2002, p.46).

Dentre estes oito componentes estão cultura e valores, liderança, estratégia, estrutura, pessoal, tecnologia, conhecimento e percepção e processo.

Referente a estes componentes, Gordon (2002) explica:

a) Cultura e valores: se houver diferenças culturais extremas entre o cliente e a empresa, pode prejudicar a formação de um futuro relacionamento de fidelização. Por isso a importância de entender o cliente.

b) Liderança: a função principal é entender que líder precisa estar alinhado com os interesses da empresa, principalmente dos clientes.“[...] É importante saber que nenhuma organização conseguirá ser bem sucedida em uma iniciativa de marketing de relacionamento enquanto a liderança estiver concentrada em sair ganhando à custa dos outros” Gordon (2002 p. 47).

c) Estratégia: Pode ser em muitos níveis, não apenas em um especifico, pode ser estratégias de clientes e estratégias para desenvolver as capacidades de relacionamento com o cliente.

d) Estrutura: Uma empresa que estrutura suas estratégias através do marketing de relacionamento, terá gerentes em categorias especificas de relacionamento, com clientes atuais, novos, funcionários e fornecedores e tudo o que envolve a empresa.

e) Pessoal: Manter um bom relacionamento entre as pessoas que estão envolvidas nos processos organizacionais. Gordon (2002) ainda afirma que como as pessoas são essenciais para qualquer relacionamento, que mesmo em tempos de tecnologia não se pode substituí-las.

f) Tecnologia: Sem esta ferramenta, todo o esforço pode ser em vão, uma vez que é necessária para captar informações que servem para fidelização dos clientes.

g) Conhecimento e percepção: Para que a tecnologia funcione de modo eficiente e o relacionamento seja eficaz, é necessário saber com oque se esta trabalhando, facilitando a comunicação interna e externa a sua empresa.

h) Processo: Para uma boa comunicação com o cliente tem-se a necessidade de que os processos sejam em torno do cliente, mesmo que necessite de mudanças nos processos existentes, mas são necessários para divulgação de um segmento já existente.

2.5 Fidelização

Para que o cliente volte a uma empresa para realizar uma nova compra, ele precisa estar satisfeito com os produtos e serviços que ali se encontram. Para fidelizar um cliente precisa haver algo a mais que a concorrência. Para Kotler (2012, p.129),“o sucesso das empresas está em obter, manter e expandir a clientela”.

Segundo Majeau (2014), “clientes fidelizados associam à empresa e sua marca sentimentos positivos e fortalecedores, como credibilidade, segurança, conforto, tranquilidade, e passam a considerar a marca parte de suas vidas”. Portanto, a fidelização pode vir a acontecer quando um cliente busca um determinado valor a marca, o encontra e acaba consumindo de forma frequente, tornando-se fiel e, consequentemente, satisfeito. Isso pode influenciar também, segundo Barletta (2006), a relação que o mesmo estabelece com o vendedor e sente-se até mesmo culpado se for atendido por outro vendedor, não importa o quanto a concorrência esteja lhe atraindo, o vínculo emocional o impedirá de trocar sua marca.

Kotler (2009) afirma ainda que um dos segredos para o alto nível de fidelidade contínua é saber identificar o valor e entregar este valor ao cliente como ele necessita e procura ao longo do processo de compra. Perder clientes afeta

significativamente os lucros da empresa e para se conquistar novos, os custos são altos. Portanto, manter o relacionamento pode reduzir os custos e quanto mais tempo fiel, mais lucro a empresa tem.

Sendo assim, fidelizar clientes vai muito além de relacionamento, mas de exceder suas expectativas a ultrapassar sua satisfação, evitando que a concorrência seja atrativa. Trabalhar sempre com foco no cliente não é tarefa fácil, mas dependerá disso para que possa se manter no mercado por um longo tempo.

‘

2.6 Lealdade

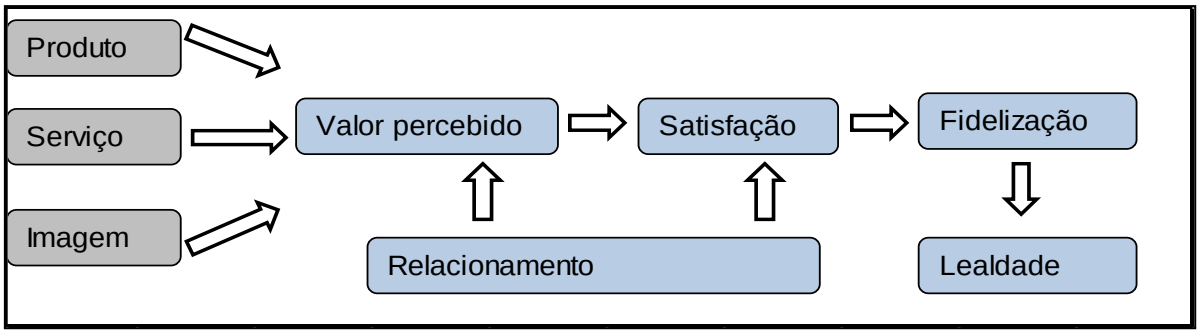
O cliente fiel pode ser temporariamente atraído por uma oportunidade ou promoção da concorrência, mas volta a comprar na empresa no qual é fiel sempre que possível, pois ela lhe proporciona satisfação e atrativos que a transformam em uma preferência, seja pelo bom atendimento, pelos preços, variedade de produtos ou pela entrega precisa. A lealdade é um passo além da fidelidade, onde o cliente passa a não querer experimentar outras marcas.

Para Kotler (2012), Quando se percebe a ocorrência da lealdade pressupõe-se que a satisfação esteja sendo atendida e são nestes momentos que se devem fortalecer os vínculos com seu cliente. Ter informações sobre ele pode ser um bom começo, pois se o mesmo resolve comprar em sua empresa ou adquirir um serviço é porque ele já confia em sua empresa o suficiente para compartilhar informações pessoais. Este processo deve ser gradativo. Estas informações devem ser usadas não somente quando o cliente está na loja, mas também em casa ou no trabalho e não no sentido de ser inconveniente, mas para que o mesmo perceba que ele é importante para a empresa e que o relacionamento vai muito além da empresa lucrar com sua compra.

Segundo Melo (2005), cada cliente possui uma visão diferente em relação, ao que a empresa entrega de valor para o mesmo. Uma vez que a empresa entende o que o cliente deseja, pode direcionar suas estratégias tornando-as, mas eficazes.

Ainda segundo Melo (2005) a figura abaixo apresenta os principais fatores que influenciam para que o cliente tenha satisfação e possa ser fiel.

Figura 2 – Principais fatores para Lealdade



Fonte: Melo (2005, p.10)

Neste modelo fica claro que a empresa precisa entender primeiramente as variáveis que o cliente percebe para poder focar nestes princípios até chegar ao fator lealdade.

2.7 Segmento de Varejo de Cosméticos

O Brasil é o terceiro mercado mundial de cosméticos e nos últimos 13 anos vem evoluindo constantemente. Este crescimento vem acompanhando o crescimento da mulher no mercado de trabalho. O consumo de produtos desta área também está atingindo o público masculino, que cada vez mais se preocupa com a boa aparência. As tecnologias empregadas neste setor fazem toda diferença para levar variedade e qualidade aos consumidores já que a busca pela beleza é contínua. Tudo isso fez com que o país ocupasse esta posição. SEBRAE, (2014).

Abaixo segue a tabela com os dados dos principais países que se destacam neste mercado:

Quadro - 01 - Ranking Global de vendas

	US$ Bilhões		Em Percentual	
	(Preço ao consumidor)			
HPPC	2011	2012	Part. (%)	Var 2012 x 2011 (%)
Mundo	427,3	433,3		1,4% (2,6%)*
01.EUA	66,5	68,7	16%	3,30%
02.Japão	47	47,3	11%	0,50%
03.Brasil	41,7	41,80 (46,9)*	10% (11%)*	0,1% (12,4%)
04. China	28,5	32	7%	12,40%
05. Alemanha	19,1	18	4%	-5,80%
06.Reino Unido	16,5	16,7	4%	1,50%
07.França	17,2	16,1	4%	-6,50%
08.Russia	13,8	13,8	3%	-0,30%
09. Italia	12,9	11,9	3%	-8,00%
10.México	9,8	9,9	2%	1,50%
TOP TEM	273	276,20 (281,3)*	64%	1,1% (3,0%)*
*desvalorização do dólar ABHPEC 17,4% (CASO ESSA DESVALORIZAÇÃO TIVESSE SIDO DE 5%				

Fonte: ANVISA (2013)

De acordo com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA, 2013), cosméticos são os produtos com substâncias naturais e sintéticas, para uso externo (pele, sistema capilar, unhas, lábios, órgãos genitais externos, dentes e membranas mucosas da cavidade oral), para limpeza e para melhorar a aparência.

São exemplos de Cosméticos: pós-faciais, talcos, cremes de beleza, creme para as mãos e similares, máscaras faciais, loções de beleza, soluções leitosas, cremosas e adstringentes, loções para as mãos, bases de maquilagem e óleos cosméticos, rouges, blushes, batons, lápis labiais, preparados antissolares, bronzeadores e simulatórios, rímeis, sombras, delineadores, tinturas capilares, agentes clareadores de cabelos, fixadores, laquês, brilhantinas e similares, tônicos capilares, depilatórios, preparados para unhas e outros.

Abaixo um demonstrativo dos produtos com mais evolução no mercado nacional:

Quadro - 2 - Evolução do Mercado/ Categoria/ Valor de Consumo

Categoria	Valores obtidos em bilhões				
	2012	2013	2017	var% 12x11	CARG (12-17)
HPPC	81,5	92,1	142,5	16,70%	11,80%
Produtos infantis	3,7	4,2	6,4	16,30%	11,60%
Sabonetes	6,5	7	9,6	11,10%	8,20%
Maquiagem	6,8	7,8	13	12,40%	13,90%
Desodorante	8,4	9,6	14,1	17%	11,10%
Depilatórios	0,7	0,8	1,5	38,40%	18,10%
Fragrância	12,6	14,2	21,5	15%	11,20%
Cabelos	18,1	20,2	31,5	18,70%	11,70%
Produtos Masculinos	8,4	9,7	17,3	24,90%	15,40%
Higiene oral	6,6	7,6	11,9	18,20%	12,60%
Pele	8,9	10,3	15,7	13,70%	11,90%
Protetor Solar	2,8	3,1	4,9	15,80%	12,20%

Fonte: ANVISA (2013)

Ainda de acordo com o SEBRAE, a classe B lidera o consumo de higiene e cosméticos no país, com participação de 41% nas vendas e ainda afirma que as classes C e D apontam que gastos com cosméticos são maiores do que os gastos com arroz e feijão, confirmando assim, os dados abaixo sobre o crescimento das empresas de cosméticos no Brasil.

3 METODOLOGIA

3.1 Tipologia da pesquisa

Segundo Andrade (2003, p. 123), o tipo de pesquisa resumo de assuntos é o mais comum ‘‘para ampliação da bagagem cultural do estudante, preparando-o para, futuramente, desenvolver pesquisas mais amplas e trabalhos originais’’. Para Marconi e Lakatos (2002), é descobrir respostas para questões, mediante a aplicação de métodos científicos. Ela parte de um problema, de uma interrogação, e deve se basear em uma teoria, que serve como ponto de partida para uma investigação bem sucedida.

3.2 Quanto aos objetivos

Gil (1999) afirma que a ciência tem como objetivo fundamental chegar a veracidade dos fatos. Podemos entender que se diferencia das outras formas de conhecimento. O método pode ser definido como um caminho para chegar a determinado fim.

Para este estudo foi necessário a pesquisa descritiva que, segundo Amado *et al* (2007), esta ressalva, avalia e correlaciona fatos ou fenômenos sem manipulá-los. Desta maneira, a pesquisa descritiva se configura como um estudo de fenômenos existente em determinada comunidade, grupo ou empresa.

3.4 Quanto aos procedimentos

A abordagem da pesquisa é classificada como um estudo de caso, que para Beuren (2006), pode-se utilizar este estudo uma vez que se deseja aprofundar-se a um determinado assunto e aprofundar seu conhecimento a respeito.

Sampieri (2006) diz que o estudo de caso pode ser útil para assessorar, desenvolver processos de intervenção em famílias.

3.5 Quanto à abordagem do problema

Tem como base a abordagem quantitativa. Para Richardson (1999), a abordagem quantitativa fica clara pela aplicação de coletas de informação e também

pela análise por meio de técnicas estatísticas, incluindo percentual, média, desvio-padrão até coeficiente de variação, para chegar ao resultado.

É possível entender o comportamento através de uma amostra da população, por exemplo, com o levantamento dos dados, ou seja, torna-se viável utilizar os instrumentos estatísticos para uma pesquisa desde a coleta até analisar o resultado da mesma.

3.6 População e Amostra

Segundo Beuren (2006 p. 120), “Amostra é uma pequena parte da população ou do universo selecionada em conformidade as regras”.

Denomina-se amostra um subgrupo de elementos de determinada população. Poucas são as vezes em que um pesquisador consegue medir ou analisar toda população. Por isso, a amostra surge como parte da população para conseguir realizar tal estudo. (SAMPIERI, COLLADO e LUCIO, 2006).

Desta forma a pesquisa foi realizada em uma loja de cosméticos na cidade de Cascavel no Estado do Paraná. A pesquisa se desenvolveu através de questionários, no qual foram aplicados aos clientes que frequentam a loja. Estes questionários foram entregues a uma amostra de 150 pessoas, os clientes cadastrados na loja são aproximadamente 5.000 pessoas, com este total de questionário será possível compor e comparar os dados futuramente.

3.7 Coleta e Análise dos Dados

O instrumento de coleta de dados foi um questionário contendo 27 questões objetivas, entre o mês de julho e agosto no qual haverá total sigilo quanto à identificação dos participantes da pesquisa. Os clientes responderão aos questionários individualmente após orientações sobre o objetivo da pesquisa.

Para Marconi e Lakatos (2007), a entrevista, por ser de natureza imperativa, pois permite tratar de temas complexos, explorando em profundidades. Após a coleta dos dados através de um questionário, os mesmos foram analisados por ferramenta estatística.

4. RESULTADOS

A partir das informações coletadas junto aos clientes de uma loja de cosméticos, foi feita a análise e interpretação dos dados de forma quantitativa buscando identificar como o marketing de relacionamento influência na compra e na percepção do cliente.

Os resultados da pesquisa serão expostos por meio de gráficos e tabelas que facilitam a compreensão e interpretação das informações.

Participaram da pesquisa 150 clientes de uma loja atingindo o objetivo esperado em relação ao estipulado no inicio do trabalho.

Tabela - 01 Dados Sociodemográficos

Variáveis	Categorias	n	%
Gênero	Feminino	144	96%
	Masculino	6	4%
Idade	Menos de 18 anos	29	19%
	Entre 18 e 25 anos	69	46%
	Entre 26 e 35 anos	28	19%
	Entre 36 e 55 anos	14	9%
	Acima de 55	10	7%
Renda	Até R$ 1.449,99	57	38%
	De R$ 1.450,00 À R$ 2.899,99	73	48%
	De R$ 2.900,00 À R$ 7.249,99	19	13%
	De R$ 7.250,00 À R$ 14.499,99	1	1%
	Acima de R$ 14.500,00	0	0%
Total		150	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

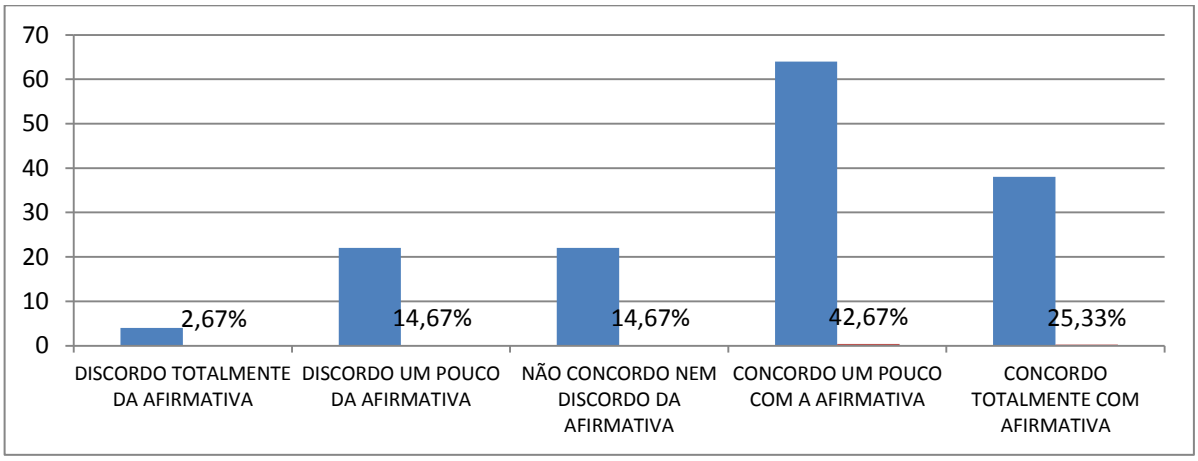
Conforme apresentado na tabela, pode-se observar que o sexo feminino é o público que mais compra nessa loja de cosméticos 96%, já o sexo masculino resulta em 4% do total de entrevistados da amostra.

A maioria dos dados obtidos foram possíveis através de afirmativas nas quais os entrevistados precisavam dizer se concordavam totalmente, um pouco, se não concordavam nem discordavam ou se discordavam totalmente ou parcialmente delas.

Analisando os dados, é possível verificar que a maioria dos clientes dessa loja são pessoas entre 18 e 25 anos (46%), 19% são menores de 18 anos ou estão entre os 26 e 35 anos, 9% tem de 36 a 55 anos e 7% tem mais de 55.

Identificou-se que 38% dos entrevistados possuem renda familiar de até R$ 1.449,99, 48% de R$ 1.450,00 á R$ 2.899,99, 13% de R$ 2.900,00 á 7.249,99 e 1% de R$ 7.250,00 á R$ 14.499,99. Nenhum dos clientes que responderam ao questionário afirmou ter uma renda familiar acima de R$ 14.500,00.

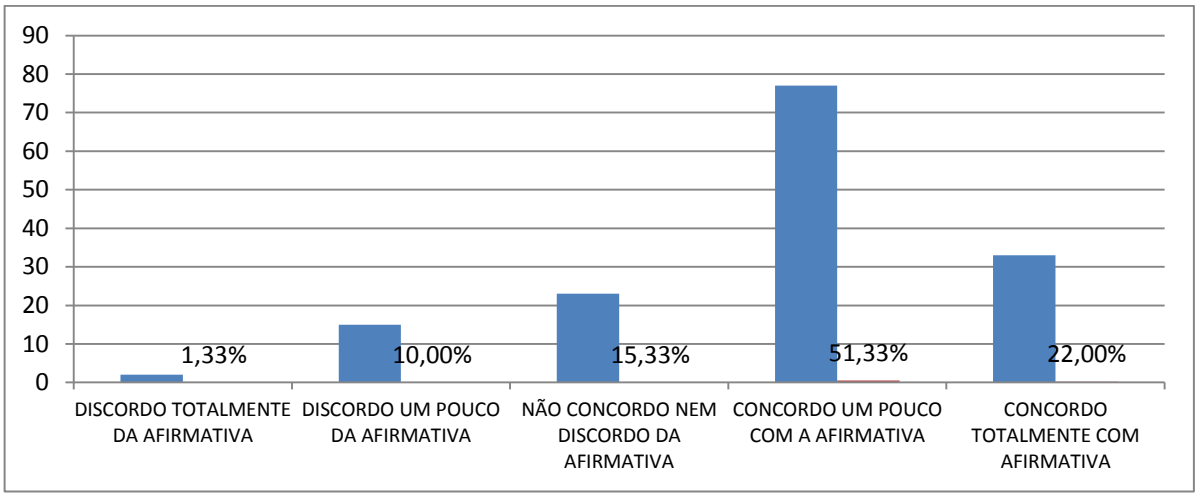
Gráfico 01 - Eu compro esse tipo de produto/serviço com frequência



Fonte: Dados da pesquisa (2014)

O gráfico 01 foi elaborado com base na pergunta feita aos clientes sobre a frequência com que efetuam compras em relação aos produtos e serviços oferecidos pela loja. Eles deveriam dizer se concordavam ou não com a afirmativa: Compro esse tipo de produto/serviço com frequência. Sendo assim, 42,67% dos entrevistados concordam um pouco com a afirmativa, pois não compram com muita frequência, 25,33% concordam que compram esses produtos, 14,67% discordam da afirmativa e o mesmo percentual não concordam nem discordam. Os que discordam totalmente da afirmativa somam 2,67%, pois não utilizam este tipo de produto com uma frequência considerável.

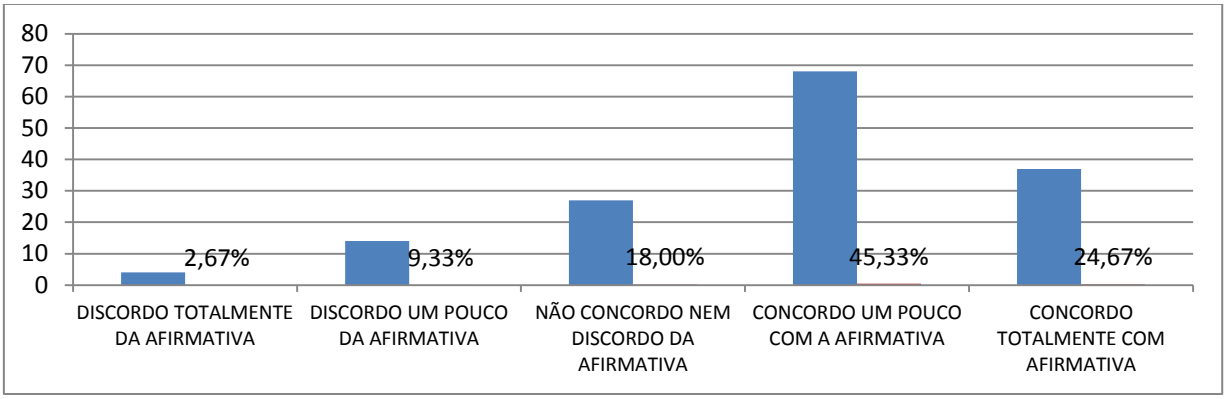
Gráfico 02 - Na maior parte das vezes em que compro esse produto/serviço compra desta empresa



Fonte: Dados da pesquisa (2014)

A afirmativa: na maior parte das vezes em que compro esse tipo de produto/serviço compro dessa empresa, contribuiu para a elaboração do gráfico 02. Conforme observado, 51,33% dos entrevistados concordam um pouco com a afirmativa, pois estes produtos podem ser encontrados em diversos lugares, como farmácias ou catálogos, 22% concordaram que quando precisam deste tipo de produto compram sempre neste local, 15,33% não concordam nem discordam, pois para eles é indiferente o local onde os compram e apenas 1,33% afirmam que discordam da afirmativa.

Gráfico 03 - Pretende adquirir outros produtos/serviços dessa empresa

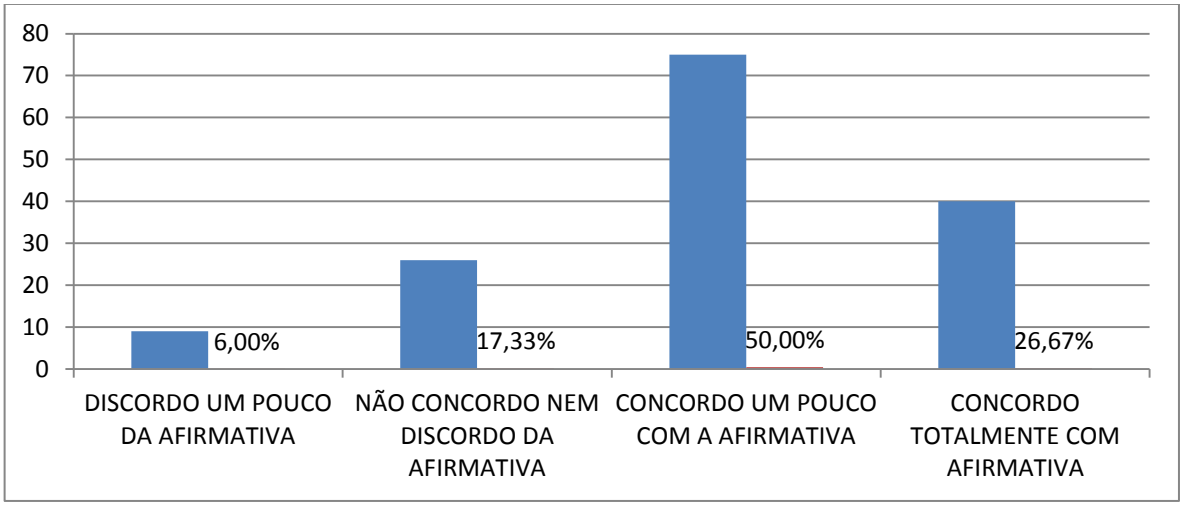


Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Quando perguntado se as pessoas pretendem voltar a esta loja para adquirir outros produtos ou serviços, 45,33% dos entrevistados concordaram um pouco com a afirmativa, 24,67% concordaram totalmente, 18% dizem não concordar nem

discordar da afirmativa, 9,33% discordam um pouco e 2,67% discordaram totalmente.

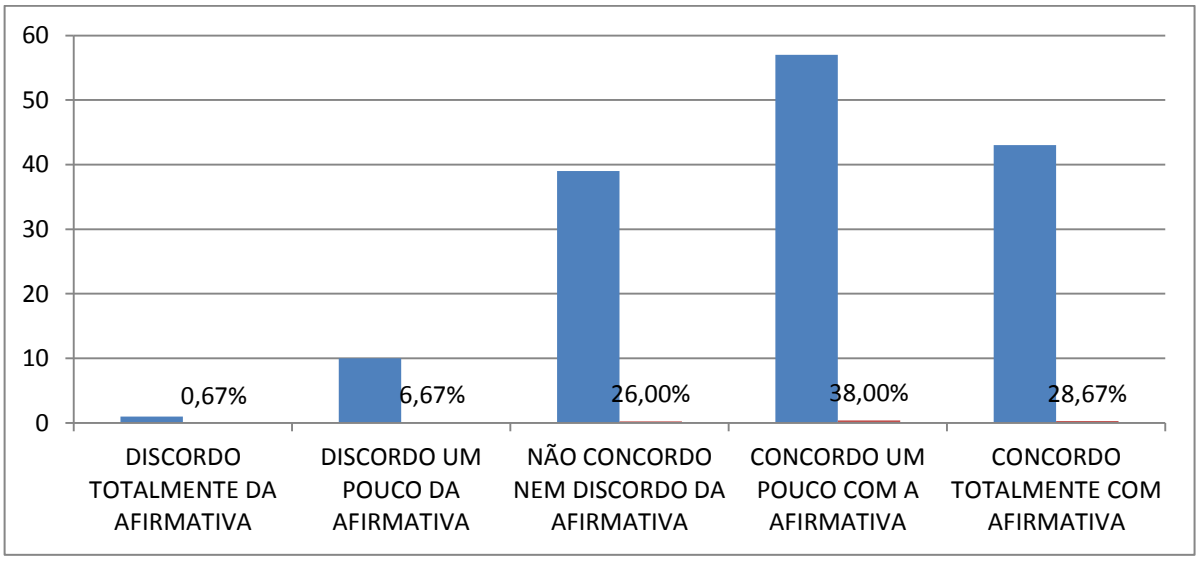
Gráfico 04 - Esta empresa me trata como um cliente importante



Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Para a elaboração do gráfico 04, foi solicitado saber se o cliente se sentia importante para a empresa. Sendo assim, 50% dos clientes entrevistados diziam que concordavam um pouco com a afirmativa, 26,67% concordavam totalmente, 17,33% não concordam nem discordavam e os que discordavam um pouco da afirmativa somam 6%.

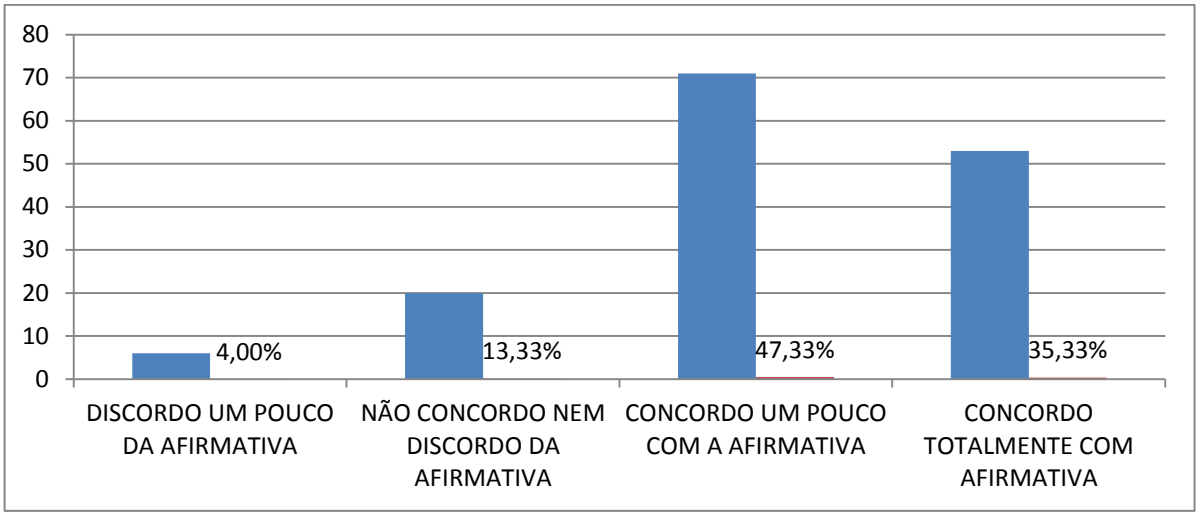
Gráfico 05 - Esta empresa recompensa a minha fidelidade



Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Em relação aos dados do gráfico 05, foi observada a recompensa que os clientes tinham por serem fieis a esta loja. A maioria dos clientes que responderam ao questionário discorda totalmente dessa afirmativa (67%), 38% concordaram um pouco, enquanto 28,67% concordaram que tenham recompensas por serem fieis a esta loja. Os que não concordam nem discordam somam 26% dos entrevistados e 6,67% discordam um pouco da afirmativa.

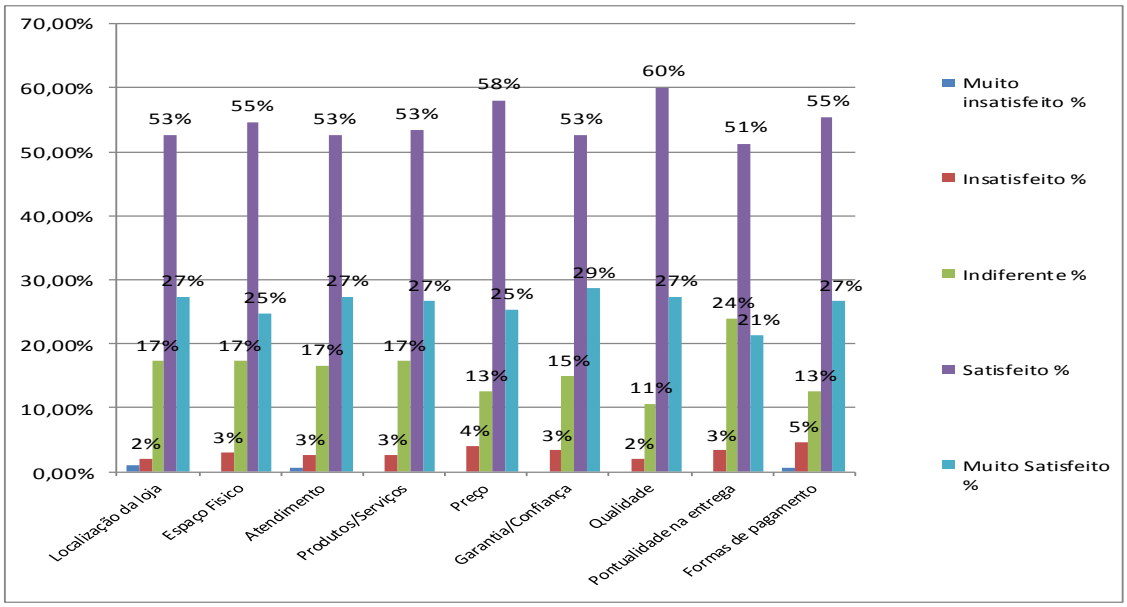
Gráfico 06 - Eu recomendo essa empresa a amigos e familiares



Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Conforme os dados do gráfico 06, 47,33% dos entrevistados concordam um pouco com a afirmação: eu recomendo essa empresa a amigos e familiares, 35,33% concordam totalmente, 13,33% não concordam nem discordam e apenas 4% discorda um pouco da afirmativa.

Gráfico 07 - Grau de Satisfação



Fonte: Dados da pesquisa (2014)

No gráfico 07 são apresentados os atributos que são valorizados pelos clientes. Como pode se observar, a posição de satisfação tem um destaque entre as outras variáveis apresentadas no gráfico. O item que se destacou entre os demais é a qualidade percebida pelos clientes, com 60%. Este fator está relacionado aos produtos, nos quais os clientes encontram o que realmente os satisfaz. O que a empresa precisa melhorar, segundo o gráfico, é o posicionamento da loja, pois há 2% que se manifestaram como muito insatisfeitos. Outros itens que influenciam diretamente na decisão dos clientes e que precisão ser melhor analisados são: atendimento, que ficou com uma escala de 53% de satisfação, junto com produtos e serviços, garantia, confiança e localização da loja; as formas de pagamento, que somaram 55%, juntamente com espaço físico; pontualidade na entrega, com 51% de entrevistados satisfeitos; e o preço com 58% de satisfação. No geral todas as variáveis tiveram um bom desempenho, mas não deve-se esquecer da questão na qual os clientes ficaram indiferentes a alguns itens ou insatisfeitos, que mesmo que sejam poucos, precisam de atenção para verificar possíveis melhorias.

Tabela - 02 Fator Médio Desvio Padrão e Variância

Percepção	Média	Desvio Padrão	Variancia
Eu compro esse tipo de produto/serviço com frequencia	3,73	1,079	1,163
Na maior parte das vezes em que compro esse produto/serviço compro desta empresa	3,83	,932	,869
Pretendo adquirir outros produtos/serviços dessa empresa	3,80	1,003	1,007
As experiencias/contatos com essa empresa superam minhas expectativas	3,79	,992	,984
Esta empresa preocupa-se com a sociedade e o meio ambiente	3,77	,883	,780
Esta empresa é correta e honesta com seus clientes	4,02	,863	,745
Identifico-me com essa empresa	3,91	,885	,783
Esta empresa me trata como um cliente importante	3,97	,827	,684
Esta empresa recompensa a minha fidelidade	3,87	,929	,863
Esta empresa estimula a interação e o contato entre os seus clientes	4,00	,859	,738
Há poucas empresas concorrentes que tem a mesma importancia para mim	4,01	,847	,718
Dou atenção as informações sobre essa empresa	3,95	,842	,709
A empresa procura conhecer minhas preferencias, duvidas e sugestões	3,98	,815	,664
Esta empresa (produtos, serviço, informação, procedimento) merece minha confiança	4,14	,742	,551
Eu recomendo essa empresa a amigos e familiares	4,14	,795	,631

Satisfação	Média	Desvio Padrão	Variancia
Localização da loja	4,04	,767	,589
Espaço Fisico	4,01	,746	,557
Atendimento	4,03	,781	,610
Produtos/Serviços	4,04	,741	,549
Preço	4,05	,736	,541
Garantia/Confiança	4,07	,757	,573
Qualidade	4,13	,669	,447
Pontualidade na entrega	3,91	,763	,582
Formas de pagamento	4,03	,802	,644

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Em relação à tabela 02, foi apresentado através de ferramentas estatísticas as médias, o desvio padrão e as variâncias para os dados obtidos em toda a pesquisa, onde a média é a soma de todos os valores observados divididos pelo número total.

O desvio padrão como já citado anteriormente possui propriedades que o torna uma medida de dispersão muito útil para se descrever a variação observada nos valores de um conjunto e informar a homogeneidade de tal conjunto. Assim, quando o desvio padrão da série é pequeno a amostra é homogênea, quando o valor é alto a amostra é heterogênea, ou seja, quanto mais o desvio padrão for aproximado de zero, significa que as respostas tem um fator em comum e quanto mais se distanciam de zero mais diferença há nas respostas.

O coeficiente de variação é uma medida de dispersão relativa, pois expressa a relação percentual do desvio padrão em relação à média.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a elaboração deste artigo buscou-se estudar o Marketing de relacionamento e sua influência para a fidelização de clientes em uma loja de Cosméticos.

A formulação do problema central resume-se na seguinte pergunta: Qual a influência do marketing de relacionamento na fidelização de clientes em uma loja de cosméticos? Com o propósito de responder a essa pergunta desenvolveu-se um objetivo geral que buscou analisar como o marketing de relacionamento influência na fidelização dos clientes em uma loja de cosméticos. Para que esse objetivo geral fosse alcançado, foi preciso desdobrá-lo em três objetivos específicos.

A empresa possui a vantagem em relação ao marketing de relacionamento, no qual se observa que os clientes, de um modo geral, estão satisfeitos com o que a loja os oferece em relação a preços, produtos, localização e formas de pagamento, o que pode trazer muitas vantagens para a empresa, pois se os clientes estão satisfeitos com estes itens é porque a loja está conseguindo alcançar o que o cliente procura, portanto, confirma o que está no referencial teórico quando se apresenta que para Kotler (2009) manter um relacionamento com o cliente pode reduzir os custos da empresa, pois quanto mais clientes satisfeitos maiores as chances de torná-los fiéis a sua empresa.

Ao verificar se o marketing de relacionamento está sendo utilizado para fidelizar os clientes da empresa, observa-se uma dificuldade em realmente por em prática todas as opções que o marketing de relacionamento oferece. Observa-se que a empresa tem os clientes satisfeitos na sua grande maioria, mas falta uma manutenção para que a fidelização e lealdade sejam completas. Kotler (2009) ainda afirma que um dos segredos para o alto nível de fidelidade contínua é saber identificar o valor que o cliente necessita e procura. Este valor está sendo identificado, mas não de forma contínua. O relacionamento com o cliente precisa ser além dos limites da loja.

Para as possíveis melhorias no marketing de relacionamento com os clientes recomenda-se que a empresa, em estudo, busque um conhecimento mais aprofundado sobre o marketing de relacionamento para melhor relacionar a teoria com a prática, pois se percebe que a empresa sabe utilizar, mas não tem domínio sobre a teoria, faltando uma continuidade no relacionamento com os clientes, pois o fato de estarem satisfeitos não significa serem fiéis a loja continuamente.

Em relação à pergunta-problema levantado nessa pesquisa, a empresa, através do marketing de relacionamento, pode conhecer os seus clientes para atendê-los de forma diferenciada em relação a concorrência, estabelecendo um relacionamento que irá proporcioná-los à satisfação e a fidelização. Portanto, o esforço que a empresa empreende para fidelizar clientes, auxiliada pelo marketing de relacionamento, gera resultados positivos, pois a empresa, em estudo, possui uma vantagem competitiva em ter clientes na sua grande maioria satisfeitos. Segundo Kotler (2012), quando se percebe a ocorrência da lealdade pressupõe-se que a satisfação esteja sendo alcançada, mas também precisa trabalhar mais, pois ainda há muitos que não entendem que a empresa satisfaça suas expectativas e é em relação a eles que se deve ter maior atenção.

Por se tratar de uma loja de cosméticos, foram entrevistadas na sua maioria clientes mulheres, tendo em vista que a busca pela beleza é cada vez maior. Conforme observado no referencial teórico, o SEBRAE traz dados de que o Brasil é o terceiro mercado de consumo de cosméticos no mundo, então é preciso estar atento, pois o valor que os clientes procuram em produtos pode não ser sempre o mesmo e as tendências podem mudar o cenário de consumo. Portanto, a loja precisa estar cada vez mais estreitando o relacionamento com o cliente para entender o que realmente ele procura.

Percebeu-se que além do estudo sobre a influência do marketing de relacionamento na fidelização de clientes, buscando o entendimento desse assunto, existe um ponto importante para contribuir ainda mais para o conhecimento do tema em questão: a sua implantação dentro da empresa devido à grande necessidade e pouco conhecimento que as empresas têm atualmente sobre o marketing de relacionamento, recomenda-se novos estudos direcionados a esse tema.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Como Preparar trabalhos para cursos de pós graduação:** Noções praticas. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ANVISA-AgenciaNacionalde Vigilância Sanitária. **Classificação de produtos de Higiene.** Disponivel em: <http://portal.anvisa.gov.br/wps/content/Anvisa+Portal/Anvisa/Inicio/Cosmeticos/Assuntos+de+Interesse/O+quesmetico/Classificacao+de+Produtos+de+Higiene+Pessoa

l%2C+Cosmeticos+e+Perfumes>. Acesso em: 24 Abr., 2014

BARLETTA, Martha; **Marketing para Mulheres.** 14. ed.Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

BEUREN, Ilse Maria. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

CERVO, Amado Luiz *et al.* **Metodologia científica.** 6.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHAVES, Mayara. **Saiba como fazer analise SWOT.** Revista Administradores, 13 de março de 2013, às 10h02 http://www.administradores.com.br/noticias/negocios/saiba-como-fazer-uma-analise-swot/73989/. Acesso em 08 de jun. 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3.ed. São Paulo: Altas. 1991.

GIL, Antonio Carlos. **Metodos e técnicas de pesquisa social.** 5. Ed. São Paulo: Atlas,1999.

GORDON, Ian. **Marketing de relacionamento**: estratégias, técnicas e tecnologias para conquistar clientes e mantê-los para sempre. 5. ed. São Paulo: Futura, 2002.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. **Administração do Marketing**. 10. ed. São Paulo: Pearson, 1998.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. **Administração do Marketing**. 12. ed. São Paulo: Pearson, 2009.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. **Administração do Marketing**. 14. ed. São Paulo: Pearson, 2012.

MAJEAU M. Pedro - **Negócios de Valor – Serviços de fidelização de clientes.** Disponívelem:<http://www.negocios-de-valor.com/fidelizacao_de_clientes.asp>. Acesso em 15 abr. 2014

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MELO, Alexandre. **Marketing de Relacionamento e CRM.** São Paulo: Catho Online, 2005. Disponível em: http://biblioteca.ecscnet.com.br/biblioteca/index.php?resolution2=1024_1. Acesso em: 15 abr. 2014.

PORTER, Michel E. **Estratégia Competitiva:** Técnicas para análise de indústrias e da concorrência. 9 ed. São Paulo: Elsevier, 2004.

POSER, Denise Von. **Marketing de Relacionamento:** Maior Lucratividade Para Empresas Vencedoras**.** São Paulo: Manole, 2005**.**

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SAMPIERI, Robrto Hernandez *et al.* **Metodologia de Pesquisa**.3 ed. São Paulo: Mc Graw-Hill, 2006

SEBRAE – Serviço Brasileiro de apoio as micro e pequenas empresas. **Cosméticos**. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/setor/cosmeticos/o-setor/mercado/ consumo/ bia-748.5/BIA_7485>. Acesso em: 23 abr. 2014.

SWIFT, Ronald. CRM-Customer Relationship Management.**O revolucionário marketing de relacionamento**. Rio de Janeiro: Campus.

XII JORNADA CIENTÍFICA
“EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E PÓS-MODERNIDADE”

ARTIGOS

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3653 - Fax: (45) 3036-3638
www.univel.br

FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO: AQUISIÇÃO OU CONSTRUÇÃO DE IMÓVEL NOVO, QUAL FORMA É MAIS VIÁVEL?

Alexandre Vanderlei Verga[8], Antônio Augusto Meyer[9], Claudemir Krik[10], Raphael Fellipe Sletten[11], Tiago Soares dos Santos[12]

Escrito para apresentação na XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Educação, tecnologia e pós-modernidade"
28 e 29 de outubro de 2014 – UNIVEL – CPE – Cascavel-PR
ISBN 978-85-98534-11-4

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo verificar qual a melhor opção econômica de financiamento imobiliário para uma área comercial no bairro Santa Fé em Cascavel. O estudo consiste numa pesquisa descritiva, em que foram entrevistados 5 gerentes de 5 instituições financeiras, analisando a proposta de financiamento de R$ 300.000,00 a 180 meses onde se constatou que tanto a aquisição do imóvel, quanto a construção do imóvel novo, o banco B é a mais viável devido a baixa taxas de juros nominais e efetivos atrelada a entrada solicitada. Com isso, o trabalho contribui significativamente para a revelação da melhor forma de um financiamento imobiliário, analisando a viabilidade do seu projeto perante ao artigo.

PALAVRAS-CHAVE: Financiamento, empréstimo, benefício.

1. INTRODUÇÃO

A tomada de decisão em adquirir um produto novo ou usado se destaca, por que muitos aspectos devem ser analisados. Envolve uma situação em que fazer a

[8] Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[9] Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[10] Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[11] Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[12] ORIENTADOR: Professor do Curso de Ciências Contábeis da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

aquisição de um imóvel usado, deve se analisar a condição do produto, garantias, despesas de reparo e bom funcionamento.

No Brasil, existem inúmeras formas de financiamento e com taxas diferenciadas, com isso disponibilizando ao consumidor uma ampla opção de escolha. Porém, mesmo com tantas opções o consumidor deve estar atento às taxas de juros e demais encargos cobrados nos seus financiamentos para verificar a prática de juros e encargos ilegais e abusivos que podem vir a ocorrer. Para que o consumidor fique satisfeito a melhor coisa a se fazer é analisar as opções de financiamento existentes no Brasil de acordo com seu projeto já definido.

Esse artigo identificou a melhor forma de financiamento para uma área comercial no bairro Santa Fé em Cascavel. Com base no referencial teórico, pesquisas e simulações com cinco instituições financeiras, o objetivo foi verificar a melhor opção econômica de financiamento imobiliário. Seja de aquisição ou construção de uma área comercial. Tendo como objetivos específicos: apontar características das modalidades; comparar os resultados das simulações financeiras e demonstrar em dados qual financiamento é mais viável.

A pesquisa se justifica por buscar uma maior compreensão dos tipos de financiamento imobiliário possibilitando maior organização do conhecimento sobre o assunto abordado.

Acrescente-se, ainda, o fato de que o desenvolvimento de uma pesquisa sobre financiamento imobiliário será proveitoso para os acadêmicos e comunidade em geral, haja vista que uma maior compreensão e organização do conhecimento nessa área podem oferecer importantes instrumentos caso pretendam optar por este tipo de financiamento, analisando assim a viabilidade do seu projeto perante ao artigo.

2 DESENVOLVIMENTO

Neste momento será apresentada a base teórica que sustenta esta pesquisa. O desenvolvimento da teoria se dá a partir da análise detalhada de pesquisas e estudos já realizados e da escolha de determinadas linhas de orientação.

2.1 Financiamento

Na hora de construir, reformar ou adquirir imóvel novo ou usado, e necessita de empréstimo, o questionamento, que surge é onde e como devo fazer? Geralmente a maioria das pessoas buscam o financiamento que é um investimento que viabiliza rapidamente, porém, tem seu preço em virtude da existência da taxa de juros, onde de acordo com Hoji (2009, p.59) “a taxa de juros é determinada no mercado financeiro, basicamente, em função da oferta e procura de recursos financeiros. Porém, quanto maior for a incerteza do retorno do capital investido, maior deverá ser a taxa de juros”.

No projeto da construção do imóvel próprio têm que saber qual a melhor forma de empréstimo a ser obtido junto às instituições financeiras, de acordo com Ribeiro (2009, p.182) “empréstimo é o ato de confiar a alguém, durante tempo determinado, certa quantia em dinheiro, que será restituída posteriormente ao dono, com ou sem acréscimo de juros e correção monetária”.

Na concepção de Matarazzo (2003, p.290) “os financiamentos são recursos que a empresa utiliza por certo tempo, durante o qual deve efetuar a devolução dos mesmos em parcelas”. Ou seja, eles são tomados para suprir uma necessidade da empresa que quer expandir seu ativo circulante e permanente, ou para aquelas que estão iniciando suas atividades como capital de giro para suas operações.

Ao financiarmos os juros são embutidos automaticamente, pois, são o lucro da instituição perante aos recursos adquiridos junto a essa instituição, de acordo com Casarotto Filho; Kopittke (2008) “os juros compostos são os mais utilizados na modalidade, utilizados no período de capitalização, os juros são somados ao saldo anterior. Os juros simples são adicionados ao principal, juros diretos ao montante emprestado”.

Para obter uma análise verdadeira é importante conhecer as taxas reais que serão pagas nos financiamentos, pois este conhecimento “é fundamental para a negociação com as instituições financeiras e para uma avaliação do grau de alavancagem positiva ou negativa” (HUMMEL; TASCHNER, 1995 p.172).

Sendo assim o financiamento imobiliário é uma linha de crédito que toma como garantia o bem que está sendo adquirido, através da alienação fiduciária, ou seja, a transferência da propriedade de um bem móvel ou imóvel do devedor ao credor para garantir o cumprimento de uma obrigação.

2.2 Análise de crédito

Para concessão de crédito é necessário uma análise das condições do tomador de crédito, pois está condicionado a determinadas exigências, das quais inclui nome limpo na praça, garantias, avalista, documentos que comprovem solidez do empreendimento. No caso da análise de crédito para empresas de acordo com Matarazzo (2003, p.17),

> [...] as demonstrações financeiras que, por sua vez precisam ser transformada em informações que permitam concluir se a empresa merece ou não crédito, se vem sendo bem ou mal administrada, se tem ou não condições de pagar suas dívidas, se é ou não lucrativa, se vem evoluindo ou regredindo, se é eficiente ou ineficiente, se irá falir ou se continuará operando. (MATARAZZO, 2003, p. 17).

As instituições financeiras em um processo de seleção de crédito deve-se avaliar conforme Gitman (2004, p.520) a "[...] qualidade do cliente, do ponto de vista do risco de crédito, e sua comparação aos padrões de crédito da empresa". Ou seja, os requisitos mínimos para conceder crédito a um cliente.

Em relação a garantias na opinião de Gitman (2004, p.554),

> [...] a existência da garantia pode reduzir perdas em caso de inadimplência do devedor, mas a presença dela não exerce nenhum efeito sobre o risco de inadimplência. Um credor exige garantia real para assegurar a recuperação de parte do empréstimo em caso de inadimplência. O que ele quer, acima de tudo, é receber os pagamentos previstos. Em geral, os credores preferem fazer empréstimos menos arriscados, a taxas de juros mais baixas, a se encontrar na posição de precisar liquidar ativos dados em garantia. (GITMAN, 2004, p. 554).

Sendo assim, as garantias representam o comprometimento de outras pessoas, tanto físicas como jurídicas pela dívida assumida, onde poderá ser bens móveis e imóveis que responderão pela dívida caso não ocorra o pagamento pelo devedor.

2.3 Contabilização

No que tange a contabilização de um financiamento imobiliário na empresa, Schmidt (2003, p.216) relata que "as contas de financiamentos e empréstimos a

pagar destinam-se a registrar tanto os financiamentos obtidos junto a instituições financeiras no país quanto no estrangeiro".

3 METODOLOGIA

Com o presente estudo, busca-se demonstrar a viabilidade econômica e financeira de um financiamento imobiliário, onde por meio de pesquisa bibliográfica, artigos, revistas especializadas e leituras em materiais disponíveis eletronicamente, busca-se evidenciar a todos os interessados uma visão mais ampla de financiamento imobiliário.

A presente pesquisa foi segmentada em fontes bibliográficas que de acordo com Cervo (2007, p.60) "[...] procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em artigos, livros, dissertações e teses."

E o desenvolvimento, foi baseado em pesquisa descritiva que de acordo com Gil (2002, p.42) "são inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma das suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados [...]". Cervo (2007, p.61) realça que "a pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los."

A coleta de dados conforme Cervo (2007, p.62-63) "[...] aparece como uma das tarefas características da pesquisa descritiva. Para viabilizar essa importante operação da coleta de dados, são utilizados, como principais instrumentos, a observação, a entrevista, o questionário e o formulário."

Foi utilizada como instrumento de coleta de dados a entrevista que segundo Cervo (2007, p.51) "é uma conversa orientada para um objetivo definido: recolher, por meio do interrogatório do informante, dados para a pesquisa."

A entrevista ocorreu junto a cinco gerentes de instituições financeiras do município de Cascavel, onde foi feito as simulações de crédito, sendo que por questões éticas descrevemos como banco A; banco B; banco C; banco D e banco E.

O trabalho tem abordagem quantitativa, que de acordo com Moretti (2008, p.21) "[...] conforme o próprio nome indica, significa quantificar opiniões, dados, nas formas de coleta de informações [...]". Moretti (2008, p.21) realça que "o método quantitativo é muito usado no desenvolvimento das pesquisas descritivas, na qual se

procura descobrir e classificar a relação entre variáveis [...]". Sendo assim quantificamos os resultados onde repassaremos abaixo.

4. RESULTADOS

Na entrevista com as cinco instituições financeiras, repassamos a proposta de financiamento de R$ 300.000,00 em 180 meses, e os bancos atenderam com as seguintes condições de financiamento, sendo que o banco D não utilizamos como análise de imóvel novo devido não aceitar a proposta solicitada e os bancos D e E foram descartadas na análise do financiamento para construção por também não atenderem as propostas e condições do tomador de crédito.

Os dados repassados pelas instituições financeiras estão inclusos a taxa de manutenção de conta e a taxa de seguros que são obrigatórias em todas as operações de financiamento imobiliário.

TABELA 1 - Análise de financiamento para Imóvel Novo.

IMÓVEL NOVO	***BANCO A***	***BANCO B***	***BANCO C***	***BANCO D***	***BANCO E***
VALOR FINANCIADO	300.000,00	300.000,00	300.000,00	240.000,00	300.000,00
ENTRADA	150.000,00	90.000,00	100.000,00	SEM ENTRADA	90.000,00
PRAZO FINANCIADO	180 MESES	180 MESES	180 MESES	180 MESES	180 MESES
PRIMEIRA PARCELA	2.338,01	2.840,17	2.993,37	3.198,00	2.905,15
ÚLTIMA PARCELA	841,55	1.553,11	1.317,21	SEM PARCELA	1.301,39
JUROS EFETIVOS	12,50%+TR	9,30%	9,10%	9,30%	9,20%
JUROS NOMINAIS	11,84+TR	10,95%A.A	11,35%A.A	11,16%A.A	11,19%A.A

Fonte: Dados da pesquisa 2014.

No caso de financiarmos o imóvel novo o banco com menor taxa de juros e menor valor de entrada vem a ser o Banco B.

TABELA 2 - Análise de financiamento para Construção.

CONSTRUÇÃO	***BANCO A***	***BANCO B***	***BANCO C***	***BANCO D***	***BANCO E***
VALOR FINANCIADO	300.000,00	300.000,00	300.000,00	240.000,00	NI
ENTRADA	150.000,00	100.000,00	100.000,00	SEM ENTRADA	NI
PRAZO FINANCIADO	180 MESES	180 MESES	180 MESES	180 MESES	NI
PRIMEIRA PARCELA	2.283,23	2.706,11	3.011,45	3221,08	NI
ÚLTIMA PARCELA	841,24	1.482,39	1.492,14	SEM PARCELA	NI
JUROS EFETIVOS	12% A.A+TR	9,30%	9,30%	9,30%	NI
JUROS NOMINAIS	11,38%+TR	10,97%A.A	11,42%A.A	11,27%A.A	NI

Fonte: Dados da pesquisa 2014.

O financiamento da construção do imóvel novo o banco com menor taxa de juros e menor valor de entrada vem a ser o Banco B. Sendo assim, o banco B tanto na aquisição do imóvel novo, ou na construção é o mais viável nas análises apresentadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação a verificar qual a melhor opção econômica e financeira de financiamento imobiliário, a opção que encaixa melhor é a do banco B, onde as taxas e condições de juros e entrada são inferiores as outras 4 instituições.

REFERÊNCIAS

CASAROTTO FILHO, Nelson.; KOPITTKE, Bruno Hartmut. **Análise de investimentos:** Matemática Financeira; Engenharia Econômica; Tomada de decisão; Estratégia empresarial. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; DA SILVA, Roberto. **Metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

GIL, Antonio Carlos **. Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GITMAN, Lawrence Jeffrey. **Princípios da administração financeira.** 10. ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2004.

HOJI, Masakazu. **Administração Financeira e Orçamentária:** matemática financeira, estratégias financeiras, orçamento empresarial. 8. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

HUMMEL, Paulo Roberto Vampré.; TASCHNER, Mauro Roberto Black. **Análise e decisão sobre investimentos e financiamentos:** Engenharia econômica: teoria e prática. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2006

KRUL, Agenor.; POYER, Carlos Nilton.; RHODEN, Assabido. **Caminhos do investigar:** metodologia, técnica de pesquisa. Londrina/Campo Mourão: Cefil, 2001.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços:** Abordagem Básica e Gerencial. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MORETTI, Neuza. **Manual de metodologia científica:** como elaborar trabalhos acadêmicos. Cafelândia: Unica, 2008.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Intermediária:** atualizada conforme a Lei n° 11.638/2007 e Medida Provisória 449/2008. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SCHMIDT, Paulo.; DOS SANTOS, José Luiz.; GOMES, José Mário Matsumura. **Contabilidade Intermediária:** atualizada pela minirreforma tributária: Lei n° 10.637/02. São Paulo: Atlas, 2003.

XII JORNADA CIENTÍFICA “EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E PÓS-MODERNIDADE”

ARTIGOS

DIREITO

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3653 - Fax: (45) 3036-3638
www.univel.br

A CRIAÇÃO JUDICIAL DO DIREITO, A JUDICIALIZAÇÃO E O ATIVISMO JUDICIAL: UM PARALELO DENTRO DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Rubia Carla Pozzebon[13], Suzan Karoline Basgal[14], Eduardo Felipe Tessaro[15]

Escrito para apresentação na XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Educação, tecnologia e pós-modernidade"
28 e 29 de outubro de 2014 – UNIVEL – CPE – Cascavel-PR
ISBN 978-85-98534-11-4

RESUMO: Este trabalho teve por objetivo traçar um paralelo entre o que se entende por criação judicial do Direito, judicialização e ativismo judicial, buscando apresentar as discussões da doutrina majoritária sobre este tema, bem como fazer uma retomada histórica a respeito de cada, juntamente com exemplos da ocorrência de cada um dos fenômenos apresentados. A abordagem metodológica empregada neste estudo foi a qualitativa, e como fonte de dados utilizou-se a pesquisa bibliográfica, tendo por objetivo conhecer as diferentes contribuições científicas disponíveis sobre o tema. Primeiramente foi definido o problema da pesquisa. Então, iniciou-se a revisão bibliográfica a respeito do tema, com o objetivo de levantar dados para embasar a discussão proposta inicialmente. Após a seleção dos dados considerados mais relevantes, teve início a confecção do trabalho aqui apresentado. O resultado obtido com esta pesquisa foi o alcance do objetivo proposto pelas pesquisadoras. Verificou-se que há um vasto aparato teórico a respeito deste assunto no Brasil, principalmente quando se discutem as ações acolhidas pelo Supremo Tribunal Federal. Como suporte teórico para estas discussões, citam-se os estudos de Barroso (2012), Cunha Júnior (2014), Oliveira (2014), Robaldo (2013) e Contimentino (2012).

PALAVRAS-CHAVE: Criação judicial do direito, judicialização, ativismo judicial.

ABSTRACT: This study aimed at drawing a parallel between what is meant by judicial creation of law, judicialization and judicial activism, seeking to present the discussions brought up by the majority of studies on this subject, as well as making a historical account on each one, along with examples of the occurrence of each of the

[13] Acadêmica do Curso de Direito da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[14] Acadêmica do Curso de Direito da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[15]ORIENTADOR: Professor Mestre Eduardo Felipe Tessaro do Curso de Direito da Univel – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

phenomena presented. The methodological approach used in this study was the qualitative, and as a source of data it was used the literature research, aiming to learn the different available scientific contributions on the subject. So began the bibliographic review regarding the theme, with the purpose of gathering data to support the argument originally proposed. After selecting the data found to be the most significant, the making of the work presented herein began. The result achieved with this research was to reach the objective that had been proposed by the researchers. It was verified that there is a vast theoretical apparatus regarding this subject in Brazil, especially when discussing the actions upheld by the Supreme Court. The studies by Barroso (2012), Cunha Júnior (2014), Oliveira (2014), Robaldo (2013) and Contimentino (2012) are mentioned as theoretical support for such discussions.

KEYWORDS: Judicial creation of law, judicialization, judicial activism.

1. INTRODUÇÃO

A questão da interpretação constitucional por meio da criação judicial do Direito é uma matéria de grande discussão na doutrina da área jurídica, visto que com a possibilidade de criação judicial, ao operador do direito não é mais exigido que se atenha tão somente à utilização dos instrumentos da lógica dedutiva e a uma declaração mecânica do disposto na letra da lei. A partir disso, este trabalho de desenvolveu de modo a, primeiramente, descrever como ocorre o fenômeno da criação judicial como forma de interpretação constitucional, com base, principalmente, nos estudos de Cunha Júnior (2014), acompanhada de uma breve comparação entre a visão tradicional da separação dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e a nova concepção desta divisão, já antecipando a discussão, vista mais do ponto de vista de uma “equilíbrio” entre os três Poderes, do que de como uma divisão propriamente dita.

Em seguida, consoante as lições de Barroso (2012) e Oliveira (2014), fez-se um apanhado sobre o fenômeno da judicialização, que nas últimas duas décadas tem apresentado excepcional crescimento dentro do Judiciário, e que envolve a sociedade como um todo, apresentando-se suas principais causas e se descrevendo algumas de suas consequências.

Na parte final deste trabalho, discorreu-se a respeito do ativismo judicial, tendo por referência os trabalhos de Barroso (2012), Robaldo (2013) e Contimentino (2012), explorando sua definição, bem como se apontando suas origens de acordo com as divergentes doutrinas, traçando um paralelo entre o ativismo e a

autocontenção judicial, e também trazendo alguns exemplos de casos em que o ativismo judicial foi utilizado pelo Supremo Tribunal Federal nas decisões de casos em que o legislador foi omisso ou criou leis inconstitucionais, por exemplo.

Finalmente foram feitas as considerações finais, quando as autoras deste trabalho discorreram sobre quais foram os pontos de maior relevância discutidos no estudo, bem como traçaram algumas conclusões a respeito do paralelo entre a criação judicial do direito, a judicialização e o ativismo judicial na sociedade contemporânea.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 A criação judicial do Direito como forma de interpretação constitucional

Sob a luz dos estudos de Dirley da Cunha Júnior (2014, p. 167), ao se considerar a sociedade contemporânea verifica-se que o papel do juiz tem se expandido, visto que esta mesma sociedade tem exigido dos intérpretes do Direito, “mais do que uma mera e passiva inanimada atividade de pronunciar as palavras da lei, um destacado *dinamismo* ou *ativismo* na efetivação dos preceitos constitucionais, em geral, e na defesa dos direitos fundamentais e valores substanciais, em especial.

Estas exigências da sociedade contemporânea têm raízes tanto nas novas condições econômicas quanto sociais, e delas derivou o fenômeno da “criação judicial do Direito”, que tem ganhado cada vez maior relevância e reconhecimento no âmbito jurídico, visto que esta promove uma “interpretação judicial criativa e concretizadora, em virtude da qual juízes e tribunais estão habilitados e legitimados a inovar a ordem jurídica, construindo *ex novo* o Direito” (CUNHA JUNIOR, 2014, p. 167), além de promover o desenvolvimento e efetivação direta dos princípios constitucionais, embora estes dependam de legislação concretizadora. Cunha Junior (2014, p. 167) ainda diz que, conforme os estudos de Capepelletti (1991), “o verdadeiro criador do Direito não é legislador e sim o juiz ao interpretar e aplicar a norma no caso concreto”. Assim sendo, deve-se questionar qual é o grau desta criação, bem como quais são seus limites, dada a existência de limites materiais e formais impostos pela Constituição.

Cunha Júnior (2014, p. 168) entende a criação judicial do Direito como uma “consequência da expansão e do crescimento do Judiciário, e da nova interpretação

constitucional", configurando uma forma de "autêntica revolta contra o 'formalismo' que imperava nos Estados de inspiração liberal", nos quais o juiz estava limitado a atuar mecanicamente, sendo a ele permitido apenas o uso da lógica dedutiva, e vetado o envolvimento de sua impressão ou valoração pessoal. Tendo este novo papel do juiz em mente, o autor supracitado conclui que, como o juiz tem a missão de compor conflitos, a única forma de poder cumpri-la é através do reconhecimento de que a função de criar o Direito também se estende ao magistrado.

Esta nova atuação dos operadores do Direito traz à tona a discussão sobre a separação dos Poderes, pois, tradicionalmente o papel de legislar é prerrogativa do Poder Legislativo, do mesmo modo que o papel de administrar é prerrogativa do Poder Executivo, e julgar é prerrogativa do Poder Judiciário. A questão que se discute aqui é em relação ao fato de o Poder Judiciário, através da criação judicial do Direito, estar ou não legislando, atividade que tradicionalmente compete do Poder Legislativo. Como resposta a esta questão, Cunha Júnior (2014) afirma que "o Judiciário não age como legislador, mas sim, como ele próprio, no desempenho de sua função de criar o Direito, sob o manto do princípio da *supremacia da Constituição*, afastando a aplicação do Direito criado pelo legislador", caso esta Direito seja inconstitucional, ou também quando houver omissões que precisem ser supridas.

> Desse modo, diferentemente do Judiciário "invisível", "nulo" e "inanimado", tal como concebido pela clássica teoria da separação dos Poderes, devemos necessariamente reconhecer a extraordinária grandeza e vigor do "atual" e "renovado" Poder Judiciário, como garantia do Estado Constitucional Democrático, pois um sistema *equilibrado* de controles recíprocos depende, como garantia democrática da liberdade, da coexistência de um legislativo *forte* como um executivo *forte* e um judiciário *forte*, 'no qual o crescimento do poder judiciário é obviamente o ingrediente necessário do equilíbrio dos poderes'. Por isso, o velho dogma da separação está fadado, mais cedo ou mais tarde, a perder seu lugar de destaque na teoria constitucional, de tal modo que, no constitucionalismo contemporâneo, não mais se fala em *separação*, mas sim em *equilíbrio* entre os Poderes (CUNHA JÚNIOR, 2014, p. 170).

Portanto, a criação judicial do Direito, em se tratando de possibilitar ao juiz a realização da interpretação constitucional voltada à promoção e concretização dos valores substanciais e direitos fundamentais, embora não seja esta uma prática democrática no sentido formal (emanada da vontade do povo e, consequentemente, do Poder Legislativo), é uma forma de concretização da democracia no sentido

material, enquanto protetora e garantidora dos direitos da sociedade. O operador do Direito deve ser capaz de garantir a efetividade dos direitos fundamentais, do contrário, sua atuação será definida como conivente da sistemática violação destes mesmos direitos que deveriam ser tutelados.

2.2 A judicialização do Direito

O doutrinador e também Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso, em estudo publicado no periódico (Syn)Thesis, descreve que o fenômeno da judicialização do Direito está presente em nossa sociedade, pois

> algumas questões de larga repercussão política ou social estão sendo decididas por órgãos do Poder Judiciário, e não pelas instâncias políticas tradicionais: o Congresso Nacional e o Poder Executivo – em cujo âmbito se encontram o Presidente da República, seus ministérios e a administração pública em geral. Como intuitivo, a judicialização envolve uma transferência de poder para juízes e tribunais, com alterações significativas na linguagem, na argumentação e no modo de participação da sociedade. O fenômeno tem causas múltiplas. Algumas delas expressam uma tendência mundial; outras estão diretamente relacionadas ao modelo institucional brasileiro. (BARROSO, 2012, p. 24).

Como causas deste fenômeno no Brasil, o já citado doutrinador aponta: i) a redemocratização do país; ii) a constitucionalização abrangente; e iii) o sistema brasileiro de controle de constitucionalidade.

A primeira causa foi concretizada com a promulgação da Carta Constitucional de 1988, que promoveu nas últimas décadas a recuperação das garantias da magistratura, de modo que “o Judiciário deixou de ser um departamento técnico-especializado e se transformou em um verdadeiro poder político, capaz de fazer valer a Constituição e as leis, inclusive em confronto com os outros Poderes” (BARROSO, 2012, p. 24). A redemocratização, portanto, fortaleceu e expandiu o Poder Judiciário. Além disso, o fim do período militar resultou em uma maior consciência da população sobre seus direitos, culminando em uma maior procura pelo Estado para a tutela destes direitos e a efetivação da justiça.

A constitucionalização abrangente, segunda causa da judicialização no Brasil, incluiu na Carta Magna diversas matérias que até então eram de responsabilidade do processo político majoritário bem como da legislação ordinária. Esta constitucionalização de matérias, no entendimento de Barroso (2012, p. 24), “significa transformar Política em Direito”, visto que “na medida em que uma questão

[...] é disciplinada em uma norma constitucional, ela se transforma, potencialmente, em uma pretensão jurídica, que pode ser formulada sob a forma de ação judicial".

Finalmente, o sistema brasileiro de controle de constitucionalidade, denominado híbrido ou eclético, é apontado como a terceira causa da judicialização no Brasil por três razões diversas. No Brasil, o controle de constitucionalidade é realizado de forma incidental e difusa, o que permite que qualquer juiz ou tribunal deixe de aplicar uma lei em um caso concreto caso a considere inconstitucional (prática importada do sistema americano de controle de constitucionalidade). Também, é admitido o controle por ação direta, quando O Supremo Tribunal Federal aceita, em tese, que determinadas matérias a ele sejam levadas imediatamente. Somado a isso, há "o direito de propositura amplo, previsto no art. 103, pelo qual inúmeros órgãos, bem como entidades públicas e privadas – as sociedades de classe de âmbito nacional e as confederações sindicais – podem ajuizar ações diretas." Desse modo, "quase qualquer questão política ou moralmente relevante pode ser alçada ao STF" (BARROSO, 2012, p. 25).

Analisando-se os motivos acima apresentados, pode-se afirmar que a judicialização não é um fenômeno que parte do Poder Judiciário, mas sim uma manifestação do alcance da nova Constituição. Isto porque, "quanto mais direitos são constitucionalizados ou mais leis são editadas para regulamentar toda uma plêiade de matérias, maior será o espaço – possível – de concreção dessa normatividade" (OLIVEIRA *et al*., 2010-2011, p.272) no que diz respeito ao enfrentamento das questões concretas e das demandas apresentadas pela sociedade contemporânea. Uma vez que o Supremo Tribunal Federal é provocado a se manifestar – contanto que todos os requisitos de cabimento estejam presentes, a ele não resta outra alternativa senão conhecer as ações e se pronunciar sobre seu mérito, de modo que, tanto maior será a judicialização do Direito quanto mais expressivo for o número de ação ajuizadas. Assim, Barroso (2012, p. 25) conclui que a "judicialização, que de fato existe, não decorreu de uma opção ideológica, filosófica ou metodológica da Corte. Limitou-se ela a cumprir, de modo estrito, o seu papel constitucional, em conformidade com o desenho institucional vigente".

2.3 O ativismo judicial

Na atualidade o ativismo judicial é um termo muito usado em diversos meios jurídicos, em textos acadêmicos, estando, assim como a judicialização, ligado à realização de direitos constitucionais pela intensa participação do Poder Judiciário.

Discorre Barroso (2012) que as origens do ativismo judicial remontam à jurisprudência norte-americana, sendo, num primeiro momento, de natureza conservadora:

> Foi na atuação proativa da Suprema Corte que os setores mais reacionários encontraram amparo para a segregação racial (Dred Scott V. Sanford, 1857) e para a invalidação das leis sociais em geral (Era Lochner, 1905-1937), culminando no confronto entre o Presidente Roosevelt e a Corte, com a mudança da orientação jurisprudencial contraria ao intervencionismo estatal (West Cost v. Parrish, 1937). A situação se inverteu completamente a partir da década de 50, quando a Suprema Corte, sob a presidência de Warren (1953-1969) e nos primeiros anos da Corte Burger (até 1973), produziu jurisprudência progressista em matéria de direitos fundamentais, sobretudo envolvendo negros (Brown v. Board of Education, 1954), acusados em processo criminal (Miranda v. Arizona, 1966) e mulheres (Richardson v. Frontiero, 1973), assim como no tocante ao direito de privacidade (Griswold v. Connecticut, 1965) e de interrupção da gestação (Roe v. Wade, 1973) (BARROSO, 2012, p.26).

Já de acordo com os estudos de Contimentino (2012) o ativismo surgiu pela primeira vez em 1947, ocasião em que a revista *Fortune* publicou o artigo ‘*’The Supreme Court: 1947*”, no qual Arthur Schlesinger detalhou a atuação dos magistrados da Suprema Corte, taxando como ativistas os magistrados mais inovadores, e passivistas os mais conservadores. Na referida publicação, Schlesinger buscou apenas identificar a posição de cada juiz, o que torna possível afirmar que o ativismo judicial não surgiu, enquanto definição, em qualquer fato, mas sim, com a descrição dos juízes da Suprema Corte Americana.

Conforme leciona Barroso (2012), ativismo judicial é uma atitude antecipatória na qual o STF assume determinada posição na busca por resolver futuros problemas. Faz-se a interpretação da Constituição ampliando seu sentido e alcance nas situações em que os Poderes Legislativo e Executivo tornam-se omissos. Oportuniza-se, assim, ao Poder Judiciário uma maior participação no cumprimento dos fins trazidos pela Constituição, atuando no espaço dos demais Poderes. Dessa forma, o Judiciário é expandido, manifestando-se em três momentos distintos:

> a) a aplicação direta da Constituição a situações não expressamente contempladas em seu texto e independentemente de manifestação do legislador ordinário; b) a declaração de inconstitucionalidade de atos normativos emanados do legislador, com base em critérios menos rígidos que os de patente e ostensiva violação da Constituição; c) a imposição de condutas ou de abstenções ao Poder Público, notadamente em matéria de políticas públicas (BARROSO, 2012. p. 26).

Leciona Barroso (2012, p. 25) ainda:

> O ativismo judicial é uma atitude, a escolha de um modo especifico e proativo de interpretar a Constituição, expandindo o seu sentido e alcance. Normalmente ele se instala em situações de retração do Poder Legislativo, de um certo deslocamento entre a classe política e a sociedade civil, impedindo que as demandas sociais sejam atendidas de maneira mais efetiva.

Porém, vale destacar que o Judiciário não age de ofício, agindo somente quando provocado, devendo haver um equilíbrio entre as duas partes, ou seja, entre o provocado e o provocador – de um lado o Ministério Público e a Defensoria Pública agindo com cautela e de outro o Judiciário que deverá ser prudente ao decidir uma pretensão.

> O importante é o equilíbrio, tendo como ponto de partida o bem-estar social e individual e a segurança jurídica, materializados nos valores que a Lei Maior procurou tutelar e o respeito à distribuição de tarefas que ela própria estabeleceu aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário (ROBALDO, 2013, s./p.).

O ativismo judicial se encaixa num contexto onde existe uma margem de discricionariedade deixada pelo legislador ao julgador. Permite-se, então, que o magistrado percorra livremente dentro do espaço de escolhas que são protegidas pelo direito, optando pela aplicação da norma que mais convém ao caso concreto, com a intenção de buscar o máximo grau de justiça.

Segundo Barroso (2012) o contrário do ativismo é a autocontenção judicial, que se dá quando os juízes diante de situações não previstas expressamente no ordenamento jurídico evitam aplicar a Constituição, aguardando o pronunciamento do legislador, ou quando se utilizam de critérios mais rígidos para declarar a inconstitucionalidade, ou deixam de interferir na definição de políticas públicas, procurando reduzir a interferência do Poder judiciário nas ações dos demais Poderes. Este contraposição entre ativismo e autocontenção é encontrada na maior

parte dos países, sendo que o movimento entre os dois varia de acordo com o grau de prestígio dos outros poderes.

Há divergência de opiniões quanto ao fato de que as decisões ativistas sejam temerosas, como verifica-se em parte do voto do Ministro Gilmar Mendes na ADI 3.510/DF, *in litteris*:

> Portanto é possível antever que o STF acabe por se livrar o vestuto dogma do legislador negativo e se alie a mais progressiva linha jurisprudencial das decisões interpretativas com eficácia aditiva, já adotadas pelas principais Cortes Constitucionais Européias (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, ADI 3.510/DF).

O que se percebe na doutrina é a defesa de que a produção normativa pelo Judiciário deve ser restringida, pois se entende que com o ativismo judicial está se passando a este Poder a função o guardião do conteúdo moral do direito, quando deveria ser função da moral limitar este direito.

2.3.1 O ativismo e a atuação do Supremo Tribunal Federal

O Poder Judiciário Brasileiro tem demonstrado, em determinadas situações, uma posição claramente ativista. Como exemplos ilustrativos, Barroso (2012) cita o caso da fidelidade partidária, quando o STF declarou que a vaga no Congresso pertence ao partido político (e não ao candidato por si só), e criou então uma nova alternativa de perda de mandado parlamentar, além daquelas já expressas na Constituição, em nome do Princípio Democrático. Também, o STF vedou o nepotismo aos Poderes Legislativo e Executivo, em nome dos Princípios da moralidade e da impessoalidade, extraindo uma vedação que não estava explicitada. Estes dois exemplos são casos de aplicações diretas da Constituição a situações não expressamente contempladas em seu texto.

Como exemplo de declaração de inconstitucionalidade de atos normativos provenientes do Congresso, Barroso (2012) cita o caso da verticalização, quando o STF declarou a inconstitucionalidade de uma emenda constitucional, aplicou novas regras sobre coligações eleitorais à eleição que seria realizada após um ano de sua aprovação, e concedeu à regra da anterioridade anual da lei eleitoral o *status* de cláusula pétrea.

Exemplificando o ativismo mediante imposição de condutas o de abstenções ao Poder Público, pode-se citar o da distribuição de medicamentos e determinação

de terapias mediante decisão judicial. De acordo com Barroso (2012), o STF ainda não apreciou esta matéria, mas nas Justiças Estadual e Federal em todo o Brasil, comumente surgem decisões que condenam a União, o Estado ou o Município, a custear medicamentos e terapias, mesmo as que estão excluídas das listas e protocolos do Ministério da Saúde.

3 METODOLOGIA

A abordagem metodológica empregada neste trabalho foi a qualitativa, por meio de pesquisa bibliográfica, tendo por objetivo conhecer as diferentes contribuições científicas disponíveis sobre os temas criação judicial do direito, judicialização e ativismo judicial.

Primeiramente foi definido o problema da pesquisa, a partir da observação da grande divergência doutrinária a respeito deste assunto em inúmeros artigos científicos de publicação reconhecida.

Então, iniciou-se a revisão bibliografia a respeito do tema, com o objetivo de encontrar qual a posição doutrinária majoritária a respeito do tópico, qual a evolução histórica dos temas e quais seriam alguns dos exemplos encontrados em casos concretos que versavam sobre criação judicial do direito, judicialização e ativismo judicial. Após a seleção dos dados considerados mais relevantes, confeccionou-se o trabalho aqui apresentado.

4 RESULTADOS

Os resultados obtidos com esta pesquisa foram as respostas ao questionamento sobre qual a posição doutrinária majoritária em se tratando da criação judicial do direito, da judicialização e do ativismo judicial, e sobre o que de fato tem ocorrido nos tribunais brasileiros. Assim, nesta exposição dos resultados, considera-se relevante a conclusão a que chegaram Oliveira *et. al. e*m relação ao paralelo entre a judicialização e o ativismo judicial:

> Enquanto o ativismo judicial está umbilicalmente associado a um ato de vontade do órgão judicante; a judicialização de questões políticas ou sociais não depende desse ato volitivo do poder judiciário, mas, sim, decorre da expansão da sociedade (que se torna cada vez mais complexa) e da própria crise da democracia, que tende a produzir um número gigantesco de regulações (seja através de leis, medidas provisórias, decretos, portarias, etc.) e que encontram seu ponto de capilarização no judiciário e, principalmente, nas questões cujo deslinde envolve um ato de jurisdição Constitucional (OLIVEIRA *et. al.*, 2014, p. 271).

Verificou-se que, por meio da atuação criativa dos juízes e tribunais, poderão ser resolvidos antigos problemas de entraves para a aplicação de direitos e garantias fundamentais assegurados pela Constituição. Destarte, a Constituição faz-se essencial para a democracia na medida em que possibilita a concretização e o reconhecimento dos direitos continuamente conquistados pelos cidadãos, pois possibilita o exercício da soberania popular.

Além disso, constatou-se, com este estudo, que a harmonia entre os poderes é a essência de um Estado Democrático de Direito. Portanto o STF, nomeado como guardião da Constituição, deve ser comedido em sua intervenção às deliberações parlamentares, não devendo de maneira alguma, a Corte Suprema trazer para si a tarefa de inovar a ordem jurídica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Supremo Tribunal Federal atende pela mais alta corte do judiciário, e atualmente tem assumido destaque também no cenário político nacional, onde atua complementando e desenvolvendo o ordenamento jurídico pátrio, conciliando o papel judiciário com o papel político. Entende-se, portanto, que a criação judicial do direito, a judicialização e o ativismo judicial são fenômenos que, dentro do bom senso e da razoabilidade, não trazem prejuízo algum à sociedade, ao contrário, fortalecem-na.

Desse modo, mesmo que o Poder Judiciário não possua a mesma legitimidade democrática que o Poder Legislativo, e este seja limitado por aquele, se tal limitação estiver dentro dos limites autorizados pela Constituição e objetivar principalmente a garantia da democracia, conclui-se que, ao se acatar o que está disposto na Constituição, estar-se-á concretizando a vontade expressa pelo Poder Constituinte.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Luís Roberto. Judicialização, Ativismo Judicial e Legitimidade Democrática. **[Syn]Thesis**, Rio de Janeiro, vol.5, nº 1, 2012, p.23-32. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/synthesis/article/view/7433/5388>. Acesso em: 05 mai 2014.

CONTINENTINO, Marcelo Casseb. Ativismo judicial: considerações críticas em torno do conceito no contexto brasileiro. **Interesse Público**, Belo Horizonte, v. 14, n. 72, mar./abr. 2012.

CUNHA JÚNIOR, Dirley da. **Curso de Direito Constitucional.** 8.ed. Savador: Juspodivm, 2014.

OLIVEIRA, Rafael Tomaz de. **A jurisdição constitucional entre a judicialização e o ativismo: percursos para uma necessária diferenciação**. Disponível em: http://www.abdconst.com.br/anais2/JurisdicaoRafael.pdf. Acesso em: 05 mai 2014,

ROBALDO, José Carlos. **Ativismo Judicial, Judicialização**. Disponível em: <http://www.progresso.com.br>. Acesso em: 05 mai 2014.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **ADI 3.510/DF**. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/geral/verPdfPaginado.asp?id=611723&tipo=AC&descricao=Inteiro%20Teor%20ADI%20/%203510>. Acesso em: 05 mai 2014.

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3653 - Fax: (45) 3036-3638
www.univel.br

ANÁLISE DA COMPETÊNCIA DO CONANDA PARA EDIÇÃO DA RESOLUÇÃO 163 SOBRE PUBLICIDADE INFANTIL NO BRASIL

Alessandra Cortina Santos[16], Eduarda Scariott de Almeida[17], Cátia Rejane Liczibinski Sarreta[18]

Escrito para apresentação na XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Educação, tecnologia e pós-modernidade"
28 e 29 de outubro de 2014 – UNIVEL – CPE – Cascavel-PR
ISBN 978-85-98534-11-4

RESUMO: O presente artigo tem como escopo discutir a competência do órgão CONANDA na elaboração de Resoluções, especialmente, discute-se aquela de n. 153, que trata da publicidade direcionada ao público infantil. Tal tema é bastante recorrente na atualidade e se configura de grande importância, pois se deve garantir às crianças um desenvolvimento saudável em todos os aspectos. Em um primeiro momento, explica-se o surgimento do CONANDA e sua competência como órgão máximo para criação e controle de políticas públicas para a infância e adolescência, vinculado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Em um segundo momento, trata-se o tema publicidade infantil, dando-se um panorama geral sobre o como esse tipo de linguagem é feito, o como se estabelece um *link* entre emissor e receptor das peças publicitárias, bem como o fato de as crianças serem hipervulneráveis para compreender e julgar o apelo feito pelos meios de comunicação nesse sentido.Por fim, delineia-se a competência do CONANDA quando da Resolução 163, concluindo que o órgão tem sim competência para formular resoluções, para isso, toma como base a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código de Defesa do Consumidor, visando ampliar os direitos ali defendidos.

PALAVRAS-CHAVE: CONANDA. Publicidade infantil. Competência. Hipervulnerabilidade. Resolução.

---

[16] Advogada. Professora de Direito Empresarial no Curso de Administração da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel – UNIVEL. Aluna do Curso de Pós-Graduação em Direito Civil e Processual Civil da UNIVEL. Integrante do Grupo de Pesquisa da UNIVEL denominado CONSUMIDOR CONSCIENTE.

[17] Acadêmica do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel – UNIVEL. Integrante do Grupo de Pesquisa da UNIVEL denominado CONSUMIDOR CONSCIENTE.

[18] Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Graduada em Direito pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Especialista em Direito Privado. Mestre em Desenvolvimento, Gestão e Cidadania pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Coordenadora do Grupo de Pesquisa da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel- UNIVEL denominado CONSUMIDOR CONSCIENTE.

ABSTRACT: This article aims to discuss the competence of CONANDA in the formulation of Resolution 163, which deals with children's advertising. The topic is very current and very important, this is because it must guarantee to children a healthy development in all aspects. The article explains the uprising of CONANDA and its competence as the highest organ for creating and monitoring of public policies for children and teens. After, it comes to children's advertising theme, giving an overview on the subject and establishing a link between sender and receiver of advertising production, highlighting that children are hypervulnerable to understand and judge the appeal made by the media. Finally, it outlines the competence of CONANDA about the creation of the 163 Resolution, concluding their competence, based on the Federal Constitution and laws of the land.

KEYWORDS: CONANDA. Child advertising. Competence.Hypervulnerability. Resolution.

1. INTRODUÇÃO

Com a correria do dia a dia ecom a necessidade de trabalhar o dia todo, com os pais distantes, as crianças acabam sendo criadas por babás e/ou matriculadas, desde cedo, em escolas de educação infantil e fundamental. Em razão disso, o que se vê é que crianças, desde a mais tenra idade, passam o dia defronte à televisão, e, quando maiores, começam a utilizar a tecnologia (computadores, celulares ou *tablets*). Essas são as suas companhias, e, infelizmente, não a melhor companhia para uma criança – ser em formação.

Os pais, como passam muito tempo longe de seus filhos, acabam por tentar compensar a sua ausência, “comprando” o amor das crianças, e “pagando” por sua atenção. Isso significa, que se chegou a um tempo onde tudo que a criança pede, ganha.Tendo isso em mente, o comércio logo percebeu que o público infantil é o melhor público consumidor, pois não precisa de muito para ser convencido, e tudo que quiser, lhe será concedido pela “culpa” sentida pelos pais “ausentes”.

Assim, o que se viu, com o passar dos tempos, é que a publicidade e a comunicação mercadológica dirigida às crianças se tornou de tal expressão, deixando de lado a moralidade e a boa-fé, com vistas à conquista daquele consumidor hipervulnerável – a criança.

Com vistas a isso, o CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – publicou em 13 de março de 2014 a Resolução nº 163, que dispõe sobre a abusividade do direcionamento de publicidade e de comunicação mercadológica à criança e ao adolescente.

Ocorre que a publicação da referida Resolução trouxe à discussão a legitimidade do órgão para tal ação, já que, a princípio, apenas o Poder Legislativo é quem tem legitimidade constitucional para legislar sobre a publicidade comercial.

Sobre isso, ainda é de se ver que há, em trâmite no Congresso Nacional, Projetos de Lei que deverão abordar o assunto, mas ainda sem previsão de votação ou vigência.

A presente pesquisa visa, portanto, analisar a norma sobre o prisma da sua competência do CONANDA para normatizar o assunto. Nesse passo, o objetivo geral a ser atingido com esta pesquisa é identificara validade ou não (em sentido amplo) da referida Resolução, fato imprescindível para embasar as discussões a respeito da abusividade em propagandas voltadas ao público infantil.

2. CONANDA - CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Durante o processo de redemocratização do Brasil (década de 1980-1990) sentiu-se, com maior intensidade, a necessidade de controle, por parte da população, dos atos do Poder Público. Os atos tradicionais de participação política (direito de votar e ser votado, plebiscito, referendo) não eram suficientes para extirpar do país a lembrança das atrocidades vividas no período ditatorial. Somado a isso, o processo de redemocratização veio acompanhado da nova ordem constitucional, com uma visão cidadã e social nunca antes vista.

Assim, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, vários direitos e garantias fundamentais foram elevados à categoria de norma constitucional, e houve uma séria e profunda preocupação com as crianças e adolescentes, futuro da nação.

Nesse passo, a Constituição Federal previu a ênfase à proteção especial às crianças e adolescentes[19]. E, cumprindo a determinação constitucional, em 13 de julho de 1990, foi promulgada a Lei 8.069, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que veio para substituir o, até então vigente, Estatuto do Menor (Lei 6697/79).

Antes ainda, a Constituição Federal, já em seu artigo 1º, estabelecia a participação popular, a ser exercida de forma direta ou indireta.

Lívia CopelliCopatti (2012) esclarece que:

[19]Art. 227 da CF.

> A participação dos indivíduos nos processos decisórios começou a ter notoriedade na década de 1980 com os movimentos populares, movimentos eclesiais e algumas categorias profissionais. Tal participação era um esforço dos grupos excluídos ou marginalizados para aumentar o controle dos recursos das instituições que tinham domínio sobre a vida da sociedade.

Nesse sentido, a democracia só será plena e efetiva com a participação dos cidadãos. A participação social é a melhor forma de controle dos interesses públicos, e a aplicação desta nos assuntos relacionados à criança e adolescente é fundamental para o desenvolvimento e efetividade das políticas públicas e melhoria das condições de vida desses seres em formação.

Por esta razão, o ECA previu a criação de Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente[20], tanto em âmbito federal, quanto no estadual e municipal, assegurando a participação popular paritária.

Os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, então, são órgãos deliberativos e suas decisões são vinculativas para a Administração Pública, o que garante a efetividade dos direitos dos seres protegidos. As decisões do Conselho, portanto, substituem a imposição de políticas públicas, já que estes implementam um modelo participativo, onde a própria sociedade verifica as necessidades que devem ser atendidas, quais os direitos precisam de maior atenção, e estipula a prioridade de atendimento.

Em cumprimento, portanto, à determinação legal (art. 88, II, do ECA) foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente através da Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991, denominado CONANDA.

O CONANDA, portanto, é órgão máximo para criação e controle de políticas públicas para a infância e adolescência, vinculado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República[21], e é composto por 28 (vinte e oito) conselheiros, sendo 14 (quatorze) representantes do Poder Público[22] e outros 14 (quatorze) da sociedade civil organizada.

Segundo o art. 2º da Lei nº 8.242/1991, compete ao CONANDA, entre outras:

---

[20] Art. 88 do ECA.

21Conforme art. 1º do Decreto nº 5.089/2004.

[22]Um representante de cada um desses órgãos: Casa Civil da Presidência da República; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério da Cultura; Ministério da Educação; Ministério do Esporte; Ministério da Fazenda; Ministério da Previdência Social; Ministério da Saúde; Ministério das Relações Exteriores; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério do Trabalho e Emprego; Ministério da Justiça; Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, conforme art. 3º, do Decreto 5089/2004.

> I - elaborar as normas gerais da política nacional de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, fiscalizando as ações de execução, observadas as linhas de ação e as diretrizes estabelecidas nosarts. 87 e 88 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);
> II - zelar pela aplicação da política nacional de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
> (...)

O Decreto nº 5.089/2004 repete as competências acima descritas, e acrescenta, entre outras:

> Art. 2º. [...]
> Parágrafo único. Ao CONANDA compete, ainda:
> (...)
> IV-promover a realização de estudos, debates e pesquisas sobre a aplicação e os resultados estratégicos alcançados pelos programas e projetos de atendimento à criança e ao adolescente, desenvolvidos pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; e
> V-estimular a ampliação e o aperfeiçoamento dos mecanismos de participação e controle social, por intermédio de rede nacional de órgãos colegiados estaduais, regionais e municipais, visando fortalecer o atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

Vê-se, portanto, que entre as atribuições do CONANDA está a de elaborar regras para proteção da criança e do adolescente.

Com vistas, portanto, a essa proteção, e considerando o disposto nos artigos 86 da Lei nº 8.069/90 (ECA) e 37, § 2º, da Lei nº 8.078/90 (CDC – Código de Defesa do Consumidor), dentre outras disposições legais, é que o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente editou a Resolução nº 163, publicada em 13 de março de 2014, que será tratada adiante.

3. A PUBLICIDADE INFANTIL

O objetivo desse artigo é analisar a competência do CONANDA para edição da Resolução nº 163, que trata da abusividade na publicidade infantil. Para tanto, é necessário uma pequena introdução sobre o tema.

A palavra publicidade, do francês *publicité,* e proveniente do latim *publicus, "*público", foi registrada pela primeira vez em línguas modernas pelo dicionário da Academia Francesa com sentido jurídico de publicidade de debates. Assim, o termo publicidade, em princípio, foi tomado como o "ato de divulgar, de tornar público" (RABAÇA e BARBOSA, 1998).A partir do século XIX, a publicidade começou a ganhar uma significação no campo comercial, como divulgação de produtos e serviços, através de anúncios pagos e veiculados por um anunciante identificado.

Nos dias atuais, a publicidade vem tomando cada vez mais visibilidade. Nota-se isto, através de jornais, revistas, *outdoors*, e, principalmente, televisão e internet. Em outras palavras, diz-se que onde estiver um público com potencial de consumo, aí estará a publicidade.

De forma bem breve e objetiva tem-se que a publicidade funciona como um discurso mediador entre o produto e o consumidor, pertencendo, por princípio, "à indústria dos sonhos – mais do que o cinema e a televisão -, por isso, nunca apresentará a sociedade tal como ela é. Baseia-se, contudo, no que vai no íntimo das pessoas" (CARVALHO, 2001, p.24).

Quando se analisa as peças publicitárias direcionadas ao público infantil, vê-se de maneira recorrente a utilização de estereótipos na divulgação dos produtos, são os personagens favoritos, com superpoderes, histórias de mundos mágicos e cheios de fantasias ao alcance das crianças, basta que elas façam algo muito simples, que elas consumam. Há muita perspicácia no processo criativo dessas propagandas, as palavras são selecionadas com cuidado, há cores, músicas, tudo aquilo que as crianças admiram, logo o fascínio é inevitável. Pode-se ver através das palavras de VANOYE (1998) o como acontece esse processo afetivo e individualizador:

> [..] um texto escrito, particularmente nos domínios profissionais, jornalísticos ou publicitários, visa a um público definido a partir de critérios precisos. O leitor não se sentirá envolvido pelo texto senão na medida em que ele tiver a impressão de que este texto se endereça efetivamente a ele. (VANOYE, 1998, p.132)

Essa combinação de recursos, algunsretomados da própria retórica e outros da linguagem publicitária, com a persuasão e os reflexos culturais formam um relacionamento duradouro e convincente que funciona de forma eficaz quando direcionado a seu público.

É válido ressaltar que a criança é um ser formação de seu desenvolvimento biofísico e psíquico, que responde aos diversos estímulos vindos do mundo que a circunda, ela tem a curiosidade que é inata da infância, logo é importante que essa criança não seja exposta a estímulos que ainda não tem maturidade para compreender, e esse é o caso da publicidade.

Sabe-se que a influência que as mídias exercem sobre as crianças e jovens vem ditando padrões de socialização, transmitindo valores, circulando informações e, também, estimulando o consumo. E, ainda, que o mercado de

consumo precisa se manter aquecido e em movimento para que as riquezas sejam distribuídas em nossa sociedade, com livre exercício da atividade econômica.Mas, não é pertinente que se utilize, abusivamente, do público infantil para tal, partindo de alegações rasas de que esse público tem direito a informação pura e simples, enquanto, na realidade, eles não têm, ainda, o amadurecimento necessário para esse ato de consumir, basta que se busque o que falam os profissionais da psicologia quando analisam a capacidade de compreensão das crianças.Segundo a professora Ana Paula Petroski:"Aos 6 anos, o pensamento não está estruturado para prever o futuro e elaborar hipóteses. A de 10 anos já consegue desenvolver um pensamento mais concreto, elaborado"[23].

Não é em vão, portanto, que a lei brasileira estabelece que a criança e o adolescente são absolutamente incapazes para os atos da vida civil[24]. Ora, não seria o consumo um ato da vida civil? E como seria dirimido um problema de relação de consumo quando um menor estivesse envolvido? Eis aí a importância da proteção da criança desse mundo do apelo ao consumo, pois ela ainda não tem a maturidade necessária para avaliar o que, de fato, é bom para si, que consumir determinado produto pode gerar consequências (obesidade, colesterol, pressão arterial alterada, maus hábitos alimentares, valores consumistas, adultização/erotização precoce, distanciamento da realidade financeira da família).

Por estas razões, que o Código de Defesa ao Consumidor previu, expressamente, que é proibida a publicidade abusiva, dentre elas, aquela que se aproveite da condição de hipervulnerável das crianças[25].

Vê-se que essa também é uma preocupação de outros países, como Canadá, Suíça, Estados Unidos, Alemanha, Bélgica, Inglaterra, Noruega, e todos eles buscaram novas formas para solucionar essa questão. No caso da Suíça, a publicidade televisionada para o público da faixa etária até 12 anos é proibida antes das 21h. Tal decisão foi perspicaz, pois são os pais que devem decidir sobre o consumo de seus filhos, logo os pais deveriam ser o alvo de tais peças publicitárias. Outro exemplo é a Alemanha, a qual tem o canal infantil *Kika,* este não tendo nenhum tipo de publicidade, o que é interessante ressaltar nesse caso é que o

[23] Informações retiradas do site http://www.sistemaunificado.com.br/kids/?p=1526, em 23/06/2014, às 10h30min.

[24] Art. 2º do **ECA**.

[25] Art. 37, § 2º do CDC.

referido canal é o mais assistido no país, prova de que não é somente através da publicidade que se mantém um canal de televisão.

Com vistas a todo o exposto, e com objetivo de ampliar a proteção das crianças e adolescentes contra a publicidade abusiva, é que o CONANDA editou a Resolução nº 163. No entanto, várias críticas existem com relação a essa normatização, especialmente quanto à competência do órgão para tanto, o que passa a ser objeto de estudo.

4. ANÁLISE DA COMPETÊNCIA DO CONANDA PARA EDIÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 163

Como já frisado, o CONANDA tem como uma das principais funções, a de elaborar regras para proteção da criança e do adolescente. No mesmo sentido, o art. 37, § 2º, do Código de Defesa do Consumidor (CDC) estabelece ser abusiva a publicidade infantil.

Com vistas a isso, e com o objetivo maior de aperfeiçoar os instrumentos de proteção previstos nas Políticas Públicas dos Direitos da Criança e do Adolescente, é que o CONANDA editou a Resolução nº 163.

As justificativas para a edição da referida norma, consta dos seus “Considerandos”:

> O CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CONANDA, no uso de suas atribuições estabelecidas na Lei n° 8.242, de 12 de outubro de 1991 e no Decreto n° 5.089, de 20 de maio de 2004 e no seu Regimento Interno,
> Considerando o estabelecido no art. 227 da Constituição Federal;
> Considerando o disposto nos arts. 2º, 3º, 4º e 86 da Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990;
> Considerando o disposto no § 2º do art. 37, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990;
> Considerando o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, especialmente o objetivo estratégico 3.8 - "Aperfeiçoar instrumentos de proteção e defesa de crianças e adolescentes para enfrentamento das ameaças ou violações de direitos facilitadas pelas Tecnologias de Informação e Comunicação", resolve:

O art. 1º, caput, da referida Resolução esclarece a sua extensão:

> Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre a abusividade do direcionamento de publicidade e de comunicação mercadológica à criança e ao adolescente, em conformidade com a política nacional de atendimento da criança e do adolescente prevista nos arts. 86 e 87, incisos I, III, V, da Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990.

Depois, seus parágrafos traz a definição de comunicação mercadológica

> § 1º Por 'comunicação mercadológica' entende-se toda e qualquer atividade de comunicação comercial, inclusive publicidade, para a divulgação de

> produtos, serviços, marcas e empresas independentemente do suporte, da mídia ou do meio utilizado.
> § 2º A comunicação mercadológica abrange, dentre outras ferramentas, anúncios impressos, comerciais televisivos, spots de rádio, banners e páginas na internet, embalagens, promoções, merchandising, ações por meio de shows e apresentações e disposição dos produtos nos pontos de vendas.

O que se vê, a partir então, é que a Resolução amplia o entendimento acerca da abusividade na publicidade infantil, considerando abusiva todo direcionamento de publicidade à criança com a intenção de persuadi-la para o consumo:

> Art. 2º Considera-se abusiva, em razão da política nacional de atendimento da criança e do adolescente, a prática do direcionamento de publicidade e de comunicação mercadológica à criança, com a intenção de persuadi-la para o consumo de qualquer produto ou serviço e utilizando-se, dentre outros, dos seguintes aspectos:
> I - linguagem infantil, efeitos especiais e excesso de cores;
> II - trilhas sonoras de músicas infantis ou cantadas por vozes de criança;
> III - representação de criança;
> IV - pessoas ou celebridades com apelo ao público infantil;
> V - personagens ou apresentadores infantis;
> VI - desenho animado ou de animação;
> VII - bonecos ou similares;
> VIII - promoção com distribuição de prêmios ou de brindes colecionáveis ou com apelos ao público infantil; e
> IX - promoção com competições ou jogos com apelo ao público infantil.
> § 1º O disposto no caput se aplica à publicidade e à comunicação mercadológica realizada, dentre outros meios e lugares, em eventos, espaços públicos, páginas de internet, canais televisivos, em qualquer horário, por meio de qualquer suporte ou mídia, seja de produtos ou serviços relacionados à infância ou relacionados ao público adolescente e adulto.
> § 2º Considera-se abusiva a publicidade e comunicação mercadológica no interior de creches e das instituições escolares da educação infantil e fundamental, inclusive em seus uniformes escolares ou materiais didáticos.
> § 3º As disposições neste artigo não se aplicam às campanhas de utilidade pública que não configurem estratégia publicitária referente a informações sobre boa alimentação, segurança, educação, saúde, entre outros itens relativos ao melhor desenvolvimento da criança no meio social.

A questão está se a Resolução “criou” nova regra, ou apenas interpretou o parágrafo 2º do artigo 37 do Código de Defesa do Consumidor que, como já visto, já entendia como abusiva a publicidade que se aproveitasse da inexperiência ou falta de condições de julgamento da criança.

Ora, em sendo o CONANDA órgão máximo de políticas públicas com vistas à proteção da criança e do adolescente, nada mais a se esperar do que a interpretação extensiva, já que se não estamos diante de norma penal.

Nesse sentido, é de se ver que a Resolução não criou uma nova regra, apenas pacificou e regulamentou a interpretação do artigo já mencionado da legislação consumerista, especificamente com relação à publicidade infantil.

Ademais, outras legislações já previam a restrição na publicidade infantil, garantindo que a criança tem o direito à informação (como todo cidadão) mas desde que seja respeitada suas condições de pessoa em desenvolvimento[26].

Por fim, é importante apresentar o posicionamento do IDEC – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – em relação a publicidade direcionada ao público infantil:

> O Idec entende que toda publicidade que tem o público infantil como interlocutor desrespeita o princípio da identificação, pois a criança não tem condições de analisar criticamente o interesse mercadológico que existe por trás da informação direcionada a ela. Por ser hipervulnerável às práticas de marketing, esse público merece especial proteção.[27]

Nesse sentido, é de se ver que o CONANDA apenas regulamentou, pode-se dizer, esclareceu, a respeito da previsão já existente de abusividade na publicidade infantil, e diante de suas atribuições, tem, sim, competência para tanto.

4.1. Críticas à Regulamentação nº 163

Por outro lado, vê-se que diversas críticas têm sido feitas à Resolução em tela. Empresas de comunicação, agências de publicidade, emissoras, revistas, Abrinq (Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos) têm defendido que tal Resolução fere o Estado Democrático de Direito e o livre exercício da atividade econômica (art. 170, CF). Também alegam que o Conanda não teria legitimidade para legislar sobre o tema publicidade, trazendo à discussão, ainda, o como seriam aplicadas as punições.

Pode-se verificar alguns desses contrapontos em fragmento retirado de uma matéria do site BBC BRASIL[28]:

> O debate sobre a validade da resolução também envolve a questão de como serão aplicadas punições, o que torna a questão ainda mais complicada e intensifica a disputa jurídica sobre ela. [...] Em nota conjunta, as associações de anunciantes, radiodifusores, emissoras de rádio e televisão e Associação Nacional de Jornais disseram reconhecer "o Poder Legislativo, exercido pelo Congresso, como o único foro com legitimidade constitucional para legislar sobre publicidade comercial". [...] O grupo defende ainda que a autorregulamentação policiada pelo chamado Conar (Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária) já seria uma forma de controlar e evitar abusos.

---

[26] Art. 71 do ECA.

[27] Informação retirada do site http://www.idec.org.br/consultas/dicas-e-direitos/publicidade-infantil-entenda-quais-so-os-perigos, em 23/06/2014, às 11h24min.

[28] Informações retiradas do site http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/04/140422_conanda_resolucao_pai_mdb.shtml em 24/07/2014, às 23h16min.

Ainda, na referida matéria, fala-se sobre o posicionamento do próprio CONAR em relação à resolução, sendo ela disposta da seguinte forma[29]: "a mão pesada do Estado é uma afronta à liberdade de expressão e vilipendia o direito de cada família brasileira criar seus filhos da maneira que achar correta".

Há a crítica no sentido de que, se a criança não tem mais produtos voltados para sua faixa etária em divulgações publicitárias, ela passaria a consumir produtos para o público adulto, coisa que não se configuraria adequada, pois um produto preparado para crianças já é pensado em todos os detalhes para atendê-las.

A Associação Brasileira de Agências de Publicidade (ABAP) criticou à Resolução ora analisada, afirmando que este tipo de regulamentação deveria estar a cargo do Código Ético do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (CONAR), e que a Resolução do CONANDA é uma censura total e extrema[30].

Desta forma, vê-se que há críticas severas e duras à Resolução publicada pelo CONANDA, especialmente no sentido de ser uma censura e da sua falta de competência para tal regulamentação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante esse trabalho, pôde-se perceber que tal proteção é fundamental para que as crianças tenham condições de se desenvolver com qualidade, obtendo valores e preparação para enfrentar essas questões em momentos futuros, com sua capacidade crítica e de julgamento formada.

Há, porém, os que se posicionam a favor da publicidade infantil, e outros que se posicionam contra. Ambos posicionamentos constitucionais. No entanto, o que se discute não é qual deles é mais constitucional que o outro, e sim, qual deles, se ferido, acarretaria mais problemas caso não fosse defendido. Portanto, vê-se que os direitos da criança e do adolescente prevalece, nesse caso, pois não se deve comprometer seu desenvolvimento objetivando o progresso a todo custo.

Por fim, é de se ver que o CONANDA apenas esclareceu o art. 37, § 2º do Código de Defesa do Consumidor, a respeito da previsão já existente de

---

[29] Informações retiradas do http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/04/140422_conanda_resolucao_pai_mdb.shtml, em 24/07/2014, às 23h16min.

[30] Informações retiradas do http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/04/140422_conanda_resolucao_pai_mdb.shtml, em 24/07/2014, às 23h16min.

abusividade na publicidade infantil, fazendo-o dentro da sua competência e atribuições.

Desta forma, pode-se concluir que a Resolução analisada neste trabalho foi editada dentro das competências do CONANDA – Conselho Nacional de Direitos das Crianças e Adolescentes, tendo em vista que veio interpretar a norma já existente (CDC) com vistas sempre à proteção do hipossuficiente.

REFERÊNCIAS

A PUBLICIDADE infantil deve ser proibida? Disponível em http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/04/140422_conanda_resolucao_pai_mdb.shtml acessado em 24 de julho de 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 05 de outubro de 1988.

BRASIL. Decreto 5.089, de 20 de maio de 2004. Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, e dá outras providências.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

CARVALHO, Nelly de. *Publicidade, a linguagem da sedução.*São Paulo: Ed. Ática, 2001.

CONANDA. Extraído do *site* do Ministério da Justiça. Disponível em http://portal.mj.gov.br/sedh/conanda/OqueeoCONANDA.pdf, acessado em 20 de junho de 2014.

COPATTI, Lívia Copelli. *A importância dos Conselhos de Direitos para Crianças e Adolescentes.* Revista do Instituto do Direito Brasileiro (IDB). Ano I, 2012, nº 6.

DETERMINAÇÃO do Conanda divide opiniões. Disponível em http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2014/05/determinacao-do-conanda-divide-opinioes/, acessado em 25 de julho de 2014.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL. Extraído do *site* da Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça. Disponível em http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-conanda, acessado em 20 de junho de 2014.

PUBLICIDADE infantil: entenda quais são os perigos. Disponível em http://www.idec.org.br/consultas/dicas-e-direitos/publicidade-infantil-entenda-quais-so-os-perigos, acessado em 24 de julho de 2014.

RABAÇA, Carlos Alberto e BARBOSA, Gustavo. *Dicionário de comunicação.* São Paulo: Ática, 1998.

VANOYE, Francis. *Usos da linguagem.*São Paulo: Martins Fontes Editora, 1998.

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3653 - Fax: (45) 3036-3638
www.univel.br

DIREITO E DEMOCRACIA: A TENSÃO DAS DIFICULDADES CONTRAMAJORITÁRIAS

Douglas Maranhão Marques[31], Eduardo Felipe Tessaro[32]

Escrito para apresentação na XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Educação, tecnologia e pós-modernidade"
28 e 29 de outubro de 2014 – UNIVEL – CPE – Cascavel-PR
ISBN 978-85-98534-11-4

RESUMO: O presente artigo tem por escopo analisar a questão da legitimidade jurisdicional das Cortes Constitucionais, apelando principalmente para a pesquisa bibliográfica, de modo que sejam estipulados os fundamentos e aplicabilidade da legitimidade de tais instituições. Tal indagação é levada a cabo pela composição sem qualquer forma de eleição direta das aludidas Cortes, o que tem feito exsurgir o debate quanto à legitimidade de tais instâncias judiciais para a tomada de decisões que contrariem diretamente a vontade da maioria, ou que retirem, em sede de controle de constitucionalidade concentrado, a eficácia de leis aprovadas pela maioria dos representantes eleitos pela população. Assim, carateriza-se a função primária da jurisdição constitucional no Estado Democrático de Direito, além da definição e das concepções hodiernas de legitimidade, de modo que fique caracterizada a tensão entre ambas dentro das Dificuldades Contramajoritárias.

PALAVRAS-CHAVE: Dificuldades Contramajoritárias. Jurisdição Constitucional. Democracia.

ABSTRACT: The current article aims to analyze the question of jurisdictional legitimacy of Constitutional Courts, appealing mainly for bibliographic research, such are stipulated the foundations and applicability of those institution's legitimacy. Such inquiry is taken by the composition without any kind of direct elections in those Courts, what is rising the debate about the legitimacy of these judicial instances for the decision-making that contraries directly the majority will, or that withdraw, in place of concentrated control of constitutionality, the effectiveness of statues passed by the majority of elected representatives. This way, this work characterizes the primary function of constitutional jurisdiction in Democratic State, in addition to the definition

[31] Acadêmico do Curso de Direito da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[32] Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Curitiba – PUC/PR, professor do Curso de Direito da Univel – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

and nowadays conceptions of legitimacy, so that is characterized the tension between both inside the Countermajoritarian Difficulties.

KEYWORDS: Countermajoritarian Difficulties. Constitutional Jurisdiction. Democracy.

1 INTRODUÇÃO

Compreender o fenômeno democrático nos dias atuais esbarra necessariamente na vinculação de condutas judiciais como mecanismos auxiliares da própria definição do processo democrático. Funcione o Judiciário como instituto definidor das *regras* ou da *substância* do processo de formulação política, é fato indelével que o século XXI é notadamente marcado por este Poder atuando como definidor de limites formais e axiológicos.

Desta forma, analisar a própria estrutura sedimentadora da atuação do Poder Judiciário é um estudo que se faz relevante na teoria constitucional contemporânea desde o início da década de 1960, com a publicação dos primeiros trabalhos sobre o tema. Vislumbrar os limites da atuação das mais altas instituições judiciárias de uma nação é compreender o vínculo profundo que uma Corte Constitucional e sua respectiva Constituição passam a compartilhar: o de que a mesma Corte que interpreta é a responsável por estabelecer os limites da própria Carta Magna.

Num dinamismo social constante – e sua intrínseca estruturação midiática –, torna-se indispensável uma análise que faça jus à complexa atuação judiciária de uma Corte Suprema. Não raros são os casos em que indivíduos questionam a legitimidade de Ministros de tal corte para a tomada de decisões de grande porte. Quem os colocou ali? Como podem ofender a vontade da maioria se vivemos numa democracia?

Assim, o presente estudo objetiva uma análise hodierna quanto ao tema, de modo a sistematizar todo o conteúdo atinente à dificuldade contramajoritária num modelo bibliográfico que permeie a tensão entre *democracia* e *jurisdição constitucional*. Tal aporte será possível pela análise tanto dos precedentes históricos do primeiro caso de declarada dificuldade contramajoritária – o histórico Marbury *versus* Madison – quanto dos demais elementos componentes do conceito de democracia, jurisdição constitucional e da própria dificuldade contramajoritária.

Por fim, num primeiro momento, almeja-se a conceituação dos citados precedentes, passando aos tipos de dificuldade contramajoritária e, *in fine*, a discussão acerca dos itens pertinentes à questão da legitimidade jurisdicional das Cortes Constitucionais.

2 DIFICULDADES CONTRAMAJORITÁRIAS

A questão legitimadora democrática emerge como caractere fundante das mais acirradas discussões contemporâneas quanto ao exercício do poder governamental e o estabelecimento de seus limites. Prova disso é o fato do tema da legitimidade jurisdicional das cortes Constitucionais ter se convertido em verdadeira obsessão da teoria política e constitucional nos Estados Unidos desde o final da década de 1960 (SOMIN, 2004).

Evitar a *Democracia dos Hipócritas*, no termo cunhado por Zagrebelsky (2010 *apud* FELLET, 2012) é o mote incentivador do conteúdo buscado pelos doutrinadores que averiguam a questão legitimadora do Poder Judiciário. Tal democracia, como bem traduz o próprio criador da expressão *dificuldade contramajoritária*, é conhecida pela "[...] maneira daqueles que utilizariam formas de democracia para fins autoritários." (BICKEL, 1986, p. 27, tradução nossa).

Tal figura filosófica não é de difícil configuração nos atuais axiomas em que se vislumbra a atuação política, principalmente em nosso país. Com a crescente onda de que a legitimidade social deve repousar na mensuração da opinião pública, conforme explana Bassok (2013), é compreensível que grande parte da população menos informada – que, na esteia de Somin (2004), geralmente representa mais da metade do eleitorado de um país – correlacione o apoio popular generalizado com critérios de legitimação[33].

Alexander Bickel (1986) foi o primeiro a cunhar um termo específico para tal crise de legitimidade das Cortes Constitucionais. Em *The Least Dangerous Branch: The Supreme Court at the Bar of Politics*, sem tradução para o português e publicado em 1962, o autor lançou a teoria que edificaria toda a discussão doutrinária quanto aos critérios de autoridade da Suprema Corte estadunidense, e, por consequência, de todos os Tribunais Superiores do mundo.

[33] Bassok (2013) estabelece em trabalho específico a questão das diferentes formas de legitimidade, sendo que o presente trabalho dedicará tópico específico às mesmas, v. infra.

Ao iniciar o estudo da dificuldade contramajoritária, previu Bickel (1986, p. 29, tradução nossa) que “a função legitimamente é inescapável”, asseverando com maestria que se desdobrar sobre tal dificuldade é esbarrar necessariamente na legitimação das Cortes responsáveis pela atuação contramajoritária.

Bickel (1986) traz à baila o fato da Suprema Corte norte-americana retirar a eficácia[34] de leis aprovadas regularmente pelo procedimento democrático, atuando como organismo contramajoritário pela sua composição sem cunho eleitoral. É esta a referida dificuldade. Tal atitude por parte do órgão judicial traz em seu bojo a discussão quanto aos critérios legitimadores da própria jurisdição constitucional, uma vez que a mesma precisa apelar a instrumentos de controle social – e demonstração de poder, em última instância, conforme aduz Bassok (2013) – para justificar a tomada de decisões que contrariem os anseios de uma maioria populacional, representada através de políticos ou de pesquisas de opinião pública[35].

Bassok (2012) sintetiza a bifurcação das dificuldades contramajoritárias em trabalho específico, caracterizando as dificuldades contramajoritárias tradicional e literal. Conforme se verá em tópico específico, ambas lidam com diferentes formas de legitimidade e responsividade aos anseios de eventuais maiorias políticas e populacionais, sendo que apenas a forma tradicional é a que traduz o efetivamente proposto por Bickel.

Ponto cabível é a análise da estruturação filosófica do tema aludido apenas nos moldes norte-americanos. A dificuldade contramajoritária – ou *déficit democrático*, na expressão correspondente no direito europeu – encontra subsídio principalmente nos escritos estadunidenses pelo fato do continente europeu ainda não ter se deparado com uma potencial crise de confiança em seu Legislativo (COMELLA, 1997).

Quanto à situação no continente, alude o celebrado autor espanhol:

---

[34] O direito norte-americano fala quanto à *invalidação*, e não quanto à retirada de *eficácia* de uma norma nos moldes kelsenianos, uma vez que, para o austríaco, tem-se que caso uma lei seja declarada inconstitucional, ocorre a decretação de sua *ineficácia*, não invalidade, sendo esta uma peculiaridade do *civil law*, revelando-se escusável a diferença entre o plano normativo atingido pela referida decretação nos diferentes modelos jurídicos, conforme a peculiaridade do *common law* a ser levada a cabo no momento oportuno neste trabalho.

[35] Bassok (2013) dedica um trabalho completo às pesquisas de opinião pública funcionando como critério de legitimação da atuação das Cortes Constitucionais, de modo que tal viés teórico merece tópico apartado quando o corrente estudo destrinchar a legitimidade *per totum.*

> A lei, com efeito, aparece revestida de uma especial dignidade como consequência de sua aprovação pelo órgão do Estado que está em melhor posição institucional para expressar a vontade popular: o Parlamento, eleito periodicamente por sufrágio universal (COMELLA, 1997, p. 36, tradução nossa).

Assim, ainda na esteia de Comella (1997), é notável que muitos dos Tribunais Constitucionais europeus – principalmente o espanhol – se limitem a fornecer recomendações legislativas e exercer apontamentos, declarando a inconstitucionalidade de determinado ato normativo apenas em último caso, quando este comprovadamente afrontar os mais intrínsecos direitos fundamentais. Alguns casos, contudo, como o alemão e o italiano, por se tratarem de países com recentes sensibilidades bélicas, veem em seus tribunais a chancela para o funcionamento democrático, razão pela qual o discurso legitimador cai por terra desde então.

Desta forma, os Estados Unidos – e de certa forma a grande maioria das nações latino-americanas – perderam o otimismo liberal que hoje toma conta da Europa ainda em pleno século XXI, de modo que a Constituição passou a ser vista sob a ótica de que "[...] só poderá servir de garantia [...] se for garantida como alguns poderosos fatores [*que*] elevam a inconstitucionalidade a núcleo de toda a problemática do Direito constitucional, e, quiçá, do Direito público" (MIRANDA, 2012, p. 108).

In fine, por ser o modelo constitucionalista brasileiro semelhante ao norte-americano quanto à análise de seus critérios de controle, começa-se a delinear o conceito de dificuldade contramajoritária na medida em que se denota a estrutura diametralmente oposta do Poder Judiciário em face dos Poderes Executivo e Legislativo. Nenhum de seus membros é eleito por via direta, mas suas decisões têm o condão de estabelecer obediência a todos. É o início da tensão da legitimidade democrática de tal Poder, e a base da divisão de águas na dificuldade contramajoritária.

Conforme já exposto, a dificuldade contramajoritária tradicional é a que coaduna com a visão bickeliana de seu próprio instituto, tão logo tal vertente lida com "[...] a questão de poder o princípio democrático do governo da maioria ser reconciliado com a prática de juízes apenas remotamente contabilizáveis eleitoralmente invalidarem leis criadas por representantes eleitoralmente

contabilizáveis[36]" (KLARMAN, 1997 *apud* BASSOK, 2012, p. 339-40, tradução nossa). O silogismo textual com o controle concentrado de constitucionalidade é evidente.

As bases do início da discussão do tal forma de dificuldade são lançadas pelo próprio Bickel (1986, p. 17, tradução nossa), aduzindo que "[...] apesar de democracia não significar constante reconsideração de decisões tomadas, ela significa que uma maioria representativa tem o poder de revertê-la". Assim, depositar tal poder nas mãos de uma minoria impassível de responsividade aos anseios da maioria significa, mais uma vez nos ditames de Bickel (1986, p. 23, tradução nossa), uma "grave contradição interna" no princípio democrático.

Numa tentativa de estabelecer um conceito fechado de dificuldade contramajoritária tradicional, é possível exemplificar tal instituto vislumbrando sua presença quando uma Corte Constitucional "invalida um estatuto passado por um corpo eleito [...], também quando ela [*a Corte*] invalida estatutos que gozam de apoio popular" (BASSOK, 2012, p. 342, tradução nossa).

Assim, o início de toda a dificuldade contramajoritária tradicional repousa necessariamente no início da mudança de paradigma de observância da Constituição, passando tal documento a ser formulador das bases para o delineamento do jogo político quanto à sua substância[37], e a atribuição de uma instituição quanto aos encargos interpretativos oriundos da necessidade de observação deontológico-constitucional. Comella (1997) acrescenta que, assim, as normas constitucionais são passíveis de um maior grau de indeterminação por terem de dar espaço à interpretação para o amoldamento contínuo e temporal da Constituição.

Com base nesta amplitude valorativa do texto constitucional, disserta grande parte dos teóricos latinos que a redação normativo-constitucional é passível das

---

[36] Tema controverso em termos de tradução é a utilização da terminologia *accountable* e *non-accountable* pela doutrina norte-americana, uma vez que os teóricos anglo-saxões fazem uso da mesma para representar cargos oriundos ou não de eleições, sendo que a terminologia brasileira adequada seria *elegíveis* e *inelegíveis*. Tal denominação, contudo, revestiria o presente trabalho com um cunho metodológico diferente do almejado, razão pela qual se optou por uma tradução mais próxima do original em detrimento da constitucionalmente adequada.

[37] Duas teorias buscam explicar o modo de observância da Constituição; a *instrumental*, que enxerga na Carta apenas conceitos gerais dentro dos quais o jogo político pode se desenvolver livremente, e a *substancial*, que acredita na Carta como documento vinculador de axiomas a serem observados e incorporados pelo funcionamento institucional integralmente.

mais diversas formas de atualização e aplicação silogística, sem embargo da abertura normativa da mesma Constituição (COMELLA, 1997).

Retomando as bases da dificuldade contramajoritária tradicional, Bickel (1986) é enfático ao reconhecer o histórico caso de *Marbury vs. Madison*, julgado em 1803, como precedente absoluto de tal dificuldade. O autor lança mão ainda, conforme se verá a seguir, do fato da dificuldade contramajoritária nunca ter repousado no fato de se um ato contrário à constituição deveria permanecer, mas sim *quem* deveria decretar tal inconstitucionalidade.

Finda a análise da vertente da dificuldade contramajoritária oriunda do controle concentrado de constitucionalidade, a modalidade literal do instituto ora analisado também advém da suposta crise de legitimidade da atuação da Corte Constitucional, mas circunscrita a limites que envolvem um agir *positivo* da entidade jurisdicional (BASSOK, 2012).

Dentre as modalidades de dificuldade contramajoritária, esta é a que vem adquirindo maior relevo, uma vez que, como bem aduz Bassok (2012), as pesquisas de opinião pública e outros instrumentos de mensuração de uma teórica vontade da maioria têm erigido como grandes – se não as maiores – causas de legitimação de uma instituição.

> Somente apenas décadas de constantes pesquisas [*de opinião*][38] remodelou-se nossa noção de legitimidade democrática, sendo então que a dificuldade capturou o embate entre constitucionalismo e mudança democrática para refletir a nova realidade na qual pesquisas de opinião servem como um legitimador democrático inquestionável (BASSOK, 2012, p. 339, tradução nossa).

A dificuldade contramajoritária literal é observada, consoante o exposto, num limite de atuação da Corte Constitucional enquanto realizadora de escolhas oriundas de uma clara postura de ativismo judicial, tão logo o Tribunal incorpora em seu funcionamento institucional um agir voltado, *verbi gratia*, à obtenção de elementos normativos que seriam de competência do Poder Legislativo. Assim, Comella (1997), com precisão, lança a assertiva de que uma das maiores preocupações da constitucionalidade de tal postura por parte do referido Tribunal é o estabelecimento

[38] É necessário que se teça o comentário inserido na citação referenciada pelo fato do autor utilizar, na citação original, o substantivo *polling*, que na língua inglesa se vincula necessariamente às pesquisas de opinião pública, enquanto que o vernáculo nacional não incorpora elementos intrínsecos à simples noção de *pesquisa*.

dos limites dentro dos quais é legítima a atuação jurisdicional – positiva, neste caso – dentro de uma democracia representativa.

Exemplo tangível do ora arguido é, em solo brasileiro, o caso do julgamento da Ação Penal 470 pelo Supremo Tribunal Federal. Tais autos – conhecidos popularmente pelo nome do escândalo de corrupção que os originou, o *Mensalão* – geram inúmeras discussões pela conduta plenamente contramajoritária de alguns Ministros da referida Corte.

É o caso do Min. Celso de Mello, que na ocasião do julgamento de eventual cabimento de embargos infringentes em condenação de réu na referida ação penal, viu-se envolto em questionamentos quanto à sua legitimidade para a tomada de tal decisão (PEREIRA; BONIN, 2013).

Assim, quer a Corte aja declarando a inconstitucionalidade de uma norma que possui apoio popular – ou político, na medida em que as duas esferas parecem confundir-se em nações com governos populistas, conforme aduz Helmke (2010) – ou exare determinado decisório de cunho altamente axiológico e afrontador aos anseios da maioria, tem-se a dificuldade contramajoritária literal.

2.1 Critério de Legitimidade da Jurisdição Constitucional

Dentro da aplicabilidade teórica dos estudos quanto à legitimidade normativa – restrita, aqui, ao campo de atuação das Cortes Constitucionais – emergem critérios justificadores da atuação contramajoritária de tais instituições[39]. Do surgimento das pesquisas de opinião pública até a defesa de Dworkin das Cortes Constitucionais como instituições de guarda dos direitos fundamentais, vários argumentos buscam a comprovação de que a própria estrutura institucional dos Tribunais aludidos já dá conta de demonstrar sua legitimidade jurisdicional (BASSOK, 2012).

Assim, a fim de conferir maior didática à explanação detalhada dos principais argumentos sintetizados pela doutrina estadunidense – na esteia de Bassok (2012), Bickel (1986) e Gibson *et al* (1998) – e europeia – com Miranda (2012) e Comella

[39] A doutrina constitucional norte-americana não vincula a atuação contramajoritária necessariamente à *legitimidade*, preferindo adotar o termo *autoridade*. Frise-se desde já a discordância deste estudo com tal reducionismo filosófico, uma vez que parece ser o conceito de legitimidade o autorizador da atuação contramajoritária, sendo este último dependente do primeiro.

(1997) – passa-se à análise singular de cada estrutura argumentativa, conforme se vê a seguir.

O sentido substancial de democracia vislumbrado no papel de defesa de direitos humanos efetivado por suas instituições – como as Cortes Constitucionais, neste caso – é um dos argumentos precursores do próprio funcionamento minoritário do Poder Judiciário. Da base exposta por Dworkin – que acaba por combinar em sua teoria diversos dos posicionamentos justificadores da atuação jurisdicional contramajoritária – até o racionalismo habermasiano, indubitável é o papel das Cortes Constitucionais como instituições hábeis a lançar as bases para o equilíbrio substancial de todos os sujeitos de direito envoltos no jogo democrático-constitucional (BASSOK, 2012).

Perry (2003 *apud* BASSOK, 2012) estipula como caractere indissociável da democracia liberal a inviolabilidade de todo ser humano, sendo que tal comprometimento axiomático é o que caracteriza o próprio modelo de democracia aludido. Desta forma, a insularidade das Cortes Constitucionais emerge como indumentária hábil à depuração de valores cabíveis a tal instituição, como aduz o argumento da legitimidade pelos direitos humanos expostos por Habermas (2003).

Assim, o conceito de maioria deveria restringir-se apenas quando do fomento aos instrumentos de participação política, sem qualquer forma de intervenção no plano individual de conquistas pessoais, cabendo aqui a inserção dos direitos humanos como cláusula de barreira da intervenção legiferante ou política (HABERMAS, 2003).

O que merece ser levado em consideração é o próprio posicionamento de Bickel (1986) quando da análise da estrutura dos referidos Tribunais para lidar com questões essencialmente valorativas e reveladoras de um plano metafísico de realização pessoal. Em singular expressão, o criador da terminologia objeto deste estudo reflete acerca do sentido substancial de democracia esperado por operadores jurídicos: “O que queremos dizer com democracia, contudo, é muito mais sofisticado e complexo do que a tomada de decisões num encontro na cidade através de levantamento de mãos” (BICKEL, 1986, p. 17, tradução nossa).

É por não haver “[...] Direito sem a autonomia privada dos cidadãos” (HABERMAS, 2003, p. 71) que os direitos humanos – ou fundamentais, dependendo da esfera de normatividade a que se refere – funcionam como pressupostos imutáveis da formação da vontade pública, sendo que nenhuma forma de decisão ou

vontade majoritária tem o condão de mitigar o campo de livre desenvolvimento da personalidade ou planos pessoais de cada indivíduo[40].

> É verdade, por óbvio, que o processo de refletir a vontade de uma maioria populacional no legislativo é deflagrada por várias desigualdades de representação e por toda sorte de hábitos institucionais e características, as quais talvez tendam mais em favor da inércia. Ainda assim deve ser mantido em mente que os estatutos são produto do legislativo e do executivo agindo concomitantemente, e que o executivo mantém uma constituição muito diferente e tende a curar inequidades de sobre e sub-representação. [...] Um fator muito mais complexo [...] é a proliferação e poder do que Madison previu como 'facção', o que o Sr. Truman chama de 'grupos' e que nos ditames populares sempre foi chamado de 'interesses' ou 'grupos de pressão' (BICKEL, 1986, p. 18, tradução nossa).

Bickel (1986) trouxe à baila talvez a mais pertinente das questões na eventual supressão de direitos fundamentais quando da formação do discurso político racional: a influência de grupos de interesse. É exatamente nesta seara que Bassok (2012) reconhece a importância da função contramajoritária das Cortes Constitucionais na devida medida de seu papel como mantenedora de direitos fundamentais mínimos que ensejam a continuidade do processo democrático[41].

Analogicamente, o que se verifica – principalmente quando da análise da tentativa de pressão exercida pelos aludidos grupos de interesse – é a necessidade de manutenção do sentido fundador do próprio Estado Democrático de Direito em face das maiorias passageiras, na própria reafirmação da Razão Pública deste mesmo Estado (RAWLS, 1996 *apud* MIRANDA, 2012).

A Razão Pública proposta por Rawls (1996 *apud* MIRANDA, 2012) é plenamente equiparável ao próprio mecanismo defensivo erigido por Habermas (2003) em relação aos direitos humanos na exata medida em que desvela um campo completamente impassível de invasão por parte de eventuais vontades políticas transitivas.

---

[40] Neste mesmo sentido é o entendimento expresso na secular Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, que aduz *ipsis litteris* em seu art. 4º: "A liberdade consiste em poder fazer tudo que não prejudique o próximo: assim, o exercício dos direitos naturais de cada homem não tem por limites senão aqueles que asseguram aos outros membros da sociedade o gozo dos mesmos direitos. Estes limites apenas podem ser determinados pela lei".

[41] Habermas (2003) cita como exemplo de excluídos do processo político, mas que carecem da salvaguarda de direitos fundamentais; os ciganos, homossexuais, mulheres e outros grupos minoritários que despertam a atenção da Teoria Constitucional na medida em que os grupos de pressão e maiorias políticas tendem a almejar a exclusão dos mesmos do jogo democrático. Vide o caso brasileiro da bancada evangélica e a liberação da união estável homoafetiva pelo Supremo Tribunal Federal.

Desta forma, os direitos humanos – ou a Razão Pública – estabelecem o próprio critério de legitimidade existente quando da atuação contramajoritária das Cortes Constitucionais, expondo com propriedade o campo mínimo de ressalvas valorativas a serem impostas contra qualquer forma indevida de intervencionismo político na esfera privada, funcionando tais Cortes como escudo e mecanismo discursivo dos próprios limites em questão.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A democracia há muito não se estabelece como uma forma de governo em que a maioria absoluta decreta seu anseio. Assegurar os direitos das minorias é um componente tão essencial para o processo democrático quanto o próprio sufrágio; e a maneira de garantir tais direitos é um imbróglio que envolve necessariamente a definição da atuação de cada um dos institutos de uma República.

Proteger a democracia de si mesma é a questão que parece fundar o atual estudo. Relativizar vontades passageiras em face de uma estrutura axiológica mais longínqua – e humana – é o grande desafio das Cortes Constitucionais ao lidar com a dificuldade contramajoritária, em qualquer uma de suas modalidades. Em que pese a necessidade de um estudo mais amplo e aprofundado quanto ao tema, o que se observa desde já são instituições jurídicas cada vez mais assumindo funções executivas e, claro, legislativas.

Sejam utilizados quaisquer dos argumentos possibilitados pelas doutrinas anglo-saxãs ou brasileiras quanto à possibilidade – ou pior: *necessidade* – de uma atuação das Cortes Constitucionais contrária à vontade das maiorias, o que se vislumbra independentemente da aplicação de tais estruturas retóricas é a urgência acerca da compreensão dos liames sociais e intersubjetivos que envolvem as próprias acepções e limites do Direito. Palpar a legitimidade para atuação desta Ciência Jurídica é a décima segunda tarefa de Hércules da teoria constitucional contemporânea.

Conditio sine qua non do ora estudado é, por fim, a aplicação prática de indeterminações filosóficas que cercam a Ciência Política: das puríssimas construções kelsenianas até a delimitação institucional de organismos republicanos, uma longa teoria urge por ser pesquisada, mas portando já ao longe o indiscreto

aviso de que a construção do próprio sujeito de direitos passará a ser vinculada dos mecanismos criados para a defesa dos mesmos.

REFERÊNCIAS

BASSOK, O. The Two Countermajoritarian Difficulties. *In*: **Saint Louis University Public Law Review**, Saint Louis, v. 31, pp. 333-382, 2012.

_____. The Supreme Court's New Source of Legitimacy. *In:* **Journal of Constitutional Law**, Nova Iorque, v. 16, n. 1, pp. 153-198, 2013.

BICKEL, A. M. **The Least Dangerous Branch:** The Supreme Court as the Bar of Politics. 2. ed. New Haven: Yale University Press, 1986.

COMELLA, V. F. **Justicia Constitucional y Democracia.** Madrid: Centro de Estudios Politicos y Constitucionales, 1997.

FELLET, A. Supremo Tribunal Federal: Entre a Soberania Popular e o Contramajoritarianismo? *In:* FELLET, A.; NOVELINO, M. (Orgs.). **Constitucionalismo e Democracia**. Salvador: JusPODIVM, 2012, pp. 15-30.

GIBSON, J. L. *et al.* On the Legitimacy of National High Courts. *In:* **The American Political Science Review**, Houston, v. 92, n. 2, pp. 343-358, 1998.

HABERMAS, J. Sobre a legitimação pelos direitos humanos. *In:* MERLE, J. C.; MOREIRA, L. (Orgs). **Direito e Legitimidade**. São Paulo: Landy, 2003, pp. 67-82.

HELMKE, G. Public Support and Judicial Crises in Latin America. *In:* **Journal of Constitutional Law**, Filadélfia, v. 13, n. 2, pp. 397-411, 2010.

MIRANDA, J. Justiça Constitucional e Democracia. *In:* FELLET, A.; NOVELINO, M. (Orgs.). **Constitucionalismo e Democracia**. Salvador: JusPODIVM, 2012, pp. 107-123.

PEREIRA, D.; BONIN, R. Agora depende só dele. *In:* **Veja**, São Paulo, ano 46, n. 38, pp. 62-71, 2013.

SOMIN, I. Political Ignorance and the Countermajoritarian Difficulty: A New Perspective on the "Central Obsession" of Constitutional Theory. *In*: **Iowa Law Review**, Fairfax, v. 89, n. 4, pp. 1287-1371, 2004.

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3653 - Fax: (45) 3036-3638
www.univel.br

EFEITO SOCIAL DA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

Edmar Adolpho Kliemann[42], Guilherme Oscar Caetano de Souza[43], Magna Boeira Bertusso[44]

Escrito para apresentação na XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Educação, tecnologia e pós-modernidade"
28 e 29 de outubro de 2014 – UNIVEL – CPE – Cascavel-PR
ISBN 978-85-98534-11-4

RESUMO: O objetivo deste trabalho será analisar o impacto social da desoneração da folha de pagamento, Lei 12.715, de 17 de setembro de 2012, bem como analisar se o mecanismo de desoneração da folha de pagamento atingiu o seu objetivo inicial de redução da carga tributária e aumento da competitividade dos produtos nacionais frente o mercado internacional. Na fundamentação do trabalho apresenta-se a conceituação dos dois mecanismos atuais de tributação do INSS patronal, 20% sobre a remuneração bruta e o mecanismo incluído pela desoneração que prevê como recolhimento de INSS patronal 1% ou 2%, dependendo do ramo de atividade, sobre o faturamento. Diante do exposto, o trabalho justifica-se em confirmar se a desoneração da folha de pagamento gerou o benefício de redução da carga tributária e aumentou a competitividade dos produtos nacionais frente ao mercado exterior. Para os objetivos a metodologia da pesquisa utilizada foi a descritiva, o qual tem como objetivo a descrição de determinado fenômeno e estabelecer a relação entre as variáveis, nos procedimentos será utilizado a pesquisa bibliográfica. É notório conhecimento que a carga tributária nacional é elevada, onde as alterações legislativas visando reduzir o peso dos tributos para os setores produtivos podem gerar bons efeitos sociais, como é o caso da norma em destaque, que visa a aceleração do crescimento.

PALAVRAS-CHAVE: Desoneração, Folha de Pagamento, Planejamento Tributário.

ABSTRACT: The aim of this paper is to analyze the payroll tax release social impact, law 12.715/2012, as well as to analyze if the mechanism has reached its initial goal of tax burden reduction and national products competitiveness raise before the international market. In the background of the essay will be presented the concept of

[42] Licenciado em Letras pela Universidade Estadual do Paraná e Bacharelando do Curso de Direto na Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[43] Bacharel em Ciências Contábeis e Bacharelando do Curso de Direto, ambas pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[44] ORIENTADORA: Professora Especialista do Curso de Direito -Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel – UNIVEL.

the two current mechanisms of social security employers taxation, 20% on the gross remuneration and the mechanism included by the payroll tax reduction, which provides as social security taxation 1% or 2% of the profit, depending on the activity branch. Based on the above considerations, this essay is justified by the confirm the effective taxpayers burden reduction. About its methodology and its aim, the research is based on description, in which the goal is the description of certain phenomenon and establish the relation between variables; about the proceedings, the bibliographical research will be used. The knowledge about the high tax burden is notorious, in which the legislatives changes aims to reduce the excessive tax burdens to the productive sectors, so that they be able to produce good social effects, as the present study shows, striving the growing acceleration.

KEYWORDS: Tax reduction, Payroll tax reduction, Tax Planning.

1 INTRODUÇÃO

Neste presente estudo, selecionar-se-á a norma jurídica contemporânea referente a desoneração da folha de pagamento e proceder-se a analise sob o prisma o alcance das propostas apresentadas pela legislação.

Esta norma jurídica é polêmica devido a sua imposição ao contribuinte, não lhe dando opção de escolher método mais vantajoso. Tendo em vista a sua intenção de reduzir a carga tributária e acelerar o crescimento previsto no programa governamental “Brasil Maior”, evidencia-se o objetivo de beneficiar os que estão obrigados a sua adoção.

O presente trabalho tem a finalidade de analisar se realmente a desoneração da folha de pagamento gerou o benefício de redução da carga tributária e aumentou a competitividade dos produtos nacionais frente ao mercado exterior.

2 Efeitos sociais da desoneração da folha de pagamento

A desoneração da folha de pagamento é um mecanismo de aceleração do crescimento e fomentação do emprego inserido pelo pacote de melhorias apresentadas pelo programa governamental denominado “Brasil Maior” (PLANO BRASIL MAIOR, 2014), que foi lançado em agosto de 2011 pelo governo federal, complementado pelas medidas de abril de 2012. Tal projeto foi iniciado com o intuito de propiciar uma maior competitividade entre as empresas nacionais e estrangeiras, reduzir os custos previdenciários e consequentemente, elevar a produtividade,

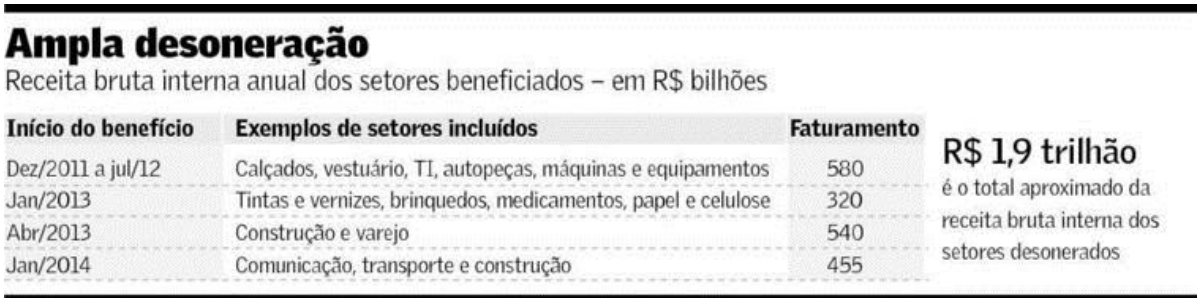
melhorar as exportações, também aumentou a competitividade na indústria e formalizar o mercado de trabalho.

Este benefício fiscal compulsório foi instituído pela Medida Provisória 540 de 2 de agosto de 2011, convertida na Lei 12.546 de 14 de dezembro de 2011 que foi alterada pela Lei 12.715, de 17 de setembro de 2012, que, dentre outras providências, substituiu a forma de contribuição previdenciária com base na remuneração dos funcionários, onde recolhia-se 20% sobre a remuneração bruta do funcionário, a título de contribuição de INSS patronal, por uma nova metodologia que prevê a aplicação das alíquotas fixas de 1% ou 2%, dependendo do ramo de atividade, sobre o faturamento líquido da empresa. Estas alíquotas estão apresentadas nos artigos 7º e 8º da Lei supracitada.

Setor	**Alíquota Sobre Faturamento**
Engenharia e Arquitetura	2%
Construção Civil	2%
Têxtil, Confecções, Couro e Calçados	1%
Plásticos, Material Elétrico	1%
Bens de Capital – Mecânico	1%
Ônibus - Transporte Rodoviário Coletivo de Passageiros, Ferroviário, Metroviário	1%
Autopeças, Naval, Aéreo	1%
Móveis	1%
Hotéis	2%
Call Center	2%
TI e TIC	2%

Quadro comparativo elaborado com base nos artigos 7º e 8º da Lei 12.546/2011, que, entre outras providências, introduziu a desoneração da folha de pagamento, de forma obrigatória, aos contribuintes enquadrados nos ramos acima apresentados.

Atualmente são 56 ramos de atividades englobados pela desoneração da folha de pagamento. Com base no levantamento da CSB (CENTRAL DOS SINDICATOS BRASILEIROS, 2014), a receita bruta apresentada por estes setores é de aproximadamente um trilhão e novecentos milhões de reais, o que equivale a aproximadamente 50% do nosso PIB (produto interno bruto), antes dos impostos. A participação expressiva no PIB se dá devido aos setores primários e de grande demanda de mão de obra.



Ampla desoneração

Receita bruta interna anual dos setores beneficiados – em R$ bilhões

Início do benefício	Exemplos de setores incluídos	Faturamento
Dez/2011 a jul/12	Calçados, vestuário, TI, autopeças, máquinas e equipamentos	580
Jan/2013	Tintas e vernizes, brinquedos, medicamentos, papel e celulose	320
Abr/2013	Construção e varejo	540
Jan/2014	Comunicação, transporte e construção	455

R$ 1,9 trilhão

é o total aproximado da receita bruta interna dos setores desonerados

FFONTE: <http://csbbrasil.org.br/desoneracao-ja-atinge-setores-cuja-soma-da-receita-vale-50-do-pib/>, acessado em 03 de setembro de 2014.

A desoneração da folha de pagamento não se aplica as micro empresas e empresas de pequeno porte que são optantes pelo Sistema Especial de Arrecadação de Tributos, o Simples Nacional. Das quatro metodologias de tributação existentes (Lucro Real, Lucro Presumido, Lucro Arbitrado e Simples Nacional), somente o Simples Nacional esta dispensado desta adoção devido ao seu sistema diferenciado de arrecadação.

Em pesquisa realizada pela Confederação Nacional das Indústrias (MARTELLO, 2014) constatou-se que, para as empresas industriais, a desoneração foi considerada benéfica pela maioria maciça das empresas, onde 96% dos entrevistados afirmaram ter se beneficiado de alguma forma com o programa de desoneração da folha de pagamento apresentado pelo Governo Federal.

As respostas obtidas, onde a maior parte dos entrevistados afirmou que a desoneração da folha de pagamento foi benéfica para a sua empresa, segue o entendimento e números apresentados por Resende *et al* (2014), onde, de acordo com o secretário de Política Econômica, Marcio Holland, que mencionou que a desoneração da folha de pagamento representará uma anistia fiscal de R$ 24,7 bilhões em 2014. Embora a economia geral seja expressiva, ainda existe, porém em minoria, as empresas que foram prejudicadas por tal programa governamental.

> Levantamento realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) em janeiro deste ano com os empresários dos setores beneficiados revela que, para 96%, a medida foi "altamente positiva". Para 91%, a medida melhorou o fluxo de caixa das empresas e, para 70%, a medida "aumenta a competitividade dos produtos no mercado externo". Ao mesmo tempo, 63% responderam que o benefício ajudou a aumentar o nível de emprego, enquanto que 58% avaliaram que há, ou haverá, aumento no faturamento. (MARTELO, 2014)

A metodologia de recolhimento de contribuição ao Instituto Nacional de Seguridade Nacional (INSS) sobre a receita ou o faturamento da empresa é constitucional, esta previsão pode ser observada na Constituição Federal Nacional,

no artigo 195, inciso I, alínea b. A hodierna constituição prevê a contribuição para seguridade social sobre o faturamento, bem como a possibilidade de se aplicar a metodologia de desoneração de forma segmentada, abrangendo somente alguns setores da economia, conforme abaixo verifica-se:

> Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:
> I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre:
> a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;
> b) a receita ou o faturamento;
> c) o lucro;
> (...)
> § 12. A lei definirá os setores de atividade econômica para os quais as contribuições incidentes na forma dos incisos I, b; e IV do *caput*, serão não-cumulativas.
> § 13. Aplica-se o disposto no § 12 inclusive na hipótese de substituição gradual, total ou parcial, da contribuição incidente na forma do inciso I, a, pela incidente sobre a receita ou o faturamento.

A Lei 8.212, de 24 de julho de 1991, que trata do mecanismo de tributação previdenciária que veio a ser substituído em virtude da desoneração da folha de pagamento. Denota-se notar que a alíquota de 20% era incidente sobre a totalidade da remuneração dos trabalhadores e sobre os serviços prestados por trabalhadores autônomos.

> Art. 22. A contribuição a cargo da empresa, destinada à Seguridade Social, além do disposto no art. 23, é de:
> I - vinte por cento sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título, durante o mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos que lhe prestem serviços, destinadas a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador ou tomador de serviços, nos termos da lei ou do contrato ou, ainda, de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa. (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 1999).
> (...)
> III - vinte por cento sobre o total das remunerações pagas ou creditadas a qualquer título, no decorrer do mês, aos segurados contribuintes individuais que lhe prestem serviços; (Incluído pela Lei nº 9.876, de 1999).

Existe certa discussão sobre a legalidade e o atendimento das premissas previstas no cerne do programa, assim, não atendendo à finalidade proposta de redução da carga tributária, tendo em vista que o governo não considerou a particularidade de alguns ramos de atividades, os quais possuem maior utilização de

força mecânica robotizada em substituição a mão de obra humana, tanto por fatores produtivos quanto em razão dos riscos envolvidos em cada operação. Neste sentido Kertzman (2012, p. 147) menciona que,

> Outro argumento a favor da desoneração sobre a folha de pagamento, este bastante razoável, é o de que o aumento de alíquota patronal das últimas décadas –que na origem da previdência era de apenas 3% (Lei Eloy Chaves de 1923) e passou para os atuais 20% -atingiu, prioritariamente, os setores econômicos que utilizam intensivamente mão de obra, desestimulando a geração ou criação de empregos.

As empresas que se enquadram no processo de alta robotização do sistema produtivo são as mais prejudicadas, uma vez que elas apresentam um faturamento elevado e um custo de folha de pagamento sem muita expressão, acarretando prejuízo ao programa de “desoneração”, pois o fator faturamento não é diretamente relacionado com a mão de obra empregada na produção, como ocorre em grande parte dos segmentos industriais.

O benefício supracitado não foi apresentado como uma possibilidade de escolha do contribuinte, o que leva a entender sua adoção como compulsória, logo, não disponibilizando meios alternativos para que este plano não prejudique a competitividade de alguns ramos frente ao cenário internacional.

De forma contrária ao resultado apresentado pela pesquisa efetuada pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI) – onde a maioria das empresas entrevistadas afirmou ter se beneficiado com a desoneração – apresenta-se a pesquisa realizada pela Associação Brasileira da Indústria de Tecidos (Abit), associação essa que defende o direito de opção pelo contribuinte.

O estudo de Osaki (2014) apresentou informações que a substituição da forma contributiva teve efeito inverso ao desejado no setor de confecções, onde de 55% a 60% afirmaram ser benéfica, 35% ser prejudicial e 5% a 10% não sofreram efeito algum com a alteração.

Embora o percentual de benefício seja mais expressivo, defende-se o direito à escolha, por parte do contribuinte, pois a imposição deste regime o qual possui, como o próprio nome diz, intuito de desonerar a atividade empresarial é uma ofensa aos: princípios da capacidade contributiva, que para Brambilla (2014) determina que que os tributos recaiam sobre os que possuem maior riqueza; o princípio da isonomia, a qual para Guterres (2006) proíbe a distinção entre os contribuintes, onde o benefício deve ser abrangido por todos; o princípio livre concorrência, de acordo

com Neto (2009) determina que deve partir do contribuinte a forma de gerir o seu negócio; e o princípio da vedação ao confisco, que para Zanluca (2014) refere-se aos casos em que a carga tributária resulte em mais da metade do seu valor econômico líquido da mercadoria negociada.

Exemplo de que esta imposição não é considerada correta é demonstrado por Aguiar (2014), que apresente a decisão inédita do TRF4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região), o qual, por unanimidade dos seus desembargadores, julgou procedente o pedido de uma cooperativa agroindustrial que pleiteava a possibilidade de recolher a contribuição previdenciária com base no regime antigo, ou seja, 20% sobre a remuneração dos funcionários. O argumento da defesa foi justamente a não efetividade do intuito da norma, que prevê a desoneração, e não o aumento da carga tributária, que no caso concreto acarretou, por estimativas apresentadas, cerca de R$ 220 mil por ano de aumento nos encargos previdenciários.

O julgado supracitado ainda é passível de recurso por parte do estado do Rio Grande do Sul, porém já apresenta um precedente aos demais contribuintes que sentirem-se prejudicados devido a imposição decorrente da desoneração da folha de pagamento.

Até o término deste estudo não foram localizados matérias que apresentassem informações quanto ao aumento do número de funcionários ou mesmo a formalização dos trabalhadores que se encontram na informalidade, após a implantação da sistemática da desoneração da folha de pagamento. Entretanto, ressalta-se que, embora existam empresas desfavorecidas, a maior parte dos contribuintes foram favorecidos, demonstrando que o projeto governamental atingiu os seus objetivos sociais, uma vez que efetivamente está aumentando a competitividade frente ao mercado externo e reduzindo o custo tributários das empresas, assim possibilitando a expansão econômica e a geração de empregos.

3 METODOLOGIA

Os procedimentos na pesquisa conforme Beuren *et al* (2006, p. 83), fazem referência a forma que se conduz os estudos, bem como, de onde extrai-se as informações. Conquanto utilizou-se no presente trabalho a metodologia de pesquisa bibliográfica, onde amparou-se em publicações, normas jurídicas, doutrinas e editoriais da internet para as análises e fundamentação do tema proposto.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da análise da desoneração da folha de pagamento, constata-se que a maioria absoluta dos contribuintes obteve benefícios com esta nova metodologia, apresentando redução dos custos com folha de pagamento, consequentemente reduzindo custos operacionais e favorecendo a maior competitividade dos seus produtos no mercado internacional e no mercado nacional em relação aos importados. Verificou-se que uma minoria dos contribuintes não obteve mesmo benefício com a aplicação da nova metodologia

Pode-se observar que a desoneração da folha de pagamento atingiu o seu objetivo social da criação, pois esta beneficiou grande parte dos contribuintes, porém os que não conseguiram alcançar proveito desta nova metodologia foram prejudicados, neste sentido questiona-se sobre a obrigatoriedade da sua adesão, uma vez que não está desonerando a folha de pagamento, mas sim a onerando.

Verifica-se a similaridade entre a norma estudada e outras normas existente no ordenamento jurídico, onde se produz resultados satisfatórios com maior proporção da folha de pagamento em relação ao faturamento, porém ocasionarem certo prejuízo para as empresas que possuem seu processo fortemente mecanizado ou que possui baixo custo com remuneração em comparação ao seu faturamento. Isso espelha o quão difícil se demonstra a função do estado em chegar ao tão almejado bem comum, considerando que se falar em bem comum e o bem a todos, se preza pelo benefício geral, mas na prática observa-se que não ocorre necessariamente desta forma em razão da complexidade que a temática envolve.

Dada a relevância social da lei 12.546 de 14 de setembro de 2011, pode-se defender a continuidade deste estudo com o intuito de se analisar os efeitos desta norma jurídica na região oeste do estado do Paraná, mais especificamente na cidade de Cascavel, visando mensurar o impacto desta norma no cotidiano da região.

REFERÊNCIAS

ABIT, Associação Brasileira da Indústria de Tecidos. Editorial. Disponível em: <http://www.abit.org.br>. Acesso em 03 de set. de 2014.

AGUIAR, Adriana. **TRF da 4ª Região altera cálculo de contribuição previdenciária**. Out. 2014. Disponível em: <http://www.noticiasfiscais.com.br/2014/10/01/trf-da-4a-regiao-altera-calculo-de-contribuicao-previdenciaria/>. Acesso em 02 de out. de 2014.

BEUREN, Ilse Maria (Coord.). Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade. - 3. Ed. São Paulo: ATLAS, 2006.

BRAMBILLA, Leandro Vilela. **No que consiste o princípio da capacidade contributiva?**. Disponível em: <http://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/2099183/no-que-consiste-o-principio-da-capacidade-contributiva-leandro-vilela-brambilla>. Acesso em 06 de out. de 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial da União. Poder Executivo, Brasília, DF, 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 16 de ago. de 2014.

_____. **Lei 8.212 de julho de 1991**. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Poder Executivo, Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8212cons.htm>. Acesso em 16 de ago. de 2014.

_____. **Lei 12.715 de 18 de setembro de 2012**. Altera a alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários devidas pelas empresas que especifica; institui o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores. Diário Oficial da União. Poder Executivo, Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12715.htm>. Acesso em 16 de ago. de 2014.

_____. **Lei 12.546 de14 de setembro de 2011**. Altera a incidência das contribuições previdenciárias devidas pelas empresas que menciona. Diário Oficial da União. Poder Executivo, Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12546.htm>. Acesso em 23 de ago. de 2014.

_____. **Medida Provisória 540 de 02 de agosto de 2011**. altera a incidência das contribuições previdenciárias devidas pelas empresas que menciona. Diário Oficial da União. Poder Executivo, Brasília, DF, lia, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2011/Mpv/540.htm>. Acesso em 02 de out. de 2014.

CNI, Confederação Nacional da Indústria. **Editorial**. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/>. Acesso em 03 de set. de 2014.

CENTRAL DOS SINDICATOS DO BRASIL, **Desoneração já atinge setores cuja soma da receita vale 50% do PIB**. Disponível em: <http://csbbrasil.org.br/desoneracao-ja-atinge-setores-cuja-soma-da-receita-vale-50-do-pib/>. Acesso em 16 de ago. de 2014.

GUTERRES, Cleber Santos. **Princípio da Isonomia/Igualdade**. Disponível em: < http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2851/Principio-da-Isonomia-Igualdade>. Acesso em 06 de out. de 2014.

KERTZMAN, Ivan. **A desoneração da folha de pagamento**. São Paulo: LTr, 2012. ISNS 9788536121888.

MARTELLO, Alexandro. **Mantega anuncia que desoneração da folha será permanente.** Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/05/mantega-anuncia-que-desoneracao-da-folha-sera-permanente.html>. Acesso em 23 de ago. de 2014.

NETO, José Afonso Nascimento. **O Princípio da Livre Concorrência na Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=1189>. Acesso em 06 de out. de 2014.

OSAKI, Marcos. **Desoneração da Folha de Pagamento**. Disponível em: <http://www.sinaenco.com.br/downloads/Sinaenco_desonera%C3%A7%C3%A3o_2013.04.25.pdf>. Acesso em 23 de ago. de 2014.

PLANO BRASIL MAIOR. **Medidas**. Disponível em: <http://www.brasilmaior.mdic.gov.br/conteudo/129>. Acesso em: 02 out. 2014.

RESENDE, Thiago, *et al*. **Com mais 14 setores desonerados, renúncia fiscal sobe a R$ 24,7 bi.** Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/3075286/com-mais-14-setores-desonerados-renuncia-fiscal-sobe-r-247-bi>. Acesso em 23 de ago. de 2014.

ZANLUCA, Júlio Cézar. **Multa Tributária: O Princípio da Vedação ao Confisco**. Disponível em: <http://www.portaltributario.com.br/artigos/multasconfiscatorias.htm>. Acesso em 23 de ago. de 2014.

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3653 - Fax: (45) 3036-3638
www.univel.br

INCONSTITUCIONALIDADE DOS BENEFÍCIOS FISCAIS CONCEDIDOS À REVELIA DO CONFAZ

Daniel Piga Vagetti[1], Ana Carolina Weiler Silva[2]

Escrito para apresentação na XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Educação, tecnologia e pós-modernidade"
28 e 29 de outubro de 2014 – UNIVEL – CPE – Cascavel-PR
ISBN 978-85-98534-11-4

RESUMO: O Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, promulgado por meio da Lei Complementar 24 de 07 de Janeiro de 1975, tem por objetivo evitar o uso do ICMS como instrumento de incentivo fiscal para a atração de empresas de forma prejudicial ao equilíbrio econômico entre os Estados - Membros, e concomitante a esta atua como mediador no que tange às análises e plausibilidade de tais dispositivos. Comumente, evidencia-se o abuso dos Estados ao legislar sobre benefícios quando da cobrança do ICMS, a fim de atrair investimentos de Empresas (devido a redução da carga tributária do ICMS), sujeitando as empresas a futuras contingências e reclamatórias, quando julgadas inconstitucionais as normas criadas sem o amparo legal do CONFAZ, restando demonstrado desta forma, a total insegurança jurídica a qual o contribuinte está sujeito.

PALAVRAS-CHAVE: ICMS, Incentivos, Insegurança Jurídica.

ABSTRACT: The National Finance Policy Council - CONFAZ, enacted by the Supplementary Law 24/1975, aims to avoid the ICMS application as an instrument of tax stimulation to attract corporations by a detrimental way to the economic equilibrium between the Member-States, acting, at the same time, as a mediator in the analysis and the dispositive plausibility. It usually stands out the abuses States commit in legislate about benefits of ICMS charge, aiming to attract corporations investments (in due to ICMS tax burden reduction), subjecting the corporations to future contingencies and grievances when the norms created without the CONFAZ legal support are judged unconstitutional, what demonstrates the total legal insecurity the contributor is subjected.

KEYWORDS: ICMS, Incentives, Legal insecurity.

+

1 INTRODUÇÃO

As obrigações tributárias, por óbvio, tem como causa uma exigência legal. Sua origem se dá por meio do denominado fato gerador, que consiste em uma hipótese de incidência tributária. A positivação da incidência ocorrerá por meio das operações mercantis, vinculando desta forma o ente tributante (Estado) com o contribuinte, exigindo-se do mesmo uma prestação patrimonial advinda da lei reguladora.

Inserido neste contexto de obrigações tributárias principais e secundárias, o ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviço de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação), de competência estadual, remete o contribuinte a observação da legislação tributária de 26 Estados e o Distrito Federal (apresentando variações de acordo com o número de operações do qual o mesmo efetua). Cabe ressaltar que todas as 27 legislações estaduais, são obrigatoriamente correspondentes ao artigo 155 da Constituição Federal de 1988, que atribui competência aos Estados para legislar em matéria tributária. Além de ajustado pelos diversos regulamentos estaduais, foi criado também um órgão em âmbito nacional, por meio da Lei Complementar 24/75, denominado CONFAZ (Conselho Nacional de Política Fazendária), que atua principalmente como mediador e controlador no que tange a cobrança e concessão de benefícios do ICMS.

Observada essa “liberdade” de legislar, alguns estados utilizavam o ICMS como meio de incentivo à atração de empresas (por meio de benefícios fiscais, tais como: redução da base de cálculo do imposto, isenção, entre outros), gerando desta forma, um crescimento desigual de determinadas regiões do país, sendo que tais dispositivos legais foram feitos, em sua maioria, à revelia de convênios ou protocolos no âmbito do CONFAZ, se tornando portanto, inconstitucionais.

2 DESENVOLVIMENTO

O crescente aumento de operações internas e interestaduais sujeitas a legislação do ICMS, demanda uma regulamentação mais presente e uniformizada, referente as regras e possibilidades facultadas aos contribuintes. Desta forma, cabe aos órgãos reguladores estabelecerem mecanismos para um controle rígido e eficaz sobre tais relações jurídicas tributárias. De acordo com FABRETTI (2006, p.64):

> A obrigação tributária tem como causa a lei e, portanto, é de direito público. Nasce com a ocorrência do fato gerador (hipótese de incidência) prevista em lei. A concretização do fato gerador estabelece a relação jurídica que vincula o sujeito ativo (Estado), que pode exigir do sujeito passivo (particular) uma prestação patrimonial (dinheiro) em virtude da vontade da lei que institui o tributo.

Evidente razoabilidade do estado em exigir contraprestações dos contribuintes devido aos fatos gerados, decorrentes da circulação de mercadorias ou da prestação de serviços.

2.1 Legislação Tributária

O Decreto 5.172/66 - Código Tributário Nacional (CTN) define legislação tributária, no seu artigo 96º, que segue:

> Art. 96º. A expressão “legislação tributária” compreende as leis, os tratados e as convenções internacionais, os decretos e as normas complementares que versem no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes.

A Legislação Tributária, portanto, refere-se às leis, impostos, taxas e a sua forma de recolhimento, versando também sobre as penalidades previstas em decorrência do descumprimento da obrigação principal ou acessória.

2.2 Tributos

Tributo é a parcela entregue pela sociedade ao estado (em dinheiro) de caráter obrigatório, para financiamento dos gastos públicos, decorrentes de prévia aprovação orçamentária.

Para Amaro (2009, p. 16) tributo é “uma prestação que deve ser exigida nos termos previamente definidos pela lei, contribuindo dessa forma os indivíduos para o custeio das despesas coletivas”.

Definido pelo artigo 3º. do Código Tributário Nacional (CTN), temos:

> Art. 3º. Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

No Brasil, tem-se a Constituição Federal, que criou o Sistema Tributário Nacional, estabelecendo os princípios tributários e atribuindo competência para a

criação de tributos, bem como, a Lei 5.172 de 1966 (Código Tributário Nacional), que dispõe sobre as regras gerais de Direito Tributário.

2.2.1 Impostos

Os impostos referem-se a uma das modalidades de tributos, sendo que o Código Tributário Nacional (CNT) define o mesmo em seu artigo 16º, que segue:

> Art. 16º. Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte. Impostos são atribuídos por lei, independente da atividade estatal em relação direta ao contribuinte.

Impostos são as receitas que os estados arrecadam com base exclusiva no interesse público, sem levar em conta as vantagens que possam decorrer dessa atividade para os particulares, observado, porém, regras e princípios como a capacidade contributiva dos obrigados.

2.3 ICMS

O ICMS é o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação. Compete aos estados e ao Distrito Federal instituir e fazer sua cobrança.

> A Constituição Federal dá competência aos Estados e ao Distrito Federal para instituir e cobrar o ICMS, mediante lei ordinária, obedecidas as disposições da lei complementar, que em matéria tributária é a lei nº 5.172/66, Código Tributário Nacional (FABRETTI, 2006, p.101).

O ICMS tem como característica a seletividade (prevista na Constituição Federal em seu art. 155, § 2°, inciso III), ou seja, o valor cobrado difere entre os produtos, assim como as alíquotas, que são determinados pela forma que a mercadoria é tratada, podendo estas serem consideradas essenciais, necessárias ou desnecessárias.

O ICMS, também está sujeito ao princípio da não cumulatividade, de acordo com o artigo 155, parágrafo 2º, inciso I da Constituição Federal, ou seja, o valor correspondente a este sempre é compensado nas operações seguintes, por meio de débito e crédito, salvo em situações que estabelece um tratamento diferenciado ao

imposto e uma forma de controle diferenciada por parte do contribuinte, como por exemplo, benefícios fiscais de redução da base de cálculo.

2.3.1 Contribuintes do ICMS

O contribuinte de ICMS é qualquer pessoa física ou jurídica que realize operações com certa habitualidade ou ainda, que o montante comercializado caracterize fins comerciais, o mesmo também se refere à prestação de serviço.

A Lei Complementar no. 87/96 (Lei Kandir), no seu artigo 4º e incisos, define contribuinte do ICMS, como:

> Art. 4º. Contribuinte é qualquer pessoa, física ou jurídica, que realize, com habitualidade ou em volume que caracterize intuito comercial, operações de circulação de mercadoria ou prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.
> Parágrafo único. É também contribuinte a pessoa física ou jurídica que, mesmo sem habitualidade ou intuito comercial;
> I – importe mercadorias ou bens do exterior, qualquer que seja a sua finalidade;
> II - seja destinatária de serviço prestado no exterior ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior;
> III – adquira em licitação mercadorias ou bens apreendidos ou abandonados;
> IV – adquira lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos derivados de petróleo e energia elétrica oriundos de outro Estado, quando não destinados à comercialização ou à industrialização.

Além da habitualidade para a caracterização das pessoas físicas ou jurídicas como contribuintes do ICMS, deverá ser observado também o volume da circulação ou prestação de serviço realizado.

2.3.2 Convênios e Protocolos

Os convênios e protocolos surgem em reuniões periódicas realizadas entre os estados e o Distrito Federal, contando com a participação de um representante de cada unidade da federação e de um representante do governo federal, formando desta forma o grupo de representantes do CONFAZ, que irá deliberar, entre outros, sobre a concessão de benefícios fiscais e a cobrança do ICMS.

Os convênios são acordos celebrados entre todos os estados membros e o Distrito Federal, que versam sobre benefícios fiscais no âmbito ICMS, isenção, redução da base de cálculo, crédito presumido, parcelamentos, entre outros,

passando a ter validade em âmbito nacional quando assinado e homologados por todos os estados, sendo que suas disposições terão validade em todo o território nacional de maneira igualitária. Importante ressaltar a validade de tal legislação em âmbito nacional, tendo em vista que o ICMS é de competência estadual. Neste sentido, a inteligência do art. 102 do Código Tributário Nacional dispõe sobre a legislação tributária no espaço, e a necessidade de existência de convênio que reconheça essa extraterritorialidade, conforme segue:

> Art. 102. A legislação tributária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios vigora, no País, fora dos respectivos territórios, nos limites em que lhe reconheçam extraterritorialidade os convênios de que participem, ou do que disponham esta ou outras leis de normas gerais expedidas pela União.

Define o artigo 103, inciso III do Código Tributário Nacional que a entrada em vigência dos convênios se dará na data prevista em tal dispositivo, ou seja, é dispensada a edição de decretos estaduais nos estados membros e Distrito Federal, a fim de regular as regras e vigência contidas neste dispositivo de validade nacional.

Os protocolos referem-se aos acordos celebrados entre dois ou mais estados membros e o Distrito Federal, que poderão estabelecer entre si, conforme definido no artigo 38 do Regimento Interno do CONFAZ, as seguintes disposições:

> Art. 38. Dois ou mais Estados e o Distrito Federal poderão celebrar entre si Protocolos, estabelecendo procedimentos comuns visando:
> I - a implementação de políticas fiscais;
> II - a permuta de informações e fiscalização conjunta;
> III - a fixação de critérios para elaboração de pautas fiscais;
> IV - outros assuntos de interesse dos Estados e do Distrito Federal.

Diferentemente dos convênios, não cabe aos protocolos definirem regras de benefícios fiscais, cabendo portanto a regulação de mecanismos e procedimentos fiscalizatórios, como por exemplo, a cobrança do ICMS por substituição tributária. Ainda, aprovado o protocolo, em consonância ao princípio da territorialidade, sua validade e obrigatoriedade será apenas entre os estados signatários, dependendo inclusive da edição de um decreto estadual em cada estado que assinou e participa do protocolo, para que o mesmo passe a ter validade.

Devido a representatividade e competência do CONFAZ, todos os atos que emanam benefícios fiscais nas operações mercantis, bem como, que extrapolem o território do entre tributante, editados isoladamente por cada estado, estão fadados a inconstitucionalidade, pois é competência do CONFAZ, por meio de seus

representantes, regular tais atos, que se dão por convênios e protocolos, que por consequência os concede validade nacional.

2.4 Inconstitucionalidade dos benefícios fiscais concedidos à revelia do CONFAZ

O Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, teve origem em 1975, por meio da promulgação da Lei Complementar 24 de 07 de janeiro de 1975, sendo que os artigos 1º e 2º da supracitada Lei, estabelecem que para a concessão de incentivos fiscais como: crédito presumido, redução de base de cálculo do imposto, isenções, entre outros, é necessária a realização de reuniões com a maioria dos representantes de cada estado da federação, fazendo-se necessário também a aprovação unânime para que a previsão dos atos ali dispostos passem a ter validade no âmbito nacional.

Ocorre que com o intuito de fortalecer determinadas regiões, distintos benefícios fiscais, em âmbito estadual à revelia do CONFAZ, foram concedidos aos contribuintes, como por exemplo:

i – Mato Grosso do Sul: Programa MS Forte Indústria (Lei Estadual MS 4.049/11), que estabeleceu a redução de até 67,00% do ICMS devido, pelo prazo de 15 anos a estabelecimentos industriais que atendem à determinados critérios, sendo um deles a fixação do estabelecimento no próprio estado;

ii – Rio de Janeiro: Criação de um Regime Especial (Lei Estadual RJ 6.868/14), que estabeleceu o recolhimento do ICMS, em percentual equivalente à 2,00% do faturamento mensal até 31 de dezembro de 2018 e 3,00%, até 31 de dezembro de 2033, para estabelecimentos industriais fabricantes de móveis para escritório, uso doméstico e empresarial, que atendem determinados critérios, sendo um deles a fixação do estabelecimento no próprio estado.

Tais práticas, entre tantas outras, culminaram com o surgimento da denominada “Guerra Fiscal de ICMS”, onde os estados buscam atrair empresas por meio de redução da carga tributária do ICMS.

Diversos casos relacionados a benefícios concedidos à revelia do CONFAZ já foram questionados nos tribunais, possuindo-se inclusive, jurisprudência vasta no sentido de que deve ser considerado inválido todo e qualquer benefício concedido,

sem que haja prévia reunião do CONFAZ e aprovação unânime dos estados, onde destaca-se a ADI 1.247 / PA.

Neste cenário, diversos dispositivos legais estão sendo propostos e promulgados, na tentativa de regular de forma eficaz e constitucional tais operações, sendo importante destacar três: i – Proposta de Súmula Vinculante nº 69 do Supremo Tribunal Federal (STF), ii – Projeto de Lei do Senado nº 130 e iii – Convênio de ICMS – CONFAZ, nº 70.

A Proposta de Súmula Vinculante nº 69 do STF do dia 12 de abril de 2012, propõe a marginalização de todos os incentivos fiscais, leia-se isenção do imposto, redução da base de cálculo, concessão de crédito presumido ou quaisquer outros incentivos ou favores fiscais, outorgados no âmbito do ICMS, concedidos à margem do CONFAZ, ou seja, sem aprovação unânime dos estados membros e do Distrito Federal e por consequência, com ausência de convênios ou protocolos. Importante ressaltar que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 103-A, confere competência ao Supremo Tribunal Federal em aprovar súmula, que após publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante nos demais órgãos do poder judiciário e à administração pública direta e indireta.

O Projeto de Lei do Senado nº 130, de 16 de abril de 2014, convalida os atos normativos de concessão de benefícios ou incentivos fiscais de ICMS, instituídos até 1º de maio de 2014, não contemplados portanto, eventuais disposições legais deliberados e promulgados após esse período, que estão em desacordo com a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 155, parágrafo 2º, inciso XII, alínea “g”. Também dispõe o referido projeto de Lei (diferente do disposto do quórum previsto na Lei Complementar 24/75, artigo 2º, parágrafo 2º - unanimidade para aprovação de benefícios), sobre o quórum mínimo para aprovação de benefícios de três quintos das unidades federadas e um terço das unidades federadas integrantes de cada uma das cinco regiões do país, ou seja, em caso de aprovação do referido projeto de lei, a concessão de benefícios fiscais se tornaria simplificada, quando comparada ao dispositivo legal de 1975.

Devido a presente insegurança jurídica acerca da cobrança de ICMS, ICMS S.T. e aproveitamento de benefícios tributários promulgados à revelia do CONFAZ, nos veio a lume o Convênio de ICMS nº 70, concedendo anistia à todos os créditos tributários (constituídos ou não) de ICMS, vinculados às legislações estaduais e Distrital, editadas até a data de publicação do referido Convênio (29 de julho de

2014), sem a aprovação do CONFAZ, ou seja, todos os atos inconstitucionais que beneficiaram determinadas regiões do Brasil, feitos a margem de toda a legislação vigente sobre o tema, iriam receber a anistia. Ressalta-se que até o momento, o ato ainda não possui força normativa, por se tratar da deliberação de 20 estados, não atendendo o requisito da unanimidade da L.C. 24/75.

Tão presente se faz o controle da inconstitucionalidade, que em respeito ao princípio da territorialidade e às diretrizes do CONFAZ, quanto a promulgação e exigência de cumprimento de convênios e protocolos, verificou-se por meio do julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade 4.628 e 4.713, a inconstitucionalidade do protocolo de ICMS 21/2011, que estabeleceu regras em operações interestaduais destinadas a não contribuintes em vendas na modalidade *e-commerce*, concedendo a possibilidade do estado destino da mercadoria cobrar uma parcela de ICMS incidente na operação, inclusive estados não signatários do protocolo.

Importante ressaltar porém, que medidas alternativas já vêm sendo tomadas pelo legislador, buscando o fim da denominada Guerra Fiscal de ICMS, como por exemplo, a resolução do Senado Federal n° 13 de 25 de abril de 2012, estabelecendo que a partir de 1° de janeiro de 2013, a alíquota do ICMS relativo a produtos importados ou produtos cuja composição final, produzidos internamente tenham 40,00% ou mais de conteúdo de importação (matéria prima importada), nas operações interestaduais será tributado pela alíquota de 4,00%, independente se a importação ocorreu antes da vigência da referida norma, em dezembro de 2012, por exemplo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidente a inconstitucionalidade da concessão de benefícios fiscais realizados à revelia do CONFAZ, tendo em vista que para a validação de tais atos jurídicos, necessário se faz a aprovação por parte do órgão criado especificamente para tal fim.

Percebe-se também a insegurança jurídica do qual o contribuinte brasileiro está inserido, referente ao recolhimento e regulação do ICMS e aproveitamento de benefícios fiscais, tanto que o Supremo Tribunal Federal já se manifestou a respeito do tema, marginalizando todos os atos não regulados por meio do CONFAZ,

gerando de tal forma, em alguns casos, a inviabilidade da instalação de apontados grupos empresariais em determinadas regiões do Brasil, devido à ausência de benefícios fiscais.

Importante ressaltar os efeitos de uma possível modulação de efeitos para esta discussão jurídica, tendo em vista que em muitas regiões do Brasil diversas empresas não se tornariam viáveis (do ponto de vista econômico - tributário), devido às dificuldades operacionais, como logística e até mesmo mão de obra, sendo os benefícios fiscais (em que pese, “inconstitucionais”), importantes ferramentas para viabilização empresarial.

Necessário, neste contexto, uma racionalização do sistema jurídico tributário no que tange a tributação por impostos estaduais, como alternativa à atual guerra fiscal, de modo a garantir a manutenção do pacto federativo, respeito ao princípio da territorialidade da norma jurídica, e, por outro lado, a garantia de desenvolvimento das regiões menos favorecidas.

REFERÊNCIAS

AMARO, Luciano. **Direito Tributário Brasileiro.** São Paulo: Saraiva, 2009.

BEUREN, Ilse Maria. Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade. - 3. Ed. São Paulo: ATLAS, 2006.

BRASIL. **Lei 5.172 de 25 de outubro de1966**. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Acervo: Legislação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172.htm>. Acesso em: 27 de Setembro e 01 de out. de 2014.

_____. **Lei Complementar 87 de 13 de setembro de 1966**. Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências. (LEI KANDIR). Acervo: Legislação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp87.htm>. Acesso em: 01 de out. de 2014.

_____. **Lei Complementar 24 de 07 de janeiro de 1975**. Dispõe sobre os convênios para a concessão de isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, e dá outras providências. Acervo: Legislação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp24.htm>. Acesso em: 20 de set. de 2014.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Acervo: Legislação. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 06 de Setembro e 01 de out. de 2014.

CONFAZ. **Convênio ICMS 133 de 12 de dezembro de 1997**. Aprova o Regimento do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ: ICMS. Disponível em: <http://www1.fazenda.gov.br/confaz/>. Acesso em: 09 de out. de 2014.

_____. **Convênio ICMS 70 de 22 de julho de 2014**. Dispõe sobre as regras que deverão ser observadas para fins de celebração de convênio que trate da concessão de remissão e anistia de créditos tributários relativos a incentivos e benefícios, fiscais e financeiros, vinculados ao ICMS autorizados ou concedidos pelas unidades federadas sem aprovação do CONFAZ, bem como da sua reinstituição. Legislação: Convênios: ICMS. Disponível em: <http://www1.fazenda.gov.br/confaz/>. Acesso em: 01 de out. de 2014.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Direito Tributário Aplicado:** Impostos e Contribuições das Empresas. São Paulo: Atlas, 2006.

MDIC, **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna>. Acesso em 03 de set. de 2014.

PARANÁ. **Lei Orgânica do ICMS 11.580 de 14 de novembro de1996**. Dispõe sobre o ICMS com base no art. 155, inc. II, §§ 2º e 3º, da Constituição Federal e na Lei Complementar n. 87, de 13 de setembro de 1996 e adota outras providências. Legislação. Disponível em: <http://www.sefanet.pr.gov.br/dados/SEFADOCUMENTOS/7199611580.pdf>. Acesso em: 20 de set. e 01 de outubro de 2014.

_____. **Decreto 6.080 de 29 de setembro de 2012**. Regulamento de ICMS do Estado do Paraná. Fica aprovado o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS, anexo ao presente. Legislação. Disponível em: <http://www.sefanet.pr.gov.br/dados/SEFADOCUMENTOS/106201206080.pdf>. Acesso em: 20 de set. de 2014.

RIO DE JANEIRO. **Lei Estadual 6.868 de 26 de setembro de 2014**. Altera o Manual de Diferimento, Ampliação de Prazo de Recolhimento, Suspensão e de Incentivos e Benefícios de Natureza Tributária aprovado pelo Decreto n.º 27.815/2001. Disponível em: <http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/faces/menu_structure/legislacao/legislacao-tributaria-basica-navigation/folder0/basicaICMS?_afrLoop=73391600429000&datasource=UCMServer%23dDocName%3AWCC262788&_adf.ctrl-state=vveylg8tb_118>. Acesso em: 17 de setembro e 01 de out. de 2014.

SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei do Senado 130 de 16 de abril de 2014**. Estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), nas operações interestaduais com bens e

mercadorias importados do exterior. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=264825>. Acesso em: 09 de out. de 2014.

_____. **Projeto de Lei do Senado 130 de 16 de abril de 2014**. Convalida os atos normativos de concessão de benefícios fiscais e concede remissão e anistia de créditos tributários referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=116962>. Acesso em: 17 de set. de 2014.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Proposta de Súmula Vinculante nº 69 de 12 de abril de 2012**. Qualquer isenção, incentivo, redução de alíquota ou de base de cálculo, crédito presumido, dispensa de pagamento ou outro benefício fiscal relativo ao ICMS, concedido sem prévia aprovação em convênio celebrado no âmbito do CONFAZ, é inconstitucional. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoTexto.asp?id=3143828&tipoApp=RTF>. Acesso em: 17 e 29 de set. de 2014.

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3653 - Fax: (45) 3036-3638
www.univel.br

INFANTICÍDIO INDÍGENA: CULTURA OU CRIME?

Rozeane Camago Piecaua[45]; Jefferson Kendy Makyama[46]

Escrito para apresentação na XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Educação, tecnologia e pós-modernidade"
28 e 29 de outubro de 2014 – UNIVEL – CPE – Cascavel-PR
ISBN 978-85-98534-11-4

RESUMO:Há muito tempo, diversas culturas do mundo vêm lançando mão do infanticídio,como Esparta e Grécia Antiga, em que os recém-nascidos que apresentassem quaisquer tipos de deficiência eram sacrificados, logo após o nascimento. Com relação ao contexto brasileiro, no que tange a esta temática, verifica-se que, a partir do Projeto de Lei Muwaji nº 1057/2007, passou a ter destaque junto ao âmbito nacional e, por conseguinte, grande repercussão. As discussões sobre infanticídio indígena, nos últimos anos, têm sido foco de atenção por parte de jornais, revistas, televisão e outros meios. Resta indagar se essa prática é aceita juridicamente ou se é um crime que deve ser investigado e punido pelo Estado. Desta forma, a opinião de quem a vê como uma expressão cultural e religiosa é a de que a conduta é, desse modo, impunível; de outro, a opinião de quem a considera um crime doloso contra a vida, e há, ainda, quem diga que a sociedade civil constituída sequer tem legitimidade para regular ou dispor sobre usos e costumes indígenas.

PALAVRA-CHAVE: Infanticídio. Crime. Inimputabilidade. Cultura.

ABSTRACT: In a very long time, many cultures around the world have been using infanticide, like Sparta or Ancient Greek, where the newborn that present any kind of deficiency were sacrificed, right after birth. Related to Brazilian context, inside this theme, is verified that the Muwaji Bill n. 1057/2007 gained the spotlights in national sphere and, given that, a lot of repercussion. The discussions about Indian infanticide, in the last years, have been a focus of attention by newspapers, magazines, television, among other communication ways. There's only to question if this practice is legally accepted or if it's a crime that must be investigated and punished by State. This way, the opinion of who sees it as an unpunishable is stablished in cultural and religious expression of it; on the other side, the opinion of those who consider it a felony against life, and there is even those who say that civil

[45]Acadêmica do Curso de Direito da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[46]Pós-graduado em Direito Penal. Professor do Curso de Direito da UNIVEL - Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

society build even has legitimacy for regulate or dispose about Indian use and costumes.

KEYWORDS: Infanticide. Crime. Unpunishable. Culture.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objeto de pesquisa o estudo da Constituição Federal, do Estatuto do Índio e do Código Penal, em contraponto à prática cultural do infanticídio indígena, tema que vem sendo alvo de grande polêmica jurídica, sociológica e cultural no Brasil.

Questionam-se, nesse ínterim, quais são os motivos pelos quais se pratica o infanticídio indígena, além da forma que esse crime acontece nas tribos. Há, portanto, que se entender, em um primeiro momento, o que é infanticídio e qual é o objetivo que o projeto de Lei Muwaji (nº 1057/07) pretende alcançar. Dessa forma, visa-se também a conceituar o que é crime e cultura, discorrer sobre os direitos humanos, a inimputabilidade e os direitos fundamentais.

A punição, nesse sentido, designada aos casos dos indígenas que são considerados “selvagens” e que praticam o infanticídio indígena transforma-se em um desafio de compreensão dos princípios e das normas Constitucionais, haja vista que, dado o fato de que tais indivíduos não têm, por muitas vezes, qualquer tipo de conhecimento sobre a vida em sociedade – muito menos a respeito das normas e legislações vigentes –, a noção de punir aquele que não tem conhecimento da ilicitude do próprio ato fica prejudicada consoante os fins que se esperam da pena.

Ainda, a análise acercado instituto da inimputabilidade penal atribuída à conduta de infanticídio praticada nas tribos indígenas como instrumento cultural, será feita a partir da busca por entendimentos doutrinários e postulações feitas em artigos científicos, de modo a aferir se a conduta é passível de punição ou se, como prática que deve ser tolerada pelo Estado e pela sociedade, caracterizando nada além de um comportamento apreendido culturalmente e, por isso, impassível de sanções.

Foram utilizados para a realização da presente pesquisa métodos de análise documental, principalmente a busca em sites com informações seguras, em que se

sobressaiu a realidade fática da prática de infanticídio indígena, e a compreensão e leitura de posicionamentos divergentes com relação à temática.

O segundo capítulo dispõe sobre alguns casos de infanticídio indígena ocorridos na sociedade brasileira, ao passo que o terceiro capítulo se dedica a analisar as legislações existentes que regulam a prática, enquanto o quarto, e último, preceitua acerca do Infanticídio relacionado à cultura e ao crime. Por fim, traçam-se as conclusões finais e as reflexões que resultaram da escrita da presente pesquisa.

2 O ESTATUTO DO ÍNDIO E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Na análise a respeito da punibilidade – ou supressão dela – nos casos em que indígenas praticam infanticídio junto aos descendentes de sua etnia, surge uma possível incoerência por parte do Estado Brasileiro ao se manter omisso em relação a estas práticas, uma vez que nem sempre arca com sua responsabilidade precípua de punir aqueles que cometem infrações penalmente previstas e, além disso, não fiscaliza o cotidiano das aldeias indígenas a fim de reduzir uma prática tão nociva às diretrizes dos direitos fundamentais estabelecidos pela própria Lei Fundamental.

Surge, destarte, um celeuma para a área jurídica: embora o direito à liberdade de religião,de crença, de cultura e de costumes indígenas seja consagrada pela Constituição Federal (art. 5º, inc. VIII[47] c/c art. 231[48]), há a previsão típica e antijurídica do crime de infanticídio no artigo 123[49] do Código Penal. Ocorre, evidentemente, um conflito na essência de normas e de direitos fundamentais: o direito à vida e à dignidade da pessoa humana (com o evidente aporte constitucional supracitado) *versus* o direito de crença e dos costumes indígenas.

Pode-se ainda dissertar que o artigo 227[50] da Constituição Federal prevê que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e

[47] Art. 5º, VII - Ninguém será privado de direitos por motivos de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei:

[48] Art. 231 - São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-la, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

[49] Art. 123 - Matar, sob influência de estado puerperal, o próprio filho, durante o parto ou logo após.

[50] Art. 227 - É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta propriedade, o direito à vida, à saúde, á alimentação, à educação, ao lazer, à responsabilização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e

ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e à convivência familiar e comunitária. Esses direitos fundamentais têm, no entanto, ainda que previstos pela Carta Magna com altíssimo caráter de relevância, sido violados pelas tribos indígenas e pelo Estado, haja vista que estão, inclusive, sendo negados a crianças das tribos por conta do infanticídio indígena.

2.1 Direitos fundamentais

Os direitos fundamentais consistem em um instrumento de proteção do indivíduo, o qual possui prerrogativas, reconhecidas como direitos conectados ao âmbito do direito Constitucional,em face do Estado por suas próprias condições humanas, que asseguram, haja vista a hipossuficiência quando comparado ao ente estatal, algumas condições básicas para a sobrevivência com dignidade(PFAFFENSELLER, 2007).

Não há um conceito doutrinário específico para definir os direitos fundamentais, havendo assim vários entendimentos, vez que são inúmeras as expressões e os sentidos para defini-los. A classificação destas garantias está prevista na Constituição Federal de 1988, sendo reconhecidas a todas as pessoas. Dentre os mais significativos dentre o rol de direitos fundamentais, estão o direito à vida, à dignidade da pessoa humana e à integridade física.

Objetiva também a referida Convenção protegera cultura, a igualdade, e os direitos sociais, como podemos ver a seguir na convenção de nº 169 em seu artigo 2º, que entende que:

> 1. Os governos terão a responsabilidade de desenvolver, com a participação dos povos interessados, uma ação coordenada e sistemática para proteger seus direitos e garantir respeito à sua integridade.
> 2. Essa ação incluirá medidas para:
> a) garantir que os membros desses povos se beneficiem, em condição de igualdade, dos direitos e oportunidades previstos na legislação nacional para os demais cidadãos;
> b) promover a plena realização dos direitos sociais, econômicos e culturais desses povos, respeitando suas identidades social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições;
> c) ajudar os membros desses povos a eliminar quaisquer disparidades socioeconômicas entre membros indígenas e demais membros da

comunitária, além de colocá-los, a salvo de toda forma a negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão.

> munidade nacional de uma maneira compatível com suas aspirações e estilos de vida (RAMOS; ABRAMO, 2010, p. 13).

Nesse sentido, o Estado toma para si a responsabilidade de garantir as medidas supracitadas às tribos indígenas no Brasil, isto é, àquelas que não têm conhecimento sobre o dispositivo legal que está sendo violado. Assim, o Estado visa buscar, de alguma forma,a solução para essa tradição, que é a prática do infanticídio indígena, uma vez que, com ela, resta violado o direito à vida, que é garantia considerada indiscutivelmente como um bem maior – contudo, ainda, existe discussão doutrinaria que diz que o maior direito é o da dignidade da pessoa humana.

2.1.1 O Infanticídioindígena nas aldeias brasileiras

De acordo com informações referentes a dados fornecidos pelo IBGE, segundo Censo Democrático de 2010, “das 896 mil pessoas que se declararam ou consideram indígenas, 572 mil, ou 63,8% viviam na área rural e 517 mil, ou 57,5%, moram em Terras Indígenas oficialmente reconhecidos[51]”, visto que não se tem dados concretos referentes números de indígenas que vivem isolados em terras brasileiras.

Não há, contudo, mesmo que se tenham algumas disposições como a supracitada, um índice concreto que afirme um número exato de índios que residem no Brasil, tampouco é possível afirmar quantos indígenas vivem em nosso meio cultural que são socializados e que vivem fora de suas terras indígenas, principalmente pelo fato de que provavelmente há ainda aldeias das quais não se tem conhecimento atualmente. Também não se podem afirmar quantas tribos vivem isoladas, longe dos olhos da sociedade. Qualquer dado a esse respeito trata apenas de estimativa, não de concretude.

Cabe ressaltar que alguns povos indígenas que se encontraram isolados da sociedade, por decisão própria,o fazem para fugir de situações negativas da sociedade comum, como prevenir doenças infectuosas, epidemias, violência física, o que constituium modo de os mesmos assegurarem seus direitos e de darem continuidade histórica à cultura e às tradições de suas tribos.

[51] Tal é a constatação da pesquisa divulgada pela própria FUNAI.

2.2 Casos de infanticídio indígena e legislação no Brasil

A repercussão do infanticídio indígena teve início pela história de Muwaji, uma índiaque decidiu salvar a vida de sua filha Iganani, que sofria de paralisia cerebral, tendo que, por causa disso, abandonar o seu povo.

> Muwaji Suruwahá tem 31 anos de idade e vive fora de sua comunidade indígena desde 2005, quando decidiu procurar ajuda médica na cidade para sua filha Iganani, que nasceu com paralisia cerebral. Muwaji teve que escolher entre sacrificar a filha ou deixar sua comunidade – e decidiu pela vida de Iganani. Como Muwaji é viúva, ela não tinha como deixar na aldeia seu filho Ahuhari, na época com 9 anos de idade. Além disso, Muwaji é responsável pela sua sobrinha Inikiru, que é órfã de pai e mãe e não tinha ninguém que cuidasse dela na aldeia. Inikiru é sobrevivente de infanticídio e faz acompanhamento psicoterapêutico para superar os traumas de sua história – três de seus irmãos foram vítimas de infanticídio e seus pais se suicidaram(MUNDIM, 2009, p. 1).

A vida de Muwaji, para enfrentar sua tribo, passar por cima da cultura e lutar pela a sobrevivência de sua filha, não foi fácil.No entanto, foi apenas por ter buscado pela garantia de seus direitos, conseguiu salvar a vida de sua filha. Ainda neste contexto de esforçar-se para alcançar o direito à vida, elenca-se a história do índio Kamyurá:

> Indiozinho Kamyurá sorridente e peralta, que escapou do túmulo e luta para sobreviver. Ele é uma das muitas crianças brasileiras que, rejeitadas em suas comunidades por alguma razão, são enterradas vivas em suas aldeias. Muitas morrem. Centenas delas. Mas algumas conseguem escapar. Esse foi o caso de Amalé, que por ser filho de uma adolescente solteira, não tinha seu direito à vida garantida. Pouco tempo depois de ter sido enterrado vivo, foi desenterrado e salvo por uma corajosa mulher kamayurá, a KamiruAmalé perdeu muito sangue pelo cordão umbilical e sofre de um tipo raro de anemia (ROMERO FILHO, 2014, p. 1).

O índio Amalé também é um sobrevivente que foi enterrado vivo por ser filho de mãe solteira. Conseguiu sobreviver, nesse sentido, porque foi salvo por uma mulher, que hoje é considerada sua mãe. Por ter sido enterrado ainda com vida, sofreu a consequência de ter perdido muito sangue.

Todas as crianças que são rejeitadas de alguma forma e conseguem sobreviver e que são obrigadas a abandonar suas tribos, passaram a morar em

Brasília, na Casa das Nações[52],contudo, a Casa das Nações trabalha em conjunto com a ATINI[53], oferecendo condições básicas como moradia, alimentação e acompanhamento nas áreas de saúde e educação.

Ressalta-se que, em algumas tribos, não há ainda uma estrutura suficiente para tratar de crianças que nascem com algum tipo de deficiência, além do fato de que alguns índios não são favoráveis à prática de infanticídio, não tendo aderido completamente ao que dispõe a tradição das tribos.

2.3 Projeto de Lei Muwaji

No ano de 2007 surgiu um projeto de Lei nº 1.057/07, com o intuito de tutelar as crianças em risco de infanticídio indígena (o chamado '*Projeto de Lei Muwaji*'). De acordo com o projeto, qualquer pessoa que saiba de algum desses casos e não informe às autoridades competentes sobre a ocorrência do mesmo responderá pelo crime de omissão de socorro (previsto pelo Código Penal com pena de seis meses de detenção ou multa). O projeto, embora já tenha sido aprovado pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, ainda aguarda aprovação no plenário, e está sujeito ao regime de tramitação ordinária.

Esse Projeto de Lei tem como principal objetivo punir qualquer pessoa que tenha conhecimento de todo tipo de atitude nociva à vida e à integridade físico-psíquica de indígena recém-nascido, em razão das características físicas, morfológicas, mentais ou das circunstâncias de seu nascimento, contrárias às tradições do grupo em que se insere.

Ressalta a pesquisadora ainda que o Projeto de Lei foge da realidade desses povos, e tem por entendimento de que os índios são assassinos, selvagens, bárbaros, mas, na realidade para as aldeias indígenas são como estratégias, que visa a proteção da comunidade. Esclarece que o Projeto de Lei n. 1.057/07 permite a intrusão nos costumes e na intimidade das aldeias indígenas, não visandoa proteção real que é zelar pela vida das crianças indígenas.

---

[52] Uma Chácara mantida por uma associação sem fins lucrativos que visa a oferecer apoio e hospedagem às crianças e às famílias que são rejeitadas pelas suas tribos.

[53] ATINI é um projetonão-governamental que ajuda os indígenas no combate ao infanticídio e na proteção de tais criança. Tem como missão dar voz e acolher grupos indígenas que pedem ajuda por não concordarem com a prática em relação às crianças com as quais mantenham grau parentesco. Sendo formada por líderes indígenas, antropólogos, linguistas, advogados, religiosos, políticos e educadores.

2.4 Da Verificação quanto à Inimputabilidade

Não há, portanto, na legislação brasileira um artigo que seja específico e que visa a inimputabilidade indígena, sendo assim, o que certamente o Código Penal prevê é o que está previsto na Lei nº 7.209 de 11.07.1984, explícito em seu artigo 26[54], sendo que é a inimputabilidade de qualquer pessoa nos casos de doença mental ou desenvolvimento mental incompleto, e no parágrafo único[55]do mesmo dispositivo, ressaltando a hipóteses de redução de pena. Não há, a partir dessas observações, na Lei penal brasileira especificações ou exatidão sobre a inimputabilidade ou a semi-inimputabilidade que sejam específicas para ser aplicado aos casos de crimes praticados pelos indígenas, que acabam cometendo o crime de infanticídio, sendo assim, são usados os critérios que é a base da inimputabilidade, como á saúde mental incompleta ou retardamento.

Nesse diapasão, o artigo 56, Estatuto do Índio – Lei 6001/73,[56] relata que, nos casos de cometimento de delito penal, o índio deverá ser julgado, e se condenado, deve ter sua pena atenuada de acordo com seu grau de integração, sendo que as penas a serem cumpridas em regime especial de semiliberdade ou no Órgão Federal de assistência aos índios desde que próximos da habitação do índio.

Cabe ressaltar, que o artigo 4º, I, II e III do Estatuto do Índio, esclarece que há três graus de integração, sendo que sua classificação pode ser como índios isolados[57], em vias de integração[58] e integrados[59], dessa forma a aplicação da pena sedá através dos graus de integração da sociedade.

---

[54] Art. 26 - É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o carácter ilícito do fato de determinar-se de acordo com esse sentimento.

[55] Parágrafo Único – A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental ou retardado não era inteiramente capaz de entender o carácter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

[56] Art. 56 - No caso de condenação de índio por infração penal, a pena deverá ser atenuada e na sua aplicação o Juiz atenderá também ao grau de integração do silvícola. Parágrafo único. As penas de reclusão e de detenção serão cumpridas, se possível, em regime especial de semiliberdade no o local de funcionamento do órgão federal de assistência aos índios mais próximos da habitação do condenado.

[57] I - Isolados - quando vivem em grupos desconhecidos ou de que se possuem poucos e vagos informes através de contatos eventuais com elementos da comunhão nacional;

[58] Em vias de integração - quando, em contato intermitente ou permanente com grupos estranhos, conservam menor ou maior parte das condições de sua vida nativa, mas aceitam algumas práticas e modos de existência comuns aos demais setores da comunhão nacional, da qual vão necessitando cada vez mais para o próprio sustento;

[59] Integrados - quando incorporados à comunhão nacional e reconhecidos no pleno exercício dos direitos civis, ainda que conservem usos, costumes e tradições característicos da sua cultura.

Observar-se, que nos casos em que a inimputabilidade e a semi-imputabilidade não vêm da cultura nem da formação do caráter e da personalidade humana, mas sim de um processo bio-patológico: desenvolvimento mental incompleto ou retardado ou perturbação da saúde mental. Ainda que se tenha várias explicações para a inimputabilidade do indígena frente ao infanticídio, convém analisar o que este termo quer dizer.

2.5 INFANTICÍDIO

A palavra infanticídio vem do *latim infanticidium*, sua acepção é “morte de criança”, principalmente de recém-nascido. Previsto no artigo 123 do Código Penal, ocasião em que a mãe que mata seu próprio filho, durante o parto ou logo após, sob a influência do estado puerperal, sendo ele nascente ou recém-nascido - pena é de detenção, de dois a seis anos. Sendo necessária a caracterização desse crime a morte da criança, ocorra durante o parto ou após.

A partir da interpretação a respeito do infanticídio e de seus sujeitos – a mãe sob a influência do estado puerperal, como ativo e o recém-nascido com vida, como passivo -, haja vista que este é um crime próprio, vale destacar que as comunidades indígenas, por vezes, que o praticam, o fazem como prática cultural. Aqueles que justificam que esses praticantes não devem ser punidos embasam suas teorias no fato de que não têm conhecimento da legislação vigente e da sanção que comina à prática.

2.6 Cultura

A cultura é um fator que advêm da palavrar cultivar, envolvendo assim, o conhecimento, a arte, as crenças, a lei, a moral, os costumes dentre outros, tornando um conjunto que pode ser adquirido pela família e até mesmo pela sociedade. Cada país tem sua cultura que pode ser influenciada por diversos fatores, que pode estar presente no nosso cotidiano, os conceitos de cultura sãomúltiplos, até mesmo às vezes pode ser contraditório(SANTOS 2012).

Ressalta-se, que há casos de índios que estão socializados à cultura do “homem branco”, que podem ser condenados pela Lei penal por outros crimes que são praticados por indígenas.Dessa forma,os mesmos estão sujeitos a essa

punição. Tendo em vista que somente podem ser punidos os indígenas que tem conhecimento e vivem perante a sociedade comum (ESTEVES, 2012).

A Constituição Federal prevê o direito a cultura e a crença dos indígenas brasileiros, a forma em que cada tribo vive, dando a liberdade de igualdade, fazendo com que tenha o livre arbítrio de escolher em qual cultura ele pretende viver dentre da sociedade, do “homem branco” ou seguir seus costumes e crenças.

2.7 Crime

Cabe ressaltar que atualmente não se tem uma definição específica, que tenha uma descrição com características de crime, portanto, no artigo 13 Código no Penal diz que: “o resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido”. Dessa forma doutrinadores criaram maneiras de conceituar o delito, tendo definições diversas.

Em alguns crimes praticados pelos indígenas pode ser possível a realização de uma perícia antropológica, mas somente nos casos em que não for comprovado ou ficar dúvida diante da sua socialização à sociedade, quando se tem provas suficientes de que estiver devidamente socializado aos comportamentos do “homem Branco” é que se torna descartável essa perícia, não cabendo a realização da mesma. (ESTEVES, 2012).

A consideração sobre a prática do infanticídio indígena ser considerada crime ou não deve superar preceitos simples entre a condenação pela simples prática ou não, vez que deve alcançar sobretudo à cultura das tribos envolvidas no processo de cominação de penas. Assim, mesmo que a cultura não tenha por si só a capacidade de tornar uma prática um crime ou não, ela é imprescindível no que tange a culpabilidade deste.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se, com a elaboração desta pesquisa, que, a partir dos dados da revisão bibliográfica e aqui apresentados, a criança indígena tem o direito à proteção da vida e à saúde, dentre os demais que a Constituição Federal prevê. Esses direitos não podem ser violados, de maneira alguma, sobretudo de forma desumana.

A prática de infanticídio indígena, amplamente abordada, não é mais aceitável pelo mundo atual, uma vez que a grande maioria das tribos indígenas é culturalmente socializada e, mais do que isso, aceita “de igual para igual” pela sociedade “branca“. Ainda, nesse sentido, que existam algumas comunidades indígenas isoladas e que objetivem respeito à sua cultura, crença, tradição e até mesmo religião para praticar o infanticídio, não se deve desconsiderar que a prática desrespeita fundamentalmente a dignidade da pessoa humana, princípio embasado da construção do ordenamento jurídico vigente na sociedade.

Deveria, assim, o Estado, responsabilizar-se também pela fiscalização de condutas como esta no meio das aldeias, onde geralmente as prerrogativas legislativas não chegam, somente as sanções. Para além de se instituir no contexto dos indígenas, é interessante para a construção da sociedade brasileira como um todo que os índios tenham acesso ao que prega a Constituição Federal e os Códigos que dela derivam, não só pelo território em que se inserem ser submetido à legislação brasileira, mas porque são reconhecidos como povo precipuamente pela importância histórica que possuem frente à consolidação da sociedade brasileira – inicialmente, Terra de Vera Cruz.

Juridicamente o país sofre limitações e restrições de várias maneiras. Desse modo, ainda que seja o ideal levar o conhecimento sobre o ordenamento normativo e legislativo a esses povos, não se pode desconsiderar que, enquanto isso não ocorre, há populações que não possuem sequer conhecimentos básicos a respeito do que para a sociedade é condenável. Como, então, punir os que não têm sequer conhecimento que a prática que realizaram é proibida?

Nesse contexto, defende-se a inimputabilidade dos silvícolas que estiverem isolados de quaisquer contatos junto a sociedade brasileira, ao passo que se defende que estes devem receber instruções com relação a nossos preceitos de justiça, a fim de que consigam reconhecer a si mesmos a partir da importância que efetivamente possuem para o país: cidadãos e nacionais brasileiros, com deveres e direitos que a sociedade designa à coletividade.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Henrique. **Projeto de Lei 1057/2007.**Disponível em:<http://vozpelavida-mais.blogspot.com.br/2007/12/lei-muwaji-projeto-de-lei-1057.html>. Acesso em 11mar. 2014.

ANDREATA. Rafael Potsch; GONÇALVES. Fábio Henrique Souza.Inimputalidade de índio está relacionada com integração. **Consultor Juridico**. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2014-jan-08/inimputabilidade-indio-nao-relacionada-desenvolvimento-mental>. Acesso em 16 mar. 2014.

BRASIL. **Código Penal**. São Paulo: Saraiva, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2014.

CUNHA JUNIOR, Dirley. **Curso de direito Constitucional**. 6. ed. Bahia: JusPodivm, 2012.

CONSELHO INDÍGINISTA MISSIONÁRIO. **Violência contra os povos indígenas no Brasil**. 1. ed. São Paulo: CIMI, 2010.

CHAVES, Talyta de Lima. **Bipartida ou tripartida? Breves considerações sobre a teoria adotada pelo Código Penal**. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/28195/bipartida-ou-tripartida-breves-consideracoes-sobre-a-teoria-adotada-pelo-codigo-penal>. Acesso em 29 set. 2014.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. **Brasil indígena (IBGE)**. Disponível em: <disponível em: <www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil-indigena-ibge>. Acesso em 12 de mar. 2014.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. **Povos indígenas isolados e de recentes contatos.**Disponível em: <www.funai.gov.br/index.php/nossas-açoes/povos-indigenas-isolados-e-de-recente-contato>. Acesso em 12 de mar. 2014.

BRASIL. Lei nº 9.887, de 7 de dezembro de 1999. Altera a legislação tributária federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 8 dez. 1999. Disponível em: <htttp://www.truenetm.com.br/jurisnet/sumusSTF.html>. Acesso em: 29 nov. 1998.

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3653 - Fax: (45) 3036-3638
www.univel.br

O SEGURADO ESPECIAL E A REDUÇÃO DO ÊXODO RURAL NO BRASIL

Edmar Adolpho Kliemann[60], Guilherme Oscar Caetano de Souza[61], Magna Boeira Bertusso[62]

Escrito para apresentação na XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Educação, tecnologia e pós-modernidade".
28 e 29 de outubro de 2014 – UNIVEL – CPE – Cascavel-PR
ISBN 978-85-98534-11-4

RESUMO: A legislação previdenciária pátria, mais especificamente a lei 8.213/91, regulamentada pelo Decreto 3048/99 trouxe, quando do início de sua aplicação, várias benesses ao segurado especial em relação à legislação pretérita, com o intuito de buscar a isonomia em relação ao trabalhador urbano. Este estudo, de cunho apenas bibliográfico, tem como objetivo uma breve análise do cenário *segurado especial - êxodo rural*, buscando a percepção da efetiva contribuição dessa legislação para a redução do êxodo rural no Brasil. A pesquisa justifica-se pela importância crescente do pequeno agricultor que trabalha em regime de economia familiar no cenário pátrio e a premente necessidade de acompanhar os resultados sociais efetivos dessa legislação, que é de incentivá-lo a permanecer em solo rural, não apenas com uma preocupação econômica, mas principalmente em lhes assegurar os postulados constitucionais da dignidade da pessoa humana e da isonomia.

PALAVRAS-CHAVE: Seguridade Social, Segurado Especial, Êxodo Rural.

ABSTRACT: The Brazilian social security law, especially the law 8.213/91, regulated by Decree 3048/99, have brought, since the beginning of its enforcements proceedings, several benefits to the special insured worker, with the aim to achieve isonomy in relation to the urban worker. The present paper aims a brief analysis about the scenario *special insured worker – rural exodus*, looking for a perception about the real contribution this law has produced to reduce rural exodus in Brazil. The research finds its basis in the growing importance the small farmer who works in regime of family economy in Brazil and the urgent need to accompany the effectives

[60] Licenciado em Letras Português/Inglês pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE e bacharelando em Direito pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel – UNIVEL.
[61] Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel e bacharelando em Direito pela Faculdade de Ciências Aplicadas de Cascavel – UNIVEL.
[62] ORIENTADORA: Professora Especialista do Curso de Direito -Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel – UNIVEL.

law social results, not only concerned about an economical view, but also in guarantee to the small farmer the constitutional postulated of dignity of human being and the isonomy.

KEYWORDS: Brazilian social security, Special insured worker, Rural exodus.

1 INTRODUÇÃO

As funções e objetivos do Direito, muito debatidas por doutrinadores nos capítulos iniciais de suas obras, são de fato muito amplas, criando, inclusive, elos com outras disciplinas, a depender do enfoque dado à situação, como a sociologia, a filosofia, a economia, entre outras. O que parece ser indiscutível é que o Direito, como um conjunto de normas a reger a sociedade, tem como fundamento basilar o bem comum. Darcy Azambuja (2008, p. 423) afirma que “o Estado tem por finalidade o bem público, cujas condições de existência são asseguradas pelo direito. Seria um absurdo que o Estado não observasse as normas que ele próprio formulou para atingir seu objetivo”.

Nessa jornada de buscar o bem comum, cada norma jurídica, talvez em parte devido à sua força coercitiva, que é o que a diferencia da moral, acaba por condicionar algumas condutas do ser humano, transformando, mesmo que em pequena escala, a sociedade. É importante salientar que as transformações sociais no decorrer dos séculos se originam a partir de uma série de fatores em conjunto, de ordem econômica, jurídica ou cultural, e esse todo forma o contexto social em transformação. Segundo Norberto Bobbio (2004, p. 74):

> Do ponto de vista de um ordenamento jurídico, os chamados direitos naturais ou morais não são propriamente direitos: são apenas exigências que buscam validade a fim de se tornarem eventualmente direitos num novo ordenamento jurídico, caracterizado por um diferente modo de proteção dos mesmos. Também a passagem de um ordenamento para outro é uma passagem que ocorre num determinado contexto social, não sendo de nenhum modo predeterminada.

Tendo esta ideia em mente, buscaremos, neste breve artigo, analisar os pontos com os quais a legislação previdenciária hodierna, na figura do segurado especial, colaborou na transformação da sociedade, no tocante ao êxodo rural e à valorização do pequeno agricultor que trabalha para sua própria subsistência em regime de economia familiar.

2 A legislação previdenciária pátria quanto ao segurado especial e sua relação com o êxodo rural

A legislação previdenciária pátria traz duas benesses ao pequeno agricultor que trabalha em regime de economia familiar, denominado pela lei de segurado especial: a idade reduzida de 05 anos na Aposentadoria por Idade, em relação ao trabalhador urbano, e uma alíquota de contribuição mensal específica inexistente, contribuindo o segurado especial apenas sobre a comercialização da produção, quando houver. Leia-se o art. 48, da Lei 8.213/91, e o Art. 25, da Lei 8.212/91, a Lei de Benefícios e a Lei de Custeio, respectivamente:

> Art. 48. A aposentadoria por idade será devida ao segurado que, cumprida a carência exigida nesta Lei, completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta), se mulher. (Redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995)
> § 1º Os limites fixados no *caput* são reduzidos para sessenta e cinquenta e cinco anos no caso de trabalhadores rurais, respectivamente homens e mulheres, referidos na alínea *a* do inciso I, na alínea *g* do inciso V e nos incisos VI e VII do art. 11. (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 1999)
> § 2º Para os efeitos do disposto no § 1º deste artigo, o trabalhador rural deve comprovar o efetivo exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, por tempo igual ao número de meses de contribuição correspondente à carência do benefício pretendido, computado o período a que se referem os incisos III a VIII do § 9º do art. 11 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 11,718, de 2008)
> Art. 25. A contribuição do empregador rural pessoa física, em substituição à contribuição de que tratam os incisos I e II do art. 22, e a do segurado especial, referidos, respectivamente, na alínea a do inciso V e no inciso VII do art. 12 desta Lei, destinada à Seguridade Social, é de: (Redação dada pela Lei nº 10.256, de 2001).
> I - 2% da receita bruta proveniente da comercialização da sua produção; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97).
> II - 0,1% da receita bruta proveniente da comercialização da sua produção para financiamento das prestações por acidente do trabalho. (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97).

A lei 8.213/91 define segurado especial e regime de economia familiar nos inciso VII do art. 11 e em seu respectivo § 1º:

> Art. 11. São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas: (Redação dada pela Lei nº 8.647, de 1993)
> VII – como segurado especial: a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele que, individualmente ou em

> regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, na condição de: (Redação dada pela Lei nº 11.718, de 2008)
>
> a) produtor, seja proprietário, usufrutuário, possuidor, assentado, parceiro ou meeiro outorgados, comodatário ou arrendatário rurais, que explore atividade: (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008)
>
> 1. agropecuária em área de até 4 (quatro) módulos fiscais; (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008)
>
> 2. de seringueiro ou extrativista vegetal que exerça suas atividades nos termos do inciso XII do caput do art. 2º da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e faça dessas atividades o principal meio de vida; (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008)
>
> b) pescador artesanal ou a este assemelhado que faça da pesca profissão habitual ou principal meio de vida; e (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008)
>
> c) cônjuge ou companheiro, bem como filho maior de 16 (dezesseis) anos de idade ou a este equiparado, do segurado de que tratam as alíneas a e *b* deste inciso, que, comprovadamente, trabalhem com o grupo familiar respectivo. (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008)
>
> § 1º Entende-se como regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e ao desenvolvimento socioeconômico do núcleo familiar e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados permanentes. (Redação dada pela Lei nº 11.718, de 2008).

Há uma série de requisitos, entretanto, para que o trabalhador rural seja considerado segurado especial, como a proibição de utilização de empregados permanentes por mais de 120 dias/ano, a realização de atividades turísticas por mais de 120 dias/ano, a metragem máxima de quatro módulos fiscais da propriedade trabalhada, entre outras, todas previstas no Art. 11,§1º, §6º ao 12º.

O objetivo da legislação é claro: beneficiar apenas o agricultor que trabalha para subsistência em regime de economia familiar, buscando excluir o médio e o grande produtor rural, estes devendo contribuir da mesma forma que os trabalhadores urbanos em geral. O desenvolvimento em relação à legislação anterior é fácil percepção: a Lei Complementar nº 11, de 1976, implementou o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural/ Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (Prorural/Funrural), assistindo os trabalhadores rurais, pescadores artesanais e garimpeiros, estes a partir de 1975, com aposentadoria por idade apenas aos 65 anos e com teto de meio salário mínimo.

Uma política tributária que exigisse do pequeno agricultor as mesmas alíquotas cobradas do trabalhador urbano em geral (20% da renda, em regra, para o contribuinte individual, 8%, 9% ou 11% para o trabalhador empregado, avulso e o empregado doméstico, nunca podendo ser inferior ao salário mínimo) com certeza seria uma oneração de fato elevado à categoria, que trabalha sumariamente para

subsistência, fato que o desmotivaria ainda mais a permanecer no meio rural, com todas as outras dificuldades com as quais a atividade rural é inerente. Não haveria motivação para que o trabalhador continuasse em sua terra em sua juventude tendo a consciência de que não se aposentasse quando atingisse uma idade avançada, a partir de quando não poderia mais continuar sua atividade de subsistência, ou mesmo de que não poderia ser beneficiário de um seguro que o ampararia em caso de acidente ou doença, momentos nos quais não poderia executar suas atividades laborais rotineiras.

A legislação previdenciária, oriunda da previsão constitucional de 1988, data de 1991, regulamentada em 1999 pelo decreto 3.048, momento a partir do qual se começou a notar a redução do êxodo rural. Segundo o IBGE, a taxa média geométrica de crescimento anual da população residente rural, segundo a situação de domicílio, diminuiu de -1,3, de 1991 a 2000, para -0,65, de 2000 a 2010.

Tabela 1. Evolução da população do Brasil no período 1981/99.

	População (milhão de pessoas)				Taxa crescimento (% ao ano)		
	1981	1992	1996	1999	1981/92	1992/99	1996/99
URBANO	85,2	113,4	122,4	127,8	2,6 ***	1,7 ***	1,4 ***
Ocupados[b]	31,7	46,5	50,4	52,8	3,6 ***	1,8 ***	1,5 ***
Agrícola	2,6	3,7	3,4	3,4	3,3 ***	-1,6 ***	-0,2
Não-agrícola	29,1	42,9	47,0	49,3	3,6 ***	2,0 ***	1,6 ***
RURAL	34,5	32,0	31,7	32,6	-0,7 ***	0,2 ***	1,1 ***
Ocupados	13,8	14,7	13,9	14,9	0,6 ***	-0,2 ***	2,1 **
Agrícola	10,7	11,2	9,9	10,2	0,4 ***	-1,7 ***	0,4
Não-agrícola	3,1	3,5	4,0	4,6	1,2 ***	3,7 ***	6,1 **
Total	119,7	145,4	154,0	160,3	1,8 ***	1,4 ***	1,3 ***

Fonte: Tabulações especiais das PNADs de 1981 e de 1992 a 1999, Projeto Rurbano, novembro 2000.[63]

De acordo com as tabulações especiais das PNADs (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) supra, é possível perceber a redução da taxa de crescimento da população rural de 1992 em diante, passando de -0,7, no período de 1981 a 1992, para 0,2, de 1992 a 1999 e posteriormente para 1,1, de 1996 a 1999.

É importante ressaltar que a questão previdenciária não foi a única razão desta redução, estando presente também a árdua luta dos sindicalistas em busca da

[63] Notas: a) não inclui as áreas rurais da região Norte, exceto estado do Tocantins. b) PEA restrita, que exclui os não remunerados que trabalham menos de 15 horas na semana e os que se dedicam exclusivamente ao auto consumo.

reforma agrária e os incentivos fiscais aos agricultores. Não se pode deixar de reconhecer, entretanto, que possivelmente tenha sido, e ainda o é, um dos pilares fundamentais para a valorização do pequeno agricultor, incentivando-o para que não deixe a agricultura, corroborando, dessa forma, para um menor inchaço urbano, um menor monopólio de latifundiários e inclusive a resistência da cultura local.

Há a necessidade de se analisar, entretanto, o déficit que a reduzida contribuição previdenciária dos pequenos agricultores traz à receita previdenciária em relação à receita urbana. De acordo com informe da Previdência Social em junho de 2011, "Em maio de 2011, a clientela urbana registrou superávit de R$ 1,8 bilhão. Já a clientela rural apresentou necessidade de financiamento de R$ 4,2 bilhões". Até o momento, entretanto, a receita previdenciária parece estar equilibrada, mas adverte o eminente doutrinador Frederico Amado (2012, p. 845):

> Contudo, em um futuro não muito distante, certamente o custeio dos benefícios rurais precisará sofrer significativas mudanças com o objetivo de majorar a arrecadação das contribuições previdenciárias.
> Conquanto teoricamente a previdência social no Brasil seja contributiva, na prática os benefícios previdenciários rurais acabam sendo assistenciais com a rotulagem de Previdência Social.

Embora deficitária, segundo informações provenientes da Previdência Social e a opinião do ilustre jurista, percebe-se que, ainda assim, trata-se de um grande avanço sob o prisma jurídico-social. Deixar de beneficiar o pequeno agricultor seria uma aberração jurídica e não estaria tratando os "desiguais com igualdade na medida de suas desigualdades", famoso postulado constitucional. Uma legislação mais benéfica ao segurado especial busca dizimar, ou ao menos reduzir as diferenças existentes entre a vida urbana e a campesina. A longo prazo beneficiaria indiretamente o trabalhador urbano, pois com um inchaço urbano mais reduzido a qualidade de vida na cidade há de ser mais próspera, evitando a tragédia californiana de Steinbeck, em *As Vinhas da Ira*[64].

[64] Prêmio Nobel de literatura (1962), obra que retratou a crise no campo em solo norte-americano após a grande depressão de 1929, na qual houve uma migração em massa de camponeses para a cidade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A igualdade entre o trabalhador campesino e o urbano, objeto de alcance jurídico e social tão difícil e distante, parece estar tendo sua realidade vagarosamente construída a partir de uma sólida formação jurídica, fato que mostra o quanto o ordenamento jurídico de um Estado pode conduzir uma realidade almejada, mesmo com todas as suas dificuldades inerentes a tornar o caminho mais lento. Um fato que deixa isso ainda mais claro é a progressiva desburocratização e a flexibilização dos documentos hábeis a comprovar ou constituir início de prova material do exercício do trabalho rurícola, demonstrada pelo seguinte entendimento:

> Não se deve aplicar rigor excessivo na comprovação da atividade rurícola, para fins de aposentadoria, sob pena de tornar-se infactível, em face das peculiaridades que envolvem o Trabalhador do campo. O rol de documentos hábeis a comprovar o labor rural, elencados pelo art. 106, parágrafo único da Lei 8.213/91, é meramente exemplificativo. Precedentes do STJ. (STJ. Resp nº 980065/SP DJU de 17-12-2007).

Mesmo com toda a problemática do déficit que o segurado especial traz ao orçamento da seguridade social, as políticas públicas brasileiras parecem convergir no sentido de cada vez mais apoiar este trabalhador, primando cada vez mais pela valorização do trabalho campesino, que parece acompanhar de forma intrínseca o mandamento constitucional da dignidade da pessoa humana.

Este breve artigo, composto unicamente de pesquisa bibliográfica, não supre todas as dúvidas e disparidades que porventura possam surgir, gerando a necessidade de uma possível pesquisa de campo e de uma análise mais pormenorizada dos dados, pesquisa de fato ampla, mas que poderia ter um bom início com a região oeste do Paraná, que é marcada pela presença de um grande número de pequenos agricultores. A partir dos dados que venham porventura a serem levantados, poderíamos chegar a uma conclusão um pouco mais concreta acerca da eficácia da norma previdenciária pátria em relação ao êxodo rural, como fator de fixação do homem no campo.

REFERÊNCIAS

AMADO, Frederico. **Direito Previdenciário Esquematizado**. 3. ed. Salvador: Juspodium, 2012.

AZAMBUJA, Darcy. **Teoria geral do Estado**. 4. ed. São Paulo: Globo, 2008.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos.** 13. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União. Poder Executivo, Brasília, DF, 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 16 de agosto de 2014.

_____. Decreto 3.048 de 06 de maio de 1999. Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Poder Executivo, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3048.htm>. Acesso em: 03 de setembro de 2014.

_____. Lei 8.212 de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Poder Executivo, Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8212cons.htm>. Acesso em: 16 de agosto de 2014.

_____. Lei 8.213de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União. Poder Executivo, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm>. Acesso em: 03 de setembro de 2014.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro**. 2. ed. Campinas: Unicamp/ IE, 1999. (Coleção Pesquisas)

STEINBECK, John. **As vinhas da ira**. Trad. Ernesto Vinhares e Herbert Caro. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1972.

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3653 - Fax: (45) 3036-3638
www.univel.br

O SUPERENDIVIDAMENTO DO CONSUMIDOR E CONSIDERAÇÕES ACERCA DO ANTEPROJETO DE LEI 283/2012

Ana Paula Vicensi da Silva[65], Catia Rejane Liczkinski Sarreta [66]

Escrito para apresentação na XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Educação, tecnologia e Pós-Modernidade"
28 e 29 de outubro de 2014 – UNIVEL – CPE – Cascavel-PR
ISBN 978-85-98534-11-4

RESUMO: O presente trabalho aborda o fenômeno do superendividamento e a necessidade de uma legislação especifica. Partindo desta premissa abordaremos a influência dos fornecedores sobre os superendividados. O presente artigo terá como objetivo conceituar o superendividamento e se existe uma culpabilidade dos fornecedores de créditos quanto ao seu superendividamento o que causa vastos efeitos de negatividade e inferioriedade no âmbito social e familiar dos consumidores. Por fim será realizado um estudo sobre anteprojeto de lei 283/2012, que se dispõe sobre a necessidade de norma própria ao problema em análise uma vez que Código de Defesa do Consumidor é insuficiente para resolver a complexibilidade que assunto engloba na atual sociedade. A abordagem utilizada é apenas monógrafica, porém capaz de demonstrar a extensão do assunto em estudo, pelos seguintes autores: COSTA(2006), MARQUES(2010), MIRAGEM(2012), KERCHENER(2007), CAPERNA(2010) e demais assuntos relacionados com o tema.

PALAVRAS-CHAVE: Superendividamento; consumidor; fornecedor; anteprojeto de lei.

ABSTRACT: This paper discusses the phenomenon of over-indebtedness and the need for specific legislation. On this assumption we discuss the influence of suppliers on overindebted. This article will aim to conceptualize the indebtedness and if there is culpability of credit providers as to their indebtedness causing widespread effects of negativity and inferioriedade in social and family context of consumers. Finally a study on draft law 283/12, which establishes the need for standard itself to the problem under consideration since the Consumer Protection Code is insufficient to resolve the complexity issue that encompasses the current society will be held. The approach is only monographic, but able to demonstrate the extent of the subject under study, the following authors: COSTA (2006), MARQUES (2010) Mirage (2012),

[65] Acadêmica do Direito da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[66] ORIENTADOR: Doutora Catia Rejane Liczkinski Sarreta do Curso de Direito da Univel – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

KERCHENER (2007), CAPERNA (2010) and other matters related with the theme.

KEYWORDS: Indebtedness; consumer; supplier; Draft bill

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende analisar um fenômeno social que vem atingindo inúmeras famílias, grupos, classes sociais, chamado de superendividamento.

O superendividamento não se trata de um tema novo, mas que persiste já a muito tempo em nossa sociedade é uma questão abordada por diversas culturas, países e Estados tal qual o Brasil adotou a interpretação da lei francesa que traz denominação de *neologismo surendettement*, que sua traduação vem do latim tendo significado de “super” que nomeia o instituto como superendividamento. (COSTA, 2006, p. 231).

No primeiro tópico buscamos conceituar o tema e fazer uma breve análise de seus requsitos e causas. Posteriormente analisaremos qual é a contribuição do fornecedor sobre endividamento do consumidor. E por fim realizaremos um estudo do anteprojeto de lei 283/2012, verificando se este efetivamente consegue cumprir com o papel de proteger o superendividado.

Portanto esta analise tem por fundamento as contribuições do direito francês e de renomados doutrinadores e doutores do assunto, além de trabalhos desenvolvidos por estudantes.

2 DEFINIÇÃO DE SUPERENDIVIDAMENTO

O superendividamento é um problema social que atinge todas as classes e em especial os menos favorecidos. O superendividamento vem crescendo em um ritmo acelerado devido à facilidade ao acesso de créditos, fazendo com que os consumidores comprem produtos de forma descontrolada e muitas vezes acima da capacidade de pagamento, tendo como consequência o superendividamento.

Sendo que um dos principais facilitadores de crédito que temos hoje é o Banco, por conceder créditos de forma insensata e irresponsável aos consumidores sem realizar qualquer analise se estes poderão posteriormente pagar pelos créditos

fornecidos, pois a única preocupação dos Bancos é pressionar seus funcionários a vender empréstimos e cumprir metas, não se preocupando de forma alguma com seus clientes e sim apenas com os lucros.

A boa-fé objetiva que é um princípio fundamental para celebração dos contratos não está sendo analisada pelas instituições bancárias, as quais realizam contratos abusivos e inadequados aos consumidores.

Um exemplo da situação abordada acima é o Banco Itáu, onde os empréstimos cresceram 38% em 2006, resultando em 93,6 bilhões de reais. Já os do Bradesco avançaram 24% e totalizaram 116,2 bilhões de reais. O maior crescimento foi o empréstimo para pessoas físicas, que aumentou 42% (Itaú) e 19% (Bradesco). (MÁRCIA PINHEIRO, 2007, p. 438).

Portanto pode-se perceber que o superendividamento não é apenas um problema econômico, mas também social que afeta o mínimo existencial dos indivíduos e em consequência faz com que os consumidores passem por necessidades básicas.

Contudo, além de o superendividamento ser um problema econômico social, este também pode ser classificado como um fator de exclusão social que atua diretamente na formação de padrões de conduta individual ou coletiva da sociedade.

2.1 Requisitos para a caracterização do superendividamento

Costumeiramente, os requisitos para caraterização do superendividado estão atrelados à pessoa endividada ou a dívida, por não se poder estabelecer um valor liquido, certo e determinado ao superendividamento, por ser uma questão que depende da cota econômica de cada um. Como já salientamos anteriormente não há um ordenamento especifico sobre o tema em estudo, cabendo-nos analisar os pressupostos de sua caraterização.

Partimos do conceito trazido pela renomada professora Cláudia Lima Marques, por ser um dos mais aceitos atualmente pelos doutrinadores a qual afirma que o superendividamento “é a impossibilidade global de o devedor pessoa física, consumidor, leigo e de boa-fé, pagar todas as suas dívidas atuais e futuras” (MARQUES, 2006, p.260).

Vejamos que autora trata de uma pessoa natural e consumidora sendo, mais restrito que o conceito trazido pelo artigo 2º do CDC[67], não englobando as pessoas jurídicas é muito menos LRE (Lei de Recuperação Judicial).

Entretento o direito francês contribui muito para classificação do superendividamento, além, do mais o Brasil adotou suas denominações também por entender as mais corretas.

Os franceses consideram como um dos requisitos de mais valia para caraterização do superendividamento o da "impossibilidade global" ou "impossibilidade manifesta". Significa uma situação sem volta irreversível, e não uma mera falta de pagamento de uma prestação o que não seria suficiente para caracterizar o estado de superendividamento.

Ainda sobre o conceito de endividados mencionado acima por Cláudia Lima Marques a qual menciona as dividas presentes e futuras significa que para se enquadrar como superendividado não precisa necessariamente as dividas estarem todas vencidas elas poder estar ainda para vencer, dividas futuras e certas, pois o consumidor antes de se tornar inadimplente, percebendo uma considerável diminuição de seu patrimônio e aumento drástico do passivo pode procurar uma solução para o problema, ou seja, a busca pela prevenção do fenômeno.

Portanto podemos perceber que a Lei francesa é bastante adotada pelo Brasil sobre os aspectos do endividamento, sendo excluídas apenas as dívidas provenientes de prestação de alimentos, delitos, débitos fiscais.

Devido que a lei francesa considera as dívidas fiscais para a caraterização do superendividamento, as quais podem ser reduzidas e excluídas no âmbito judicial quanto administrativo, também são englobadas pela lei francesa as prestações alimentícias que possuem preferência desde que haja concordância do credor e por último também são englobadas as dívidas de condenações penais.

2.2 Causas do superendividamento

[67] Art. 2º Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.
Parágrafo único. Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.

A oferta de crédito atualmente está sendo um dos principais vilões do superendividamento, devido que o seu acesso é obtido facilmente como já mencionamos anteriormente alguns exemplos das instituições bancárias que se preocupam apenas com números, valores e não com a dignidade do consumidor que é ser mais frágil da relação é acaba sendo enganado facilmente.

A oferta de crédito é regulada expressamente pelo Código de Defesa do Consumidor Lei 8.078 de 11 de setembro de 1990, no capítulo V (das práticas comerciais) seção II da oferta, artigos; 30, 31 § ú, 32 § ú, 33 § ú, 34, 35,37 e seus incisos.

Estes artigos vedam qualquer forma de transmissão de informações falsas ou de difícil compreensão aos consumidores, a qual deve ser precisa e clara para que não se caracterize a publicidade enganosa que está prevista art. 37, §1º e 3º da Lei consumerista.

A publicidade enganosa não significa apenas afirmações falsas sobre determinado produto, mas em, “manipulações de frases, sons ou imagens que de forma confusa e ambígua, iludem o destinatário do anúncio” (NUNES, 2012,p.12).

A publicidade está em toda parte nas televisões, outdoors, rádios para que o consumidor seja induzido e procure espontaneamente os serviços bancários, ou seja, é um cenário de consumo massificado que leva a uma crise econômica.

Sobre este mesmo entendimento temos posicionamneto da ilustre doutrinadora Cláudia Lima Marques vejamos;

> A massificação do acesso ao crédito que se observa nos últimos 5 (cinco) anos – basta citar os novos 50 milhões de clientes bancários! – a forte privatização dos serviços essenciais e públicos, agora acessíveis a todos, com qualquer orçamento, mas dentro das duras regras do mercado, a nova publicidade agressiva com o crédito popular, a nova força dos meios de comunicação de massa e a tendência ao abuso impensado do crédito facilitado e ilimitado no tempo e nos valores, inclusive com descontos em folha e de aposentados, pode levar o consumidor e sua família a um estado de superendividamento. [...] Trata-se de uma crise de solvência e liquidez, que facilmente resulta em sua exclusão total do mercado de consumo, parecendo uma nova espécie de “morte civil”: a “morte do *homo economicus*”(MARQUES. In: MARQUES; CAVALLAZZI (Org.), 2006, p. 260 SCHMIDT NETO, 2009, p. 22-23).

Não só as instituições bancárias, mas sim outras empresas atuam como estímulos ao consumidor que sempre quer comprar e ter mais em sua cota salarial.

Um segundo ponto a ser analisado é o dever de informação que está previsto no art. 52º do CDC, a informação pormenorizada ao consumidor atua como forma

de prevenção ao superendividamento sobre o comprometimento do seu crédito com as futuras prestações, assumidas.

É claro o entendimento que o dever de informação atualmente é totalmente violado, um exemplo disto são os caixas eletrônicos de crédito, onde as pessoas fazem empréstimos sozinhas sem entender, quais são os juros ou formas de pagamento, dados estes que deveriam ser explicados detalhadamente por uma pessoa capacitada e não por uma máquina.

Portanto o tratamento favorável ao consumidor nas relações de consumo apoia-se no reconhecimento de um déficit informacional entre consumidor e fornecedor, porquanto este detém o conhecimento acerca de dados e demais dados sobre o processo de produção e fornecimento de produtos e serviços no mercado de consumo (MIRAGEM, 2012, p. 168).

No entanto o direito de informação é essencial para que o consumidor possa comprar e adquirir produtos certos e que realmente necessita, pois a falta de informação dos fornecedores configura um enriquecimento ilícito sobre os consumeristas e viola princípio da transparência previsto art. 4º caput CDC.

2.3 A participação do credor na condição de superendividamento do consumidor

Como destacado anteriormente o devedor é ser, mais frágil da relação por não deter o conhecimento e poder econômico que os fornecedores possuem, devendo haver sempre nas relações consumeristas o dever de informação é princípio da boa-fé, para que possamos falar em uma relação justa.

Tal enfoque da ensejo a discussão sobre as instituições bancárias quanto ao seu dever com os consumidores se estas contribuem como credoras ou não para superendividamento destes.

Quando o fornecedor fornece créditos ao consumidor mesmo este não tendo condições de pagar com aquele empréstimo ou financiamento o fornecedor assume um risco é excede as finalidades econômicas e sociais de sua própria atividade, mesmo que o contrato aparentemente seja lícito por trás aparenta uma ilegalidade.

Sobre este entendimento temos doutrinador Kirchner, “o abuso de direito e a consequente responsabilidade do fornecedor nas relações contratuais não devem

ser aferidos somente nas atitudes para com o tomador de crédito, mas também relativas aos interesses de terceiros” (2007, p. 63-113).

Portanto quem tem o dever de analisar se o consumidor possui condições econômicas são os fornecedores, empresas, Bancos, antes de conceder o crédito para que não prejudiquem a si próprios aos consumidores e terceiros, pois os fornecedores de crédito são responsaveis por sua repercussão na sociedade.

Podemos dizer que o superendividamento do consumidor vem sendo causado pelo credor que concede créditos de forma inconsequente é insensata uma vez que estes não se importam com consumidores, mas sim apenas pelos lucros. Uma vez que a concessão de crédito aos consumidores que não sabem consumir de forma adequada e consciente e desvantajosa aos credores, porque além de endividados os consumidores são tidos por mal pagadores, por não terem condições de pagar com suas dívidas que estão muito acima de sua cota possível de pagamento.

Contudo a disponibilidade de crédito de forma insensata pelos credores é um meio de contribuição para o superendividamento dos consumidores e também causadores de danos à teceiros.

Diante desta facilitação de crédito aos consumidores, fica evidente que o contrato social realizado entre consumidor e fornecedor atualmente não preserva mais seu valor central das obrigações de direito privado e não havendo esta preservação não há que se falar em garantias mininas, as quais são as mantenedoras das necessidades existenciais do indivíduo, restando assim um consumidor enganado e desprotegido de seus direitos.

2.4 Projeto de lei 283/2012 que dispõem sobre necessidade de uma legislação especifica quanto superendividamento do consumidor

O presente projeto de lei vem através de normas de ordem público e interesse social complementar o Código de defesa do Consumidor que se demonstra falho quanto às pessoas físicas de boa-fé superendividadas para que se tenha uma justa e correta aplicação.

Sendo que o Código de defesa do Consumidor traz apenas aspectos princípiologicos sobre o tema em estudo e não normas em especifico como já viemos debatendo no decorrer do presente trabalho, devendo o consumidor aqui

apontado como pessoa de boa-fé, mas também que seja uma relação contratual uma vez que se trata de condições pessoais do consumista que levou ao superendividamento.

O endividamento busca englobar somente dívidas pessoais excluindo assim a tutela estatal sobre as dívidas provenientes de decisões judiciais, dívidas de alimentícias, fiscais e parafiscais, e ainda, a de interesse profissionais.

O anteprojeto busca restringir a tutela estatal do superendividado as dívidas que forem originadas por contratos em seu art. 3º e alíneas, como por exemplo o arrendamento e locação de consumo por um período duradouro que não esteja expresso o direito e obrigação da coisa locada. Também visa anteprojeto excluir os créditos habitacionais os quais dilataram os prazos de renegociação ultrapassando oito anos, razão pela qual as magistradas citadas anteriormente e professora Cláudia Lima Marques não introduziram em seu Projeto Piloto os créditos habitacionais por sua complexa natureza.

Atualmente a jurisprudência vem apresentando avanços e soluções ao superendividamento em seus julgados, buscando fundamentação na doutrina e própria jurisprudência chegando cristalizar alguns entendimentos no PL 283, a uma limitação de 30% do subsídio mensal da folha de pagamento com empréstimos e financiamentos, no art. 54 - D, vem sendo muito julgado pelo STJ ao qual transcreve-se um destes julgados vejamos:

> AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EMPRÉSTIMO BANCÁRIO - **DESCONTO EM CONTA CORRENTE DE PERCENTUAL SUPERIOR A 30% DOS VENCIMENTOS DO CORRENTISTA - IMPOSSIBILIDADE.**1. A jurisprudência desta Casa consolidou-se no sentido de que os descontos de empréstimos na folha de pagamento devem ser limitados a 30% da remuneração, tendo em vista o caráter alimentar dos vencimentos. Precedentes.2. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no REsp 1226659/RS, Rel. Min. MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 08/04/2011) *grifo nosso*.

Portanto, atualmente as jurisprudências massificam entendimento que o limite é de 30% sobre o salário mínimo, considerado como mínimo existencial para a família e seu próprio sustento que não pode ser convertido para pagamentos de dívidas, ou muito menos ser descontado pelos Bancos no caso de empréstimos.

O anteprojeto visa proteger consumidores contra o superendividamento, na fase pré-negocial na negocial e pós-contratual, de oferta e conciliação (antes, durante e depois), dos negócios composta pelos seguintes princípios: dignidade da

pessoa humana, vulnerabilidade do consumidor, da boa-fé e lealdade, dos bons costumes, do combate à onerosidade excessiva, da função social do crédito e dos contratos de consumo, da transparência. Além de outros do direito processual, como o princípio da oralidade, da simplicidade, da informalidade, da economia processual e da celeridade, devendo ser sempre interpretada de forma mais favorável ao superendividado.

Por fim a proposta do anteprojeto de lei visa complementar as normas já existentes no CDC e não extinguir as mesmas, para resolver o problema economico social do superendividamento.

3 METODOLOGIA

No presente trabalho decidimos abordar o superendividamento do consumidor por ser um tema de contexto histórico e atual ao mesmo tempo o qual está presente na vida da maioria da população, o qual tivemos que ter conhecimento de seu desenvolvimento, caraterísticas, formas e consequências.

No percurso metodológico utilizemos a pesquisa bibliográfica, que é "desenvolvida a partir do material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas". (MARCONI E LAKATOS, 1991, p.4).

Utilizemos também o método histórico que busca compreensão dos fenômenos que ocorrem no setor em termos econômicos, técnico e ambiental que dependem do conhecimento da evolução histórica do mesmo. Esta análise possibilita a identificação da lógica de seu desenvolvimento, o seu comportamento através do tempo e as perspectivas para o futuro.

Trata-se, portanto da aplicação de um método histórico o qual "consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançaram sua forma atual através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época" (MARCONI E LAKATO, 1991, p. 3).

Portanto nosso trabalho foi elaborado através de estudos já existentes, uma vez que o superendividamento é um tema que vem acompanhando a sociedade brasileira de forma continua, devido à grande publicidade enganosa que está presente em toda parte. A falta de informação que também é um grande problema, pois a maioria dos consumidores não são informados sobre o que estão comprando, fazendo com que os mesmos comprem de forma exacerbada e descontrolada, sem qualquer análise previa de sua situação financeira, tornando-se assim endividados.

4. RESULTADOS

Como já dito anteriormente o superendividamento é um fenômeno social que está atingindo inúmeras famílias, grupos, classes sociais, devido a acirrada busca pelas tecnologias.

Os consumidores veem comprando de forma descontrolada, sem qualquer planejamento de custos em busca de um estar social, o que acaba gerando o endividamento.

Na era em que vivemos a sociedade consumista não leva mais em conta durabilidade e qualidade do produto, mas sim que atenda de forma imediata suas necessidades, ou seja, as mercadorias são renováveis feitas para satisfazer o consumidor por um curto período de tempo.

Sendo que a regra é comprar primeiro e posteriormente pensar em uma forma de pagamento, onde as mercadorias descaem de preço continuamente por que vivemos em um mercado de produtos descartáveis e cada vez mais modernos. Sendo que ideia de se guardar dinheiro se tornou arcaica e bizarra, devido a grande facilidade de acesso ao crédito e conceções de cadastros para compra à prazo.

Podemos constatar desta forma que não somente os produtos inovam-se a cada dia, mas sim os próprios consumidores estão em inovação, sempre adquirindo produtos novos para poderem ter voz e vez na modernidade e aqueles que não conseguem acompanhar tantas mudanças são simplesmente excluídos da sociedade.

E desta forma as classes inferiores para não serem excluídas se obrigam a gastar o pouco que tem para evitar o desprezo e a humilhação o que faz com que se tornem superendividados comprometendo até seu mínimo existencial.

O que podemos perceber é que a expansão do crédito ao invés de servir como aumento de informação aos consumidores teve efeito contrário, devido a excessiva publicidade que atinge principalmente os mais vulneráveis e menos instruídos.

Contudo o superendividamento é uma questão abordada por diversas culturas, países e Estados tal qual Brasil adotou. Diante de numerosos estudos podemos conceituar o superendividamento de forma simplista como um fenômeno social e mundial, onde os particulares passaram a dispor de crédito, através da obtenção de valores em espécie ou aquisição de produto/serviço na forma parcelada, não conseguindo, mais adimplir com sua obrigação pôr a dívida estar muito acima de sua renda mensal se tornando inadimplentes e superendividados.

Por fim diante de todos estas constatações, e analises é notório que novas formas de intervenção nos mercados de consumo precisam ser feitas começado por uma legislação especifica, para que possamos tentar sanar este problema uma vez que o crédito nas mãos de quem não sabe usufruí-lo pode tornar-se uma arma perigosa devido a cede insaciável do consumidor de sempre querer mais e mais com incentivo claro das propagandas abusivas o quais precisam de uma proteção devido a sua fragilidade. Sendo assim trazemos como possível solução para este mal o anteprojeto de lei 283/12 ao qual analisamos pormenorizadamente anteriormente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho era identificar o superendividamento do consumidor o conceituando e analisando com fim de averiguar-se anteprojeto de lei possuia exito em sua aplicação o quanto à prevenção e tratamento do consumidor endividado.

O endividamento do consumidor e tido atualmente como algo normal e crônico que vem acompanhando os consumidores, uma vez que os consumistas muitas vezes se endividam por comprarem produtos não necéssarios como abordado inicialmente em nosso estudo por vivermos uma economia de mercado endividada.

Sobre todo contexto abordado no desenvlvimento do trabalho podemos dizer que o superendividamento é fenômeno social e não individual dos consumidores por que afeta não somente o prórpio consumidor, mas sim a sociedade.

Quanto ao Projeto de Lei 283/2012, este vem preencher às lacunas existentes sobre superendividamento no ordenamento jurídico brasileiro propondo alternativas eficazes capazes de resolver o problema analisado e reencerir o consumidor superendividado na sociedade novamente e principalmente trazendo politicas de prevenção ao tema em estudo, trazendo uma correta instrução aos consumidores encentivando sempre o pagamento á vista e não parcelado, fazendo com que os consumidores e fornecedores hajam com boa-fé, lealdade, diante das práticas consumeiristas.

Por fim diante do mundo capitalista em que se vive contornado por aspctos consumeiristas onde nós vemos na obrigação de adquirir cada vez mais para alcançarmos um estatus relevante seja economico, social ou cultural encontramos problemas naturais que passa do individual para social que veem se agravado dia-dia.

E que por estas razões é necessário que haja uma reedução consumeiristas para que estes saibam utilizar seus créditos de forma correta e conciente e não caiam nas artimanhas do mercado de consumo, possibilitando a reabilitação dos consumidores ao mercado.

Portanto é preciso que além de um anteprojeto de lei e programas para superendividamento a sociedade consumeirista se reeduque, concientize sobre a vida em coletivo, por que vivemos um mundo social público que tem vida, sendo nenessário desta forma esforços coletivos e dedicação acima de tudo para que possamos resolver ou amenizar o problema do superendividamento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Código de Defesa do Consumidor. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078compilado.htm> acesso em 18 de Julho de 2014.

BRASIL. Projeto de Lei do Senado n. 283, de 2 agosto de 2012. Altera a Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor, para aperfeiçoar a disciplina do crédito ao consumidor e dispor sobre a prevenção

dosuperendividamento.Disponívelem<:http://www.senado.gov.br/atividade/material/detalhes.asp?_cod_mate-10677.Acesso em>; 16 de Junho de 2014.

CARPENA, Heloísa. **Contornos atuais do superendividamento**. in MARTINS, Guilherme Magalhães (Coord.) Temas de Direito do Consumidor. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2010, p. 232.

COSTA, Geraldo Farias de Martins. **Superendividamento**: solidariedade e boa-fé. In: MARQUES; CAVALAZZI (Org.), 2006, p. 246.

KIRCHNER, Felipe. Os novos fatores teóricos de imputação e concretização do tratamento do superendividamento de pessoas físicas. **Revista de Direito do Consumidor**. São Paulo: Revista dos Tribunais, n. 65, p. 63-113, jan./mar., 2007.

LAKATOS Marconi,Eva Maria e Marina de Andrade. **Fundamentos da Medologia Científica.** São Paulo: Atlas, 2010.p.90.

LANGER, Clarissa. **Tratamento das situações de superendividamento**: o modelo francês e as iniciativas brasileiras. 100 fl. Monografia. Curso de Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

MARQUES, Cláudia Lima. Sugestões para uma lei sobre o tratamento do superendividamento de pessoas físicas em contratos de crédito ao consumo: proposições com base em pesquisa empírica de 100 casos no Rio Grande do Sul. In: MARQUES, Cláudia Lima; CAVALAZZI, Rosângela Lunardelli (coord.). Direitos do consumidor endividado: superendividamento e crédito. São Paulo: RT, 2006 p. 260.

MIRAGEM, Bruno. **Curso de Direito do Consumidor**. 3 ed. rev. atual e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

NUNES, Luiz Antônio Rizzatto. **Curso de Direito do Consumidor.** 7 ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 111.

XII JORNADA CIENTÍFICA “EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E PÓS-MODERNIDADE”

ARTIGO

GESTÃO AMBIENTAL

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3653 - Fax: (45) 3036-3638
www.univel.br

ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTES URBANAS: UM ESTUDO DA SUA APLICAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL

Regiane Amarante[68], Rony E. Gomes Nogueira[69], Silvana Damin[70]

Escrito para apresentação na XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Educação, tecnologia e pós-modernidade"
28 e 29 de outubro de 2014 – UNIVEL – CPE – Cascavel-PR
ISBN 978-85-98534-11-4

RESUMO: As áreas de preservação permanentes são muito comentadas atualmente. Nas cidades na maioria das vezes se prevalece às questões econômicas e se esquecem da quão importância destas áreas. São nelas que retiramos a água para distribuição pública, além de serem refúgios ao restante de populações em biodiversidade e ajudam a melhorar o clima no quesito de refrescar e purificar o ar. Este estudo teve como objetivo analisar as áreas de apps do rio Cascavel, este que é o principal manancial de captação de água. A coleta de dados foi realizada com auxílio de mapas e fotos antigas e recentes, e a utilização do Programa Google Earth, onde foi possível fazer comparações das áreas no inicio do povoamento. Observou – se que houve um aumento de áreas com vegetação, no entanto estas não são matas ou florestas recuperadas e apenas matagais ou inicio da sucessão secundária com a presença de pequenos arbustos.

PALAVRAS-CHAVE: Áreas de Preservação Permanentes. Águas para Abastecimento. Áreas Urbanas.

ABSTRACT: The areas of permanent preservation are much commented today. In cities most often relying on economic issues and forget how the importance of these areas . Are in them we take water for public distribution , and are refuges of the remaining populations in biodiversity and help to improve the climate in the issue of refresh and purify the air . This study aimed to analyze the areas of apps Rattlesnake River , this is the main source of water abstraction . Data collection was performed with the aid of maps and old and recent photos , and using the Google Earth program , where it was possible to make comparisons of the areas at the beginning of the

[68] Acadêmica do Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[69] Acadêmico do Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[70] ORIENTADOR: Professora Mestre Silvana Damin do Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental da Univel – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

settlement . Observed - that there was an increase in vegetated areas , however these are not forests or reclaimed woods and thickets or just the beginning of secondary succession in the presence of small shrubs .

KEYWORDS: Permanent Preservation Areas. For water supply. Urban Areas.

1 INTRODUÇÃO

A urbanização acelerada se deu por volta da década de 70, onde o incentivo levou parte da população para as cidades, ocorrendo o êxodo rural. Nessa época governo e população voltavam-se apenas para o desenvolvimento econômico, esquecendo-se das questões ambientais. Ainda que a função de fiscalização e regulamentação no Plano Diretor e Lei de uso do solo de cada município já fosse uma obrigação do poder publico municipal, preconizada no conteúdo da Carta Magna (MACIEL apud GOMES, 2003, p. 2).

Hoje se percebe que os problemas ambientais atuais são consequência do descaso e descumprimento da legislação ambiental com episódios desastrosos, o homem vinculou a má utilização de recursos naturais e sua exploração com sua própria qualidade de vida, além do mais, ao ver da Constituição Federal, o meio ambiente é considerado patrimônio nacional, e dever de todos preservá-lo (MORAES, 2008, p. 4).

Contudo, o objeto deste estudo foi conhecer as dimensões e atuais condições das áreas de APPs existentes especificamente aquelas localizadas nas faixas marginais aos cursos d´água e de nascentes que servem para captação de água no meio urbano do município de Cascavel. Onde “a região de captação da água deve estar devidamente preservada, protegida de atividades humanas que possam comprometer a qualidade da água” (DIAS, 1991, p. 318).

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Áreas de preservação permanente e legislação

As Áreas de Preservação Permanente (APP) foram instituídas pelo Código Florestal de 1965 (Lei 4.771), denominadas como espaços territoriais ambientalmente frágeis e vulneráveis, podendo ser públicas ou privadas, urbanas ou

rurais, cobertas ou não por vegetação nativa. O Brasil expõe diversas funções de uma APP no meio urbano: **“**proteção do solo ao uso e ocupação inadequados; a proteção dos corpos d'água, evitando poluição das águas e assoreamento dos rios; e melhora o efeito de ‘ilha de calor’” (BRASIL, 2013, p. 1).

O Novo Código Florestal Brasileiro, Lei número 12.651 aprovada em 25 de maio de 2012 prevê a preservação das áreas ciliares com maior rigor do que no Código antigo. O artigo 3, inciso XVII defini nascente; inciso XVIII olho d´ água e inciso XX estipula as áreas verdes urbanas:

> XVII - nascente: afloramento natural do lençol freático que apresenta perenidade e dá início a um curso d’água; XVIII - olho d’água: afloramento natural do lençol freático, mesmo que intermitente; XX - área verde urbana: espaços, públicos ou privados, com predomínio de vegetação, preferencialmente nativa, natural ou recuperada, previstos no Plano Diretor, nas Leis de Zoneamento Urbano e Uso do Solo do Município, indisponíveis para construção de moradias, destinados aos propósitos de recreação, lazer, melhoria da qualidade ambiental urbana, proteção dos recursos hídricos, manutenção ou melhoria paisagística, proteção de bens e manifestações culturais (BRASIL, 2012, p. 1).

O artigo 4 define as Áreas de Preservação Permanente:

> Art. 4º Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos desta Lei: as faixas marginais de qualquer curso d’água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de: 30 (trinta) metros, para os cursos d’água de menos de 10 (dez) metros de largura; IV - as áreas no entorno das nascentes e dos olhos d’água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 (cinquenta) metros (BRASIL, 2012, p. 5).

Cascavel Paraná, não se diferenciou do restante do Brasil, no processo de urbanização. Assim, novas leis de uso do solo e adaptações, são discutidas, como a lei municipal de nº 6.179 de 17 de janeiro de 2013. O artigo 5º inciso VII, XII e XXI dessa Lei referem-se a proteção da bacia hidrográfica de mananciais de abastecimento, com restrição de ocupação das áreas de APP e Unidades de Conservação (UC). Ressalta-se ainda, a necessidade de assegurar a diversidade de atividades nas áreas urbanas, desde que sejam garantidas a preservação do patrimônio ambiental, cultural e histórico, a qualidade de vida da população, a mobilidade e a acessibilidade universal (CASCAVEL, 2013, p. 3).

A partir 1972, intensificou-se o crescimento urbano desordenado, com aumento da degradação ambiental, na gestão de um prefeito que era conhecido como o “planejador”, Pedro Muffato (SPERANÇA, 1992, p.243), “onde em pouco mais de cinco anos, Cascavel consumira desde o inicio do ciclo quase 50% de sua área verde”. Em virtude dessa problemática, no ano de 1982, a cidade realizou uma passeata ecológica com o objetivo de tentar minimizar e proteger áreas que foram degradadas (SPERANÇA, 1992, p. 237).

O papel destas áreas vai além da preservação da vegetação nativa e biodiversidade, agem na proteção e manutenção da bacia hidrográfica onde vários afluentes dos rios que abastecem a cidade se iniciam em área urbana, um dos protagonista é o Rio Cascavel.

2.2 Áreas de Preservação Permanentes e Áreas Urbanas

Desde o inicio das civilizações as áreas de APP já foram afetadas, visto que as populações se agrupavam próximas dos rios, tendo acesso a água potável e eliminação de efluentes sanitários. As ocupações clandestinas em áreas urbanas afetam por consequência as áreas de APPs. Nesse sentido, Tavares (2013, p. 2) defende que uma das necessidades prioritárias nestas áreas seria a recolocação desta população em outras áreas, que tenham possibilitem a habitação sem impactar o meio ambiente.

Segundo Borges et al (2011, p. 2) as APPs, estão vinculadas as funções ambientais para o provimento de bens e serviços para a população regional interligada. Esses bens e serviços estão relacionados à regularização da vazão, retenção de sedimentos, conservação do solo, recarga do lençol freático, ecoturismo, biodiversidade, ou seja, a uma infinidade de benefícios.

Honório et al. (2013, p. 1) explica que o Direito do ambiente pode ser entendido como o complexo de princípios e normas reguladoras das atividades humanas que, direta ou indiretamente, possam afetar a sanidade do ambiente. Por tanto, o Plano Diretor de uma cidade é de extrema importância para o controle do desenvolvimento e proteção de seus recursos naturais, logo é nele onde o Poder Público delimita as áreas de sua cidade (SANTOS, 2004, p. 36).

Grande parte dos problemas urbanos são problemas ambientais, que historicamente, a legislação ambiental brasileira não exerceu o papel de fiscalizar essas questões, sendo esse o grande desafio deste século.

A recuperação de uma área de APP está relacionada a inúmeros fatores, além de invasões como já citada, há outros aspectos que devem ser considerados como a própria saúde pública, a educação ambiental e a infraestrutura que a cidade oferece (SOARES, 2011, p. 2).

2.3 Cascavel e o meio ambiente

Cascavel teve sua origem praticamente a partir da década de 1930 com o fim do ciclo da erva-mate e iniciou-se o ciclo da madeira (SPERANÇA, 1992, p. 207). Nesta época conforme a madeira era retirada, logo outro setor já ocupava o lugar da vegetação, o agropecuário e posteriormente a industrialização (CASCAVEL, 2013, p. 13). Situada no Terceiro Planalto, no Oeste do Estado do Paraná, possuindo uma área de 2.016,305 km², sendo 80.87 km^2 de perímetro urbano (CASCAVEL, 2013, p. 15), com coordenadas geográficas: Latitude 24° 58' 00" Sul e Longitude: 53° 26' 00" W-GR e Altitude 800 metros. O relevo apresenta variações como, por exemplo, no norte é ondulado, constituído por colinas amplas e baixa declividade e no sul, é de média a alta declividade e o relevo apresenta-se acidentado. Sua hidrografia pertence a três bacias: Bacia do rio Piquiri, Bacia do Rio Paraná e Bacia do Rio Iguaçu. O clima da região é sobtropical úmido mesotérmico, com verões quentes e chuvosos e invernos com geadas com pouca frequência. As precipitações são bem distribuídas sem incidência de seca definida, a umidade relativa do ar fica próxima a 75% e os ventos vão de nordeste/sudoeste e leste/oeste com velocidade media entre 35 km a 45 km.

O solo do município é formado predominantemente por Latossolos Vermelhos e Nitossolos, composto por vegetação de Floresta Estacional Semidecidul Submontana; Floresta Ombrófila Mista Montana; Floresta Ombrófila Mista Submontana (CASCAVEL, 2013, p. 23).

A cidade é banhada por uma ampla área de drenagem, que flui para noroeste com predominância dos rios São Francisco Lopeí e rio Das Antas e outros vários córregos. Para o norte, onde se encontra a Bacia do Piquiri sobressaem os rios Iguá, Ano Novo, Piquirizinho, Tesouro, Sapucaia, Barreiros, Melissa, Boi Piguá e muitos outros córregos. E para o sul, para a Bacia do Iguaçu, predominam os rios Cascavel, Tormenta, Andrada, Rio das Flores, Rio do Salto, Arquimedes, São José e muitos

córregos também (TOSIN, 2005, p. 12).

O município possui vários mananciais que cortam a área urbana e rural, sendo que alguns servem para a captação de água como o Rio Cascavel, Rio Peroba e Rio Saltinho. A principal bacia hidrográfica se localiza na região do lago, área central, onde se localizam as nascentes do rio Cascavel, entretanto os rios Saltinho e Peroba localizam-se em áreas rurais (CASCAVEL, 2013, p. 20).

O processo de urbanização crescente no município obrigou a canalização de vários rios, inclusive parte das nascentes do rio Cascavel (BORDIGNON, 2004, p. 18). De acordo com Tosin (2005, p. 15), as áreas mais criticas, pertencem as nascentes na área urbana, com destaque para a rodovia federal BR-277 que cruza a bacia, sendo essa, facilitadora de contaminação dos mananciais próximos, em caso de acidades, bastante comuns na região Oeste.

A nascente do rio Cascavel esta localizada na barragem do lago municipal (24º57’55.35”S; 53º26’02.28”W) a vertente principal situa-se próxima às avenidas Brasil e Rio Branco. O reservatório de abastecimento possui partes de mata nativa em processo de regeneração, junto com o parque Danilo Galafassi (Zoológico), área Militar e bairros em processo de urbanização (SOUZA, 2012, p. 4).

3 METODOLOGIA

O presente estudo tem caráter descritivo, com coleta de dados de forma qualitativa e quantitativa. Como objeto de estudo, fez-se uma análise retroativa, histórica, geográfica comparativa dos rios localizados no perímetro urbano do município de Cascavel. Constatou-se a presença ou ausência de APP nas margens e nascentes dos rios: Cascavel, Peroba e Saltinho, os quais fazem parte da bacia de abastecimento do município.

A coleta de dados foi realizada com auxílio de mapas e fotos antigas (década de 80, 90 e 2000) e recentes (2014, setembro/outubro), sendo possível fazer comparações das áreas de APP existentes no inicio do povoamento de Cascavel e em 2014. Esses materiais foram disponibilizados pelo site do município *(*http://www.cascavel.pr.gov.br/secretarias/*),* biblioteca pública, Centro Cultural Gilberto Mayer (Museu de História) e Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), além de outros mais localizados pela internet. Foram analisados os anos de cada mapa/foto com os atuais.

Também foi obtido o números das nascentes, localizações e estado atual de preservação da APP, das nascentes pertencentes ao rio Cascavel. Essas informações foram fornecidas pela SANEPAR, por meio de materiais impressos e digitalizados em CD do Programa de Proteção de Mananciais – Área Urbana, onde se tem todas as informações sobre as nascentes de todos os rios considerados urbanos do município, como é o caso do Rio Cascavel. Os dados desses materiais foram coletados entre o ano (2003 e 2010).

Ainda foi utilizado o programa Google Earth (versão 2013) para localizar as nascentes por meio das coordenadas geográficas fornecidas pela SANEPAR e realizar medições sequencias (ente 20 a 50 metros) da cobertura vegetal das áreas de APP, nas duas margens da área urbana do Rio Cascavel, por meio da ferramenta régua do próprio programa. Essa ferramenta possibilitou constatar se as áreas de APP apresentam cobertura vegetal adequada (em metros) de acordo com a largura do rio e o Código Florestal de 2012.

4 RESULTADOS

O Rio Cascavel possuiu praticamente todas as suas nascentes no perímetro urbano da cidade, entretanto, os rios Peroba e Saltinho encontram-se na área rural com cobertura florestal nativa (FUNDETEC, 1995, p.22), assim como também o futuro rio de captação, o São José localizado em área rural. O rio Cascavel apresenta uma bacia com extensão de aproximadamente 17,5 km e “todas as nascentes do reservatório constituem de áreas de preservação e ocupação ordenada” (FUNDETEC, 1995 p. 38).

Segundo o Programa de Proteção de Mananciais da Área Urbana de Cascavel, desenvolvido pela Sanepar em parceria com a Prefeitura de Municipal de Cascavel no ano de 2003, o principal rio que abastece o município o Rio Cascavel possui oitenta e nove (89) nascentes cadastradas neste sistema, sendo a grande maioria localizada na região do lago e proximidades.

Com a utilização do Google Earth e do programa da Sanepar, foi analisado as imagens das nascentes deste rio (Cascavel), constatando-se que a maioria delas se apresenta em processo de degradação, com pouca ou nenhuma cobertura na APP.

A área com maior número de nascentes sofreu variações ao passar dos anos, com a presença de vegetação rasteira, e até mesmo a construção de obras (Figuras 1 e 2).

Figura 1. Extensão do rio Cascavel limite urbano/rural.

Fonte: Google Earth, 2014.

Figura 2. Extensão do rio Cascavel limite urbano/rural.

Fonte: Google Earth, 2003.

A partir destas imagens podemos visualizar as variações do uso do solo em áreas consideradas APPs, nota-se que algumas áreas foram disponibilizadas para loteamentos, com outras construções, parte do rio foi canalizado onde foi feito abertura de ruas e pavimentação (BR 277 e Avenida Rocha Pombo) e outras ruas localizadas entre os bairros, etc.

Segundo Waclawovsky (2005, p. 43) a área no entorno do lago era ocupada por moradores de classe baixa e com a instituição da Área de Proteção Ambiental – Rio Cascavel em 1992, “houve a retirada da população da área com pagamento de indenizações pela Prefeitura Municipal e posteriormente, a area foi liberada para instalações de condomínios de luxo, não cumprindo com o que dizia com o Código Florestal da época”.

Ainda outra autora ressalta que “existe moradias em um raio de 50 metros das nascentes do rio, onde este local serve muitas vezes como deposito de dejetos e esgoto” (BORDIGNON, 2004, p. 72).

Com as imagens, ainda pode-se verificar que grande parte do reservatório e partes do percurso do rio Cascavel, “não possuem 30 metros de APP nas suas margens” (WACLAWOVSKI, 2005, p. 45).

Quando comparadas às limitações de metragens descritas no Código Florestal (lei 12.651), ao Norte, onde podemos visualizar a área destinada à construção do Shopping, a distância da primeira nascente até a cabeceira do reservatório é de aproximadamente 730 metros em sentido norte/sul, isto não considerando aquelas que estão totalmente em áreas urbanizadas que ficam ao lado do canteiro de obras. Direcionado a leste/oeste são cerca de 72 metros na parte mais estreita e na mais larga são 186 metros, área esta que se localiza abaixo da construção do futuro shopping.

De um modo geral, pode-se verificar melhoria no aspecto da vegetação, quando comparamos no ano de 2003, houve um crescimento das áreas verdes (florestas), no entanto, essas áreas não formam florestas consolidadas, com alta diversidade biológica, mas sim, compreendem áreas em processo de restauração, compostas por capoeiras e matagais, ou seja, há presença de pequenos arbustos, referencia inicial do processo de sucessão secundária (GANDOLFI; RODRIGUES, 1996, p. 3).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente estudo, constatou-se que a área do reservatório de abastecimento municipal denominada Área de Proteção Ambiental (APA) Rio Cascavel, necessita de ações amparadas na legislação com a implantação de um plano de manejo eficaz. De acordo com Pereira (2002, p. 67) “os rios urbanos de abastecimento devem ter ações voltadas para o reflorestamento, manutenção das matas ciliares, monitoramento da poluição industrial”, para adequada qualidade ambiental.

Também verificou-se que a maior parte das nascentes do Rio Cascavel encontram-se degradas, com pouca ou nenhuma vegetação ciliar. Nas margens desse Rio, grande parte das áreas de APP que já haviam sido removidas (conforme imagens de 2003), ainda não foram restauradas. Entretanto, se percebe aumento das áreas de APP anteriormente desmatadas, que atualmente estão em processo de restauração. Contudo, estas não são floretas com alta biodiversidade, são apenas matagais, referencia do inicio da sucessão secundária com a presença de pequenos arbustos.

REFERÊNCIAS

BORDIGNON, Clara Venilda Melchior. **Avaliação das Condições Socioambientais do Parque Ecológico Paulo Gorski de Cascavel – PR/** Clara Venilda Melchior Bordignon. Presidente Prudente: [S.N.], 2004. 128. Il.quad + anexos.

BORGES, L. A. C. et al. **Áreas de preservação permanente na legislação ambiental brasileira.** CIÊNCIA RURAL, Santa Maria, v.41, n.7, p. 1202-1210, jul. 2011. Departamento de Ciências Florestais, Universidade Federal de Lavras (UFLA), Lavras, MG, Brasil. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010384782011000700016&script=sci_arttext Acessado em: 02/07/2014.

BRASIL. Lei 12.651. **Novo Código Florestal** de 25 de Maio de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm acessado dia 17/09/2013.

_____. Lei 4.771. **Código Florestal** de 15 de Setembro de 1965. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4771.htm. Acessado em: 18/06/2014.

_____. Ministério do Meio Ambiente (MMA). Disponível em: http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/areas-verdes-urbanas/%C3%A1reas-de-prote%C3%A7%C3%A3o-permanente acessado dia 13/05/2013.

CASCAVEL. Prefeitura Municipal de Cascavel. Disponível em:

http://www.cascavel.pr.gov.br/servicos/leis/index.php acessado 15/04/2013.

_____. **Plano Municipal de Saneamento do Município de Cascavel**. 114p. 2013. Disponível em: http://www.cascavel.pr.gov.br/secretarias/. Acessado em: 29/07/2014.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: Princípios e Práticas**. 9 ed. São Paulo: Gaia, 1991.

FUNDETEC, Fundação Para o Desenvolvimento Cientifico e Tecnológico. **Bacia Hidrográfica do Rio Cascavel – Proposta para Recuperação Ambiental**. Cascavel. 1995.

GANDOLFI, S. RODRIGUES R. R. **Recomposição de Floretas Nativas:** Algumas Perspectivas Metodológicas para o Estado de São Paulo. Anais do 3º Curso de Atualização - Recuperação de Áreas Degradadas. Curitiba, PR. FUPEF/UFPR, 1996. v.1. p.83-100.

GOMES, M. A. S.; SOARES, B. R. **A vegetação nos centros urbanos: considerações sobre os espaços verdes em cidade medias brasileiras**. Monografia (Licenciatura em Geografia: universidade Federal de Uberlândia). 11p. Minas Gerais. 2003.

HONÓRIO, J.C. et al. **Áreas de preservação permanente em zona urbana: a ponderação entre os princípios do direito à propriedade e do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.** Revista eletrônica Jus.com/ artigos. Publicação em junho de 2013. Disponível em: http://jus.com.br/artigos/24670/areas-de-preservacao-permanente-em-zona-urbana-a-ponderacao-entre-os-principios-do-direito-a-propriedade-e-do-direito-ao-meio-ambiente-ecologicamente-equilibrado/2#ixzz2z4IQlNeZ acessado dia 16/04/2014.

MORAES, Helio Mattos de. **As Áreas de Preservação Permanente nas Zonas Urbanas.** Universo Jurídico, Juiz de Fora, ano XI, 24 de mar. de 2008. Disponível em: http://uj.novaprolink.com.br/doutrina/5077/as_areas_de_preservacao_permanente_nas_zonas_urbanas >. Acesso em: 29 de abr. de 2013.

PEREIRA, Tânia Sampaio. **Águas de Abastecimento**. Ciência Hoje. Rio de Janeiro. 2002.

PROGRAMA DE PROTEÇÃO DE MANANCIAIS - ÁREA URBANA – CASCAVEL/PR. Cascavel. Pr. Companhia de Saneamento do Paraná. 2003.

SANTOS, Rozely Ferreira dos. **Planejamento Ambiental: Teoria e Prática.** São Paulo: Oficina de Textos. 2004.

SOARES, Matilde de Paula. **A preservação ambiental e o desenvolvimento econômico sustentável na Constituição Federal do Brasil e da Alemanha**. Revista de Doutrina da 4ª Região, Porto Alegre, n. 40, fev. 2011.

Disponível em: <http://www.revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao040/matilde_soares.html> Acesso em: 11 mar. 2014.

SOUZA, Marinêz de. **Qualidade da Água por Indicadores Biológicos e Análise de Resistência de Cepas de *Escherichia coli* isoladas no Rio Cascavel**, Paraná. Dissertação (Mestrado – Universidade Estadual do Oeste do Paraná) 47p. Cascavel. Unioeste, 2012.

SPERANÇA, Alceu A. 1992. **Cascavel a história.** Curitiba: Lagarto. 300p.: Il.

TAVARES, Flávio; PANET, Amélia. **A importância das áreas de preservação permanente para a estruturação de uma cidade urbano-sustentável**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PLANEJAMENTO URBANO. 15. 2013, Recife. *Anais*… Recife, 2013. Disponível em: http://sinestesiaurbana.wordpress.com/2013/06/03/a-importancia-das-areas-de-preservacao-permanente-para-a-estruturacao-de-uma-cidade-urbano-sustentavel/ acessado no dia 16/04/2014.

TOSIN, Gladis Ap. Sandi. **Caracterização Física do Uso e Ocupação da Bacia Hidrográfica do Rio Cascavel.** Dissertação (Mestrado – Universidade Estadual do Oeste do Paraná) 48p. Cascavel. Unioeste, 2005.

XII JORNADA CIENTÍFICA “EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E PÓS-MODERNIDADE”

ARTIGO

TECNOLOGIA EM LOGÍSTICA

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3653 - Fax: (45) 3036-3638
www.univel.br

ANÁLISE DE IMPLANTAÇÃO DO PLANEJAMENTO E CONTROLE DE PRODUÇÃO DA EMPRESA SATIARE ALIMENTOS

Rosana Schultz[71], Alex Sandro Rodrigues dos Santos[72]

Escrito para apresentação na XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Educação, tecnologia e pós-modernidade"
28 e 29 de outubro de 2014 – UNIVEL – CPE – Cascavel-PR
ISBN 978-85-98534-11-4

RESUMO: A produção em uma empresa industrial é sua razão pela qual a empresa existe. O foco é direcionado ao setor devido às amplas oportunidades de diferenciais competitivos. Cabe ao setor de planejamento e controle da produção – PCP, trabalhar em sintonia perfeita na busca dos objetivos e produção eficiente. Esse estudo visa analisar os resultados que a implantação do PCP trouxe a empresa em questão. Descrevendo os processos principais do PCP, analisando a empresa antes e depois da implantação do setor e quais foram as alterações. O resultado apresentado mostra uma mudança significativa e quanto é indispensável esse setor de apoio à produção.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento, Controle, Produção.

ABSTRACT: The production on an industrial company is a reason why the company exists. The focus is directed to the sector due to ample opportunities for competitive advantages. It is up to the planning and production control sector - PCP, working in perfect harmony in the pursuit of goals and efficient production. This study aims to analyze the results of the implementation of the PCP brought the company in question. Describing the main processes of the PCP, analyzing company before and after implementation of the industry and what were the changes. The results presented show a significant change and how this sector is essential to support production.

KEYWORDS: Planning, Controlling, Production.

1 INTRODUÇÃO

[71] Acadêmico do Curso de Tecnologia em Logística - Logística da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[72] ORIENTADOR: Professor Especialista Alex Sandro Rodrigues dos Santos do Curso de Tecnologia em Logística - Logística da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

O setor do planejamento e controle de produção (PCP) vem como ferramenta de organização envolvendo o planejamento, programação e controle efetivo da cadeia produtiva. Objetiva atender as demandas do mercado, ganhando competitividade. Atendendo e satisfazendo as necessidades dos clientes.

De acordo com Chiavenato (2005) para se produzir de maneira eficaz e eficiente é necessário planejar, organizar, dirigir e controlar. A produção precisa estar baseada em um planejamento e controle correto. Não há produção por acaso. Existe uma produção programada, embasada na melhor aplicação dos recursos, em um planejamento antecipado e com controle adequado.

A produção de alimentos frigorificados, neste caso os embutidos, surgiu no Brasil com os imigrantes alemães e italianos. Conforme cada região, cultura e costumes o produto ganhou características específicas para atender os paladares dos consumidores. Embutido é todo aquele produto feito de carne moída ou picada, embalada com tripas (envoltório animal), bexigas, envoltórios artificiais apropriados.

Esse artigo tem por objetivo apresentar os resultados da implantação do PCP de uma empresa do segmento de alimentos frigorificados – Satiare Alimentos. Para tanto, com base na descrição dos principais processos do PCP, na bibliografia consultada sobre o PCP e a empresa, será analisado os processos do PCP utilizados; verificando a situação anteriormente e posteriormente a implantação do setor e seus respectivos benefícios.

2 PLANEJAMENTO E CONTROLE DE PRODUÇÃO

A produção é vista como uma entidade abstrata, de fundamental importância. Dentre os conceitos relacionados ao sistema de produção pode ser definido como “o conjunto de atividades e operações inter-relacionadas envolvidas na produção de bens (caso de indústrias) ou serviços” MOREIRA (2000, p. 8).

Dessa maneira a produção entra na cadeia de suprimentos como a operação de transformação. Onde recebe de fornecedores a matéria prima e disponibiliza o produto acabado, caracterizando a logística *inputs* e *outputs.* Envolvendo várias áreas ligadas direta ou indiretamente com a produção, a fim de buscar informações e demais recursos para a execução do plano de produção. Nesse sentido o PCP é o setor de apoio e coordenação do sistema produtivo (INGREPRO 2010)

O planejamento é uma maneira estratégica de buscar maximizar os resultados das operações e minimizar os riscos nas tomadas de decisões, tendo em vista obter vantagens competitivas no mercado diante da concorrência identificar as oportunidades e ameaças (TUBINO 1997).

De acordo com os autores planejar a produção, sendo que essa é razão de sua existência, é algo que torna a empresa competitiva. Para tanto, a competitividade é ganha na redução dos custos. Busca-se a redução dos custos na aplicação correta dos recursos, uso eficiente das linhas produtivas.

Conforme INGREPO (2010), citando TUBINO (2007) os principais processos do PCP se resumem em três níveis hierárquicos de planejamento e controle da produção:

Plano de produção: de nível estratégico, fará a estimativa da previsão de vendas a longo prazo e a disponibilidade dos recursos financeiros e produtivos.

Plano-mestre de produção: procurará estratégias eficientes para operar o plano de produção e guiar o sistema produtivo disponível, este em médio prazo.

Programação de produção: estabelecido a curto prazo, estabelecerá os processos de quanto e quando comprar insumos ou fabricar, ou ainda, montar os itens necessários para produzir o produto final.

Para Corrêia, Gianesi e Caon (2001), o ato de planejar deve ser dinâmico no intuito de alcançar os objetivos com ocorrência de alterações ao longo do prazo estabelecido.

Atualmente, para que o planejamento e controle da produção tenham eficácia, faz-se necessário um rígido controle de produção, com a definição de metas e resultados a serem atingidos, visando o futuro, sem deixar de considerar o passado, onde um dos fatores críticos para as empresas bem-sucedidas era o controle (CHIAVENATO 2005).

O acompanhamento da produção tem por objetivo garantir o máximo de qualidade, visando que o produto final seja aquele aprovado na ideia original, garantindo o que foi planejado. Por isso, são necessários profissionais específicos, qualificados para gerenciar e supervisionar todo o processo de produção do produto, até a entrega ao cliente.

Os controles de produção, de estoques e de quantidade ressaltam o reconhecimento de que as empresas sofrem de problemas de ineficiência, desperdício, baixa produtividade, baixa qualidade e, consequentemente, baixa

competitividade no mercado. A sobrevivência da empresa exige que os controles sejam produtivos, isto é, que funcionem eficazmente no sentido de corrigir as falhas e os defeitos para melhorar o desempenho das empresas. A melhoria da produtividade e da qualidade certamente conduz a programas de formação e motivação das pessoas para colocá-las em condições de empreender um nível de trabalho que permita à empresa desafiar a competitividade internacional. (CHIAVENATO 2005).

3 METODOLOGIA

A pesquisa partiu com o propósito de analisar os resultados obtidos após implantar o setor do PCP, bem como descrever seus principais processos e identificando seus pontos de melhoria, na empresa do ramo de alimentos frigorificados.

Para analisar os resultados do PCP na empresa, fez-se um estudo nos documentos em que a Satiare Alimentos detém não se esquecendo de citar o uso de referencial teórico.

Através de observações do processo produtivo, procurou-se entender a situação do antes e depois do PCP. Baseando-se em entrevistas livres, onde os participantes puderam deixar suas opiniões sobre o assunto tratado.

4 ESTUDO DE CASO

O estudo foi desenvolvido na empresa Satiare Alimentos, filial da Cooperxanxerê. Instalada em Nova Prata do Iguaçu – Paraná. Inaugurada em outubro de 2011, com cerca de 30 funcionários, com produção inicial de em média 10 toneladas dia de embutidos. Atualmente a empresa opera com mais de 250 funcionários, e produção diária de 52 toneladas por dia.

A empresa opera com produtos embutidos como: linguiças, presuntos, salsichas, bacons e salames. Possui distribuidores na região sul, sudeste e nordeste. Os produtos são vendidos em atacados e varejos.

A produção de embutidos consome matéria prima oriunda de suínos e aves, livre de impurezas (ossos, cartilagens, resíduos). Parte da matéria prima é fornecida

pela UNBIOM (abatedouro da Cooperxanxerê), o restante é comprado de outros fornecedores.

Inicialmente a Satiare não contava com o setor de PCP. As atividades relacionadas eram desempenhadas (as que existiam) por outros setores. Não havia planejamento da produção e controle. O estoque de matéria prima era divergente, não havia controle do que se consumia e do que comprava. O setor de compras não estava amparado com um planejamento do que comprar.

O setor de vendas não disponibilizava a produção e compras sua previsão de vendas tanto a médio e longo prazo. Não havia nenhuma forma de troca de informações entre os setores, cada qual se trabalhava pra si, gerando problemas de estoques, produção, financeiros.

A implantação do PCP trouxe a empresa uma forma de organizar os processos, principalmente de informações necessárias para o andamento da produção sem interrupções não planejadas. A produção ganhou foco: fazer o volume estipulado no plano de produção com qualidade.

Anteriormente a implantação do PCP, havia muita dificuldade na questão de organização. A produção tinha que controlar e monitorar algumas informações e processos os quais não era sua função. Como por exemplo: controlar os estoques do almoxarifado e matéria prima. Preocupar-se com fornecedores de matéria prima, atrasos nas entregas.

Algo primordial para implantação do PCP e sua adequação foi também a mudança na estrutura organizacional da empresa. Tornando os setores mais bem delineados, definindo cada qual com sua função. Isso gera economia de tempo, algo necessário para o PCP que precisar realizar amarrações entre os setores e também por possuir tarefas mais prolongadas.

O PCP adequa a logística interna da indústria, deixando-a com as matérias primas e suprimentos de acordo com a necessidade de cada item, dentro do prazo programado. Sua função é evitar ao máximo contra fluxos, perda de tempo durante a jornada de trabalho. Evitar acúmulos desnecessários nos estoques de processo, calcular o mais próximo possível esse tipo de estoque.

Em se tratando de programação, esse é outro fator elementar para organização fabril. Todos os envolvidos no processo sabem o que produzirá, quanto e quando. Auxiliando a estes a se programarem com os demais membros da cadeia; tornando mais eficiente e rápida a troca de dados.

Anteriormente, sem o PCP, os desperdícios e as rupturas nos estoques tanto de matéria prima como produtos acabados eram frequentes. Isso acontecia devido à falta de planejamento existente entre a demanda e disponibilidade de recursos para produzir, levando em consideração o tempo necessário de produção para os itens.

A coleta de dados, o controle dos processos e acompanhamento de produção tornou-se diários, permitindo começar criar parâmetros e índices produtivos, que analisados ajudam nas tomadas de decisões da empresa. Os dados coletados são realizados pelo sistema de informação. Projeto esse iniciado em meados de 2013, com intuito de rastreabilidade do produto e custeio por centros de custos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a empresa começa trabalhar em sintonia, cumprindo os objetivos traçados no planejamento da produção, com base na capacidade produtiva para que a previsão de vendas não fique superior a ela.

Os resultados são significativos, sendo que já se cumprem mensalmente 99% do plano de produção, sem que haja rupturas nos estoques tanto de matéria prima como de produto acabado. Há uma busca incessante pelo cumprimento dos objetivos e metas determinados.

Embasado na teoria dos autores apresentados bem como na prática da empresa Satiare Alimentos, procurou-se mostrar os principais e indispensáveis processos do PCP contemplados nos objetivos do trabalho: o planejamento, programação e o controle. Planejar para que a empresa tenha um diferencial competitivo, para que sua produção trabalhe de forma eficiente. Programar para que haja uma sequencia de prioridades naquilo em que se tem a produzir. Organizar para que não se tenha excessos ou faltas. Controlar para que as metas sejam alcançadas e os pontos falhos corrigidos.

A Satiare Alimentos por ser nova no ramo, ainda passa por diversas melhorias, inclusive dentro do próprio PCP. Porém o estudo mostrou que se torna imprescindível o setor do PCP dentro da empresa. Até mesmo, porque os frigoríficos apresentam muitas particularidades, por se trabalhar com matéria prima de curtíssimo prazo de validade e muito perecíveis.

Há algumas melhorias que começam a serem feitas para auxiliar o setor, como a recente implantação de um sistema de informação. Sugere-se ainda que o setor de vendas discipline e oriente os vendedores quanto aos pedidos e mudanças instantâneas na programação de produção. Isso requer ao PCP mudanças que por muitas vezes não podem ser realizadas, pois já se tem um programa pronto e em execução. Sugerem-se mais planejamentos em longo prazo envolvendo a produção, para que o PCP possa efetuar devidamente seus trabalhos.

REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de Produção: uma abordagem introdutória.** Rio de Janeiro, Elsevier, 2005.

CORREIA, L. Henrique, GIANESI, G. N. Irineu, CAON, Mauro. **Planejamento, Programação e Controle de Produção:** MRP II/ERP. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

RODRIGUES, M.D, INÁCIO, R. O. **Planejamento e Controle de Produção:** Um estudo de caso em uma empresa metalúrgica. *Ingrepo – Inovação, Gestão e Produção,* São Paulo, vol. 02, nº. 11, nov./ 2010. Disponível em: < http://www.ingepro.com.br/Publ_2010/Nov/325-921-1-PB.pdf > Acesso em 09 out. 2014.

MOREIRA, Daniel Augusto. **Administração de Produção e Operações**. 5 ed. São Paulo: Pioneira, 2000.

XII JORNADA CIENTÍFICA "EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E PÓS-MODERNIDADE"

RESUMOS

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3653 - Fax: (45) 3036-3638
www.univel.br

A CONTABILIDADE PECUÁRIA APLICADA A ATIVIDADE LEITEIRA

Yasmin Atahides Cavanos[73], Mayara Aparecida Martins[74], Tiago Soares dos Santos[75]

Escrito para apresentação na XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Educação, Tecnologia e Pós Modernidade"
28 e 29 de outubro de 2014 – UNIVEL – CPE – Cascavel-PR
ISBN 978-85-98534-11-4

RESUMO: A contabilidade pecuária brasileira é considerada uma das melhores e mais desenvolvidas do mundo. O Brasil é o maior produtor nesta área, porém apresenta algumas dificuldades na administração da atividade pecuária, devido a falta de informações dos pequenos produtores, que não estão habituados a administrar e gerenciar seu patrimônio, e não aplicam as práticas contábeis direcionadas à pecuária em suas propriedades. A contabilidade rural, por sua vez, vem com a intenção de orientar e fornecer informações para o crescimento e desenvolvimento das pequenas propriedades e, por ser composta de vários ramos, como a contabilidade zootécnica, agroindustrial, entre outras, abordaremos nesse trabalho apenas a contabilidade pecuária, que se destina à produção leiteira e gado de corte. A contabilidade pecuária é composta por uma sequência de demonstrativos, dos quais são o livro diário, o livro razão, o demonstrativo de resultado do exercício e o balanço patrimonial. O principal deles, conforme a contabilidade pecuária, é o livro diário, pois devido às especificações da pecuária, não se faz necessário que seja feito os demonstrativos após o livro diário, exceto

[73] Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[74] Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[75] ORIENTADOR: Professor Tiago Soares dos Santos. Mestre em Filosofia. Especialista em Met. Do Ens. De Filosofia. Docente da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel. Docente de Filosofia do IFPR e SEED.

quando o produtor atinge o lucro bruto anual acima do valor estipulado pela receita federal, que é de R$ 128.358,50 centavos. Um dos pontos principais da contabilidade pecuária é o custo de produção, pois tudo vai depender da quantidade de investimentos com a alimentação e a produção da atividade leiteira, contudo o custo de produção na pecuária são complexos e variáveis de produtor para produtor. Devido a esta forma mais complexa da contabilidade, foi elaborado um levantamento de dados de três produtores rurais autônomos de pequeno porte, e aplicada a contabilidade pecuária visando a produção leiteira, do qual obteve-se os seguintes apontamentos: o primeiro produtor administra uma propriedade com poucos alqueires de terra, para a reprodução de seu plantel, e buscando inovação no seu rebanho, passou a utilizar os procedimentos de inseminação artificial, o que reduziu custos. Conta também com uma boa estrutura para o desempenho da sua função, que o ajuda a manter a qualidade do leite produzido em sua propriedade. Embora tenha uma boa produção, o produtor possui grandes dívidas, pois para montar o seu plantel, utilizou do financiamento PRONAF, o que ocasionou alto comprometimento de seu lucro mensal, deixando elevado o custo de produção, reduzindo seus lucros e dificultando novos investimentos na propriedade. O segundo produtor tem um plantel mais elevado, trabalha com uma grande quantidade de alqueires de terra direcionado à atividade leiteira. Possui uma boa estrutura para trabalhar e para acolhimento de seu plantel. O produtor não tem gastos com terceiros, pois possui em sua propriedade os equipamentos para a produção do alimento para o gado leiteiro, comumente chamado de silagem, o que diminuiu o custo de seu plantel, deixando o seu lucro à disposição de novos investimentos, como a implementação da inseminação artificial. O último produtor tem um plantel médio, ao qual a sua estrutura condiz com o tamanho de sua produção, utiliza-se touro para a reprodução na forma de monta. O seu plantel teve valor baixo, e fechou o período analisado com prejuízo, devido à falta de informações, pois nos últimos dois meses verificados, não recebeu pelo produto entregue ao laticínio. Diante dos dados analisados, concluímos que as propriedades bem gerenciadas, unidas à contabilidade pecuária e aplicada por produtores orientados, são administradas de forma mais eficaz, mantendo-as com as finanças sob controle, buscando um aumento de sua produção, redução de gastos e maior lucratividade, e quando bem investido, o lucro gera maiores receitas.

PALAVRAS-CHAVE: Produtor, Contabilidade Pecuária, Plantel.

REFERÊNCIAS

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Rural**: Uma abordagem decisorial. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FAVERO, Hamilton Luiz et al. **Contabilidade***:* teoria e prática. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 1 v.

MARION, José Carlos. **Contabilidade da Pecuária**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARION, José Carlos. **Contabilidade rural:** contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária e imposto de renda - pessoa jurídica. 10. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

NEPOMUCENO, Fernando. **Contabilidade rural e seus custos de produção**. São Paulo: IOB-Thomson, 2004.

RECEITA FEDERAL, **Serviços.** Brasília. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoafisica/irpf/2014/declaracao/obrigatoriedade.htm>. Acesso em: 04 set. 2014.

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3653 - Fax: (45) 3036-3638
www.univel.br

A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE NAS ORGANIZAÇÕES

Gabriele Regina Troian[76], Gustavo Felipe Bocca Assumpção[77], Michele Paola Cardoso[78], Tiago Soares dos Santos[79]

Escrito para apresentação na XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Educação, Tecnologia e Pós-Modernidade"
28 e 28 de outubro de 2014 – UNIVEL – CPE – Cascavel-PR
ISBN 978-85-98534-11-4

RESUMO: Esse trabalho abordará a importância da contabilidade nas organizações empresariais como um instrumento de análise, gerência e decisão. Objetiva-se conhecer a necessidade contábil para as empresas e saber como o contador atua nas tomadas de decisões sobre o patrimônio. A contabilidade é uma ferramenta que vem provando que não são somente as multinacionais que podem obter lucros e produtos de qualidade para a população, existe desde 4.000 a.C nos primórdios da atividade comercial. Seu início a atividade primitiva que após retirar da natureza o que precisava para sua sobrevivência, passou a acumular sua produção a fim de, trocá-la. A origem da Contabilidade está ligada à necessidade de registros do comércio, estando presente em qualquer organização. Sua evolução é constante, e torna-se um importante instrumento para a sociedade à medida que há desenvolvimento econômico. Por meio da Contabilidade, a empresa sabe o valor de seus ativos, passivos, receitas, despesas, a rentabilidade e lucratividade do negócio, produtividade da mão de obra. Por isso, pode realizar um bom planejamento tributário. Mais o que seriam todas essas contas citadas acima? O ativo é a reunião

[76] Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis da Univel – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[77] Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis da Univel – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[78] Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis da Univel – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel e Tecnóloga em Gestão de Cooperativas.
[79] ORIENTADOR: Professor Especialista em Filosofia e Sociologia, Mestre em Filosofia Moderna e Contemporânea, docente de Filosofia do IFPR e Metodologia da Pesquisa do Curso de Ciências Contábeis da Univel – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

de todos os direitos, bens que compõe o patrimônio da empresa. O passivo é o conjunto de deveres e obrigações, financeiras ou não, de sua instituição com outras empresas. As receitas são os valores recebidos pelas empresas, vindas de operações diretas. As despesas, são os desembolsos realizados pela organização. Muitos dos empresários se perguntam se o valor que gastam por mês com contadores seria necessário? Pensam que os contadores apenas lançam a notas de entradas e saídas. Se não souber administrar, seu negócio fali como acontece no Brasil atualmente. Essa responsabilidade de comunicar e esclarecer dúvidas sobre o patrimônio é do departamento fiscal e contábil. A partir de informações contábeis corretas, são possíveis gerar relatórios ou demonstrativos que possibilitem a tomada de decisão por parte dos gestores. Nesse mundo competitivo os administradores das empresas buscam o maior número de informações para uma tomada de decisão, para a economia de tributos, tais como investimentos em novos produtos, cálculos de custo. A contabilidade é um instrumento de análise, gerência e decisão, tendo a função de decompor, comparar e interpretar os demonstrativos contábeis. Utilizando-se suas demonstrações no gerenciamento e planejamento estratégico, informando aos administradores a real situação econômica, física, financeira e social da empresa. Como se percebe é muito importante à conexão entre o planejamento estratégico do gestor com a empresa, afim de perceber se realmente o dinheiro está sendo aplicado corretamente. A atuação da contabilidade sobre o patrimônio das entidades possibilita respostas às necessidades dos sócios, e acionistas das organizações, respondendo-lhes perguntas, como: qual a taxa de lucratividade proporcionada aos investimentos ou ações em quotas da sociedade? Será que a empresa continua a oferecer no médio e longo prazo, perspectivas de rentabilidade e segurança para seus investimentos? Existe alguma alternativa para seus investimentos? Para os administradores contábeis os interesses e dados contábeis têm um grau de profundidade e análise maior que os outros setores de uma empresa. A Contabilidade é o instrumento que auxilia a administração a tomar decisões. Coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e sumarizando-os em forma de relatórios ou de comunicados. A contabilidade é muito importante para todas as pessoas, e empresas por que explica sobre os fenômenos que afetam o patrimônio das entidades. Apresenta técnicas que auxiliam no avanço competitivo de uma empresa ajudando seus gestores nas possíveis tomadas de decisões.

PALAVRAS-CHAVE: Controle, Análise, Demonstração de resultado.

REFERÊNCIAS

A importância da contabilidade na administração da micro e pequena empresa. Disponível em: http://www.conteudo.org.br/index.php/conteudo/article/viewFile/69/62 Acesso em: 24 ago. 2014

A importância da contabilidade nas empresas. Disponível em: http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/a-importancia-da-contabilidade-nas-empresas/67627/ Acesso em: 31 ago. 2014

Análise do relacionamento entre a contabilidade gerencial e o processo de planejamento das organizações brasileiras. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141566555200700600003&script=sci_arttext Acesso em: 10 set. 2014

Conceito E IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE. Disponível em: http://www.contabeis.com.br/artigos/678/conceito-e-importancia-da-contabilidade/ Acesso em: 31 ago. 2014

Contabilidade gerencial nas micro e pequenas empresas. Disponível em: http://www.aems.edu.br/conexao/edicaoatual/sumario/downloads/2014/Contabilidada%20Gerencial%20Nas%20Micro%20E%20Pequenas%20Empresas.pdf Acesso em: 24 ago.2014

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3653 - Fax: (45) 3036-3638
www.univel.br

A MARCA NOS REGISTROS CONTÁBEIS

Ellen Caroline Bitencourt[80], Gislaine Donato de Oliveira[81], Dalbiane Prediger[82], Tiago Soares dos Santos[83]

Escrito para apresentação na XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Educação, Tecnologia e Pós-Modernidade"
28 e 28 de outubro de 2014 – UNIVEL – CPE – Cascavel-PR
ISBN 978-85-98534-11-4

RESUMO: A marca é o maior patrimônio da empresa, que ganha importância a cada dia, influenciando na mente do consumidor. É um meio poderoso de garantir uma maior visibilidade para a empresa com relação ao concorrente e gerando maior lucratividade. Objetivando mostrar o surgimento das marcas contábeis, compreender a importância de seu registro e o cuidado que a empresa deve ter. Apresentando uma pesquisa exploratória, trazendo uma visão geral, e aprofundando as questões previas e preliminares da marca. Soares define a marca como ‘‘sinal gráfico, figurativo ou de qualquer natureza isolado ou combinado e que se destina à apresentação do produto e/ou do serviço ao mercado’’ (1997, p. 180). Nos registros contábeis, é classificada nos ativos de uma empresa, no subgrupo chamado de ativos intangíveis que, conforme Iudícios, ‘‘são agregados de benefícios econômicos futuros sobre os quais uma dada entidade detém o controle e exclusividade na sua exploração. (...) os ativos intangíveis não podem ser tocados, são incorpóreos. (2010, p. 264) Contudo, quando registrado, tem valor e direitos, garantindo ao seu proprietário o uso exclusivo em todo território. Depois de registrada e reconhecida, terá a proteção para que não haja reprodução não autorizada. Portanto, na hora de comprar, consumidores são influenciados pela marca. Por se sentirem confortáveis e

[80] Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[81] Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[82] Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[83] ORIENTADOR: Professor Mestre Tiago Soares dos Santos do Curso de Ciências Contábeis da Univel – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

confiarem no que estão adquirindo. Segundo Keller, a marca torna um produto diferencial, seja pela sua qualidade ou tradição no mercado. Na contabilização, as marcas são distinguidas entre as marcas adquiridas e as marcas criadas. Antigamente, várias empresas foram adquiridas por valores simbólicos. Porém, com o passar do tempo eram revendidas com um valor muito maior, pois já eram conhecidas. Fazendo com que a marca não fosse mais incluída nos resultados atuais, tornando-se assim, a garantia dos resultados futuros, sendo registrada nos ativos intangíveis do balanço. Porém, começaram a surgir divergências no lançamento das marcas adquiridas e das criadas. As marcas adquiridas eram registradas, contudo, se as marcas criadas pela empresa fossem registradas, segundo Kapferer (2003), o princípio de realidade seria respeitado ao custo de uma perda de confiabilidade e de coerência da contabilidade. Por esse motivo, ficou duvidoso o método utilizado de avaliação desigual no balanço. Conforme Kapferer (2003), os métodos de avaliação baseados nos custos históricos ou nos custos de reposição não são válidos. Restam somente as avaliações financeiras fundadas em projeções de receitas futuras, altamente subjetivas: sua análise nos balanços introduziria um elemento de incerteza e de heterogeneidade contrário à regra da prudência. Portanto, para se ter o valor monetário das marcas, ele terá que ser aceitável, e deveria poder aplicar-se nas marcas adquiridas e também nas próprias, porém isso não é possível. Porque, segundo Kapferer, a marca interna seria avaliada em função da acumulação dos custos ou em função de seu ‘‘uso corrente ou atual’’. Desse modo, terá uma separação entre o valor capitalizado da marca adquirida e da criada. Conforme Kapferer (2003), os opositores à inscrição das marcas criadas argumentam que as marcas adquiridas contabilizam-se sobre o custo da compra, assim as marcas desenvolvidas de maneira interna deveriam também ser avaliadas assim, sobre o custo. O sucesso de uma marca só se aprecia com o tempo, é ao fim de vários anos que se constata o sucesso ou o insucesso da criação de uma marca. Segundo Kapferer (2003, p.413), “Algumas marcas necessitam um suporte publicitário contínuo e intenso, durante vários anos após seu lançamento para sedimentá-las definitivamente”. Pela avaliação dos custos históricos, a marca é um capital cujo valor decorre dos investimentos feitos ao longo do tempo. Kapferer (2003) questiona por que não considerar o valor de uma marca a partir do valor das marcas similares no mercado das marcas? Porque gerariam dois problemas: o primeiro é que o mercado não existe e as marcas não são compradas

para serem revendidas, pois existe uma diferença de tamanho entre o mercado. Kapferer diz que, no caso das marcas, o comprador é *prince seter*: é ele que fixa o preço da marca. É a interação entre marca – comprador. As empresas são conscientes de que suas marcas são a essência de seu capital, e seu objetivo é capitalizar as marcas. Elas devem ser cultivadas, mantidas e elevadas a prosperar pela inovação permanente, pois a capitalizando aumenta seu potencial e seu valor.

PALAVRAS-CHAVE: Marcas, criadas, adquiridas.

REFERÊNCIAS

IUDÍCIBUS, Sergio de. **Manual de Contabilidade Societária: Aplicável a todas as Sociedades.** 1ª Ed. Atlas S.A., São Paulo, 2010.

KAPFERER, Jean-Noel. **As marcas Capital da empresa**: criar e desenvolver marcas fortes. 3. ed. Porto Alegre, 2004.

NIETO, Ana Lúcia. **Marcas e Patentes – Ativos Intangíveis Fundamentais**. 2006

SOARES, José Carlos Tinoco. **Lei de Patentes, Marcas e Direitos Conexos: Lei 9.279 - 14.05.1996**. São Paulo. Ed. Revista dos Tribunais, 1997.

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3653 - Fax: (45) 3036-3638
www.univel.br

AUDITORIA CONTÁBIL

Ihara Cecilia Vieira[84], Raquel Vanessa Mendes[85], Tiago Soares dos Santos[86]

Escrito para apresentação na XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Educação, Tecnologia e Pós-Modernidade"
28 e 28 de outubro de 2014 – UNIVEL – CPE – Cascavel-PR
ISBN 978-85-98534-11-4

RESUMO: Nesse trabalho abordaremos o tema auditoria contábil. A auditoria compreende o exame de documentos, registros e livros contábeis, a fim de apurar a sua veracidade através de normas estabelecidas. A auditoria é importante, pois através de sua avaliação muitos objetivos podem ser alcançados, estando disponíveis para análise de terceiros, tais como bancos, fornecedores, entre outros. Sua análise agregará valor àquele documento ou registro. Poderá ser feita por meio da auditoria interna, ou externa. Os objetivos são mostrar o que é a técnica contábil, como ela surgiu, quais suas modalidades, mostrar a importância da auditoria contábil e seus meios, especificar qual é o seu dever e apresentar suas formas. Utilizando pesquisa descritiva, estudo de caso, e pesquisa quantitativa. Sobre o surgimento da auditoria, Franco diz que "A auditoria surgiu como consequência da necessidade de confirmação dos registros contábeis, em virtude do aparecimento das grandes empresas e da taxação do imposto de renda, baseado nos resultados apurados em balanço" (FRANCO, 2013, p.39). Surgiu na Inglaterra que foi a primeira a possuir grandes companhias de comércio e instituir a taxa de renda, onde eram baseadas nos lucros das empresas. A partir daí a auditoria vem sofrendo diversas alterações e grande evolução devido ao crescimento das empresas, e dos grandes

[84] Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[85] Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[86] ORIENTADOR: Professor Mestre Tiago Soares dos Santos do Curso de Ciências Contábeis– Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

empreendimentos, que irão aprimorar cada vez mais essa técnica. Tem o dever de verificar se os registros contábeis foram executados dentro das normas e princípios da contabilidade. É a técnica que examina e inspeciona registros, livros, documentos contábeis e obtêm confirmações relacionadas ao patrimônio da entidade, a fim de obter certeza de que estão de acordo com as regras e princípios impostos pela contabilidade. Examina não só o que está nos livros, mas também apura o que foi omitido deles. A auditoria poderá ser feita das seguintes formas: interna que é feita pelo próprio funcionário. Deve ser neutro e objetivo, não aceitando qualquer tipo de julgamento sobre sua avaliação. Realizará seu trabalho obedecendo às normas da auditoria. Já a externa é realizada por profissional independente, sem qualquer vínculo com a empresa. Poderá realizar seu trabalho com próprios métodos, mas sempre seguindo as normas, jamais aceitará qualquer tipo de intervenção ou imposição no seu trabalho. Para ser um auditor é necessário um conhecimento especializado, e uma boa experiência, mostrando-se sempre objetivo. A auditoria contábil poderá apresentar diversas modalidades. Destaca-se a auditoria geral que examina todos os elementos do patrimônio. É destinada especialmente para atender as exigências legais, avaliar a confiabilidade das demonstrações, controle administrativo e acautelar interesses de acionistas e investidores. Auditoria parcial ou específica é feita em uma ou algumas demonstrações contábeis, com objetivos especiais como, conferir custos, apurar erros e fraudes, verificar cumprimento das obrigações fiscais. Revisão limitada refere-se ao exame do conjunto de demonstrações de um período, aplicando todos os procedimentos e normas da auditoria para obter um exame formal. Conclui-se que é a técnica que por meio de seus procedimentos examina e inspeciona registros contábeis e obtêm confirmações relacionadas ao patrimônio da entidade, a fim de obter plena certeza de que estão de acordo com as regras e princípios impostos pela contabilidade, e se esses registros demonstram a verdadeira situação econômico-financeira desta. Utilizada não só aquilo que está nos livros, mas também apurar o que foi omitido deles. Podendo ser feita por um auditor interno ou por um auditor externo.

PALAVRAS-CHAVE: Auditoria, Patrimônio, Análise.

.

REFERÊNCIAS

FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto. **Auditoria contábil**. 4ºed. São Paulo: Atlas, 2013.

JUND, Sergio. **Auditoria:** conceitos, normas técnicas e procedimentos. 5ºed. Rio de Janeiro: Impetus, 2003.

MAUTZ, Robert Kuhn. **Principio da auditoria**. 4°ed. São Paulo: Atlas,1985.

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3653 - Fax: (45) 3036-3638
http://www.univel.br – direito@univel.br

AUDITORIA CONTÁBIL

Danieli C. Schenckel[87], Izabella C. B. Schiefelbein[88], Mayara O. Silva[89], Silvana Pelegrino[90], Tiago S. Santos[91]

Escrito para apresentação na XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Educação, tecnologia e pós-modernidade".
28 e 29 de outubro de 2014 – Univel – CPE – Cascavel-PR
ISBN 978-85-98534-11-4

RESUMO: Nesse projeto demonstraremos a origem da auditoria, os objetos utilizados pelos auditores, qual sua finalidade e o resultado final da auditoria. De acordo com Perez Junior (2010), os primeiros relatos sobre auditoria foram no século XV ou XVI na Itália, porém só tomou forma no ano de 1581 em Veneza. Nesse período foi criado o 1° colégio de contadores. Os primeiros trabalhos realizados pelos auditores eram baseados nas regras, mas com o passar do tempo houve uma grande evolução, fazendo da auditoria sirva de orientação, interpretação e previsão dos fatos. Para Franco (2013), a auditoria é um exame analítico e pericial, onde é feito a inspeção das atividades que são desenvolvidas em uma determinada empresa ou setor, baseando-se em documentos, livros e registros. São esses objetos que apontarão a veracidade das informações analisadas da entidade, pois são exames feitos de acordo com as normas da auditoria. Segundo William Attie (1998), os objetos utilizados pelos auditores dividem-se em: demonstrações financeiras, escrituração, balanço patrimonial, demonstração de resultado do

[87] Acadêmica do curso de Ciências Contábeis - Contábeis da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[88] Acadêmica do curso de Ciências Contábeis - Contábeis da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[89] Acadêmica do curso de Ciências Contábeis - Contábeis da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[90] Acadêmica do curso de Ciências Contábeis - Contábeis da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[91] ORIENTADOR: Mestre em Filosofia– Especialista em Metodologia do ensino de Filosofia-Docente de Metodologia da Pesquisa da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel- Docente de filosofia do IFPR e SEED.

exercício, demonstração dos lucros e prejuízos acumulados, e demonstração das origens e aplicações de recursos. As demonstrações financeiras representam a situação econômica da empresa. A escrituração consiste nos registros permanentes e a mutação do patrimônio que seguem os princípios da contabilidade. Já o balanço patrimonial é dividido em grupos, para que se possa fazer a análise da situação financeira da empresa. No balanço patrimonial encontram-se: a conta dos lucros e prejuízos acumulados que é o lucro ou prejuízo do início do exercício e suas mudanças no decorrer do novo exercício; a demonstração das origens e aplicações de recursos que são os proventos e as aplicações do mesmo. Existem três categorias de auditor, a saber: interno, externo e fiscal. O auditor interno visa atender as exigências operacionais e administrativas, ou seja, o controle interno da empresa, podendo ser um funcionário efetuado por contrato de trabalho. O auditor independente ou externo tem como objetivo o atendimento de exigência legal ou estatutária, tendo como seus usuários acionistas, credores, governo e público externo á empresa em geral, por meio de contrato de prestação de serviço, com a finalidade de emitir parecer sobre a adequação das Demonstrações Contábeis, sendo o auditor profissional ou firma independente. O auditor Fiscal é um agente público, podendo ser do governo federal, estadual ou municipal, objetiva verificar o cumprimento dos decretos legais vigentes para apuração e recolhimento dos tributos, evitando a sonegação dos mesmos. A auditoria não se limita apenas no que está registrado nos livros, se for necessário para a inspeção, o auditor poderá fazer um levantamento e recorrer á provas externas contra a empresa auditada. As informações contábeis devem ser passadas para o proprietário e ou administradores da empresa, podendo ser também do interesse de terceiros vinculados à entidade. A auditoria se faz necessária em uma empresa para regular suas atividades, sendo uma forte aliada nos processos de tomada de decisão dos administradores e de terceiros, isso ocorre porque expõe os dados estatísticos e as conclusões dos fatos ocorridos no exercício. De acordo com Almeida (2003), o resultado final da auditoria é o parecer do auditor, que é dividido em: limpo, com ressalvas, adverso ou negativo, pois demonstra o propósito da análise e a responsabilidade do auditor. O auditor utiliza-se da sua opinião para mostrar o resultado de sua análise, caso não exista ressalvas a empresa está de acordo com a legislação e sem irregularidades, mas quando as demonstrações estão em desacordo com os princípios fundamentais da contabilidade é porque as normas estabelecidas não estão sendo cumpridas. De

modo geral, o trabalho do auditor é analisar os documentos contábeis e verificar se existe alguma irregularidade e, por meio do parecer comunicar onde está errado e como corrigir, caso seja possível.

PALAVRAS-CHAVE: Auditoria, Fiscalização, Parecer.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria:** um curso moderno e completo. - São Paulo: Atlas, 2003, 6ª edição.

ATTIE, William. **Auditoria**: conceitos e aplicações. São Paulo: Atlas, 1998, 3ª edição.

FRANCO, Hilário. **Auditoria Contábil**. São Paulo: Atlas, 2013, 4ª edição.

HERNANDEZ, Perez Junior. **Auditoria de demonstrações contábeis:** normas e procedimentos. - São Paulo: Atlas, 2010, 4ª edição.

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3653 - Fax: (45) 3036-3638
www.univel.br

CONTABILIDADE AMBIENTAL

Camila Moritz de Oliveira[92],Karoline Gomes da Silva[93] , Tiago Soares dos Santos[94]

Escrito para apresentação na XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Educação, Tecnologia e Pós-Modernidade"
28 e 29 de outubro de 2014 – UNIVEL – CPE – Cascavel-PR
ISBN 978-85-98534-11-4

RESUMO: Contabilidade é a ciência que estuda e controla o patrimônio da empresa. Seu objetivo é fornecer informações para a tomada de decisões. Nos dias atuais, tem uma nova função: fornecer dados para a gestão e conservação do meio ambiente. A contabilidade ambiental tem o objetivo de identificar e redistribuir custos ambientais, de forma que as decisões de investimentos sejam cabíveis e adequadamente medidas para que não haja desperdício de recursos. É importante porque disponibiliza uma interação de forma direta da empresa com seu cliente. Em decorrência da degradação da natureza foi necessário reunir dados para a tomada de decisão e para a criação de medidas necessárias para reverter este cenário. Sendo assim a contabilidade ambiental é um dos pilares da contabilidade, usada para evidenciar a relação das empresas e do país com o meio ambiente, conscientizando os sócios-proprietários das entidades. Esse estudo, de caráter exploratório, objetiva discutir a atuação da contabilidade ambiental, como fonte de informações. As informações que a contabilidade ambiental deve divulgar vão desde investimentos realizados, seja por meio de aquisição de bens permanentes e de proteção a danos ecológicos, de despesas de manutenção ou correção de efeitos ambientais do exercício em curso, de obrigações obtidas em prol do meio ambiente,

[92] Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis - da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[93] Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis - da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[3] ORIENTADOR: Mestre em Filosofia, especialista em Metodologia do ensino de Filosofia. Docente de Metodologia da Pesquisa – da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel. Docente de Filosofia do IFPR e SEED.

até mesmo medidas físicas, quantitativas e qualitativas. É também responsável por formular medidas que permitam acompanhar a interação da empresa com o meio ambiente e a evolução econômica e patrimonial no decorrer do tempo. Quando não se divulga as informações qualitativas e quantitativas em ocasiões oportunas pelas empresas, por motivos alegados pelas mesmas, é impossibilitada a reflexão de como o meio ambiente pode impactar sua situação econômica. Faz-se necessário uso de dados com informações obtidas pelas entidades no decorrer de suas atividades econômicas, para que a contabilidade incorpore com seus conceitos e métodos registrando e mensurando os eventos econômicos. A situação financeira se objetiva no registro das transações das empresas que causam impacto ao meio ambiente certificando-se que os custos, os ativos, os passivos estejam contabilizados e que o desempenho ambiental esteja transparente para o usuário contábil. As providências necessárias para tentar reverter ou diminuir alguns danos seria o uso de materiais menos prejudiciais ao ambiente, um melhor monitoramento e uso de sistemas de segurança para detectar possíveis desvios de processos que causem algum acidente. A poluição ambiental vem gerando várias discussões em diversos aspectos, existem preocupações sobre seus reflexos na fauna e flora, nos estragos causados em bens materiais, queimadas, enchentes, nos custos para reconstruções dentre outros. O contador deve participar de forma ativa nesse processo de planejamento, avaliação e controle das questões ambientais e sociais, registrando e divulgando as medidas adotadas e os resultados alcançados. Conclui-se que a questão da contabilidade ambiental está em processo de evolução, por ser um tema relativamente novo. Muito pode ser discutido e estudado. Logo, o papel fundamental da contabilidade é incentivar as empresas a implantarem gestões ambientais com o objetivo final de preservação do meio ambiente, sem se esquecerem de tratar os retornos que essa prática traz à empresa.

PALAVRAS-CHAVE: Contabilidade ambiental, custos, sustentabilidade.

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3653 - Fax: (45) 3036-3638
www.univel.br

CONTABILIDADE PÚBLICA

Ana Caroline Santos Corrêa[95], Eliziane de Fatima Hotz[96], Giseli Gavasso[97], Tiago Soares dos Santos [98]

Escrito para apresentação na XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Educação, Tecnologia e Pós-Modernidade"
28 e 29 de outubro de 2014 – Univel – CPE – Cascavel-PR
ISBN 978-85-98534-11-4

RESUMO: A Contabilidade Pública é a ciência que estuda, orienta, controla e demonstra a programação orçamentária e a sua execução, a movimentação patrimonial e formação do resultado que integram o conteúdo para a tomada de contas dos responsáveis por bens e valores públicos. É a ciência que tem por objetivo o estudo das variações quantitativas e qualitativas ocorridas no patrimônio, conjunto de bens, direitos e obrigações das entidades, pessoa física ou jurídica. Através dela é fornecido o máximo de informações úteis para as tomadas de decisões, tanto dentro quanto fora da instituição, estudando, registrando e controlando o patrimônio. Abrange um conjunto de técnicas para controlar o patrimônio das organizações mediante a aplicação do seu grupo de princípios, medindo, interpretando e informando os fatos contábeis aos donos das empresas. Todas as movimentações existentes no patrimônio de uma entidade são registradas pela Contabilidade, que resume os fatos em forma de relatórios e entrega-os aos interessados em saber como está indo a situação da instituição. Podemos definir a contabilidade aplicada ao setor público como sendo o espaço de atuação do

[95] Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis – Contabilidade da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[96] Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis – Contabilidade da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[97] Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis – Contabilidade da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[98] Orientador: Especialista em Filosofia e Sociologia, Mestre em Filosofia Moderna e Contemporânea, docente de Filosofia do IFPR – Campus Cascavel e Metodologia da Pesquisa do Curso Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel – UNIVEL

profissional de contabilidade que demanda interpretação, avaliação, registro e controle de fenômenos contábeis em entidades governamentais ou de entidades que recebam, movimentam ou apliquem recursos públicos, na execução de suas atividades. É uma especialização da ciência contábil que se aplica às instituições públicas. De acordo com as regras estabelecidas pelas Normas Gerais do Direito Financeiro, é um ramo da contabilidade que estuda e pratica as funções de orientação e controle relativas aos atos e fatos da administração econômica das instituições públicas. Exerce as funções de prever, escriturar, controlar, analisar e interpretar os atos e fatos da gestão pública. Registrar fatos e produzir informações que possibilitem ao dono do patrimônio o controle e planejamento, para a tomada da decisão mais rápida, eficiente e eficaz ao objetivo de seu patrimônio. O Objetivo da Contabilidade pública é estudar os fenômenos das instituições do setor público, enquanto tenham expressão quantitativa. Para o controle e análise dos fatos da administração pública, a contabilidade pública se utiliza de contas estruturadas nos sistemas orçamentários, Patrimonial, de resultado e de compensação. Além de fornecer aos interessados as informações sobre a instituição pública. A Contabilidade Pública precisa ser estudada mais a fundo, para que se torne um instrumento de perfeita eficácia no cumprimento de sua missão e trazer, assim, a transparência e a clareza de sua execução perante a sociedade. Entende-se, a Contabilidade Pública como uma técnica capaz de produzir, com fidelidade, relatórios que sirvam à administração no processo de tomada de decisões e de controle de seus atos, demonstrando, por fim, os efeitos produzidos por esses atos de gestão no patrimônio da entidade. A Contabilidade Pública presta contas aos cofres públicos, por meio de dispositivos legais e constitucionais e busca a transparência nos demonstrativos financeiros. Isso permite que todos os cidadãos possam compreender as ações dos governantes e fazer uma análise crítica verificando a atuação dos vários órgãos no que diz respeito à subtração de parte do patrimônio público por meio de tributos. É um instrumento que proporciona informações e controles necessários para a condução dos negócios públicos.

PALAVRAS-CHAVE: Demonstra, informações, pública.

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3653 - Fax: (45) 3036-3638
www.univel.br

CUSTOS DE PRODUÇÃO DA AVICULTURA EM UMA PEQUENA PROPRIEDADE RURAL NO DISTRITO DE SÃO JOÃO DO OESTE.

André Luiz Dariva[99], Tiago Soares dos Santos[100]

Escrito para apresentação na XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Educação, Tecnologia e Pós-Modernidade"
28 e 29 de outubro de 2014 – UNIVEL – CPE – Cascavel-PR
ISBN 978-85-98534-11-4

RESUMO: Em uma economia, tão grande como a de nosso país é comum empresas de diferentes regiões concorrerem entre si, para isso existem diferentes estratégias adotadas. Muitas utilizam-se da margem de lucro baixa, para aumentar o consumo do seu produto, outras, diminuem seu custo de produção, fazendo com que seu valor agregado seja alto. Partindo do princípio do custo, sabe-se que são poucos os produtores rurais que tem um controle de seus custos e na produção avícola não é diferente. A contabilidade, com seus controles, vem para minimizar os erros, acompanhar e avaliar a atividade. Na produção rural, como em outras atividades é muito importante haver o acompanhamento da situação da empresa, para que se saiba exatamente qual a situação da empresa, se tem condições de fazer investimentos ou ainda se há necessidade de cortar custos. A contabilidade de custos, é uma grande aliada neste trabalho, trazendo métodos de custeio, fórmulas, o que se agrega ou não no preço do produto, utilizando-se destes e outros benefícios é possível avaliar os custos de produção, bem como sua receita.

[99] Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[100] ORIENTADOR: Mestre Em Filosofia. Especialista Em Metodologia Do Ensino De Filosofia e Sociologia. Professor do Instituto Federal Do Paraná e SEED – NRE – Umuarama - Colégio Estadual Pedro II.Tiago Soares Dos Santos, Professor do Curso de Ciência Contábeis da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

Objetiva-se comparar os resultados obtidos na produção de dois lotes de aves, no período de março/2014 a outubro/2014, amparado pelo método de custeio por absorção. Levantando os custos envolvidos na produção dos lotes, identificar os resultados dos lotes e apresentar ao produtor os resultados obtidos, bem como, as ferramentas de custos. A contabilidade vem cada dia mais se tornando imprescindível na gestão das empresas, tanto agrícolas quanto em outras áreas. Com isso, esta pesquisa tem como propósito ajudar o produtor a manter seus controles em dia. Servirá também a outras pessoas interessadas no assunto, bem como aos acadêmicos, que podem se basear no conteúdo do projeto e implantar em outras propriedades ou atividades. Nesta pesquisa descritiva a principal característica abordada é a coleta de dados. Abordando como estudo de caso para se aprofundar em um determinado caso. A pesquisa quantitativa será utilizada para a coleta de dados, tabulação e análises do mesmos, com a importância de garantir a precisão dos resultados. A presente pesquisa será realizada sob um único objeto, tendo como objetivo chegar a resultados que possam auxiliar o proprietário em suas futuras decisões. A avicultura no Brasil começou há muito tempo, com a criação do chamado frango caipira, com manejo familiar e sem nenhum recurso tecnológico. A criação era basicamente para a subsistência da família, com o consumo ovos e carne. Com o passar do tempo, a atividade vinha se tornando rentável, nos anos 90, após a estabilização da economia, a agroindústria se tornou competitiva, com alguns avanços na tecnologia, no manejo, na reestruturação das empresas, estes foram fundamentais para a sobrevivência destas. No atual cenário da avicultura o tempo de manejo é curto, o retorno do investimento é mais rápido, sendo assim, a criação de frango de corte está em alta, o apoio das empresas ao produtor se tornou um bom atrativo para a atividade. Por meio da contabilidade rural e ferramentas de custos, se estudou a produção de frangos de corte de uma pequena propriedade, propondo uma análise e identificação dos custos envolvidos nesta produção, se teve total apoio e ajuda do proprietário. Com notas fiscais, recibos, anotações e entrevista, se conseguiu levantar tais custos, além do que, entender como funciona toda a produção. Com o levantamento e tabulação dos dados, identificou-se melhor os gastos da produção, podendo assim, indicar, junto ao produtor pontos onde se é possível cortar gastos, ou mesmo distribui-los de uma melhor forma. Dando continuidade à pesquisa, é possível aplicar a ideia de uma forma mais abrangente,

buscando analisar os custos e receitas anuais, para se ter uma real projeção dos possíveis investimentos.

PALAVRAS-CHAVE: Avicultura, Produção, Custos.

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3653 - Fax: (45) 3036-3638
www.univel.br

FLUXO DE CAIXA

Andriana Bianchin[101], Josielli Bueno[102], Karen Daiane de Lima[3], Tcharleni da Rocha Oviedo Uliano[4] , Thiago Soares dos Santos[5]

Escrito para apresentação na XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Educação, Tecnologia e Pós-Modernidade"
28 e 29 de outubro de 2014 – UNIVEL – CPE – Cascavel-PR
ISBN 978-85-98534-11-4

RESUMO: O fluxo de caixa da empresa consiste em implantar uma estrutura de informações úteis, práticas e econômicas. A proposta é dispor de um mecanismo seguro considerado uma ferramenta essencial tendo o controle e conhecimento para a sua implantação. Mostra medidas que podem ser tomadas mediante as situações da empresa. O planejamento de curto prazo tende a detalhar as entradas e saídas de um caixa em um curto período, este tipo de planejamento depende muito do departamento comercial da empresa que deverá vender o máximo de produtos comerciais a vista e evitar clientes que pagam com um prazo acima que o determinado e com grandes descontos. Por outro lado, o Fluxo de Caixa de longo prazo pode comprometer algumas previsões da empresa pelo fato de ter um período longo. Alguns dos pontos importantes citados por Zdanowicz traria por objetivo de um Fluxo de Caixa possibilitar o aumento de recursos financeiros essenciais para a aplicação do plano geral de operações, utilizando a melhor forma dos recursos financeiros acessíveis da empresa, para que seja feito um estudo e assim verificar

[101] Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[102] Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[3] Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[4] Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
[5] ORIENTADOR: Professor/Mestre Thiago Soares dos Santos do Curso de Ciências Contábeis – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

estes recursos. Empresas de médio a grande porte se provém de dois métodos de elaboração para a demonstração de Fluxo de Caixa. O método direto que consiste em classificar os recebimentos e pagamentos de uma empresa que podem ser obtidas por meio dos registros contábeis, e o método indireto, que apresenta as variações no caixa decorrente da atividade operacional ajustando o lucro líquido ou prejuízo demonstrado no período para uma prevenção futura. O controle de caixa está sempre relacionado aos seus períodos de utilização como revisões pós-uso, demonstrações, e período de abrangência que pode se distinguir em curto e longo prazo. São demonstrativos de entradas geradas pela venda de bens e serviços e das saídas provocadas por custos operacionais e de capital. Dos pontos importantes frisados, há a produção de um inventário relacionando as receitas e despesas de longo e curto prazo, definindo um período para o ciclo de cada atividade financeira definida anteriormente e a alimentação contínua de informações, para que os relatórios retirados dos mesmos sejam mais precisos. Para que isso não ocorra, devemos nos atentar a alguns erros que normalmente tomamos durante nossa rotina no trabalho. Começando pela simples separação das contas que por muitas vezes são separadas em planilhas, onde o correto seria a realização de um plano de contas completo, incluindo todas as contas que serão utilizadas pela empresa para quando necessário, possa ser visualizado com mais agilidade e precisão. A projeção mensal do Fluxo de Caixa de uma empresa ajuda a determinar e extinguir a deficiência de caixa e a idealizar as sobras do mesmo. Para isso, as empresas terão que alterar sua política de vendas, com decisões na área de produção, política de compras e política de pessoal. Na política de vendas, para que haja uma entrada rápida de dinheiro no caixa, essas vendas terão que ser a vista. Outro caminho para que se possa atender essa insuficiência de caixa é o empréstimo em curto prazo. Além da integralização de capital por parte dos proprietários ou acionistas, em moeda corrente, ou uma capitalização indevida com a decorrente utilização de capital de terceiros de forma excedente, ampliando o grau de endividamento, vendas de bens do ativo permanente, entradas de juros recebidos, dívidas recebidas, divergências fixadas no giro de contas a pagar e a receber em consequência dos prazos regulares de recebimento e pagamento. Nas decisões de área de produção, temos a política dos preços da matéria prima, compra de equipamentos, prazos de entrega, acréscimo ou baixa de estoques. Temos nas decisões de compras, diminuição ou aumento de prazos para pagamentos de duplicatas. E por fim, na

política pessoal a rotatividade de funções com o atraso no tempo de adaptação, salários, admissão ou demissão do quadro de funcionários e treinamento de pessoal. O propósito é manter o equilíbrio entre entradas e saídas do caixa e garantir que fique no mínimo, para atender as necessidades da empresa. É importante salientar que o Fluxo de Caixa é um instrumento de auxílio na tomada de decisões, proporcionando ao empresário uma visão geral da situação econômica financeira da empresa.

PALAVRAS-CHAVE: Controle, decisões, ferramenta.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Roberto Alexandre Elias. **A Capacidade Informativa da Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) e da Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC).** Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília, n.117, p.20-32, maio/jun. 1999.

CAMPOS FILHO, Ademar. **Demonstração dos Fluxos de Caixa**. São Paulo: Atlas, 1999

FREZATTI, Fabio. **Gestão do Fluxo de Caixa Diário: Como Dispor de um Instrumento Fundamental para o Gerenciamento do Negocio**. São Paulo: Atlas, 1997.

GOMES, Josir Simeone; SALAS, Joan M. Amat. **Controle de Gestão: Uma Abordagem Contextual e Organizacional: Textos e Casos**. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 6ª Ed. São Paulo; Atlas, 2003.

ZDANOWICZ, Jose Eduardo. **Fluxo de caixa.** 10ª Ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2004.

Fatores que Afetam o Fluxo de Caixa. Disponível em: <http://www.professorleo.com.br/blog/apostilas/curso-fluxo-de-caixa/fatores-que-afetam-o-fluxo-de-caixa/>. Acesso em 07 ag. 2014.

Os 4 Erros Imperdoáveis no Fluxo de Caixa do Seu Negócio. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/pme/noticias/4-erros-imperdoaveis-no-fluxo-de-caixa-do-seu-negocio> Acesso em 14 ag. 2014.

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3653 - Fax: (45) 3036-3638
www.univel.br

IMPORTÂNCIA DO FLUXO DE CAIXA

Aline Fogliarini [103],Bruna Michelle de Paula Jacob [104],Willian Bonato [105], Tiago Soares dos Santos [106]

Escrito para apresentação na XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Educação, tecnologia e pós - modernidade"
28 e 29 de outubro de 2014 – UNIVEL – CPE – Cascavel-PR
ISBN 978-85-98534-11-4

RESUMO: A contabilidade de uma empresa tem como principal fundamento a elaboração de informações para auxiliar os administradores na tomada de decisões. Por isso, é imprescindível a qualidade dessas informações. Segundo a norma internacional de contabilidade (IAS1), entende-se por Fluxo de caixa as demonstrações financeiras com uma representação estruturada da posição financeira e do desempenho financeiro de uma determinada entidade. Segundo Bruni (2007), o objetivo das demonstrações financeiras é o de proporcionar informações acerca da posição financeira, bem como do desempenho e das alterações na posição financeira de uma entidade, que seja útil a um vasto leque de usuários na tomada de decisões. O fluxo de caixa é uma ferramenta fundamental, pois envolve todos os setores da empresa com o objetivo de maximizar a produtividade, as receitas e ainda controlar os prazos de pagamentos, planejar compras e demais negociações, entre outros benefícios. Bruni (2007) destaca que o interessante desta ferramenta é a facilidade de compreensão além de poder ser aplicada em todas as empresas independente do tamanho. Padoveze (2010) afirma que para uma empresa ter saúde financeira é fundamental que seu fluxo de caixa apresente liquidez, mesmo diante de uma conjuntura econômica em inflação ou

[103] Acadêmico do Curso de Ciências contábeis da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[104] Acadêmico do Curso de Ciências contábeis da – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[105] Acadêmico do Curso de Ciências contábeis da – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[106] ORIENTADOR: Professor Mestre em Filosofia Especialista em Métodos do Ensino de Filosofia Docente da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel Docente de Filosofia do IFPR e SEED.

recessão, porque só assim a empresa conseguirá honrar com suas obrigações financeiras e dar continuidade em seus processos produtivos. O fluxo de caixa é uma ferramenta capaz de planejar, controlar e analisar as entradas e saídas auxiliando na tomada de decisão e fazendo com que a empresa sobreviva no mercado. Ao utilizar o fluxo de caixa às empresas podem identificar a capacidade de gerar fluxos positivos e, a partir disso, obter alternativas de investimentos, Podem verificar os motivos que levaram a um resultado negativo e qual ponto deve ser mudado para reverter a situação. Segundo o autor Iudicibus (1990), a demonstração do fluxo de caixa é a demonstração financeira adaptada para apresentar as alterações na posição financeira e na qual os influxos e os ex-fluxos de caixa são devidamente explicados e justificados. Complementa ainda dizendo que as informações sobre fluxo de caixa são relevantes, à medida que permitem os investidores e credores projetar a capacidade de que a empresa terá de distribuir dividendos, pagar juros e amortizar dívidas. A informação sobre o fluxo de caixa destaca-se, pelo auxílio na determinação da liquidez e solvência empresarial. Para Bruni (2007) uma demonstração de fluxo de caixa deve evidenciar e explicar o fato de que disponibilidade de caixa não significa lucro e por sua vez, lucro nem sempre significa disponibilidade de caixa, pois constantemente as empresas se deparam com situações financeiras desagradáveis. Algumas com um déficit de caixa outras com excesso de recursos. Tal fato ocorre, muitas vezes, porque os gestores não utilizam ferramentas adequadas para os auxiliarem na tomada de decisão. A administração financeira é um elemento importante para o crescimento e desenvolvimento de toda empresa. Contudo, não é possível manter uma administração financeira eficiente se não tiver um bom planejamento financeiro, o qual permite um controle dos recursos Financeiros, seus ingressos e desembolsos. Conclui-se que o Fluxo de caixa e de extrema importância nas empresas, pois permite o estudo financeiro, possibilitando assim contribuir com a continuidade dessas empresas.

PALAVRAS-CHAVE: Fluxo de Caixa, Ferramenta, tomada de decisão.

REFERÊNCIAS

BRUNI, Adriano Leal. **As decisões de investimento.** 2. ed**.** São Paulo: Atlas, 2007.

IUDICIBUS, Sergio de. **Contabilidade comercial.** 3. ed. – São Paulo, Atlas, 1990.

PADOVEZE, Clovis luis de. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistemas de informação contábil.** 7. ed **-** São Paulo: Atlas, 2010.

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3653 - Fax: (45) 3036-3638
www.univel.br

IMPOSTO DE RENDA

Sebastião Vieira[107], Simone Maria Lopes[108], Thatiana Zanella Prata[109],Tiago Soares dos Santos[110]

Escrito para apresentação na XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Educação, Tecnologia e Pós Modernidade"
28 e 29 de outubro de 2014 – UNIVEL – CPE – Cascavel-PR
ISBN 978-85-98534-11-4

RESUMO: Com o presente trabalho iremos nos aprofundar sobre o imposto de renda, buscando aprender sobre sua finalidade e sua história.O nosso trabalho trata-se de uma pesquisa exploratória, caracterizada por uma visão geral do tema abordado. Devido os nossos objetivos serem sobre aprender sobre a finalidade do imposto de renda, entender o seu conceito e abordar a sua história, a pesquisa exploratória se torna ideal. O imposto de renda é uma das funções principais de um contador, além de ser uma atividade rentável, pois é durante seu período de declaração que o contador é procurado por muitos clientes para auxilio em suas declarações de imposto de renda. Apesar de ser um trabalho para profissionais da área de Ciências Contábeis, o imposto de renda é um assunto de pouco entendimento da população brasileira em geral, pois grande parcela da população é obrigada a declarar o imposto de renda e necessita de auxilio do contador devido ao fato de muitas regras serem impostas para o seu preenchimento.O imposto de renda atua no Brasil desde a época da colonização, com o objetivo de arrecadar receitas para amenizar as despesas geradas na época. Em 1922, com a ajuda do deputado

[107]Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis da Univel – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[108]Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis da Univel – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[109]Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis da Univel – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[110] ORIENTADOR: Mestre Tiago Soares dos Santos, Professor do Curso de Ciências Contábeis da Univel – Faculdade de Ciências SociaisAplicadas de Cascavel.

Antônio Carlos, o imposto de renda foi efetivamente implantado no Brasil, seguindo o modelo usado na França. Cem anos depois esse imposto passou a ser cobrado anualmente de todas as pessoas físicas e jurídicas residentes no território nacional, sendo utilizado também para manter o equilíbrio socioeconômico do Brasil. De forma geral, com o surgimento do sistema monetário, as nossas riquezas passaram a ser destinadas a atender as despesas gerais da administração do governo. Na teoria, o governo obriga os recursos arrecadados a serem revertidos em parcelas mínimas de arrecadação, para o bem comum, transformando em investimentos e custeio de bens e serviços públicos. Sua finalidade é destinar-se a atender as necessidades econômicas do governo brasileiro, onde pessoas físicas como jurídicas devem declarar seus bens. O artigo 43 do Código Tributário Nacional é do seguinte teor: “O imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza tem como fato gerador a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica” (Código Tributário Nacional, 2014). O art. 43 não nos traz de forma clara o conceito e definição de renda, ao que se diz respeito ao acréscimo patrimonial, o que causa desentendimentos entre economistas e juristas. De forma geral, o imposto é um valor em dinheiro, pago de forma obrigatória por pessoas e empresas ao governo. Ocorre devido um fato gerador, que é calculado mediante a aplicação. O imposto de renda é diferente de outros tributos, pois é um tributo não vinculado. O patrimônio e a renda devem ser algo distinto, onde no art. 43 eles são descritos como proventos de qualquer natureza, gerador de disponibilidade econômica. A distinção entre renda e patrimônio é algo essencial para conseguirmos realizar a discriminação de competência tributária e regulamentar os conflitos entre os tributantes. A pesquisa nos proporcionou uma visão geral do imposto de renda, muitos fatos levantados eram desconhecidos para nós, se tornando um acréscimo de conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Contabilidade, patrimônio, contador.

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3653 - Fax: (45) 3036-3638
www.univel.br

INSS – INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL E PRINCIPAIS BENEFÍCIOS

, Amanda Carolina Nitsche [111], Andressa Batista de Lima[112], Fernanda Centenaro Santiago[113], Leticia Adriana Cordeiro[4], Tiago Soares dos Santos[5]

Escrito para apresentação na XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Educação, Tecnologia e Pós-Modernidade"
28 e 29 de outubro de 2014 – UNIVEL – CPE – Cascavel-PR
ISBN 978-85-98534-11-4

RESUMO: Este trabalho tem intuito de mostrar o surgimento do seguro social, aprofundando-se em alguns benefícios oferecidos pelo mesmo. Esta abordagem foi realizada com o intuito de sanar as dúvidas dos trabalhadores para que tomem conhecimento dos seus direitos, e as empresas de seus deveres e para todos que estejam interessados em compreender sobre esse assunto. Inicialmente o sistema previdenciário foi criado apenas para algumas empresas específicas e o dever de manutenção dessa espécie "convênio" era da própria empresa que os utilizava, ou seja, era privado, e aos poucos foi abrangendo diversos grupos de trabalhadores. Nela cada profissão tinha o seu instituto que regia os seus direitos, até serem unificados e se transformarem em um único sistema chamado INPS (Instituto Nacional da Previdência Social) que abriu portas para diversos outros que foram muito importantes para que se transformasse no que é atualmente.

[111] Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[112] Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[3] Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[4] Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[5] ORIENTADOR: Professor Mestre Tiago Soares dos Santos do Curso de Ciências Contábeis da Univel – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

Por volta da década de 70 foi criado o SINPAS (Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social), havendo assim uma reorganização dentro INPS, onde cada um atuava com funções específicas para o melhor desenvolvimento de todo esse sistema e de seus dependentes. A Constituição Federal instituiu a Seguridade Social, que é um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, que tem como objetivo assegurar o direito relativo à saúde, à previdência e a assistência social onde essa política provê o atendimento das necessidades básicas como à proteção da família, independente de contribuição à Seguridade Social. Visto que a contribuição mensal a Previdência garante um seguro de renda em diversos casos assim como benefícios para que as pessoas se sintam mais amparadas no futuro devem-se considerar as categorias de assegurados que esse sistema engloba, sendo elas: empregado, empregado doméstico, segurado facultativo e contribuinte individual. Alguns benefícios garantidos a eles pela previdência são: Aposentadoria por idade: Os trabalhadores urbanos com 60 anos de idade, no caso de mulheres e 65 anos se homens podem se aposentar desde que tenham no mínimo 15 anos de contribuição para a Previdência Social. As trabalhadoras rurais podem requerer o beneficio com 55 anos de idade e os homens com 60 anos com o mesmo tempo de contribuição que o trabalhador urbano. Licença maternidade: a constituição garante a todas as mulheres contribuintes da previdência social o direito do afastamento do trabalho de 120 dias, a mesma Lei servirá para mulheres que sofreram aborto não sendo criminoso, que deu a luz ao um bebê natimorto ou que adotaram. Auxilio doença: È um benefício concedido ao contribuinte quando ele precisar ser afastado por mais de quinze dias, salvo os contribuintes individuais e o segurado especial. Para ter direito a esta contribuição o segurado terá que ter no mínimo doze meses de contribuição. Com exceção de algumas doenças. Não terá direito ao auxilio o trabalhador que já for portador da doença, ao se associar a previdência social, somente se houver um agravamento da mesma. O valor do auxilio doença corresponde a 91% do salário de contribuição do segurado. O trabalhador rural terá direito a um salário mínimo vigente. Aposentadoria por invalidez: É um beneficio continuado, onde o segurado está incapaz de exercer suas funções. Para que ele não seja interrompido o segurado deverá fazer perícias médicas de 2 em 2 anos. Para ter direito ao benefício a pessoa terá que ter no mínimo 12 meses de contribuição. É assegurado o beneficio referente a 100% do salário contribuição do mesmo. Auxílio reclusão: É um benefício

aos dependentes de contribuinte da previdência social, que estiverem em regime fechado ou semi-aberto, não podendo o mesmo receber qualquer tipo de remuneração. Caso, o detento tiver mais de um dependente o valor do auxílio será dividido entre todos. O valor que os dependentes irão receber será definido através de um calculo feito pelo INSS, fazendo uma media dos maiores salários que o contribuinte recebeu porem seus dependentes receberão apenas 80% dessa média, sendo o valor máximo R$915,00. Conforme requerimento o auxílio deve ser instituído por certidão das autoridades, mediante comprovação, sendo necessário a cada 3 meses as atualização do mesmo. Portanto os trabalhadores que contribuem com a previdência social estão assegurados dos seus direitos visto que a previdência tem como objetivo reconhecer e conceder direitos aos seus segurados.

PALAVRAS-CHAVE: Previdência, Benefícios, Direitos.

REFERÊNCIAS

COELHO, Fábio Alexandre, ASSAD, Luciana Maria, COELHO, Vinícius Alexandre. - **Manual Previdênciário –** 2006. [S.l.,s.n] Em: < http://www.previdencia.gov.br>. Acesso em: 05 de agosto de 2014.

OLIVEIRA, Aristeu de **– Manual Prático Da Previdência Social -**1998, 7ª EDIÇÃO. [S,l.,s.n]

OLIVEIRA, Aristeu de **– Prática Do Direito Trabalhista E Previdênciário –** 1996 8ª EDIÇÃO. [S.l.,s.n]

OLIVEIRA, Juarez de - **Direito Previdênciário: Benefícios** – 2006. [S.l.,s.n]

SCHWARZER, Helmet **– Previdência Social Reflexões E Desafios** – 2009 -1ª EDIÇÃO. [S.l.,s.n]

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3653 - Fax: (45) 3036-3638
www.univel.br

PROJETO FORMAÇÃO DE PROFESSORES: EDUCAÇÃO, FILOSOFIA E INCLUSÃO

Daniel Bernardes da Silva[114], Andressa Gabriela Felipe[115], Tiago Soares dos Santos[116]

Escrito para apresentação na XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Educação, Tecnologia e Pós-Modernidade"
28 e 29 de outubro de 2014 – UNIVEL – CPE – Cascavel-PR
ISBN 978-85-98534-11-4

RESUMO: O projeto de extensão em filosofia e educação trabalha com formação continuada da educação básica de docentes do ensino fundamental I e II, os conteúdos trabalhados abordam diferentes disciplinas, partindo da realidade do ensino e provocando maneiras de se repensar metodologias de ensino, pois o mesmo se encontra com muitas defasagens nos conteúdos. Essa característica que é perceptível em discentes do ensino médio e superior. A metodologia utilizada é histórico e dialética, onde se estuda realidade em que nos encontramos, a tese, e provocamos um antítese para pensar em uma síntese. Com esse projeto almejamos melhora no ensino, pois os docentes transmitem para outros docentes as novas metodologias. Por exemplo, em matemática existem formas mais simples de resolver exercícios, que desenvolva o pensamento crítico e também raciocínio lógico dos discentes; muitos autores apresentam técnicas e métodos inovadores que foram e continuam sendo utilizadas, por se tratar-se das operações básicas. São apresentados vários *sites* onde se encontram atividades didáticas, também com

[114] Aluno do Curso técnico integrado a informatica do Instituto Federal do Paraná – Campus Cascavel – bolsista e extensionista da Proepi – CNPq e Fundação Araucária.
[115] Aluna do Curso técnico integrado a informática do Instituto Federal do Paraná – Campus Cascavel – bolsista PBIS – PROENS.
[116] ORIENTADOR: Professor Especialista em Metodologia do Ensino de Filosofia e Sociologia, Mestre em Filosofia Moderna e Contemporânea, Docente de Filosofia do IFPR – Campus Cascavel e docente de Metodologia da Pesquisa do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel – Univel.

provas e metodologias já aplicadas em outras instituições. Os docentes interagem uns com os outros por meio de diálogos em que as mesmas adquirem conhecimento. Outro exemplo é a necessidade de reflexão, onde a exposição de fatos de como se encontra o ensino, e apresentação de novos métodos e aprendizagem, rompem com a ideologia burguesa que esta implantada nas escolas , e acabam envolvendo a cultura dos discentes. Em educação física foram vistas questões sobre a desestruturação da ideia de que educação física é apenas uma matéria que trata de esportes. Foram citados exemplos pelos próprios cursistas que relatavam fatos onde o ano letivo é fracionado em períodos onde se aplicam esportes como futebol, basquete e voleibol. Esse fato acontece em quase todas instituições de ensino.Por isso o docente trouxe novas maneiras de fazer essa distribuição não tratando somente de esportes , mas também conteúdos sobre o corpo humano, ossos e novas maneiras de alongamentos . Em arte se abordou maneiras básicas utilizadas no ensino e foram aplicadas maneiras que inovam melhor, tratam de maneira correta a verdadeira arte. Entende-se que a arte pode estar de uma simples folha, até os mais estranhos ruídos, trabalhando com sons. O ritmo e o som trará aos discentes um senso cultural distinto e maior capacidade de se expressão.Por último foram vistos conteúdos que tratam da acessibilidade e inclusão dentro das instituições escolares, e o descaso existente nesta área. Nessa mesma temática foram apresentadas leis a respeito da inclusão em seu âmbito pratico. As primeiras conclusões são de que há necessidade de constante formação continuada. Os fatores positivos são que esse conhecimento adquirido será repassado cada vez mais adiante e, assim teremos, no futuro, discentes com mais conteúdos, pois assim teremos discentes mais críticos que ajudarão na construção de uma sociedade melhor. Nos futuros desdobramentos do projeto teremos a perspectiva de sua continuidade para 2015 e a ideia de formação dos futuros docentes dos cursos de licenciatura.

PALAVRA-CHAVE: Filosofia, Educação, Formação de Professores.

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3653 - Fax: (45) 3036-3638
www.univel.br

TEORIA DAS RELAÇÕES HUMANAS

Aline Cristina da Silva[117], Anna Carolina Alves[118], Kelli Massola[119], Tiago Soares dos Santos[120]

Escrito para apresentação na XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Educação, Tecnologia e Pós-Modernidade"
28 e 29 de outubro de 2014 – UNIVEL – CPE – Cascavel-PR
ISBN 978-85-98534-11-4

RESUMO: este trabalho apresentará a visão de Mayo sobre a Teoria das Relações humanas, onde as pessoas têm necessidades fisiológicas e psicológicas dentro e fora da empresa. O objetivo é estudar o quanto o cansaço é responsável pela produção de uma empresa, desvendar e pesquisar a fundo o motivo dos constantes conflitos entre trabalhadores e os empregadores, além disso, verificar as situações que dificultam o convívio. Na atual gestão das empresas, os empregados tem jornada de trabalho longa, são explorados, além de serem completamente isolados do mundo externo. Mayo propôs uma transformação radical nas fábricas e no final da experiência constata-se que o nível de produção está diretamente ligado a integração social dos operários. Foi utilizada a pesquisa qualitativa, pois não possui um amplo alcance, mas aprofunda a investigação do fenômeno. Os dados coletados foram extraídos de livros. Na teoria das relações humanas, as abordagens são nas "pessoas". Coube a Mayo, considerado o "pai das relações humanas", auxiliado por Roethlisberger, iniciar os estudos na empresa Western Electric Company. Seus ideais se opunham a Teoria Clássica da Administração, que trata a organização como máquina, tem a autoridade centralizada, regras e regulamentos rígidos. No

[117] Acadêmica do Curso Bacharel em Ciências Contábeis da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[118] Acadêmica do Curso Bacharel em Ciências Contábeis da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[119] Acadêmica do Curso Bacharel em Ciências Contábeis da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[120] ORIENTADOR: Mestre Tiago Soares dos Santos do Curso de Ciências Contábeis da Univel – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

ponto de vista de Mayo, o trabalho é uma atividade grupal, o nível de produção é influenciado pelos incentivos materiais e salariais. A experiência ocorreu em quatro fases diferenciadas. No início, o autor tinha a intenção de comprovar se a iluminação era um fator de alteração na produtividade. Decorrente da pesquisa, os observadores não constataram nenhum fator que envolvesse iluminação e produção, mas perceberam que os operários produziam mais conforme a iluminação aumentava. Então perceberam que o que movia os operários não era a iluminação e nem o fator fisiológico, mas sim, o fator psicológico, ou seja, cada operário era movido por interesses pessoais. No segundo momento, buscou observar o local desenvolvido pelo trabalho em grupo. A sala de experiência era um ambiente com mais liberdade, o que deixava com que os operários possuíssem uma interação bem maior. As moças alegavam gostar de trabalhar na sala de provas, porque era a supervisão era branda, permitindo-lhes trabalhar com mais liberdade. Havia um ambiente sem pressões, a conversa era permitida, aumentando a satisfação no trabalho. Por fim, a pesquisa prosseguiu para a terceira fase, que incidia em um Programa de Entrevistas. Nesta fase, o sociólogo fazia uma entrevista com os trabalhadores, para conhecer os seus sentimentos e, inclusive, as opiniões. A partir dessas entrevistas, descobriu que havia um sentimento de lealdade dos operários entre si e liderança de alguns deles. Na última fase, os operários são colocados a trabalhar em uma sala separada nas mesmas condições dos outros operários, mas com um diferencial, junto aos funcionários havia um observador. O observador pretendia analisar a organização informal dos funcionários com o intuito de dar mais força à experiência e por fim mudar a forma de pagamento. O mesmo era realizado conforme a produção do grupo. Com isso foram sendo desenvolvidos alguns métodos de manterem as regras do grupo, para que nada o prejudicasse. Através da sua experiência, que fez com que criasse a Teoria das Relações Humanas, destacou alguns pontos que caracteriza a teoria: nível de produção é resultado da integração social. Comportamento social dos indivíduos, quer dizer que o grupo é o maior incentivador do comportamento de um indivíduo. Recompensas ou punições sociais são quando o respeito acaba sendo perdido quando o trabalhador produz abaixo ou acima da média. Grupos informais inventam as suas próprias normas e expectativas. Relações Humanas são as atitudes que se estendem no convívio de pessoas e grupos. Importância do conteúdo do cargo, os trabalhos cansativos, e até mesmo os simples, acabam se tornando desgastantes e monótonos, diminuindo a

produção. Ênfase nos aspectos emocionais, ou seja, preocupa-se com as emoções e sentimentos dos funcionários. Conclui-se, que os comportamentos das pessoas podem influenciar diretamente nas organizações trazendo benefícios, quando usadas de forma correta. E se utilizarmos de forma eficiente, o conhecimento adquirido sobre o comportamento humano, pode-se desenvolver pessoas altamente motivadas e competentes que estarão sempre em busca de melhores maneiras de realizarem o trabalho, criando assim vantagem competitiva no mercado globalizado.

PALAVRAS-CHAVE: Produção, operário, comportamento.

REFERÊNCIAS:

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução á Teoria Geral da Administração**. 6ª Ed. Rio de Janeiro, 2000.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução á Teoria Geral da Administração.** 7ª Ed. Rio de Janeiro, 2004.

XII JORNADA CIENTÍFICA “EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E PÓS-MODERNIDADE”

RESUMOS

DIREITO

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3653 - Fax: (45) 3036-3638
www.univel.br

A (IN) EFETIVIDADE DA LEI MARIA DA PENHA N 11.340/2006 PARA A PROTEÇAO DA MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO BRASIL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Rosane G. de Araújo[121]; Cátia Sarreta[122].

Escrito para apresentação na XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Educação, tecnologia e pós-modernidade"
28 e 29 de outubro de 2014 – UNIVEL – CPE – Cascavel-PR
ISBN 978-85-98534-11-4

RESUMO: O presente trabalho pretende fazer um alerta sobre a violência contra a mulher e demonstrar que ainda não existem políticas públicas suficientes no Brasil. A Lei Maria da Penha é uma política do Estado brasileiro, pois ela cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. O artigo 12 da Lei 11.340 diz que "Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda,cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência". Percebe-se que a violência doméstica contra a mulher ocorre diariamente e que é um problema social que precisa ser sanado, pois causa danos irreparáveis físicos e psicológicos. A Lei Maria da Penha procura em seu Art. 1º inibir a violência e ao mesmo tempo criar mecanismos para coibir e prevenir esses danos no âmbito doméstico e familiar contra a mulher e de acordo com o 8º do artigo 226 da Constituição Federal. Com isso busca-se verificar a criação e atuação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar, no tocante a efetiva aplicação da Lei, referente às medidas assistenciais e a proteção oferecida à mulher para o enfrentamento da violência doméstica e familiar, possuindo como finalidade o respeito a Dignidade da Pessoa Humana, um dos fundamentos do nosso Estado Democrático de Direito. Nesse sentido o juiz adotará medidas que

[121] Acadêmica do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel – UNIVEL.
[122] Orientadora.

assegurem a mulher em situação de violência e a de seus dependentes proteção, da sua integridade física e psicológica, determinando a recondução da ofendida e de seus dependentes ao respectivo domicílio após o afastamento do agressor, sem prejuízos dos direitos relativos à bens,guarda dos filhos e alimentos. Portanto a violência doméstica é um mal que atinge as mulheres no mundo inteiro, desde tempos mais remotos até hoje. Infelizmente tal violência sempre foi, mesmo que inconscientemente, aceita na sociedade. As agressões podem ser psicológicas, físicas e até a sexual, sendo que na maioria dos casos advêm daquele que deveria proteger a mulher, seu marido. Destaca-se que muitas sentem-se sozinhas, desamparadas e desprotegidas, sem perspectivas para o futuro. A vergonha e o medo fazem com que muitas mulheres aceitem a violência e convivam com essa situação. No Brasil essa situação foi denunciada pela Biofarmacêutica Maria da Penha que deu origem a lei. Cabe ressaltar que é um engano pensar que somente as mulheres de baixa renda sofrem violência doméstica e familiar.Atrizes, advogadas, cantoras, empresárias, médicas, dentistas, entre outros também são vítimas. As agressões não escolhem cor, idade, profissão nem classe social, podem ser encontradas em qualquer residência brasileira. Em relação ao campo das políticas públicas esse busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações. A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. Mas em relação a violência doméstica muito precisa ser realizado para que a Lei Maria da Penha, com suas inovações trazidas ao ordenamento jurídico, seja aplicada corretamente e ser capaz de promover a adequação entre as sanções estatais e a gravidade dos crimes de violência doméstica e familiar, mudando assim radicalmente o modo de encarar a questão da violência de gênero e promovendo a diminuição do número alarmante de casos desse tipo de violência. O método de pesquisa utilizado é o Dedutivo.

PALAVRAS – CHAVE: Lei Maria da Penha – Violência contra a mulher – Políticas Públicas

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 de out. 2014.

DIAS, Maria Berenice. A lei Maria da Penha na Justiça, São Paulo: Editora revista dos Tribunais LTDA, 2007.

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3653 - Fax: (45) 3036-3638
www.univel.br

A EFETIVAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À CULTURA COMO CAMINHO PARA A (DES) CONSTRUÇÃO DA (I) LÓGICA PUNITIVA

Patrícia Cordeiro da Silva[123], Priscila Rosa Lima Schulz, Cátia Rejane Liczbinski Sarreta[3].

Escrito para apresentação na XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Educação, tecnologia e pós-modernidade"
28 e 29 de outubro de 2014 – UNIVEL – CPE – Cascavel-PR
ISBN 978-85-98534-11-4

RESUMO: A cultura punitiva apresenta-se como o néctar dos deuses, a solução entre as soluções, sinônimo de segurança e tranquilidade, mas é carente de sentido e mentirosa. Neste viés o trabalho pretende analisar a carência de sentido da pena privativa de liberdade, e a quem ela interessa. E de que forma a contemplação do Direito fundamental à cultura pode colaborar na busca de outras maneiras de responsabilização, para quem realiza condutas definidas como crimes. A aproximação com a arte, teatro, poesia, literatura é ponto essencial para a (des)construção da cultura punitiva que está impregnada em nossa sociedade, e que têm gerado impactos na própria construção da violência. Bem como, o fortalecimento da indústria do medo, que se abastece da dor humana. Noutras palavras: abolir o castigo da alma é o primeiro passo, para a destruição dos dogmas impostos. Foucault (2002), em sua obra: A verdade e as formas jurídicas, adverte que a própria edificação do conhecimento/linguagem é o resultado do jogo das relações de poder - que por óbvio possui objetivos, bem diferentes dos declarados, cabe questionar a quem interessa a falácia da punição. Trata-se dum conhecimento

[123] Acadêmica do Curso de Curso de Direito e Comunicação Social - Jornalismo da UNIVEL. Integrante do Projeto de Pesquisa vinculado ao CNPq: O Direito Humano Fundamental a Cultura, sua diversidade e efetivação, vinculado ao CNPQ.– Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[2] Acadêmica do Curso de Pós Graduação em Direito Civil e Processual Civil. Integrante do Projeto de Pesquisa vinculado ao CNPq: O Direito Humano Fundamental a Cultura, sua diversidade e efetivação, vinculado ao CNPQ.– Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[3] ORIENTADORA: Doutora em Direito pela UNISINOS; Professora do Curso de Direito na Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel; Coordenadora do Projeto de Pesquisa vinculado ao CNPq: O Direito Humano Fundamental a Cultura, sua diversidade e efetivação.

forjado. Esse modelo de “pensar/conhecer”, legitima ainda mais um sistema que foi criado para qualquer coisa, menos para causar o bem comum. Que não pretende (re)discutir o direito, mas sim legitimá-lo ainda mais. Essa (ir)racionalidade está tão intrínseca que não raro o indivíduo reproduz um discurso que se quer compreende ou concorda. A metodologia utilizada será a dialética, bibliográfica, com pesquisas em livros, artigos e palestras online.É comum pessoas que defendem causas humanitárias, considerarem a privação de liberdade a forma comum e normal de responsabilizar alguém, quer socializar (des)socializando, integrar desintegrando, ou seja, em meio a contradições alcançar a lógica perfeita. Essa (i)lógica punitivista, cria uma barreira entre nós e o outro, que agora desumanizado, despersonalizado pode sofrer qualquer castigo que não gerará comoção, pois não nos enxergamos em quem está preso, mas sim nos bons, ditos seguidores da lei. Cabe ressaltar que se o sistema fosse integralmente cumprido, ninguém estaria do lado de fora. Neste sentido Guilherme Moreira Pires (2013), explica que esse Direito Penal simbólico, visa mascarar a falta de investimento num processo cultural e educacional eficiente, disfarçando a falta de políticas públicas. E explica que a crença na punição, oculta que para a sociedade capitalista a existência de alguns é desnecessária, além de que o encarceramento movimenta dinheiro, ensanguentado, mas dinheiro. Bakunin (2002), na obra "Deus e o Estado", publicada em 1882, diz para esquecer os códigos criminais e apostar na força do espírito coletivo e no respeito mútuo para superação de conflitos. A abolição do código criminal deve começar na alma, enquanto os olhos tiverem grades, seguiremos encarcerando o mundo. Warat (2001), aponta que o caminho é a desconstrução do imposto, afirmando que fomos persuadidos, roubados e adestrados e ressalta que não se trata de fornecer chaves, pois o que se pede é a própria porta, que deve ser construída com a desconstrução do aprendido de forma autoritária, deixando o espaço vazio para que floresça a criatividade. Ou seja, criados numa sociedade punitivista que nos adestrou para pensar na (i)lógica da punição, temos um pequeno carrasco no fundo de nossas almas. O primeiro a ser abolido/contido, para que haja enfim, uma porta. Logo, a aproximação com a cultura, através da poesia, teatro, música, pintura e literatura, em que a missão seja nos devolver a nós mesmos, é um dos caminhos. Um ensino pautado no surrealismo, onde o professor não ensinará, mas ajudará a compreender/aprender, será a porta que possibilitará o acesso à sensibilidade perdida, excluindo a ótica cruel que o divide o mundo entre em vencedores e vencidos. Quebrará a barreira

que divide "eu" e o "outro", para começarmos a perceber que "eu" sou o "outro", e o "outro" sou "eu". Cabe ao Estado possibilitar o acesso à cultura, através de políticas públicas que visem essa aproximação, que depois de 26 anos da promulgação da Constituição Brasileira ainda não foi realizada.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura, punição, violência.

REFERÊNCIAS

BAKUNIN, Mikhail Alexandrovich. **Deus e o Estado**. Tradução: Plínio Augusto Coelho. Ano de publicação original 1882. Ano de digitalização: 2002. Editora: Hedra. 87p.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução: Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais, supervisão final do texto Léa Porto de Abreu Novaes... et AL. J. – Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002. 160p.

PIRES, Guilherme Moreira, **Desconstrutivismo Penal: uma análise crítica da expansão punitiva e dos mutantes rumos do Direito Penal**. Vitória-ES, Aquarius, 2013.128p.

WARAT, Luis Alberto. **O ofício do mediador.** – Florianópolis: Habitus, 2001. 279p.

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3653 - Fax: (45) 3036-3638
www.univel.br

A INCOERÊNCIA DO CRIME DE LENOCÍNIO

Fernanda Garzon Oliveira[124], Marcella Angela de Grandis[125], Marina Tesseroli Ribeiro[126], Mayara da Silva Hoffmann[127], Cezar Roberto Versa[128].

Escrito para apresentação na XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Educação, tecnologia e pós-modernidade"
28 e 29 de outubro de 2014 – UNIVEL – CPE – Cascavel-PR
ISBN 978-85-98534-11-4

RESUMO: O Código Penal brasileiro de 1940 não criminaliza o ato de prostituir-se, sendo este, inclusive, reconhecido como profissão pelo MTE. Todavia, o que se pune no Brasil é o lenocínio, que consiste na intermediação da prostituição, havendo ou não intuito lucrativo. O termo lenocínio tem sentido extensivo e é tipificado pelos artigos 227, 228, 229 e 230 do CP/40. Ocorre que o agente ativo desses tipos penais é considerado criminoso, mesmo que a intermediação seja gratuita e consentida e que não haja violência, grave ameaça ou fraude. O tema da pesquisa é a prostituição e sua intermediação como alvos de discussão sobre sua licitude ou ilicitude e as possibilidades para adequação à realidade social brasileira por meio de regulamentação. O objetivo é, então, analisar os motivos que levam à tipificação das atividades atreladas à prostituição, que é ato lícito. Afinal, se o Código Penal brasileiro não pune a prostituição diretamente, pressupondo assim, licitude da mesma, por que a proíbe por via indireta? Há, portanto, como justificativa, um intuito de contribuição direta do projeto de pesquisa para com a evolução do Direito

[124] Acadêmica do Curso de Direito da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[125] Acadêmica do Curso de Curso de Direito da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[126] Acadêmica do Curso de Curso de Direito da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[127] Acadêmica do Curso de Curso de Direito da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[128] ORIENTADOR: Professor Mestre Cezar Roberto Versa do Curso de Direito da Univel – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

brasileiro, de modo que este passe a superar dogmas e hipocrisia. Por meio de pesquisa básica qualitativa, exploratória e bibliográfica, levantaram-se livros de leitura corrente e artigos científicos preferencialmente de doutrinadores do Direito Penal e a legislação brasileira, identificando, assim, através de dados expostos, os motivos que levam à criminalização do lenocínio, questionando tal tipificação e justificando o posicionamento crítico tendo em vista a incoerência da mesma. Nucci (2014) afirma que a legislação penal ignora o direito constitucional à liberdade individual ao tipificar o lenocínio. Em “Prostituição, Lenocínio e Tráfico de Pessoas”, o jurista diz ainda que a proibição está mais vinculada a questões moralistas do que legais, porque na realidade só há crime quando alguém é prejudicado. Não obstante, ele relata que notou que muitos magistrados deixaram de condenar donos de casas de prostituição, com base no princípio da adequação social. Apesar de o STF ter negado, em 2011, a aplicação desse princípio, o jurista defende que é preciso estimular o debate acerca do tema. Ademais, o doutrinador alega que as pessoas querem seus princípios éticos, pessoais e religiosos embasando a lei, impossibilitando a evolução social. Em síntese, para o livre-docente em Direito Penal, lenocínio só pode ser crime se houver violência, ameaça ou fraude. Afinal, aquele sujeito que administra os negócios do profissional do sexo é um empresário qualquer, que inclusive promove segurança à prática. Para Nucci (2014), alterar a legislação permitiria a fiscalização sobre as condições de higiene e segurança das casas de prostituição e, ainda, que os profissionais da área devessem inclusive pagar impostos. Em sua dissertação de mestrado apresentada à USP, Thaís de Camargo Rodrigues (2012) defende que as pessoas possuem o direito de não serem violentadas com ações sexuais não consensuais; aliás, se o forem, será uma ofensa à sua liberdade. No entanto, sendo lícito o exercício da prostituição, atos como seu induzimento ou facilitação não devem ser criminalizados. O princípio da intervenção mínima, de acordo com a pesquisa, deve ser respeitado, e cabe ao Direito Penal tutelar apenas as situações que, de fato, lesem o bem jurídico “liberdade sexual”. Constata-se que os motivos da tipificação do lenocínio decorrem da consideração do mesmo como imoral e lesivo aos bons costumes, mas tal imposição de velhos costumes contraria a liberdade individual. Assim, é fundamental que o Estado legalize o comércio sexual, regulamentando-o. Na Alemanha e na Austrália, onde a atividade é regulamentada, há fiscalização inclusive de agentes sanitários, submetendo os profissionais do sexo a exames médicos periódicos

obrigatoriamente. Lá, é possível abrir casa de prostituição legalmente e empregar pessoas, as quais têm direitos trabalhistas garantidos. Diante do exposto, é mito imaginar que todos os profissionais do sexo são vítimas de abusos de toda ordem, razão pela qual o lenocínio e o tráfico precisam constituir crimes. Obviamente, onde houver violência, ameaça, fraude ou menores de 18 anos, é indispensável e a intervenção do Estado na tutela criminal da dignidade sexual. Superem-se, entretanto, mandamentos religiosos, dogmas e hipocrisia e valorizar-se-á, nitidamente, o direito à liberdade do exercício da atividade sexual mediante remuneração e suas intermediações.

PALAVRAS-CHAVE: Prostituição, lenocínio, incoerência.

REFERÊNCIAS

NUCCI, Guilherme de Souza. **Prostituição, Lenocínio e Tráfico de Pessoas**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

RODRIGUES, Thais de Camargo. **O tráfico internacional de pessoas para fim de exploração sexual e a questão do consentimento**. 2012. 202 f. Dissertação (Mestrado em Direito Penal) – Universidade de São Paulo.

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3653 - Fax: (45) 3036-3638
www.univel.br

A RESPONSABILIDADE CIVIL DOS PROVEDORES DE INTERNET POR FALHAS NAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS NO BRASIL

Caroline Meith de Souza[129], Eduardo Padilha de Melo Sá[130], Prof.ª Dra. Cátia Rejane Liczbinski Sarreta[131]

Escrito para apresentação na XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Educação, tecnologia e pós-modernidade"
28 e 29 de outubro de 2014 – UNIVEL – CPE – Cascavel-PR
ISBN 978-85-98534-11-4

RESUMO: Com o crescimento das relações de consumo através da Internet, bem como a existência de diversos gêneros de provedores, viu-se a necessidade de ampliar o conhecimento que abrange a responsabilização destes. Quando há a transgressão de um acordo, consequências decorrem àquele que descumpriu o contrato, gerando uma obrigação. Percebe-se que há uma estrita obrigação em uma relação de consumo. Mediante o avanço tecnológico, a internet se tornou um meio rápido e eficaz de compartilhar informações, situação essa que ocasionou a facilidade da busca pessoal pelo necessário. A existência de uma responsabilidade civil, seja em relação ao Código de Defesa do Consumidor, no âmbito das transportadoras ou outros, faz-se necessários a presença de elementos que a configurem, como a conduta, o dano e o nexo causal. A comprovação de culpa é imprescindível para que haja a responsabilização do agente causador do dano. O dano diz respeito a inobservância do dever de cuidado, abrangendo, negligência, imprudência ou imperícia e o dolo. Decorrente do método dedutivo de pesquisa que englobou a verificação de doutrinas e jurisprudências, percebeu-se que o Código de Defesa do Consumidor permite que a responsabilidade de indenizar seja objetiva, tendo em vista que o fornecedor é a parte mais forte da relação. Ainda, determina

[129] Acadêmica do 3º ano do Curso de Direito da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel. Participante do Projeto de Pesquisa: "Consumidor Consciente: Direitos e Deveres".
[130] Acadêmico do 3º ano do Curso de Direito da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel. Participante do Projeto de Pesquisa: "Consumidor Consciente: Direitos e Deveres".
[131] ORIENTADOR: Doutora em Ciências Sociais. Mestre. Especialista. Professora do Curso de Direito da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel. Coordenadora do Projeto de Pesquisa "Consumidor Consciente: Direitos e Deveres".

que o provedor deve garantir ao consumidor o direito de troca, restituição e abatimento, vedando-lhe a possibilidade de aplicar cobranças absurdas ao consumidor. Tem-se a necessidade de discorrer sobre o papel do provedor na relação de consumo virtual, pois este personagem é caracterizado de acordo com o seu desempenho no contrato. Entende-se que provedor se refere ao sujeito que desenvolve diversas atividades por meio cibernético, podendo ser pessoa física ou jurídica. Quando houver ilicitude pelo descumprimento dos deveres básicos de provimento, seja por ato próprio ou de terceiro corresponsável, haverá a responsabilidade objetiva. Esta, porém, não ocorre de forma generalizada, sendo de suma importância observar a autoria do dano e a natureza do conteúdo para que a sanção seja aplicável. A responsabilização de provedores comumente decorrem de prestações de informações errôneas, vinculação de nome do indivíduo em sites que podem acarretar prejuízo, e que decorrem de uma má prestação de serviços. Insta ressaltar que os provedores se responsabilizam pela falha na prestação de seus serviços, não sendo civilmente responsáveis por informações divulgadas na rede. Nesse sentido:

> RESPONSABILIDADE CIVIL. DANO MORAL. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO CONSIDERADA PELO AUTOR COMO SENDO FALSA E OFENSIVA A SUA HONRA E IMAGEM. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO COM RELAÇÃO À PRIMEIRA RÉ (UOL) E PROCEDÊNCIA EM FACE DA SEGUNDA (DUBLÊ) (…). ILEGITIMIDADE PASSIVA DA 1ª RÉ, SIMPLES PROVEDOR DE ACESSO À INTERNET E QUE, COMO TAL, APENAS CEDE ESPAÇO A TERCEIROS, QUE SÃO OS VERDADEIROS RESPONSÁVEIS PELO CONTEÚDO DE SEUS SITES […]. *(TJRJ. 3ª Câmara Cível – Apelação Cível nº. 2004.001.03955 – Rel. Des. Orlando Secco – j. em 04/11/2004).*

Diversos motivos desencadeiam a responsabilização dos provedores de conteúdo pela má prestação de serviço, como falta de informação relacionada aos produtos dispostos em seu comércio virtual, por exemplo. Contudo, muitas vezes os provedores não são responsabilizados porque exercem características presentes em relação consumerista, onde a responsabilidade é do hospedeiro das informações, e não do provedor.

Palavras-Chave: Comércio virtual. Relação de consumo. Responsabilidade civil.

REFERÊNCIAS

CAVALIERI, Sérgio. **Programa de Responsabilidade Civil.** 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SOUZA, Carlos Affonso Pereira de; VIOLA, Rafael**. Responsabilidade Civil e Direito Do Consumidor**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3653 - Fax: (45) 3036-3638
www.univel.br

APATRÍDAS: UMA VIOLAÇÃO A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Kelvin de Souza Klein[132], Lucas Chacon Furtado[133], Cátia Rejane Liczbinski Sarreta[134]

Escrito para apresentação na XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Educação, tecnologia e pós-modernidade"
28 e 29 de outubro de 2014 – UNIVEL – CPE – Cascavel-PR
ISBN 978-85-98534-11-4

RESUMO: O tema dos apátridas vem tomando importância com o passar das décadas, já que está crescendo cada vez mais o número de pessoas sem nacionalidade, seja por nunca ter tido nacionalidade, ou por a possuir, e então a perder seja por guerra, conflito de legislações, fatores políticos, revoluções, ou caso o próprio pais ou países retirem a nacionalidade do indivíduo. A primeira vez que se teve noticia de apátridas foi em Roma, que eram os estrangeiros que chegavam no império romano, e não possuíam nenhum direito, ou seja não possuíam proteção de uma lei nacional nem poderiam usufruir dos direitos civis. Na Idade média não existiam os apátridas, motivo disso foi a influência do Cristianismo, adotando unicamente a jus solis, ou seja, não precisava participar, nem ter descendência em tal grupo, apenas nascer em tal solo para ser considerado sujeito de Direito. No século 19 a apátridia voltou, por causa das legislações de nacionalidades no império alemão, e se agravou de forma grande no século 20 com as guerras mundiais, o nazismo na Alemanha, o fascismo na Itália, e a revolução comunista na URSS, os que fugiam desses sistemas políticos perdiam sua nacionalidade, e consequentemente viravam apátridas. O principal objetivo é demonstrar que a apátridia é um fenômeno preocupante por que atenta diretamente contra a

[132] Acadêmico do Curso de Direito da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[133] Acadêmico do Curso de Direito da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[134] ORIENTADOAR: Professora Cátia Rejane Liczbinski Sarreta do Curso de Direito – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

Dignidade da Pessoa Humana, recaindo principalmente no Direito a Nacionalidade (reconhecido pelo direito internacional), e consequentemente diversos outros direitos derivados deste. Para fazer este trabalho foi utilizando a leitura de diversos livros como “Curso de Direito Internacional Publico” por Celso D. De Albuquerque Mello, e “Curso de Direito Internacional Público” por Guido Fernando Silva Soares. A Apatridia impede as pessoas de realizar seu potencial e pode ter severos efeitos em cadeia para a coesão e estabilidade sociais, mesmo este sendo um dos principais argumentos para a pesquisa, não é o único, como por exemplo os Estados não são obrigados a tratar os apátridas da mesma forma que os seus nacionais, mesmo que os apátridas possuam os mesmos direitos dos outros estrangeiros, assim como enunciado na Convenção de 1954 sobre o Estatuto dos Apátridas, eles ainda sofrem muito já que não possuem um vínculo com nenhum Estado logo não possuem a proteção cidadã proporcionada por ninguém, e se não bastasse isso os filhos dos apátridas sofrerão com as mesmas dificuldades que seus pais, a não ser que o país adote o critério jus solis. Tendo visto tanto deste tema, nota-se a tamanha importância desta regularização internacional, e também nacional, para o próprio homem, já que afeta diretamente os Direitos Individuais e a Dignidade da Pessoa Humana, fazendo com que muitos indivíduos percam os Direitos mais essenciais para uma simples irregularidade em relação a sua nacionalidade, fazendo com que este assunto que só vem a crescer com o passar dos últimos anos se torne mais e mais importantes para diversos países e também diversas regiões do mundo. Destaca-se que os apátridas estão espalhados pelas mais diversas regiões imagináveis, e o maior problema é a dificuldade que eles possuem para conseguir sua nacionalidade de volta, já que diversos deles perderam sua nacionalidade por guerras ou coisas piores, com a pesquisa mais a fundo há de se desdobrar ainda mais sobre como surgiu este problema, e claro, as providências que podem possivelmente ser tomadas para erradicar esta situação da sociedade moderna, e demonstrar como ela recaí principalmente em relação a constituição brasileira e o Direito Constitucional Moderno de nosso País. A metodologia utilizada foi o método dialético.

PALAVRAS-CHAVE: Apátridas, Dignidade da Pessoa Humana, Direito Internacional, Direito Constitucional.

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3653 - Fax: (45) 3036-3638
www.univel.br

AS MEDIDAS DE INCLUSÃO DE INDIVÍDUOS COM AUTISMO

Carlos Henrique Zonin[135], Marcio Schmidt do Nascimento[136], Michel Trindade Amarilho[137], Sergio Henrique de Souza[138], Cezar Roberto Versa[139]

Escrito para apresentação na XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Educação, tecnologia e pós-modernidade"
28 e 29 de outubro de 2014 – UNIVEL – CPE – Cascavel-PR
ISBN 978-85-98534-11-4

RESUMO: Com a confecção da constituição de 1988, que fora voltada primordialmente para a defesa social, buscou-se integrar os portadores de necessidades especiais em todos aspectos da sociedade. Diante disso, aparece o princípio visando eliminar barreiras discriminatórias visando inserir os portadores de necessidades especiais no âmbito educacional. Legislações foram criadas visando a inclusão do indivíduo com determinada necessidade no meio social, enfatizando a criação de normas para realizar objetivos educacionais chegando ao ponto de todos estarem inseridos na sociedade. Os indivíduos que possuem algum tipo de necessidade de certa forma estão provando uma maior acessão na questão educacional em comparação do mesmo grupo de pessoas só quem em tempos passados. A inclusão de pessoas de pessoas com necessidades especiais é discutida por toda sociedade. Os indivíduos devem se dedicar com tal causa, buscando a construção de uma sociedade igualitária. Devemos discutir direitos de Necessidades Especiais, buscando alternativas tecnológicas para difundir o necessitado na área educacional, o governo e as instituições privadas estão

[135] Acadêmico do Curso de Direito da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[136] Acadêmico do Curso de Direito da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[137] Acadêmico do Curso de Direito da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[138] Acadêmico do Curso de Direito da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[139] ORIENTADOR: Professor Mestre Cezar Roberto Versa Curso de Direito da Univel – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

cooperando para que a inclusão de todos torne-se de um sonho que pareça ser utópico para uma realidade. Buscar justificativas para demonstrar que a sociedade deve se concentrar especialmente em inserir o indivíduo com autismo, sejam nas escolas de cunho público ou privado. Diretores de tais instituições devem procurar meio que atinjam esta inclusão de uma maneira automática, pois com a modernização da sociedade em que viemos, não cabe termos que esperar demais por essa ação inclusiva. A compreensão do significativo e do sentido da inclusão é de maior importância, pois, como sabemos, qualquer mensagem contém aspectos denotativos e conotativos. Há inúmeros aspectos sobre a inclusão porque são complexos e polêmicos, isso explica o modo de sempre estarem no centro dos debates, discussões que podem ocorrer em ambientes escolares ou não. Os excluídos do sistema educacional teoricamente são os rejeitados os que não conseguem ingressar nas escolas e também aqueles que mesmo matriculados não exercitam os seus direitos de cidadania e de apropriação com construção do conhecimento. Lamentavelmente, poucos são os educadores que realizam pesquisam sistematicamente. Ainda não temos essa tradição generalizada entre nós. No caso da educação inclusiva ocorre como uma situação problemática aonde dentre outros merece ser pesquisadas a efetividade da inclusão escolar de alunos com deficiência considerando-se os seguintes aspectos, o desenvolvimento de suas habilidades e competências sociais, cognitivos, motores e psicomotoras. Torna-se difícil terminar com a exclusão e mesmo existindo leis contra a mesma, não leis que vão mudar de um dia para outro, a mentalidade da sociedade, assim como seu preconceito. A sociedade aprendeu a ser mais inclusiva, compreensiva e solidária com a deficiência. Deficientes e que os incluem na sociedade. Um deficiente deve ser considerado um cidadão, isto é, um indivíduo que pode gozar dos seus direitos civis, políticos, econômicos e sociais de uma sociedade como deve cumprir os seus deveres para com esta. Existem, muitas leis, no entanto, as atitudes de rejeição criam barreias sociais e físicas que dificultam o processo de integração. Isto deve-se ao fato da sociedade possuir um modelo de homem, ou seja cada pessoa elege um padrão e todos os que fujam dele são olhados de má forma. A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, é um movimento que tem sido muito polemizado por diferentes segmentos, mas essa inserção nada mais é do que garantir direito constitucional que todos independentes de suas necessidades, têm uma educação de qualidade e que a inclusão vai depender da capacidade de

lidarmos com a diversidade e as diferenças. Alguns sinais externos no educando ajudam o reconhecimento do transtorno autista desta: Retrair-se e isolar das outras pessoas, não manter contato visual, resistir ao aprendizado, não demonstrar medo de perigos reais. O transtorno do espectro autista (Autismo) é um complexo no comportamento social pelo qual são reflexos o isolamento exagerado do indivíduo autista e as várias restrições do âmbito exterior caracterizada nesse transtorno. Há vários graus de autismo, porém, já é fato que, desde os graus mais leves até os mais pesados com o tratamento especializado e com educação adequada é possível a melhora da qualidade de vida em qualquer nível de comprometimento. Há casos em que os sintomas foram revertidos com total eficácia possibilitando assim a inclusão social e escolar no paciente.

PALAVRAS-CHAVE: Autismo, Inclusão, Educação.

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3653 - Fax: (45) 3036-3638
www.univel.br

CONSELHOS DA COMUNIDADE

Gean Carlos Taborda[140], Jayne Camila Storch[141], Julia de SouzA[142], Magna Bertusso[143]

Escrito para apresentação na XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Educação, Tecnologia e Pós-Modernidade"
28 e 29 de outubro de 2014 – UNIVEL - CPE - Cascavel-PR
ISBN 978-85-98534-11-4

RESUMO: A lei nº7210/84 tem por objetivo efetivar as disposições da sentença ou decisão criminal, bem como, proporcionar condições para harmônica integração social do condenado. Para que estes deveres sejam efetivos, necessita-se de mais que uma lei que proponha estas condições. Deste modo, o art. 80 de referida Lei, tem por objetivo demonstrar a obrigatoriedade de um Conselho da Comunidade em cada comarca, bem como, o modo como deve ser composto este Conselho. Desta maneira, o artigo supramencionado prevê que cada Conselho da Comunidade deve ser composto por, no mínimo, representante de associação comercial ou industrial, um advogado indicado pela OAB, um Defensor Público indicado pelo Defensor Público Geral e um assistente social escolhido pela Delegacia Seccional do Conselho Nacional de Assistentes Sociais. Compete ao Juiz da Execução, a criação e a regulamentação do funcionamento dos Conselhos da Comunidade, conforme também estipula o artigo 2º da Resolução nº 10, de 08 de novembro de 2004 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), que dentre outras disposições, estabelece que: "O juízo da execução penal das Comarcas dos Estados, das Circunscrições Judiciárias do Distrito Federal e das Seções Judiciárias da Justiça Federal instalará o Conselho da Comunidade e procederá à nomeação

[140] Acadêmico do Curso de Direito-Direito da UNIVEL-Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[141] Acadêmica do Curso de Direito-Direito da UNIVEL-Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[142] Acadêmica do Curso de Direito-Direito da UNIVEL-Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[143] ORIENTADORA: Professora Especialista em Direito Criminal - Professora de Direito Civil – Direito da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

dos seus membros, observadas as disposições legais e os critérios desta Resolução.” Na ocasião da falta de representação prevista no artigo 80, fica a critério do Juiz responsável, a escolha dos integrantes para integrar o Conselho. A Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná entende que o Conselho da Comunidade é, até então, a melhor alternativa, não somente para a participação da sociedade na execução penal, mas também para auxiliar o Poder Judiciário, no Ofício Circular nº 93/2005, recomenda aos juízes da execução, que promovam a criação do Conselho da Comunidade em suas respectivas comarcas, Para a formação deste Conselho, é necessário que sejam expedidos ofícios às instituições previstas no artigo 80 da LEP, para que indiquem, de seus quadros, os integrantes que deverão fazer parte do conselho. Também poderão ser contatadas instituições sociais diversas, que poderão contribuir para o desenvolvimento das atividades atribuídas ao conselho. Para que o Conselho seja formalizado, conforme sugere o Manual do Conselho da Comunidade elaborado pela Corregedoria-Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do RS e Conselho Penitenciário, deve-se, após o convite dirigido à sociedade, marcar uma reunião, na qual serão nomeadas as pessoas que foram indicadas pelos seus respectivos órgãos, bem como, a formação de uma diretoria, formada no mínimo de seis pessoas dispostas a representar o Conselho, conforme dispuser o estatuto. Dessa reunião, deverá ser elaborada uma ata, a qual, juntamente com o estatuto, será registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas da Comarca, a fim de registrar a personalidade jurídica do Conselho. Com os estatutos registrados, dirigir-se à Delegacia da Receita Federal, a fim de providenciar o registro do CNPJ, lembrando todas as obrigações fiscais e contábeis decorrentes deste registro. De posse desses documentos, deverá ser providenciada, em uma agência oficial, a abertura de contas em nome do Conselho. Lembrando que conforme o Provimento, expedido pela Corregedoria-Geral do Tribunal de Justiça do PR, deve-se atentar para as restrições impostas aos repasses de valores destinados ao conselho oriundos de medidas e penas de prestação pecuniária que deverão ser feitos através de convênio com as Varas Criminais e esses valores deverão ser depositados em conta corrente específica e exclusiva, onde não será possível o depósito de outras fontes de renda do Conselho. Diante do exposto, pode-se então perceber com clareza a importância da criação do Conselho da Comunidade. O que nos resta saber, neste passo, é que não basta apenas a criação de Leis e conselhos para que os direitos humanos possam ser exercidos dentro dos

presídios, a efetivação destas entidades que trabalham conforme as condições expostas na LEP não são só de extrema importância, mas também, de extrema necessidade.

PALAVRAS-CHAVES: Conselho da Comunidade; formação; efetividade.

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3653 - Fax: (45) 3036-3638
www.univel.br

DECISÃO JUDICIÁRIA

Patrícia Cordeiro da Silva[144], Priscila Rosa Lima Schulz[2],Cátia Rejane Liczbinski Sarreta[3].

Escrito para apresentação na XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Educação, tecnologia e pós-modernidade"
28 e 29 de outubro de 2014 – UNIVEL – CPE – Cascavel-PR
ISBN 978-85-98534-11-4

RESUMO:O trabalho objetiva analisar os parâmetros que o juiz deve ter em vista para dar uma decisão, a decisão judicial, diante de casos concretos, que precisa decidir, e que indiquem até onde vai a sua liberdade. Não pode o juiz decidir simplesmente baseado em suas convicções pessoais, devendo sempre fundamentar suas decisões com base nas leis e jurisprudências. Existem os chamados *hard cases,*estudados por Ronald Dworkin e Robert Alexy. A partir, principalmente de Alexy, serão feitas análises sobre a colisão de direitos e a adoção da proporcionalidade para solucionar estas colisões. A busca da justiça deve ser o alvo primordial a ser alcançado pelo magistrado em suas decisões, o que sobrepuja a inclusão da moral nas decisões judiciais, tendo em vista a relação entre o direito e a moral. Há, ainda, a necessidade de uma teoria da argumentação que possibilite uma decisão judicial coerente, fato que sempre deve ser buscado pelo magistrado. Outro aspecto a ser analisado é a participação popular, democrática, para a solução dos chamados *hard cases*. Como a democracia participativa pode intervir nas decisões judiciais. Ademais, até onde o magistrado pode "legislar" para alcançar uma solução

[144] Acadêmica do Curso de Curso de Direito e Comunicação Social - Jornalismo da UNIVEL. Integrante do Projeto de Pesquisa vinculado ao CNPq: O Direito Humano Fundamental à Cultura, sua diversidade e efetivação, vinculado ao CNPQ.– Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[2]Acadêmica do Curso de Pós Graduação em Direito Civil e Processual Civil. Integrante do Projeto de Pesquisa vinculado ao CNPq: O Direito Humano Fundamental à Cultura, sua diversidade e efetivação, vinculado ao CNPQ.– Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[3]ORIENTADORA: Doutora em Direito pela UNISINOS; Professora do Curso de Direito na Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel; Coordenadora do Projeto de Pesquisa vinculado ao CNPq: O Direito Humano Fundamental a Cultura, sua diversidade e efetivação.

concreta quando a lei parece ir a desencontro com o que se tem buscado no caso concreto? Será preciso analisar a divisão de poderes estabelecida por Montesquieu e adotada até hoje na legislação brasileira. Até onde esse conceito é ultrapassado ou não. Ainda o estudo do neoconstitucionalismo. Como a evolução da história da constituição influencia a decisão judiciária nos dias de hoje? Sua história e evolução são de grande importância para que se possa entender onde estamos hoje, em relação ao direito constitucional. O trabalho será desenvolvido com base em pesquisa, por meio da leitura de livros, jurisprudências dos tribunais superiores, acórdãos (casos práticos já julgados no Brasil), trabalhos de outros alunos e professores nessa mesma linha e internet de modo geral; através de leituras e fichamentos dos textos analisados. Haverá troca de ideias com professores que já estudam o assunto, a fim de se obter maior eficácia na escolha de material para estudo, bibliografias, julgados, acórdãos, textos etc., e desenvolvimento do trabalho. Busca-se entender como se dá, de fato, as decisões judiciárias quando os casos analisados fogem à simplicidade, *hard cases*, sem perder de foco as leis, e até onde pode ir o poder decisório do magistrado; como se dá a participação popular nos *hard cases* e qual a influência da evolução constitucional para a decisão judiciária de hoje.

PALAVRAS-CHAVE: Decisão Judiciária, *hard cases,* participação popular, evolução constitucional.

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3653 - Fax: (45) 3036-3638
www.univel.br

DIREITO DE VISITA E O PRINCÍPIO DA PERSONALIDADE PENAL

Lucas Eliezer Pinheiro[145], João Victor Grein[146], Rafaela Zanatta[147], Magna Bertusso[148]

Escrito para apresentação na XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Educação, tecnologia e pós-modernidade"
28 e 29 de outubro de 2014 – UNIVEL – CPE – Cascavel-PR
ISBN 978-85-98534-11-4

RESUMO:A priori do referente trabalho é mostrar que o Princípio da Personalidade previsto no artigo 5º, XLV da Constituição Federal, prevê que a pena não passa da pessoa do apenado, ou seja, as sanções culminadas dos atos do agente, não recaem á terceiros. Tal princípio pode ser aplicado para garantir os direitos de visita em penitenciárias de segurança máxima, haja vista que as ações necessárias tanto anteriormente como posteriormente a visita, mostra que o visitante é tão punido como o apenado. A metodologia do trabalho é bibliográfica a partir de livros, periódicos e revistas jurídicas, além de conteúdo disponível na rede mundial de computadores, internet e na legislação pertinente, de formulação explicativa, abordando uma reflexão sobre alguns elementos do sistema carcerário no Brasil, em consonância com princípios garantidores de direitos inerentes. A abordagem se justifica pela relevância social e jurídica, pois todos os direitos garantidos ao réu julgado, também devem ser refletidos nos indivíduos, que não cumprem a pena junto ao infringente da lei, mas sim ajudam em sua ressocialização. Em muitos casos, como na visita vexatória imagem, a honra e a dignidade da pessoa humana é denegrida, isso conflita os princípios dos direitos fundamentais. A imagem de familiares é corrompida, quando o réu ainda nem julgado, com o sensacionalismo midiático, que vai contra o artigo 5º inciso X, da CF. " (são invioláveis a intimidade, a

[145]Acadêmico de Direito - UNIVEL (Faculdade de Ciências Aplicadas de Cascavel)
[146].Acadêmico de Direito - UNIVEL (Faculdade de Ciências Aplicadas de Cascavel)
[147]Acadêmico de Direito - UNIVEL (Faculdade de Ciências Aplicadas de Cascavel)
[148]ORIENTADOR: Especialização em Direito Criminal pelas Faculdades Integradas Curitiba, Brasil(2007) Professora da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel, Brasil – Faculdade de Ciências Sociais

vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação)".A revista feita por agentes é constrangedora, muitas vezes o individuo é posto a situações indignas, onde a revista em partes íntimas, e a obrigatoriedade de despir-se são espécimes de tal constrangimento. A obrigatoriedade de que certos visitantes ter autorização de diretores é outro exemplo de transferência da pena e da "perda" dos direitos, haja vista que os direitos de visita já estão presentes nas Leis de Execuções Penais (1984). Os presídios ditam suas próprias regras, os diretores estão quase que insetos de qualquer sanção. No complexo penitenciário da Papuda (DF), foi vetada a entrada de pessoas com apliques no cabelo, lentes corretivas, e roupas que não brancas, e situações que não influenciam na segurança. Há a presença de uma ação aplicada contra os direitos inerentes,desproporcional e desnecessária do Estado, toda vez que usa sua legitimidade de operação contra os direitos inerentes, já que estes são universais e intransmissíveis. A Lei de execuções se torna quase que ineficaz, quando há a necessidade de autorização de um juiz na vara de execuções Penais (VEP), de visitas para menores de 18 anos, pois no artigo 41, X, abrangendo a liberação de visitas de parentes "(direito do preso a receber a visita do cônjuge, da companheira, de parentes e até mesmo de amigos, em dias determinados)".Em suma há a necessidade de refletir e pensar novas formas de garantia dos direitos para os visitantes em presídios brasileiros, pois em merecimento de qualquer pena, a visita que é realmente isenta de periclitarão de segurança em um estabelecimento carcerário e também é de extrema importância para a ressocialização do indivíduo que tenha por injustiça, ou desarmonia social, ter a sua liberdade ressarcida.

PALAVRAS-CHAVE: Direito de Visita; Princípio da Personalidade;Direito Penal

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3653 - Fax: (45) 3036-3638
www.univel.br

DIREITOS FUNDAMENTAIS A PACIENTES EM TRATAMENTO DO CÄNCER

Aline Pasquali[149], Bruna Rosa[150], Grazyella Abel Paganini[151], Isabelly Castro[152], Magna BertussO[153]

Escrito para apresentação na XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Educação, tecnologia e pós-modernidade"
28 e 29 de outubro de 2014 – UNIVEL – CPE – Cascavel-PR
ISBN 978-85-98534-11-4

RESUMO: As diversas pessoas que têm o diagnóstico do câncer normalmente enfrentam enormes dificuldades para prosseguir com suas atividades diárias. Essa situação pode gerar um transtorno no convívio social, sendo de extrema necessidade a intervenção do Estado para assegurar a dignidade humana a esses pacientes. Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo apresentar um estudo de caso, relacionado à garantia da dignidade da pessoa humana, que deve ser assegurada a todos os cidadãos conforme a Constituição Federal de 1988 (artigo 1º inciso III) como valor supremo, definindo-o como fundamento da República e do Estado Democrático de Direito e dos Direitos Fundamentais dos pacientes que estão em tratamento do câncer, e das várias transformações decorrentes da terapia, que reflete nas relações sociais do mesmo, e que por muitas vezes são vítimas de preconceito e discriminação, verificando-se a verdadeira exclusão social praticada por seus pares. É necessário um maior conhecimento da temática sobre o exposto para aplicações práticas ao exercício e garantias dos direitos presentes na Carta Magna Brasileira. A metodologia adotada nesse trabalho baseia-se em estudos da Constituição Federal, artigos e depoimentos da internet, pesquisas realizadas no

[149] Acadêmica do Curso de Direito - UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[150] Acadêmica do Curso de Direito - UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[151] Acadêmica do Curso de Direito - UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[152] Acadêmica do Curso de Direito - UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[153] ORIENTADOR: Professora Especialista em Direito Criminal Magna Bertusso do Curso de Direito - UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

Hospital do Câncer de Cascavel – UOPECCAN, além de uma entrevista com uma paciente que aos seis anos foi diagnosticada com um tumor na medula. Ao se fazer a cirurgia de retirada da patologia perdeu os movimentos por completos do lado esquerdo do corpo, tornando-se cadeirante e vivenciando as dificuldades da falta de acessibilidade, tanto nos meios físicos como ruas e outros, como nos meios de convívio social, privando-a de afazeres do cotidiano. Após o início de tratamento quimioterápico e radioterápico que teve um período de dois anos e seis meses, verificou-se que a paciente com as perdas constantes de cabelos, decorrentes da intervenção médica, gerava olhares diferentes em seu centro de harmonia social, precisando assim, ausentar-se da escola em que frequentava. E, mais tarde, diagnosticada com defasagem de aprendizado, foi necessário que a mesma repetisse o ano letivo, perdendo ainda mais o contato com os colegas de classe em que havia iniciado o ano. Com o depoimento da paciente, fica notório de que os mesmos passam por muitas discriminações e rejeições sociais, junto com o abalo psicológico e familiar, além de um precário tratamento, onde o Estado mostra-se incapaz e omisso em custear a implantação de Programas de Prevenção, Diagnóstico e Tratamentos Precoces e efetivos, ainda que a Constituição garanta ao Cidadão o direito à Saúde. Portanto, devemos reivindicar os valores conforme a Constituição Federal Brasileira nos ensina e traz em seus artigos, priorizando a inserção destes enfermos na sociedade e exigindo uma terapia digna, para também, uma vida digna. A partir desses pressupostos, é necessária uma intervenção mais eficaz do Estado, pondo em prática os direitos que regem a Constituição Brasileira, junto com um maior conhecimento da sociedade para que acolham esses pacientes, e também, uma modificação no sistema de saúde para que haja um amparo absoluto a população que necessita dos serviços disponibilizados pelo Estado, ligado a uma ampla informação sobre o diagnóstico precoce, já que se evidenciou que é a melhor forma de prevenção e manifestação da doença.

PALAVRAS-CHAVE: Câncer. Dignidade. Inserção.

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3653 - Fax: (45) 3036-3638
www.univel.br

DISPOSIÇÕES DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL E A REVISTA VEXATÓRIA NOS PRESÍDIOS BRASILEIROS

Carolina Nathalia Beck Ribeiro[154], Luciana Vitória Abeling de Souza[155], Sabrina da Silva Santos[156], Magna Boeira Bertusso[157]

Escrito para apresentação na XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Educação, Tecnologia e Pós-Modernidade"
28 e 29 de outubro de 2014 – UNIVEL – CPE – Cascavel-PR
ISBN 978-85-98534-11-4

RESUMO: Trata-se da análise das condições da revista em presídios, a que são submetidos familiares de presos, em relação ao que estabelece a Lei de Execução Penal – LEP. Justifica-se a importância da discussão proposta, vez que todos os dias, milhares de homens, mulheres, idosos, gestantes, pessoas com deficiências e crianças passam por um humilhante processo de revista para visitarem seus parentes em presídios. Essas pessoas são obrigadas a ficarem nuas na frente dos funcionários da penitenciária e dos demais familiares que ali estão, a agachar diversas vezes e a se submeter a uma revista de seus órgãos genitais sem o menor cuidado de higiene. O objetivo principal deste resumo é apresentar uma visão crítica sobre o descaso que vem acontecendo dentro dos presídios brasileiros e se isso está de acordo com as leis de execuções penais. Cenas de constrangimento são vivenciadas a todo momento em penitenciárias brasileiras, visto que não só os presidiários são tratados indevidamente, ao cumprir a pena privativa de liberdade sem o atendimento do Princípio Constitucional da Dignidade da Pessoa Humana, pelas condições precárias que se apresenta o sistema prisional pátrio, quanto em relação aos seus visitantes, que vivenciam esse momento de terror, a Revista

[154] Acadêmica do Curso de Direito da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[155] Acadêmica do Curso de Direito da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[156] Acadêmica do Curso de Direito da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[157] ORIENTADOR: Professora Especialista Magna Boeira Bertusso, Professora do Curso de Direito da Univel – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel

Vexatória. Trata-se de verdadeiro constrangimento aos familiares que com a finalidade de apenas matar a saudade de seus familiares e levar-lhes um alimento tenham que passar por minutos de constrangimento e dor. Não justifica-se tal conduta nos presídios, vez que atualmente, há métodos mais eficientes e menos constrangedores para garantir a segurança dos presídios e a integridade dos visitantes, como detectores de metais, raio x e scanners corporais, dentro dos limites de exposição à radiação. Todavia, devido à falta de regulamentação em âmbito nacional, a revista pessoal tem gerado procedimentos diversos, muitos dos quais, além de ineficazes para coibir a entrada de objetos ilegais, também têm gerado humilhação para os visitantes. A potencialidade de dano moral por parte das famílias urge no sistema prisional adotar medida conciliatória entre a revista dos visitantes e a preservação da dignidade humana, como meio de não transferir aos familiares a pena que recai com exclusividade sobre o apenado conforme estabelece o artigo 5º, inciso XLV, da Constituição Federal pátria de 1.988. Para tanto, a metodologia utilizada será a consulta bibliográfica e pesquisa na rede mundial de computadores, onde se buscou saber mais sobre as vítimas e ler depoimentos e histórias escritos pelas mesmas para melhor compreender a realidade, além da consulta na Lei de Execução Penal (Lei 7.210/84) que tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado (art. 1º, LEP). Analisou-se que a revista vexatória é um procedimento que desrespeita a inviolabilidade da intimidade (art. 5º, X, CF); afronta o princípio da dignidade da pessoa humana(art. 1º, III, CF); obrigar alguém a se desnudar em público pela simples razão de possuir vínculo de afetividade ou parentesco com uma pessoa presa viola o princípio de que a pena não deve ultrapassar a pessoa do condenado (art. 5º, XLV, CF); e que desrespeita o direito a visita que o apenado possui(art. 41, X, LEP). O que se propõe é que mude a dinâmica e o local onde as visitas acontecem. A interação entre presos e familiares poderia se dar, por exemplo, em ambiente próprio, afastado das celas e espaços de convivência dos presos. E para acabar com a revista vexatória é possível que o Poder Legislativo aprove um projeto de lei que a proíba em todo o país, ou até qualquer um da sociedade mesmo entrar em contato com o governador do estado para que publique um decreto acabando com essa prática degradante.

PALAVRAS-CHAVE: Revista vexatória, LEP, Dignidade Humana.

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3653 - Fax: (45) 3036-3638
www.univel.br

EXCLUSÃO SOCIAL E A BUSCA DE FELICIDADE

Patrícia Cordeiro da Silva[158], Luciana Gabriel Chemim[159]

Escrito para apresentação na XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Educação, tecnologia e pós-modernidade"
28 e 29 de outubro de 2014 – UNIVEL – CPE – Cascavel-PR
ISBN 978-85-98534-11-4

RESUMO: O consumo tornou-se claramente forma de reconhecimento na sociedade, sinônimo de poder e felicidade. Mas trata-se de uma felicidade fabricada e efêmera, muito distante da genuína forma autêntica. Isso porque o bem estar causado pelo consumo é vazio, carente de sentido e ocorre não raro para preencher outro vazio: o existencial. O presente trabalho pretende analisar de que forma a promessa de felicidade tem sido vendida pelo capitalismo, bem como suas consequências desastrosas e cruéis, que acabam por culminar com a exclusão social. Bauman (2004) explica que a sociedade atual vive em tempos líquidos, de relações frágeis e rápidas, reflexo do próprio processo de consumo, que preconiza a ideia de que tudo é substituível, inclusive pessoas. A metodologia utilizada na análise será a dialética, bibliográfica. As propagandas mostram que pessoas dotadas de bens materiais de marcas famosas são mais atraentes e, consequentemente, mais felizes. Com isso, constroem o paralelo da exclusão, daqueles que não podem ter acesso, tornando-os invisíveis. Assim, inicia uma competição esquizofrênica por parecer feliz, fotos em redes sociais, frases

[158] Acadêmica do Curso de Curso de Direito e Comunicação Social - Jornalismo da UNIVEL, 6º e 4º semestre respectivamente. Aluna integrante do Projeto de Pesquisa vinculado ao CNPq: O Direito Humano Fundamental a Cultura, sua diversidade e efetivação, vinculado ao CNPQ. Coordenado pela Doutora Cátia Sarreta– Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel. E-mail: patrícias_silva@live.com.

[159] Advogada. Especialista. Aluna Especial no Programa de Mestrado em Processo Civil e Cidadania da UNIPAR – Universidade Paranaense – Sede Umuarama. Professora do Curso de Direito da UNIVEL. - Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel . Coordenadora do Núcleo de Prática Jurídica da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel. Colaboradora e participante dos Grupos de Pesquisa "Consumidor Consciente: Direitos e Deveres" e "O Direito Humano Fundamental a Cultura, sua diversidade e efetivação".E_mail: luchemim@hotmail.com.

arrogantes e todo tipo de ação que possa fazer o sujeito sentir-se melhor que o outro, criando um mundo dividido em vencedores e vencidos, estabelecendo distância sideral, capaz de não enxergar mais o outro como igual. Os vazios são preenchidos pelo consumo, de modo que, quanto mais consome, mais há necessidade de consumir, pois longe de proporcionar completude, essa atitude lhe traz solidão. A busca por felicidade percorre várias áreas, já que é inerente ao ser humano o desejo de ser feliz, ou ao menos parecer. Allen Frances, que dirigiu por anos o Manual Diagnóstico e Estatístico (DSM), livro orientador da psiquiatria, que descreve os tipos de doenças mentais, admitiu recentemente que problemas cotidianos foram transformados em transtornos mentais para fortalecer a indústria farmacêutica. Afirma que os laboratórios estão enganando as pessoas, fortalecendo a crença de que seus problemas se resolvem com comprimidos. Outra devasta consequência da busca por reconhecimento e felicidade, ainda que aparente, é o cometimento de condutas definidas como crimes. Sou violento, logo existo. Mas é preciso analisar que o sujeito que furta um celular, por exemplo, não busca somente a satisfação material, mas a satisfação momentânea de se sentir igual ao outro, por possuir um objeto pertencente a uma pessoa de classe social elevada. Será importante verificar o valor simbólico do delito, realizado pelos consumidores falhos (Bauman) como forma de reconhecimento, de uma exclusão causada pela sociedade de consumo. Neste contexto surgiu a PEC (Proposta da Emenda Constitucional) da felicidade, apresentada pelo deputado Cristovam Buarque, que visa incluir, dentre os direitos fundamentais, o direito à felicidade. Nada mais que roupagens novas para um velho problema: a não efetivação dos direitos fundamentais, que se evidenciam falaciosos diante de uma realidade social em que há famílias sem o mínimo existencial, consistente em moradia, comida, assistência a serviços básicos, como saúde e educação. George Marmelstein (2008), explica que levar direitos a sério é incompatível com a atitude de assistir pessoas morrerem, como se isso não fosse um problema social. Streck (2004) é certeiro quando afirma que se constroem estruturas sociais que mantém tudo que há de injusto e estúpido, promovendo o apartheid social, já que as promessas só são cumpridas para um grupo seleto da população. É preciso a elaboração e efetivação de políticas públicas, que visem trazer dignidade às pessoas, e não sobrecarregá-las de promessas, que são tão vazias quanto o consumo. A sensação efêmera de preenchimento, que traz mais dor que felicidade.

PALAVRAS-CHAVE: Consumo, felicidade, exclusão.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmund. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2004.

MARMELSTEIN, George. Curso de Direitos Fundamentais. Editora Atlas, 2008.

PSIBR O NOVO PORTAL DOS PSICÓLOGOS E PSICANALISTAS. **Ex-coordenador do DSM, a 'bíblia' da psiquiatria, admite: "Transformamos problemas cotidianos em transtornos mentais.** Publicado em: 29/09/2014. Disponível em: < http://psibr.com.br/noticias/ex-coordenador-do-dsm-sobre-a-biblia-da-psiquiatria-transformamos-problemas-cotidianos-em-transtornos-mentais>. Acesso em: 09/10/2014.

STRECK, Lenio Luiz. **Hermenêutica jurídica e(m) crise: uma exploração hermenêutica da construção do Direito** / Lenio Luiz Streck. 5. ed. rev. atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2004.

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3653 - Fax: (45) 3036-3638
www.univel.br

FATOR PREVIDENCIÁRIO E O PERÍODO BASE DE CÁLCULO NA APOSENTADORIA

Francisco Junior Siroka Dias[160], Claudinei Ozelame[161], Paulo Rossano Rossdeutscher[162], Diovani Alves[163], Magna Boeira Bertusso[164].

Escrito para apresentação na XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
´´Educação, Tecnologia e Pós-Modernidade``
28 e 29 de outubro de 2014 – UNIVEL – CPE – Cascavel-PR
ISBN 978-85-98534-11-4

RESUMO: O referido trabalho vem apresentar uma análise do período base de calculo, onde é feita a contagem do tempo de contribuição para fins de estabelecer um salário de benefício, ou seja, a aposentadoria; além disso, relatar sobre a influência de artigo 3º da Lei 9.876/99 e descrever sobre o fator previdenciário com seu modo de funcionamento, como é feito o calculo e para quem se aplica. O objetivo deste trabalho é mostrar que o período base de calculo, após a publicação da Lei 9.876/99 e com a aplicação do seu artigo 3º na contagem do tempo de contribuição, deixou muito prejuízo aos que são filiados ao Regime Geral da Previdência Social (RGPS) até 28 de novembro de 1999, tal qual foi o ano que se concretizou a publicação da lei, pois o artigo 3º traz em seu conteúdo que para se fazer o calculo do salário de benefício deve-se contar o período de tempo contributivo decorrido desde a competência de julho de 1994, ou seja, os sujeitos que contribuíram com um valor altíssimo antes de julho de 1994, simplesmente este período de tempo, para cálculos de contribuição, serão deixados de lado, essas

[160] Acadêmico do Curso de Direito da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[161] Acadêmico do Curso de Direito da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[162] Acadêmico do Curso de Direito da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[163] Acadêmico do Curso de Direito da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[164] ORIENTADOR: Professora Magna Boeira Bertusso do Curso de Direito Civil – Direito da UNIVEL-Faculdade de Ciências Sociais aplicadas de Cascavel.

competências serão desprezadas; também, mostrar a ineficácia e a injustiça social do fator previdenciário, que foi criado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso ano de 1999 com a Lei 9876/99 durante a Reforma previdenciária de 1998, ele foi criado com o intuito de reduzir o valor dos benefícios previdenciários, pois a previdência estava deixando um arrombo na economia brasileira com o fato de serem contados os salários de contribuição apenas dos últimos 36 meses, onde trabalhadores visando aproveitar da lacuna legal passaram a contribuir minimamente durante todo período trabalhado, elevando ao teto máximo a contribuição, somente 36 meses precedentes à aposentadoria, para terem um benefício mais elevado, afetando assim, drasticamente a economia brasileira, porém com a Lei 9876/99 se revogou este fato e passou a ser contado todo o tempo de contribuição. O fator previdenciário é obrigatório sua aplicação nas aposentadorias por tempo de contribuição e facultativo nas aposentadorias por idade; este fator beneficia o segurado apenas quando o contribuinte tem uma idade avançada, um alto tempo de contribuição e baixa expectativa de vida segundo os dados do IBGE, e isso gera uma contrariedade, pois o contribuinte só ira receber uma aposentadoria justa por pouco tempo já que sua expectativa de vida é baixa; além disso, o fator previdenciário influência para que jovens comessem a trabalhar mais tarde, porque se começarem a trabalhar muito cedo e após terem completado os 35 anos de contribuição não terão uma idade tão avançada e desta forma com a aplicação do fator previdenciário o valor da sua aposentadoria seria baixo, pois quanto menor a idade de aposentadoria, maior o redutor e, consequentemente, menor o valor do benefício. A metodologia usada na produção deste trabalho é de uma pesquisa bibliográfica a partir de livros, periódicos, revistas e artigos disponíveis na rede mundial de computadores - internet, além da legislação pertinente ao tema. Justifica-se a escolha do tema em razão da inconstitucionalidade do fator previdenciário, pouco debatida no meio acadêmico e de grandes reflexos sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Fator previdenciário, aposentadoria, Lei 9876/99.

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3653 - Fax: (45) 3036-3638
www.univel.br

IDENTIDADE DE GÊNERO E PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Clarissa Lopes Alende Sgarioni[165]

Escrito para apresentação na XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Educação, Tecnologia e Pós-Modernidade"
28 e 29 de outubro de 2014 – UNIVEL – CPE – Cascavel-PR
ISBN 978-85-98534-11-4

RESUMO: O trabalho em questão visa analisar a condição legal para alteração do prenome sexo no registro civil de pessoas transexuais sem a necessidade de cirurgia de transgenitalização. O estudo tem relevância jurídica, diante da omissão específica da lei e da busca pela concretização dos direitos fundamentais como o da dignidade da pessoa humana e o movimento pós-moderno pautado no neoconstitucionalismo. A pós-modernidade busca cada vez mais a efetivação dos direitos fundamentais. Para tanto a nova leitura constitucional ou ainda neoconstitucionalismo sai da esfera da formalidade e passa ao alcance real dos fatos, a fim de realizar os direitos fundamentais de acordo com que o indivíduo busca para si. Segundo a autora Maria Helena Diniz (2011), o nome é o sinal que individualiza o nome da pessoa no seio social e familiar. Logo, relevante é o nome ou prenome para a pessoa, pois o identifica, o distingue, o individualiza e cria segurança jurídica. Especificadamente, a Lei de Registros Públicos regula várias questões acerca do prenome e suas hipóteses de alteração. Entretanto, há casos específicos que a lei ainda não regulamentou como a questão da alteração do nome de pessoas consideradas transexuais. Segundo Tereza Rodrigues Vieira (2012), a transexualidade é definida por aquele que nasce com um determinado gênero biológico, entretanto, nega psicologicamente essa condição, visualizando-se e exteriorizando-se como ser do sexo oposto. Assim, no cotidiano destas pessoas é condição notória que manter-se com o registro civil com nome que o identifica com um determinado gênero e apresentar-se socialmente, bem como reconhecer-se com

[165] Advogada. Especialista. Professora do Núcleo de Prática Jurídica da Univel. Aluna especial no programa de Mestrado em Direito Processual Civil e Cidadania da Universidade Paranaense – Unipar.

gênero oposto é colocar o individuo em situação vexatória. Ademais, a lei não pode obrigar o cidadão a conviver com nome que não o identifica, pois poderá constituir violação aos direitos fundamentais. Nessa assertiva, várias decisões dos Tribunais brasileiros têm sido positivas no sentido de considerar possível a alteração do nome dos transexuais, a fim de não expô-los a condição vexatória e também compatibilizar tal fato com o princípio da dignidade da pessoa humana, uma vez que o indivíduo deve ser fim em si mesmo e não instrumento do direito. Todavia, há grande resistência quanto a possibilidade de alteração do sexo no registro civil sem que haja cirurgia de transgenitalização. Mas, tal situação já tem tido alguma mudança em algumas cortes, à exemplo de recente julgamento do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (2014) que julgou procedente um Recurso de Apelação que possibilitou a alteração do nome e sexo do transexual sem a necessidade da cirurgia de transgenitalização, com base na dignidade da pessoa humana. No caso em comento, o individuo recorrente justificou que temia a cirurgia, mas que gostaria de adequar o seu registro civil. Logo, não cabe a lei ou o magistrado impor que alguém se submeta a intervenção cirúrgica para só assim ver-se contemplado aos direitos fundamentais. Essa é a visão neoconstitucionalista que como diz Eduardo Cambi (2011) as decisões judiciais devem ser pautadas sob o olhar transformador, a fim de que sempre se efetive e se realize os direitos fundamentais em detrimento de uma lei mais dura. É preciso que aos indivíduos caiba o direito de também de se autodeterminar, obviamente, sem prejuízo de outrem, reconhecendo a individualidade de cada um sem que outras condições como uma cirurgia de transgenitalização sirva como fator determinante ou objeto percursor do direito acima dos direitos fundamentais.

Portanto, verifica-se que no caso de alteração do nome e sexo, as liberdades individuais e a dignidade da pessoa humana devem ser analisadas em cada caso e se que ela é um atributo do indivíduo deve-se sobrepor às amarras legais, imposições discriminatórias, a fim de não obstacularizar os direitos fundamentais.

PALAVRAS-CHAVE: Nome, sexo, dignidade da pessoa humana.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro**. Rel: Des. Edson Aguiar de Vasconcelos. Data: 12/03/2014. Publicação: 16/04/2014. Décima Sétima Câmara Cível. http://www4.tjrj.jus.br/ejud/ConsultaProcesso.aspx?N=2013.001.82549

CAMBI, Eduardo. **Neoconstitucionalismo e neoprocessualismo: direitos fundamentais, políticas públicas e protagonismo judiciário.** Ed. Revista dos Tribunais. São Paulo, 2011, pg.27.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: teoria geral do direito.** Vol.1. 28 ed. Saraiva, São Paulo. 2011, p.225.

VIEIRA, Tereza Rodrigues. **Nome e sexo: mudanças no registro civil.** 2ª ed. Atlas.2012, p.186.

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3653 - Fax: (45) 3036-3638
www.univel.br

ISONOMIA MATERIAL NO ATENDIMENTO DE PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Alceu Gustavo Coutinho[166], Bruna Marcondes de Oliveira[167], Magna Bertusso[168].

Escrito para apresentação na XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Educação, Tecnologia e Pós Modernidade"
28 e 298 de outubro de 2014 – UNIVEL – CPE – Cascavel-PR
ISBN 978-85-98534-11-4

RESUMO: Cinge-se a analisar a decisão do CONADE – Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência em relação a letra "c" do art 3º da minuta do Decreto de Regulamentação da Lei Federal nº 12.764/12 que (que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista) que visa encaminhar autistas para atendimento nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), financiados pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O objetivo precípuo do trabalho é demonstrar que tal decisão fere o Princípio da Isonomia, vez que a igualdade formal que se apresenta na minuta revela-se flagrante injustiça em relação ao Espectro Autista, devido às particularidades e especificidades da síndrome, exigindo-se portanto, que o Princípio da Isonomia, em se tratando de Saúde Mental, seja avaliado sob o aspecto material, destinando efetivo tratamento igual para os iguais e desigual para os desiguais na exata medida das desigualdades. Justifica-se a relevância da pesquisa pela pertinência jurídica da análise da regulamentação da Lei nº 12.764/12, e também pelo interesse social na temática, devido aos dados apresentados pela OMS (Organização Mundial da Saúde), estimando uma população espectro autista de "70 milhões de pessoas [...]. No Brasil, a estimativa é de 2 milhões de autistas."[4] A metodologia a ser utilizada é bibliográfica com pesquisa em livros, periódicos e revistas especializadas, além do conteúdo disponível na rede mundial de computadores – internet. Ressalve-se que os CAPS foram criados para

[166] Acadêmico do Curso de Direito – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[167] Acadêmica do Curso de Direito – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[168] ORIENTADOR: Professor Especialista em Direito Criminal Magna Boeira Bertusso do Curso de Direito da Univel – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[4] Disponível em:< http://www.revistaautismo.com.br/> acesso em 10 out 2014.

substituir os hospitais psiquiátricos, incluindo tratamentos manicomiais, destinados ao atendimento de pessoas com problemas mentais e dependentes de tóxicos, como o crack, álcool e outras drogas. Por outro lado, a chamada Lei Berenice Piana (Lei nº 12.764/12), denominação dada em homenagem à mãe de um autista e que lutou para a aprovação da Lei (ocorrida em 27 de dezembro de 2012, em vigor desde a data de sua publicação), traz benefícios ao autista, garantindo-lhes direitos dentre os quais, a equiparação de direitos às demais pessoas com deficiência, de acordo com Art. 1°, § 2° Autistas são pessoas com deficiências, para todos os efeitos legais. Contudo, a efetividade da Lei depara-se com inúmeras barreiras no âmbito educacional, de atendimentos médicos e de forma contundente, quanto à inclusão social, por vezes conflitos dirimidos apenas por meio de ações judiciais via Ministério Público. O decreto apresentado pelo Conade é equivocado, conquanto estabeleça o atendimento das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nos CAPS, quando o ideal seria a instituição de Centros Especializados, apropriados ao atendimento especializado multidisciplinar, vez que o autismo é uma disfunção global do desenvolvimento que apresenta especificidades, caracterizado como uma deficiência múltipla e complexa, com diferentes níveis de comprometimento, afetando a interação social com comprometimento da comunicação (linguagem) e restrição na área dos interesses da pessoa autista. Diante disso, o tratamento não poderia ocorrer no mesmo espaço de assistência a dependentes químicos e a doentes mentais, em razão da distinção de tratamento que os envolve. Tal posicionamento é defendido inclusive pela Associação Paranaense de Psiquiatria, bem como, o Conselho Federal de Medicina (CFM), por meio da Consulta CFM 8.589/10 também considerou antiéticas as condições de segurança do CAPS para a assistência médica aos pacientes autistas e ao próprio ato médico.

PALAVRAS-CHAVE: Autismo; Isonomia material; Atendimento Especializado.

REFERÊNCIAS

Autistas dizem não ao CAPS. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/conteudo.phtml?id=1467788>. Acesso em 10 out 2014

O que é autismo ou transtornos do espectro autista?. Disponível em: <http://autismoerealidade.org/informe-se/sobre-o-autismo/o-que-e-autismo/>. Acesso em 10 out 2014

A história de uma lei. Disponível em: <http://www.revistaautismo.com.br/edicao-2/a-historia-de-uma-lei>. Acesso em 10 out 2014

Inspirados pelo autismo. Disponível em: <http://www.inspiradospeloautismo.com.br/>. Acesso em 10 out 2014

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3653 - Fax: (45) 3036-3638
www.univel.br

MAIORIDADE PENAL NO BRASIL

Julia NAITZK[169], Kananda Oldoni[170], Tainara Regina KisieL[171], Cezar Roberto Versa[4]

Escrito para apresentação na XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Educação, tecnologia e pós-modernidade"
28 e 29 de outubro de 2014 – UNIVEL – CPE – Cascavel-PR
ISBN 978-85-98534-11-4

RESUMO: A maioridade penal nos dias atuais tem sido um tema criador de inúmeras polêmicas entre os legisladores, juristas e do povo brasileiro em geral, assunto que atrela diversos olhares quanto ao seu modo de pensar e seu questionamento. No Brasil, a incidência da criminalidade entre jovens e adolescentes foi um fator predominante para que surgisse o prós da questão da maioridade penal, ou seja, para que pudessem existir motivos aos quais a corrente de pensamento a favor da redução da maioridade penal se apoiaria como requisito básico para uma menor incidência da criminalidade dos menores em conflito com a lei. Entre os prós e os contras, existe a sociedade, mola propulsora que é capaz de alternar os rumos até mesmo de um país, e que de certo modo é dividida entre os que preservam a criança e o adolescente como inimputáveis e prezam pelas medidas socioeducativas sem a punição penal, e os que acreditam que os mesmos podem ser tratados de acordo com o proceder de seus atos. O objetivo principal da pesquisa é demonstrar os diversos argumentos contra a redução da maioridade penal no Brasil. Além de expor o processo da criminalidade entre crianças e adolescentes no Brasil, visa-se analisar os aspectos favoráveis a não redução da maioridade penal no Brasil e também apontar medidas socioeducativas, sua

[169] Acadêmica do Curso de Direito – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[170] Acadêmica do Curso de Direito – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[3]Acadêmica do Curso de Direito – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[4]ORIENTADOR: Professor Mestre Cezar Roberto Versa do Curso de Direito – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

aplicação e eficácia na vida dos menores em conflito com a lei, e não menos importante, espera-se justificar através de dados, pesquisas, argumentos e fatos já existentes que a redução da maioridade penal no Brasil não acabaria com a criminalidade. O seguinte trabalho se justifica por abordar o modo como a criminalidade entre os jovens (crianças e adolescentes) vêm sendo tratada ao longo dos tempos, e por meio deste trabalho, queremos provar que a melhor maneira de deter este problema não seria com punições penais, e sim com o auxílio da família, escola, e Estado, através das medidas socioeducativas de ressocialização do menor em conflito com a lei. De acordo com Gil (2010), nossa pesquisa se classifica como básica quanto à natureza, pois através dela os conhecimentos são gerados. Quanto à forma de abordagem do problema a mesma é quantitativa, pois apresenta parâmetros estatísticos, dados e análises. Quanto aos objetivos é uma pesquisa explicativa, pois parte da identificação e explicação dos fatores que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. E por fim, quanto aos procedimentos técnicos, nossa pesquisa é bibliográfica, pois é produzida por meio de materiais já publicados, principalmente de livros, artigos de periódicos, que se encontram na atualidade em meio digital. Através das pesquisas e dados encontrados podemos afirmar que reduzir a maioridade penal no Brasil não acabaria com a criminalidade pois o sistema carcerário brasileiro não tem intenção de ressocializar os presos, mas pode ser atualmente comparado com uma “escola do crime” pelo fato de não buscar a ressocialização dos presos, e sim torná-los “profissionais do crime”. E além do mais, nossa legislação já prevê responsabilização a toda pessoa acima de 12 anos por atos ilegais, através do ECA. De acordo com esse estatuto, o menor infrator deve merecer medidas socioeducativas como advertências, obrigação de reparar o dano, prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e a internação, sendo que a medida é aplicada de acordo com a gravidade da infração. As medidas socioeducativas no Brasil mostraram efeito positivo, pois somente 20% dos jovens que passam pelas medidas socioeducativas voltam ao mundo do crime, e 80% conseguem voltar a uma vida normal através da ressocialização. Através do que foi pesquisado é possível desconsiderar a hipótese da diminuição da maioridade penal no Brasil, pois as medidas socioeducativas existentes já são responsáveis pela punição e ressocialização do menor em conflito com a lei. Os países que optaram em aceitar a redução não diminuíram a criminalidade, e acreditamos que o mesmo aconteceria em nosso país. Em outras palavras, é correto dizer que o menor

infrator é resultado do descaso do Estado, que não cumpre seu papel de garantidor, com criação de educação de qualidade, baseada nos valores e na ética, com a criação também de meios que levem o jovem a mudar de vida, como o esporte, a arte, ou o lazer. E isso só terá eficácia com a união da família, da comunidade e do Estado.

PALAVRAS-CHAVE: Maioridade penal no Brasil, Estado e sociedade, Medidas socioeducativas.

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3653 - Fax: (45) 3036-3638
www.univel.br

MAUS TRATOS AOS ANIMAIS

Débora Rossafa Lima[172], Guilherme Perlin Silva[173], Marcelo Da Silva Duarte[174], Meryndiane Dhara Faria Abreu[175], Cezar Roberto Versa[176]

Escrito para apresentação na XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Educação, Tecnologia e Pós-modernidade"
28 e 29 de outubro de 2014 – UNIVEL – CPE – Cascavel-PR
ISBN 978-85-98534-11-4

RESUMO: O presente trabalho abordado foi os maus tratos aos animais, baseado na legislação brasileira, com o objetivo de analisar qual o índice de maus tratos, mostrar a população que situações de crueldade com animais estão presentes em nossa realidade, mostrar aos cidadãos que a legislação que temos em vigor é branda, pouco eficaz, pouco conhecida pela população e, além disso, demonstrar que os animais precisam do nosso cuidado, da nossa atenção e principalmente do nosso amor. A relação entre o homem e os animais existe desde os tempos da pré-história, pois antigamente era comum o ser humano praticar a caça de animais para o sustento da família e o uso das peles para se aquecerem, mas com o passar dos milênios isso foi gradativamente mudando, o homem começou a aprender a domesticar os animais, os animais também ganharam outras funções, tais como passaram a ser usados para transportes e passaram a ser considerados pelos humanos como membro da família. Em relação á justificativa, foi através dos vários casos de maus tratos aos animais que foi criada a Lei Federal de Crimes Ambientais 9.605/98, ou seja, o Código Penal prevê uma detenção de três meses a um ano e

[172] Acadêmica do Curso de Direito - Direito da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[173] Acadêmico do Curso de Curso de Direito – Direito da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[174] Acadêmico do Curso de Curso de Direito – Direito da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[175] Acadêmica do Curso de Direito – Direito da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[176] ORIENTADOR: Professor Mestre Cezar Roberto Versa do Curso de Direito– Metodologia da Pesquisa– Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

multa ao infrator, nessa situação a pena é uma sanção para punir o sujeito e também para servir de reflexão antes de cometer abusos contra animais indefesos. Ocorrem abusos do homem contra os animais em testes e experimentos que utilizam animais e isso gera grande polêmica tanto nos meios científicos quanto sociais. A metodologia utilizada foi com as pesquisas de forma básica que é quando o conhecimento é gerado, quantitativa que usou parâmetros estatísticos, números, bibliográfica porque utilizou material já publicado (livros, artigos) e documental, pois as fontes foram retiradas de documentos, relatórios. Em suma, a discussão do tema é que os animais não conseguem se defenderem das crueldades que sofrem e com isso surgem não somente as leis que os protegem, mas, também as entidades independentes e públicas que auxiliam os animais. Como os seres humanos são capazes de possuir tanta maldade no coração ao ponto de espanca um animal? Se os homens fazem barbaridades com animais, imagine o que eles não podem fazer com uma pessoa. Diante desse contexto, conclui-se que a partir da Lei 9.605/98 que bater em um animal nunca é a solução do problema, pelo contrário, isso só irá piorar ainda mais a relação com o bicho. Além disso, é importante que a lei seja mais divulgada para população saber quais medidas que precisam ser tomadas para minimizar os casos de maus tratos aos animais encontrados tanto na cidade como nas fazendas.

PALAVRAS-CHAVE: Maus tratos aos animais, crimes ambientais, proteção animal.

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3653 - Fax: (45) 3036-3638
www.univel.br

O ÀLCOOL E O MEIO ACADÊMICO

Magali Galvão[177], Maria Isabelly Santos[178], Tatiana de S. S. Libório[179], Thiago Alves[180], Caroline Buosi[181].

Escrito para apresentação na XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Educação, Tecnologia e Pós-modernidade"
28 e 29 de outubro de 2014 – UNIVEL – CPE – Cascavel-PR
ISBN 978-85-98534-11-4

RESUMO: O álcool é apontado como a droga psicoativa mais utilizada pela humanidade, sendo ensejador de estudos desde o velho testamento, passando a ser mais frequente o uso de forma abusiva após o advento da destilação, predispondo, assim, a várias doenças, sendo referido como a substância que leva o indivíduo à perda do controle de seus atos (MARQUES, 2012), motivo pelo qual torna-se importante objeto de estudo e pesquisa, considerando-se a relevância de investigar dados estatísticos acerca do consumo de álcool entre os acadêmicos de ensino superior, sendo este o objetivo do estudo ora realizado. Lista-se que o alcoolismo foi incluído no Manual Diagnóstico e Estatístico das Desordens Mentais (DSM-I) da Associação Psiquiátrica Americana (APA) no ano de 1952, recebendo posteriormente a classificação internacional das doenças da Organização Mundial da Saúde (OMS) pela CID-8, enquanto que a Síndrome de dependência pode ser identificada através da CID-10 (MARQUES, 2012). Analisando pesquisas já

[177] Acadêmico do Curso de Direito da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[178] Acadêmico do Curso de Direito da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[179] Acadêmico do Curso de Direito da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[180] Acadêmico do Curso de Direito da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[181] ORIENTADORA. Mestre. Professora do Curso de Direito da Univel – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

efetivadas sobre o tema, em especial uma efetivada junto aos estudantes da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), apresentada por RAMIS (*et. al*, 2012), ocasião na qual foram entrevistas 485 alunos que ingressaram na referida instituição no ano de 2008, nos cursos das áreas variadas, chegou-se a um resultado de 53,9% dos entrevistados como sendo do sexo feminino, mesmo com a escolha aleatória; 42,3% com idade inferior a 20 anos; 75% dos entrevistados fazem uso do álcool pelo menos uma vez por mês e a prevalência de risco para o alcoolismo 6,2%. Cerca de 3/4 dos entrevistados estudaram em escola pública no ensino médio e aproximadamente 1/3 não moram com os pais ou responsáveis. Observou-se, também, que 90% dos entrevistados iniciaram o hábito antes de ingressarem na universidade. Em pesquisa realizada na Unidade de Chapecó – SC, dos universitários entrevistados, 95% fazem uso de álcool, concluindo que o uso do álcool no meio acadêmico aumenta em grandes proporções tendendo à dependência química, atrapalhando as atividades universitárias (WANSCHER, *et. al.,* 2014). Dados nacionais apurados pelo Centro brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas e coletados em 107 cidades com mais de 200 mil habitantes demonstraram que 68% das pessoas entrevistadas consumiam álcool, sendo 15,5% na faixa de 18 a 24 anos, quais já eram dependentes da substância. Pesquisas de campo efetivadas por WAGNER *apud* RAMIS (*et. al.,* 2012) no período de 1997 a 2007 apontam que os jovens acadêmicos consomem álcool com grande prevalência, ajudando para o excessivo número estatístico das pesquisas, podendo decorrer da brusca mudança de vida, rotina, novas relações sociais, novos comportamentos e a saída de uma fase para outra. Identifica-se, assim, que hábitos saudáveis, ainda na adolescência auxiliam na ausência de consumo da substância, como também uma necessidade de instauração de políticas púbicas no intuito de evitar o consumo já na adolescência e até mesmo cursos, palestras no meio acadêmico por profissionais aptos da área da saúde. Evidente e supõe-se, assim, que a comunidade universitária auxilia no crescimento das pesquisas do consumo excessivo de álcool, em especial pelos estabelecimentos que são abertos próximos a tais instituições. No entanto não é o único e exclusivo motivo das estatísticas que hoje se encontram sobre o assunto. A intenção posterior é aprofundar o estudo e as pesquisas ora objeto de análise e apontamentos, desdobrando-se à comunidade acadêmica local, qual seja UNIVEL, para levantamento de dados e análise do que pode ser feito e quais as medidas a serem adotadas para coibir ou diminuir o consumo, em especial

pelo fato do consumo de álcool e direção de veículo automotor ser caracterizado como crime no ordenamento jurídico brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Álcool, estudantes, políticas públicas.

REFERÊNCIAS

MARQUES, ANA CECÍLIA PETTA ROSELLI**. O USO DO ÁLCOOL E A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE DEPENDÊNCIA DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS E TRATAMENTOS.** REVISTA IMESC Nº 03, 2001.

RAMIS, THIAGO ROZALES, *ET. AL.*. **TABAGISMO E CONSUMO DE ÁLCOOL EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS: PREVALÊNCIA E FATORES ASSOCIADOS.** REVISTA BRASILEIRA EPIDEMIA, 2012.

WANSCHER, DIENIFER, *ET. AL.*. **PERFIL DOS ACADÊMICOS DA UNOESC DE CHAPECÓ ACERCA DO USO DE PSICOTRÓPICOS E OS PROBLEMAS RELACIONADOS AOS MESMOS.** REVISTA UNINGÁ, VOL. 19, Nº 03, JUL – SET, 2014.

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3653 - Fax: (45) 3036-3638
www.univel.br

O BODYMODIFICATION ENQUANTO ATO DE DISPOSIÇÃO DO CORPO E MANIFESTAÇÃO DA PERSONALIDADE E A INTERVENÇÃO DO ESTADO

Caio Vinicius Grigio[182], Cátia SarretA[183]

Escrito para apresentação na XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Educação, tecnologia e pós-modernidade"
28 e 29 de outubro de 2014 – UNIVEL – CPE – Cascavel-PR
ISBN 978-85-98534-11-4

RESUMO: O *bodymodification*, também conhecido como modificação corporal, na língua portuguesa, é uma prática que está presente nas diferentes culturas humanas há milênios, e como o próprio nome sugere, consiste na modificação do corpo humano, através da alteração da aparência física de diversas formas para os mais variados fins. É de longa data o fascínio pelo ser humano em modificar a própria forma física, seja para tornar-se mais belo, intimidador ou como meio de cultuar suas religiões. A prática da modificação corporal caracteriza-se em um ato de disposição do próprio corpo, em que o indivíduo dispõe de sua integridade física com o objetivo de alterar a formar e/ou a estrutura de seu corpo, visando a modificação da sua aparência. O Código Civil de 2002, por sua vez, limitou os atos de disposição do próprio corpo, restringido o direito da personalidade de dispor da própria integridade física, caso esta resulte em diminuição permanente da integridade física ou contrarie os bons costumes, salvo por exigência médica. Dessa forma, sendo o *bodymodificantion* uma intervenção sobre a integridade física de caráter voluntário e não médica, fica, segundo o art. 13 do Código Civil, proibida sua prática. As modificações corporais se traduzem em um instrumento de que os indivíduos dispõe

[182] Acadêmico do Curso de Direito da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[183] ORIENTADOR: Mestre, Especialista em direito; Doutora em Ciências Sociais pela UNISINOS. Professora do Curso de Direito e Coordenadora de Grupos de Pesquisa da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

de desenvolverem as suas personalidades, e que de acordo com a lei vigente, se encontram restritas. Ocorre que com o fenômeno da constitucionalização do direito civil, a lei infraconstitucional deve respeito às normas e princípios previstos na Constituição Federal, ou seja, devem ser interpretadas a partir desta. É o caso do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, fundamento da república, previsto no art. 1°, III, da Carta Magna, que tutela em especial os direitos da personalidade, garantindo que todos têm a autonomia de desenvolverem e exaltarem suas personalidades livremente. Observa-se assim um conflito entre a restrição do Código Civil e a garantia do Princípio Constitucional que protege o livre desenvolvimento da personalidade. Assim, com esse trabalho, buscou-se elucidar, através de uma interpretação constitucional do Código Civil, a partir da dignidade humana, se a interferência do Estado na restrição dos atos de disposição do próprio corpo quanto a prática do *bodymodification* é excessiva e, portanto, inconstitucional. Tal questionamento, através da pesquisa e análise do pensamento doutrinário de diversos autores, concluiu-se no entendimento de que o art. 13 do Código Civil acaba por apenas impedir o surgimento e desenvolvimento de diferentes formas de manifestação pessoal, tendo em vista que, no caso do *bodymodification,* a prática não representa nenhum dano ou risco potencial e concreto de dano para a sociedade ou para o indivíduo, que mereça a tutela do Estado e sua conseqüente limitação, em virtude da diminuição da integridade física. Também observou-se que a limitação aos atos de disposição do próprio corpo em virtude da defesa dos bons costumes não se justifica, vide a gigantesca diversidade étnica e cultural no Brasil e o interesse constitucional em garantir o direito a diferença, sem apelo a grupos ou padrões de conduta dominantes. Para tanto, o presente trabalho foi desenvolvido com a utilização do método de abordagem dedutivo, através do qual foram analisados vários pensamentos doutrinários sobre o tema, da onde se chegou a uma conclusão para o problema do possível excesso da lei civil em limitar os atos de disposição do próprio corpo, ferindo o princípio da dignidade humana.

PALAVRAS-CHAVE: *Bodymodification,* constitucionalização, dignidade da pessoa humana.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Luísa Barran de Mello. **Atos de disposição sobre o próprio corpo**: *O caso da Bodymodification*. 2010. 59f. Monografia (Bacharel) – Departamento de Direito, PUC, Rio de Janeiro, 2010.

ANDRADE, André Gustavo Corrêa. **O princípio fundamental da Dignidade da Pessoa humana e a sua concretização judicial.** Web, 2008. Disponível em: <http://www.tj.rj.gov.br/institucional/dir_gerais/dgcon/pdf/artigos/direi_const/o_principio_fundamental_da_dignidade_humana_e_sua_concretizacao_judicial.pdf>. Acesso em: 20 de março de 2014.

BARBOSA, Alexandre. **De quem é o "próprio" corpo? A interferência do Estado nas liberdades de disposição do corpo**. *Univel, Revista de Estudos Jurídicos e Sociais*, Cascavel, n. 2, ago. 2013.

BARROSO, Luiz Roberto. **Neoconstitucionalismo e constitucionalização do Direito. O triunfo tardio do Direito Constitucional no Brasil**. Web, 2005. Disponível em : <http://www.luisrobertobarroso.com.br/wp-content/themes/LRB/pdf/neoconstitucionalismo_e_constitucionalizacao_do_direito_pt.pdf>. Acesso em 20 de março de 2014.

_____. **"Aqui, lá, e em todo lugar":** *A Dignidade Humana no Direito Contemporâneo e no discurso transnacional*. Revista dos Tribunais, v. 919, p. 127-196, maio de 2012. Disponível em:< http://www.luisrobertobarroso.com.br/wp-content/themes/LRB/pdf/aqui_em_todo_lugar_dignidade_humana_direito_contemporaneo_discurso_transnacional.pdf>. Acesso em: 01 de maio de 2014.

_____. **A Dignidade da Pessoa Humana no Direito Constitucional Contemporâneo:** *Natureza Jurídica, Conteúdos Mínimos e Critérios de Aplicação. Versão provisória para debate público*. Mimeografado, dezembro de 2010. Web, 2010. Disponível em: <http://www.luisrobertobarroso.com.br/wp-content/uploads/2010/12/Dignidade_texto-base_11dez2010.pdf>. Acesso em 20 de março de 2014.

LÔBO, Paulo. **Constitucionalização do Direito Civil**. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 4, n. 33, 1 jul. 1999. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/507>. Acesso em: 14 mar. 2014.

MATTAR, Joaquim José Marques. **A dignidade da Pessoa Humana como fundamento do Estado Democrático de Direito**. Revista Eletrônica de Direito do Estado (REDE), Salvador, Instituto Brasileiro de Direito Público, n°. 23, julho/agosto/setembro de 2010. Disponível em: < http://www.direitodoestado.com/revista/REDE-23-JULHO-2010-JOAQUIM-MATTAR.pdf>. Acesso em: 01 de maio de 2014.

SCHREIBER, Anderson. **Direitos de personalidade**. São Paulo: Atlas, 2013.

VIANNA, Túlio. **O direito ao próprio corpo**. Web, 2012. Disponível em:<http://tuliovianna.org/2012/10/>. Acesso em: 12 mar. 2014.

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3653 - Fax: (45) 3036-3638
www.univel.br

O DIREITO DE ARREPENDIMENTO EM COMPRAS DE PROMOÇÃO RELÂMPAGO REALIZADAS DENTRO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS

Rubia Carla Pozzebon[184], Cátia SarretA[185]

Escrito para apresentação na XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Educação, Tecnologia e Pós-modernidade"
28 e 29 de outubro de 2014 – UNIVEL – CPE – Cascavel-PR
ISBN 978-85-98534-11-4

RESUMO: Este trabalho tem como tema o direito de arrependimento presente no ordenamento jurídico brasileiro, mais especificamente no Código de Defesa do Consumidor (CDC) que, em seu artigo 49, dispõe que o consumidor tem o direito de desistir do contrato, "sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou a domicílio". O prazo definido pelo artigo citado para que o consumidor exerça o seu direito de arrependimento é de sete dias a contar da data de assinatura do contrato ou do ato de recebimento do produto ou serviço. Tal prazo é denominado "período de reflexão" para que o consumidor tenha a oportunidade de refletir sobre a real necessidade da aquisição de determinado produto ou serviço, ou mesmo para verificar se o produto que adquiriu fora do estabelecimento comercial corresponde ao que era esperado. Tendo este dispositivo legal como base, pretende-se, aqui, verificar a necessidade e possibilidade jurídica da aplicação do direito de arrependimento não só aos casos de contratos realizados fora do estabelecimento comercial, mas também naqueles realizados dentro do estabelecimento, especialmente durante as ditas "promoções relâmpago" que comumente acontecem em grandes supermercados e lojas de departamento. Embora o CDC seja categórico ao redigir que o direito de arrependimento de aplica exclusivamente para

[184] Acadêmica do Curso de Direito da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[185] ORIENTADORA: Professora Doutora Cátia Sarreta do Curso de Direito da Univel – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

compras realizadas fora do estabelecimento comercial, sabe-se que ao se criar este direito no CDC, o que se almejava pelo legislador era uma forma de proteger o consumidor, que é considerado parte vulnerável e hipossuficiente nas relações de consumo, e uma das formas de se equilibrar essas relações é possibilitar ao consumidor a realização de uma compra consciente. Durante uma promoção ou oferta relâmpago dentro de estabelecimento comercial, o consumidor é submetido a uma espécie de “marketing agressivo”, em que o consumidor, ao saber que pode comprar um ou mias produtos por um preço impressionantemente reduzido e por tempo limitado, acaba por não ter tempo de refletir se determinado produto é o que ele quer ou realmente precisa adquirir. Para a realização deste estudo, a abordagem metodológica empregada foi a qualitativa, por meio de pesquisa bibliográfica, tendo por objetivo conhecer os diferentes dispositivos legais, jurisprudências, e trabalhos publicados acerca do direito de arrependimento nas relações de consumo. Primeiramente foi definido o problema da pesquisa, a partir da percepção de que o consumidor que compra durante promoções relâmpago dentro de estabelecimento comercial poderia estar tendo seus direitos violados, tanto pelo fato estar agindo sob pressão e de não ter tempo de realizar uma compra consciente, quanto pelo fato de, após realizar uma compra indesejada, não ter seu direito de arrependimento aparado pelo CDC. Então, iniciou-se a revisão bibliografia a respeito do tema, com o objetivo de encontrar publicações que discorressem a respeito do tópico e jurisprudências que aumentassem o campo de alcance do artigo 49 do CDC. O referencial teórico utilizado neste trabalho inclui os estudos de Guerreiro (2013), Nery Júnior (2001), Baldivieso (2013), Souza Filha (2013), Souza (2013) e Gracia (2008). Após a seleção dos dados considerados mais relevantes, confeccionou-se o trabalho que será aqui apresentado. Como primeiras conclusões, pode-se afirmar que em geral o artigo 49 do CDC se aplica apenas às compras realizadas fora do estabelecimento comercial, mas a preocupação com a real defesa da parte hipossuficiente nas relações de consumo já tem sido demonstrada em jurisprudência e também em julgados. Exemplos dessa interpretação encontram-se em afirmações tais como a de Mares (2009) sobre a necessidade da “intervenção do Estado na relação de consumo para que seja mantido o equilíbrio entre as partes, de modo que o poder de uma não sufoque os direitos da outra”, bem como na declaração de Azevedo (1996) de que o direito de arrependimento “tem por escopo proteger o consumidor da prática comercial agressiva que o impede de refletir e manifestar

livremente sua vontade”, e por conseguinte, práticas de venda que desequilibram a relação de consumo estão também sujeitas ao direito de arrependimento, mesmo quando realizadas dentro do estabelecimento comercial. Pretende-se dar continuidade a este trabalho explorando com maior profundidade o período de reflexão do consumidor e os desdobramentos da aplicação do artigo 49 além do alcance nele expresso.

PALAVRAS-CHAVE: Direito de arrependimento, promoções relâmpago, interior do estabelecimento comercial.

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3653 - Fax: (45) 3036-3638
www.univel.br

PEDOFILIA NO CONTEXTO HISTÓRICO

Barbara Aparecida Dutra Heckler[186], Isabela Silveira Martins Sbierski[187],Izabella Luana Marinho[188],Mariana Soares Silva[189] Cezar Roberto Versa[190]

Escrito para apresentação na XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
“Educação, Tecnologia e Pós-Modernidade**”**
28 e 29 de outubro de 2014 – UNIVEL – CPE – Cascavel-PR
ISBN 978-85-98534-11-4

RESUMO: O presente trabalho tem por finalidade relatar sobre a pedofilia no contexto histórico, que com a mudança de pensamentos da sociedade passou a ver a pedofilia como algo repulsivo, sendo considerado um transtorno psicológico, o trabalho tem por objetivo também identificar essa nova forma de pensar, e abordar a necessidade de criação de leis sobre a pedofilia, a importância do surgimento dessas leis é para ajudar crianças vítimas de pedofilia regulamentando a relação entre crianças e adultos que em certas épocas e em algumas culturas essa relação era vista como aceitável. Sendo um trabalho de abordagem qualitativa, descritiva, usando método indutivo com procedimento técnico de pesquisa bibliográfica a partir de matéria já publicada. Ser criança resume-se em ser feliz, alegre, despreocupado, a infância é considerada o “melhor tempo da vida”, porém, definir essa categoria da vida não é tão fácil quanto parece. A infância nem sempre é dessa forma por algumas crianças, muitas nem mesmo sabem o que o que é isso. Para definirmos essa categoria é preciso levar em consideração as diferenças entre os grupos

[186] Acadêmico do Curso de Direito - da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[187] Acadêmico do Curso de Direito - da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[188] Acadêmico do Curso de Direito - da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[189] Acadêmico do Curso de Direito - da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[190] ORIENTADOR: Professor Especialista/Mestre Cezar Roberto Versa do Curso de Direito da Univel – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

sociais e o sentido e os valores que estes grupos atribuem a essa fase da vida chamada infância. A criança precisa aprender os bons ensinamentos desde o nascimento até os três anos de idade, pois é considerada a fase em que há o desenvolvimento mais rápido da criança, por isso é importante educá-la respeitando suas particularidades, sempre com atividades com um nível de educação básica para que ela possa aprender a imaginar e se agregar na cultura e sociedade para aprender também a conviver em grupo. E é de suma importância para o desenvolvimento do ser humano. A sexualidade que está presente ao longo de toda a vida. O que os pensadores, filósofos, cientistas e demais estudiosos do tema vem tentando entender ao longo dos tempos é talvez um dos assuntos mais polêmicos relacionados ao assunto, em qual idade e de que maneira começa o desenvolvimento da sexualidade. Das tantas teorias existentes a primeira e a pode-se dizer, mais famosa, é a criada por Freud. Diante de seus estudos Freud conclui que a sexualidade nasce com o ser humano e vive com ele até o momento de sua morte. Ele separa então em fases o desenvolvimento da sexualidade na infância. Deis dos primórdios a sexualidade desperta o interesse das pessoas, porém ela só vem sendo estudada nos últimos séculos, sempre carregada de valores, estigmas e preconceitos. Hoje ela ainda é um tema considerado ainda polêmico e repreensivo na nossa sociedade. A pedofilia é conceito da área da psiquiatria que define uma perturbação mental no indivíduo. Na qual o individuo tem atração sexual por crianças pré-púberes. Geralmente, são homens tímidos que não se satisfazem com mulheres adultas, mas com crianças eles se sentem no controle da situação, como se tivesse todo o domínio sobre a vítima. O indivíduo com essa perturbação deve ter no mínimo 16 anos e tendo pelo menos 5 anos a mais que a criança,imaginava-se que umas das causas da pedofilia seriam o agressor ter sofrido abuso sexual na infância, mas foi descartada, pois pesquisas mostradas por um grupo pré-definido que a grande maioria das crianças não se torna pedófilos e nem tampouco os agressores sofreram necessariamente algum abuso sexual. Em cada país a relação sexual entre adultos e adolescentes é regulada por lei, no Brasil a idade de consentimento é de 14 anos. O crime de pedofilia não vem previsto expressamente em lei, mas no Brasil o tipo penal para pedofilia é estupro de vulnerável criado com a lei 12.015 de agosto de 2009, assim definido: “Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos”, que anteriormente caracterizava o crime de atentado violento ao pudor (art. 214 do Código Penal), agora revogado. Em

1990, estupro foi considerado crime hediondo com pena de 8 a 15 anos. Muito se mudou sobre o modo de ver a pedofilia e as leis foram se moldando a essas mudanças de pensamentos, mesmo assim necessitam de maior proteção a criança, orientações e tratamentos. As crianças agredida pode não se tornar um agressor um dia, mas as conseqüências emocionais, mentais a sua autoconfiança é brutalmente abalada.

PALAVRAS-CHAVE: Criança; Pedofilia; Lei;

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3653 - Fax: (45) 3036-3638
www.univel.br

PEDOFILIA

Giovana Kist Bomfanti[191], Mariana Cordeiro Carvalho [192], Marina Luiza Barzotto [193], Rosana Bonissoni[194]

Escrito para apresentação na XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Educação, Tecnologia e Pós-modernidade"
28 e 29 de outubro de 2014 – UNIVEL – CPE – Cascavel-PR
ISBN 978-85-98534-11-4

RESUMO: A temática a ser desenvolvida é a pedofilia que pode ser definida pela atração erótica por crianças, vinda de um adulto ou adolescente, elaborada no terreno da fantasia, que pode se materializar em abusos sexuais com meninos ou meninas. E análise do perfil do pedófilo, suas características, bem como os meios de atração utilizados para atrair suas vítimas e a aplicação da lei. O objetivo central é abordar questões relevantes sobre o tema, mostrando as características do pedófilo e o que o leva a praticar o crime, identificar o perfil do pedófilo; descrever as consequências para as vitimas que sofreram o abuso sexual; a aplicação da Lei Penal Brasileira sobre o crime de pedofilia e demonstrar as táticas usadas para atrair a criança. O trabalho se justifica mediante a importância de se tratar este assunto, devido ao grande crescimento dos casos de pedofilia, tanto na vida real como no mundo virtual. A mídia falada e escrita, nos últimos tempos, tem exposto abundantemente sobre o tema, pois casos absurdos têm acontecido com relação a esse tipo de crime, e vê-se que a pedofilia é realmente um crime que não tem distinção de classe social e pode ser praticado por qualquer pessoa, independente do gênero, raça ou religião. Na maioria dos casos, os agressores são conhecidos das vitimas, 30% dos casos são praticados por alguém da família da criança, 60%

[191] Acadêmica de Direito UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[192] Acadêmica de Direito UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[193] Acadêmica de Direito UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[194] ORIENTADORA: Professora/Mestre – Direito UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

de alguém que elas conhecem e apenas 10% por pessoas desconhecidas das vitimas. Geralmente, são do sexo masculino, com mais de 30 anos de idade, poucos amigos na sua faixa etária, se casados a relação é baseada em companheirismo sem relações sexuais, fascinados por atividades e passa-tempo de crianças. Existe uma dificuldade muito grande na classificação do pedófilo, pois encontram-se diversas denominações para o sujeito, podendo ser visto como abusador sexual infantil, autor de violência sexual contra crianças, molestador e abusador. Desta forma, dificulta a delimitação entre os mesmos. As consequências para as vítimas que sofrem o abuso sexual são inúmeras e muito complicadas de serem tratadas, pois acarretam muitos problemas. Primeiro, a criança que sofre o abuso se torna mais vulnerável e suscetível de entrar no mundo das drogas, prostituição e muitas vezes se torna um adulto violento. Além dos transtornos emocionais, há também os transtornos físicos os quais a criança contrai uma doença sexualmente transmissível. No caso das meninas uma gravidez indesejada, problemas nos órgãos íntimos como dor, hemorragias entre outros. Por outro lado, há ainda as consequências psicológicas, que podem seguir aquela pessoa o resto da vida, podendo determinar um comportamento antissocial ou diferente. No nosso ordenamento jurídico não existe nenhuma lei especifica para a pedofilia, porém pune qualquer tipo de ato lesivo à integridade física e psíquica da criança, sendo que a pena mais alta é a do estupro de vulnerável. No Art. 227 da Constituição Federal, assegura-lhes proteção contra toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Além das garantias existentes na Constituição a Convenção Internacional dos Direitos da Criança de 1989. No artigo 217 do Código Penal Brasileiro a pena prevista para o estupro de vulnerável é a reclusão de 8 a 15 anos, se do ato resulta em lesão corporal de natureza grave, a pena é de reclusão de 10 a 20 anos. E caso a violência resulte em morte a pena é de reclusão de 12 a 30 anos. A Lei nº 11.829/2008 alterou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com o objetivo de combater as condutas relacionadas a pedofilia na internet.
No artigo 240 do ECA, produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente, pena de reclusão de 4 a 8 anos e multa. O procedimento metodológico utilizado na forma de abordagem do problema é dado por meio qualitativo e para fundamentar o trabalho foi feita uma pesquisa bibliográfica. Considerando a importância do tema, é necessário que os pais sempre acompanharem a rotina da

criança e estarem de olho em seus gestos, devendo alertá-las de que ninguém deve tocar seu corpo sem sua permissão.

PALAVRAS-CHAVE: Pedofilia, abuso sexual, punição.

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3653 - Fax: (45) 3036-3638
www.univel.br

RESSOCIALIZAÇÃO PELA EDUCAÇÃO

Fabio de Lima[195], Fernando Henrique Aparecido de OliveirA[196], Mauricio Lorençato da Silva[197], Cezar Roberto Versa[198].

Escrito para apresentação na XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Educação Tecnologia e Pós-Modernidade"
28 e 29 de outubro de 2014 – UNIVEL – CPE – Cascavel-PR
ISBN 978-85-98534-11-4

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo despertar a aplicação da ressocialização dos apenados, para que possam ingressar na sociedade e não cometerem crimes. Antes de iniciar, é importante destacar que a prisão iniciou a partir do século XIX, acreditando-se que seria o meio adequado para a reforma do delinquente. Todavia, nesse novo cenário do sistema carcerário brasileiro não há muitas esperanças com o simples fato de punir, gerando muitas crises carcerárias e com o próprio objetivo da pena. É o que afirma Bitencourt (2014, p.611): "Essa crise abrange também o *objetivo ressocializador* da pena privativa de liberdade, visto que grande parte das críticas e questionamentos que se faz a prisão refere-se à impossibilidade absoluta ou relativa, de obter algum efeito positivo sobre o apenado". Uma parcela da população carcerária não receberam, ou não complementaram seus estudos, sejam eles, fundamentais, médios ou superiores. A função da execução penal não tem como finalidade afastar o autor de um delito da sociedade, mas contribuir em seu crescimento e integração no meio social. Esse processo deverá possuir um incentivo educacional, como valoração da dignidade da pessoa humana, sendo esse processo como um pressuposto para integração do criminoso na sociedade (BRITO, 2013). Um direito de todos é Educação, é o que

[195] Acadêmico do curso de Direito – Direito Univel – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[196] Acadêmico do curso de Direito – Direito Univel – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[197] Acadêmico do curso de Direito – Direito Univel – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[198] ORIENTADOR: Professor mestre Cezar Roberto Versa do Curso de Direito Univel - Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

preconiza a Constituição Federal no art. 205: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (CF/88). Ainda como dever do Estado, o art. 208, I, atesta o ensino fundamental obrigatório e gratuito: O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria (CF/88). BRITO (2013), afirma que a educação intelectual é um dos elementos básicos, que contribui aos condenados, ganhar de modo licito sua subsistência, no momento em que se encontrar em liberdade, e que a educação concede grande importância para facilitar sua recuperação social. Para os que estão cumprindo pena em regime semiaberto, será permitida a frequência de cursos supletivos e profissionalizantes em instituições externas (arts. 35 e 36, CP). O condenado para contribuir na ressocialização, além de frequentar um grau de educacional, devera frequentar um curso profissionalizante privado. Afirma Brito (2013, p. 102): A educação escolar do condenado adquire relevância não só na melhoria de suas capacidades, mas também como fator de sua reinserção na comunidade. Por isso, a preocupação de permitir ao sentenciado que frequente estes cursos em estabelecimentos privados, gradativamente a recolocando-o no contexto social, familiar e profissional, sem que perca o contato com as técnicas e equipamentos com os quais deverá operar quando retornar à sociedade. Sendo assim, percebe-se a responsabilidade do Estado com a educação, pois além de um Direito do cidadão, seja ele carcerário ou não, é um dever do Estado garantir educação a todos e, portanto, reestabelecendo a Dignidade da Pessoa Humana que é um Principio Fundamental art. 1, III, da Constituição Federal, que é o centro de todo ordenamento jurídico brasileiro. Assim, possibilitando o apenado a se integrar a sociedade para não cometer novos delitos. Pois segundo Aristóteles a educação é fundamental e desenvolve a segurança e a saúde da sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: direito, ressocialização, educação.

REFERÊNCIAS

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Direito Penal**. Parte Geral. 17° ed. São Paulo. Editora Saraiva. 2012.

BRITO, Alexis Couto. **Execução Penal.** 3° ed. Barra Funda. Editora Revistas Dos Tribunais. 2013

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3653 - Fax: (45) 3036-3638
www.univel.br

TUTELA DOS CONTRATOS VIA INTERNET : ANÁLISES SOBRE O DECRETO LEI Nº 7.962/13

Angela Apª Mafra[199], Jaqueline Granemann[200], Cátia Rejane Liczbinski Sarreta [201]

Escrito para apresentação na XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Educação, Tecnologia e Pós Modernidade"
28 e 29 de outubro de 2014 – UNIVEL – CPE – Cascavel-PR
ISBN 978-85-98534-11-4

RESUMO: O Direito brasileiro está em fase de adaptação diante da nova realidade digital, muitos o denominam Direito Eletrônico. E consequentemente as relações contratuais efetivadas via internet exigem uma atenção especial, principalmente pelo fato da internet ser um local hipervulnerável, isto é, limita significativamente os sentidos sensoriais do consumidor. Nesse sentido, o decreto Lei nº 7.962/13 surge para regular e complementar algumas lacunas da lei 8.078/90, mais conhecida como Código de Defesa do Consumidor. Dessa forma, o principal intuito deste resumo é demonstrar que, o queocorre atualmente no Direito Eletrônico brasileiro, está mais para erro de interpretação e efetivação das regras existentes, do que a falta de legislação que tutelem os direitos do consumidor que se utilizam dos meios via internet, para realização dos negócios jurídicos. Para isso, a metodologia utilizada será através do método dedutivo, pesquisas doutrinárias, jurisprudências, e legislações sobre a proteção do consumidor especificamente consumidor/internauta. Este decreto de Lei 7.962/13 faz referencia a três aspectos fundamentais para contratação no meio virtual, os quais sejam: os textos devem conter "informações" claras a respeito do produto, do serviço e do fornecedor; a empresa deve demonstrar sua capacidadepara negociar com clientes eletrônicos, devendo ainda

[199]Acadêmica do Curso de Direito UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel, 3ºano Turma B.
[200]Acadêmica do Curso de Direito UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel, 3ºano Turma B.
[201] Orientadora: Cátia Rejane Liczbinski Sarreta Advogada, Doutora em Ciências Sociais na UNISINOS, Mestre, Especialista em Direito Privado, da Unijuí. Professora do curso de Direito da UNIVEL – Faculdade de Ciências SociaisAplicadas de Cascavel.

facilitar o atendimento ao consumidor; e o direito do consumidor ao arrependimento, o qual também está previsto no artigo 49 e parágrafo único do CDC que, no decreto consta do artigo 5º o qual segue:

> “ Art. 5º – O fornecedor deve informar, de forma clara, ostensiva, os meios adequadose eficazes para o exercício do direito de arrependimento pelo consumidor”
> Parágrafo 1º diz: “o consumidor poderá exercer seu direito de arrependimento pela mesma ferramenta utilizada para a contratação”, em outras palavras, também pela via eletrônica.

Significa dizer, que o decreto fala que o direito de arrependimento implica na rescisão dos contratos acessórios sem qualquer ônus para o consumidor, devendo ser comunicado imediatamente pelo fornecedor à instituição financeira administradora do cartão de crédito a qual serviu como mediação para pagamento, e se o valor já foi lançado na fatura, que o mesmo seja estornado. Ainda prevendo aplicação de possíveis sanções previstas no artigo 56 do CDC, onde cabe: I – Multa; II – apreensão do produto; III – inutilização do produto; IV – cassação do registro do produto junto ao órgão competente; V – proibição do fabricante do produto; VI – suspensão de fornecimento de produtos e serviço; VII – suspensão temporária de atividade; VIII - revogação de concessão ou permissão de uso; IX – cassação de licença do estabelecimento ou de atividade; X – interdição, total ou parcial, de estabelecimento, de obra ou de atividade; XI – intervenção administrativa; XII – imposição de contrapropaganda. Dessa forma, importante salientar que essas sansõesnão excluem outras de natureza civil, penal e das definidas em normas especificas, facilitando ao Consumidor, se caso houver eventuais problemas, uma maior facilidade para recorrer ao Poder Judiciário dirimindo o conflito. Além deste decreto e do Código de Defesa do Consumidor, existe o Plano Nacional de Consumo e Cidadania, e mais recentemente o Marco Civil da Internet que também estabelece diretrizes a cerca da proteção do consumidor “on line”. E também vários projetos de atualizações do Código de Defesa Civil inclusive no que tange sobre a esfera virtual. Mas o mais importante disso tudo, são regras e normas que já podem ser utilizadas e aplicadas diretamente nas relações de consumo via internet. Sendo assim, fica evidente que o Decreto Lei nº 7.962/13 reforça o que já constava no CDC, apenas adequando para a realidade virtual. Cabendo a nós consumidores, aplicar e exercer esses direitos principalmente quando a relação de consumo é pautada em um dos princípios preponderantes do DireitoEletrônico que é o princípio

da boa -fé objetiva.

PALAVRAS-CHAVE: Decreto Lei nº 7.962/13 ,Tutela Contratos , Internet.

REFERÊNCIAS

BRASIL, CDC (1990). **Código de Defesa do Consumidor**. Brasília, Senado Federal, 1990.

GRINOVER, Ada Pellegrini, et all..., **Código Brasileiro de Defesa do Consumidor – comentado pelos autores do anteprojeto**. São Paulo: Editora Forense Universitária, 2001.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto 7962/13 - de 15 de Março de 2013**. Disponível :http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/1034424/decreto-7962-13. Acessado em 29/09/2014.

XII JORNADA CIENTÍFICA "EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E PÓS-MODERNIDADE"

RESUMOS

GESTÃO AMBIENTAL

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3653 - Fax: (45) 3036-3638
http://www.univel.br

EDUCAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL: ESTUDO DE CASO DOS ESTUDANTES DO COLÉGIO ESTADUAL HORÁCIO DOS REIS EM CASCAVEL - PR

Regiane Amarante[202], Rony E.G. Nogueira[203], Silvana Damin[204]

Escrito para apresentação na XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Educação, tecnologia e pós-modernidade"
28 e 29 de outubro de 2014 – UNIVEL – CPE – Cascavel-PR
ISBN 978-85-98534-11-4

RESUMO: A Educação Ambiental é considerada uma ferramenta de conscientização dos problemas ambientais originados a partir da relação homem e natureza. Desde a Conferência de Tbilisi (1977) as questões ambientais tornaram-se mais "visíveis", com a Educação Ambiental ganhando espaço por meio de iniciativas de Preservação e de Desenvolvimento Sustentável. Nesse sentido, as escolas apresentam grande potencial para a formação de cidadãos conscientes de suas atitudes, sendo os jovens, agentes multiplicadores de propostas socioambientais. Estudos indicam que a má conservação da qualidade do meio ambiente reflete na qualidade de vida das pessoas, desta forma refletimos a respeito das ações que nos levou a situação atual. Nesse sentido, é de grande relevância trabalhos que busquem apresentar a sustentabilidade no dia a dia, com conceitos e práticas de reciclagem, reutilização e redução do consumo, por meio da educação ambiental formal e não-formal, ou seja, dentro e fora do ambiente escolar. Dessa forma, pode-se atingir a conscientização da problemática que estamos inseridos, promovendo a construção de adultos éticos com o meio ambiente, e propensos ao desenvolvimento sustentável desejado com as gerações futuras. Diante deste contexto, o presente trabalho buscou o envolvimento de crianças, para as quais, foram apresentadas, as possíveis consequências de um futuro sem a qualidade ambiental básica de que

[202] Acadêmica do Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[203] Acadêmico do Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[204] ORIENTADOR: Professora Mestre Silvana Damin do Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental da Univel – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

necessitamos para a sobrevivência. e auxilio na construção do pensamento sustentável em crianças e adolescentes através da educação ambiental. Realizou-se estudo investigativo sobre importantes questões ambientais junto aos alunos do sexto ano, do período vespertino, da Escola Pública de Ensino Fundamental e Médio Colégio Estadual Horácio dos Reis, os alunos tinham idade entre 11 (onze) e 12 (doze) anos, residentes na área rural e urbana. Aproximadamente vinte (20) adolescentes participaram do estudo. Como método de coleta de dados utilizou-se um questionário, composto de 10 (dez) perguntas básicas sobre o meio ambiente e sua degradação, com destaque para investigação do dia-a-dia dos alunos e as práticas sustentáveis de suas famílias. Após a coleta e tabulação dos dados, foi possível visualizar onde havia carência de informação. A partir da constatação de falhas de conhecimento, sobre algumas questões básicas relacionadas ao meio ambiente, foi elaborada uma pequena palestra focada nas dúvidas desses alunos, onde foram promovidas pequenas discussões sobre o tema em questão. Ao final dessa palestra, um novo questionário contendo 4 (quatro) questões, foi aplicado, referindo-se a palestra, para identificar a fixação do assunto. Os dados do primeiro questionário revelaram que 75% dos alunos realizam a separação do lixo, economizam os recursos naturais e consideravam bons os conceitos de educação ambiental transmitidos pela escola, sendo as principais dúvidas (de cerca de 70% dos alunos) referentes aos impactos sofridos pela fauna e flora. Ao se identificar esta deficiência de informações, a palestra foi direcionada nesse sentido, com o segundo questionário avaliando ainda, o método de difusão do conteúdo. Esse demonstrou que 80% dos participantes agregaram conhecimentos ambientais, não verificados no primeiro questionário. A incoerência das ações humanas no meio ambiente revela sua ignorância à reação recíproca de seus atos, desta forma o desenvolvimento sustentável é apontado como processo que assegura a utilização responsável dos recursos naturais, atendendo as necessidades essenciais e também os preservando para as gerações futuras. Contudo, o presente trabalho demonstrou que essa nova geração, está se tornando consciente dos problemas ambientais e possíveis soluções, sendo relevante o papel da escola para a promoção de discussão e atividades referentes às questões ambientais.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Ambiental, Degradação, Sustentabilidade.

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3653 - Fax: (45) 3036-3638
www.univel.br

RESÍDUOS ORIUNDOS DA PECUÁRIA LEITEIRA PARA A PRODUÇÃO DE BIOGÁS E BIOFERTILIZANTE: UM ESTUDO PARA A PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Rony E. G Nogueira[205], Regiane Amarante[206], Elaine Ap. Wilges Kronbauer[207]

Escrito para apresentação na XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Educação, tecnologia e pós-modernidade"
28 e 29 de outubro de 2014 – UNIVEL – CPE – Cascavel-PR
ISBN 978-85-98534-11-4

RESUMO: Os dejetos resultantes da criação em grande escala de ruminantes são considerados um fator negativo ao meio ambiente. Estudos de gerenciamento visam buscar soluções sustentáveis para atividade da pecuária leiteira. Este setor quando é de forma intensiva, é considerado grande gerador destes poluentes. Os dejetos gerados podem ser utilizados para a produção de biogás e biofertilizantes e amenizar os impactos causados pela atividade sobre o meio ambiente. Pode ser considerada uma estratégia para o agropecuarista tornar sua atividade sustentável, além de reduzir custos da produção. Pesquisas com biogás na região iniciaram em pequenas propriedades rurais com vários tipos de resíduo animal. No entanto, a região não investe devido ao alto custo de implantação dos sistemas. O presente estudo teve como objetivo promover a educação ambiental, demonstrar a eficiência da produção do biogás como tratamento dos dejetos e analisar a eficiência do biofertilizante. O biofertilizante resultante do processo apresenta grandes quantidades de nitrogênio e fósforo ideal para ser utilizado como adubo, também possui pH básico agindo na correção de solos ácidos e não exalar mau odor. O projeto foi realizado, no formato experimental, na propriedade Lactoama, situada na Estrada Rio da Paz km 15. Para a realização do trabalho utilizou-se de um

[205] Acadêmico do Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[206] Acadêmica do Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[207] ORIENTADOR: Professora Mestre Elaine Ap. Wilges Kronbauer do Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental da Univel – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

biodigestor caseiro. Primeiramente realizou-se a captação dos dejetos dos animais e posteriormente houve o abastecimento do biodigestor. A partir desse momento o sistema foi monitorado para verificação da produção do biogás, processo natural de fermentação e conversão energética da biomassa através da biodigestão anaeróbia. As bactérias presentes no sistema produzem metano (CH4) e dióxido de carbono (CO2) a partir da matéria orgânica. A produção se iniciou a partir de 20 dias e aumentou entre 30 e 45 dias. A energia gerada com dejetos obtidos, em um sistema de produção animal, pode suprir a demanda de energia do mesmo e reduzir o uso de fertilizantes químicos. O uso excessivo de fertilizantes químicos pode prejudicar as culturas e o solo. Os resultados obtidos com foram divulgados através de oficinas e palestras nas escolas com o objetivo de promover a educação ambiental. A educação ambiental foi promovida para demonstrar a importância das questões ambientais relacionadas com a problemática vivenciada nos dias atuais. É a partir da educação ambiental que poderemos alcançar soluções para questões polêmicas sobre a demanda de recursos naturais e aquecimento global. Para a demonstração da eficiência do biofertilizante será realizada comparação da nutrição das culturas. A semeadura do milheto foi realizada no inicio do período de plantio de verão, sendo dividido em duas partes distintas onde uma será utilizada o subproduto do biogás e a outra a adubação convencional (N.P.K.). Será acompanhado o desenvolvimento e nutrição das plantas utilizando os dois processos para que possam ser feitas comparação da utilização do biofertilizante e do fertilizante químico para demonstrar a eficiência do subproduto do biogás, sendo possível a substituição dos químicos. Concluiu-se que a partir deste projeto piloto, que atividades econômicas podem ser sustentáveis. Onde a sustentabilidade almeja três fatores relevantes na economia, ou seja, fator econômico, ambiental e social.

PALAVRAS-CHAVE: Gerenciamento de Resíduos. Biofertilizante. Sustentabilidade.

RESUMO

OUTRA INSTITUIÇÃO

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3653 - Fax: (45) 3036-3638
www.univel.br

ALEGORIA DA CAVERNA

Andressa Gabriela Felipe[208], Daniel Bernardes da Silva[209], Tiago Soares dos Santos[210]

Escrito para apresentação na XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Educação, tecnologia e pós-modernidade"
28 e 29 de outubro de 2014 – UNIVEL – CPE – Cascavel-PR
ISBN 978-85-98534-11-4

RESUMO: O filósofo tem a incumbência de questionar essa realidade das aparências. Tais aparências colocam na Alegoria da caverna, de ilusões dos sentidos, abrindo a perspectiva à razão.Esta alegoria faz alusão ao advento do pensamento racional. De acordo com esta alegoria, o conhecimento sensível é semelhante a uma caverna onde homens estão presos à ignorância originadas que recebem dos sentidos. Para eles isto seria a única verdade possível. Conhecer para Platão é o sumo bem, e o bem está na organização da cidade de acordo com este conhecimento e não de acordo com as opiniões. Essa busca pelo conhecimento é o amor e o desejo pela sabedoria é próprio da filosofia. Gradualmente, à medida que o homem conhece, o próprio conhecimento desperta o desejo contínuo do saber. Após deixar a caverna este humano sofre a cegueira, pois não tivera antes contato com tal luz e o abandono de seu antigo estado causa medo e dor, mas ele é convidado a continuar sua ascese superando o mundo sensível, apreendendo os movimentos do sol, as estações e suas consequências. A Alegoria da caverna é uma forma que Platão utilizou para expor seus conceitos de análise o mundo. No ideal de república platônica apresenta-se também um projeto pedagógico, por meio do qual os produtores encarregados do trabalho, os guardas que velam pelo bem público, sob a

[208] Aluna do curso técnico integrado a informática do Instituto Federal do Paraná – Campus Cascavel -Bolsista PBIS- PROENS.
[209] Aluno do curso técnico integrado a informática do Instituto Federal do Paraná – Campus Cascavel -Bolsista e extensionista da Proepi- CNPq e Fundação Araucária
[210] ORIENTADOR: Professor Especialista em Metodologia do Ensino de Filosofia e Sociologia, Mestre em Filosofia Moderna e Contemporânea, Docente de Filosofia do IFPR – Campus Cascavel e docente de Metodologia da Pesquisa do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel – Univel.

égide da gestão racional dos filósofos magistrados, são formados para desempenhar estas funções sociais. Conhecer para Platão é o sumo bem, e o bem está na organização da cidade de acordo com este conhecimento e não de acordo com as opiniões. Em nosso dia-a-dia formulamos uma série de opiniões a respeito de tudo quanto nos cerca. São descrições imprecisas ou relatos de fatos e acontecimentos abordados de maneira superficial impregnados de opiniões, que geram uma infinidade de conceitos preconcebidos que vão aos poucos, tornando-se te do conhecimento popular. Contudo, nem todos os conhecimentos integrantes do senso comum são irrelevantes, já que partem da própria realidade, algumas concepções são de fato precisas, faltando a elas, sobretudo, o rigor, o método, a objetividade e a coerência típicas do senso crítico. A filosofia se organiza como pensamento racional juntamente com processo de formação da *polis,*constituída por uma política concentrada na *ágora,* isto é, na vivencia do espaço público onde acontecem reuniões os debates e deliberação por parte dos cidadãos. Comparando o mundo visível por meio dos olhos á caverna da prisão, e a luz da fogueira lá existente á força do sol, que traz á questão da passagem do senso comum para o senso crítico ocorre no contexto da formação social e politica do cidadão. Mas sabemos que apenas Deus sabe a verdade, pois entendemos nossos limites, entretanto, devemos ultrapassar los e ver o que é justo e belo á nossa frente, no mundo visível e no mundo inteligível pois assim veremos da verdade inteligência e que é preciso vê-la para ser sensato na vida particular e publica .

PALAVRAS-CHAVE: Ignorância, conhecimento, maiêutica.

XII JORNADA CIENTÍFICA “EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E PÓS-MODERNIDADE”

RESUMOS

PEDAGOGIA

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3653 - Fax: (45) 3036-3638
www.univel.br

ARRANJOS ESPACIAIS: UM OLHAR VOLTADO AO BAIRRO FLORESTA DO MUNÍCIPIO DE CAFELÂNDIA NO OESTE DO PARANÁ

Adrieli Fátima Leotério[211], Fabiana Vogt[212], Kelly Cristina VIsovati[213], Lucia Vitorina Bogo[214]

Escrito para apresentação na XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Educação, tecnologia e pós-modernidade"
28 e 29 de outubro de 2014– UNIVEL – CPE – Cascavel-PR
ISBN 978-85-98534-11-4

RESUMO: A compreensão da história dos lugares e, principalmente, sua formação enquanto arranjo espacial que, ao longo do tempo, é modificado pelas ações humanas é uma forma de (re)conhecer as próprias identidades e também de projetá-las para além do espaço e tempo vividos. Assim, oferece-se a comunidade a sistematização de informações que auxiliem no (re)conhecimento da formação histórica e geográfica do espaço em que vivem.A pesquisa desenvolvida sobre o Bairro Floresta do Município de Cafelândia do Oeste do Paraná foi delimitada com o objetivo de compreender como se desenvolveu a formação deste bairro enquanto arranjo espacial, apontando sua construção histórica e as intencionalidades que perpassaram em seu desenvolvimento, assim como as relações econômicas, políticas, sociais e culturais que influenciaram a sua formação. Para tanto, buscou-se levantar dados sobre o bairro desde sua criação, juntamente com os moradores e demais pessoas que participaram e deixaram marcas (in)visíveis na história, assim como colaboraram para a construção identitária do bairro. Dessa forma, por meio deste projeto apresentam-se os resultados parciais da pesquisa desenvolvida.O

[211] Acadêmica do Curso de Pedagogia da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[212]Acadêmica do Curso de Pedagogia da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[213]Acadêmica do Curso de Pedagogia da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[214]Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá - UEM,Professora Orientadora do Curso de Pedagogia da Univel – Faculdade de Ciências SociaisAplicadas de Cascavel.

trabalho foi desenvolvido mediante estudos bibliográficos sobre as configurações dos arranjos espaciais, tendo como suporte a compreensão de espaço, lugar, paisagem e território, a partir dos quais realizou-se entrevistas com os moradores mais antigos do bairro, assim como representantes do mesmo. Pautou-se no recolhimento de fotografias, análise de documentos e legislações disponíveis na Prefeitura Municipal de Cafelândia, bem comonas atas da Associação de Moradores do Bairro Floresta. Dessa forma desenvolveu-se a análise dos dados e a construção da linha do tempo a partir do ano de 1997, em que o antigo proprietário iniciou o processo de implementação do loteamento. Dessa forma, a compreensãodas relações econômicas, políticas, sociais e culturais que permeiam a vida dos moradores que, sem dúvida, colaboram para o desenvolvimento dos espaços, assim como o caracterizam enquanto construção identitária da população que ali reside é condição necessária para proceder a leitura dos diferentes arranjos espaciais, para além de sua aparência. Assim é que parte-se do pressuposto que

> "[...] Olhar e conseguir perceber o que está por trás dessa aparência, reconhecer os interesses envolvidos, as motivações, as lutas sociais, a capacidade de articulação das pessoas do lugar significa ler para além da paisagem" (CALLAI, 2010, p. 38).

Por intermédio do desenvolvimento desta pesquisa tem sido possível perceber que as melhorias foram gradativas, permeadas pelo apoio de diferentes segmentos e pela luta dos moradores, de forma que os benefícios para a melhoria da qualidade de vida daquela população pudesse ser desenvolvida. Esse contexto de mobilização da comunidade local confirma o exposto por Callai (2010)

> E a realidade imediata, quer dizer, o lugar onde se vive, deve ser conhecida e reconhecida pelos que ali vivem, [...] Tudo isso permite que cada lugar possua uma identidade, que são as marcas que os caracterizam. A identidade do lugar permite que as pessoas identifiquem-se com ele [...] (p.36 - 37)

É, portanto, no movimento dos homens e mulheres que a história vai auxiliando na configuração geográfica dos espaços.

Após o confronto de informações e o apontamento das diferentes visões sobre a construção histórico-geográfica de um mesmo espaço, percebe-se que as relações sociais, culturais, políticas e econômicas estabelecidas determinam a identidade singular da comunidade. Nesse sentido, a pesquisa vem apontando para a

necessidade da investigação sobre a configuração dos diferentes territórios, dentre eles, o bairro em que se reside, considerando que é conteúdo curricular dos anos iniciais do Ensino Fundamental e que, por vezes, os docentes esbarram na falta de material adequado para o trabalho em sala de aula.

PALAVRAS-CHAVE: Arranjos Espaciais, Formação, Identitária.

REFERÊNCIAS

CALLAI, Helena Copetti. **Escola, cotidiano e lugar.** In: BUITONI, Marísia Margarida Santiago. Geografia– Coleção explorando o ensino. 22 v. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 2010.

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3653 - Fax: (45) 3036-3638
www.univel.br

CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL REALIZADA NOS ULTIMOS DEZ ANOS NA CIDADE DE CÉU AZUL PARANÁ

Mariele Pereira[215], Aline Freire[2], Elete Eger da CostaR[3], Maria Luíza Cavallari[4], Silvana Damin[5].

Escrito para apresentação na XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Educação, tecnologia e pós-modernidade"
28 e 29 de outubro de 2014– UNIVEL – CPE – Cascavel-PR
ISBN 978-85-98534-11-4

RESUMO: A Educação Ambiental está inteiramente ligada aos processos por meio do qual os indivíduos constroem valores, atitudes, conhecimentos e competências voltadas para a conservação do meio ambiente. Hoje temos inúmeros recursos, de proteção e recuperação do Meio Ambiente, onde órgãos públicos e particulares tem a responsabilidade compartilhada de realizarem atividades que visam à preservação ambiental, minimizando os danos ambientais causados pelas atividades a que pertencem. Para um desenvolvimento da Educação Ambiental de qualidade, os municípios devem exercer uma responsabilidade sobre a proteção ambiental, através da elaboração de projetos, e implementação de programas e atividades de interesse público que visem à preservação de recursos naturais. Diante desse contexto, o presente trabalho vem investigando os projetos e programas relacionados a Educação Ambiental, desenvolvidos no município de Céu Azul-Pr, nos últimos dez anos. Assim, pretende-se compreender como o setor público tem investido nas questões ambientais, questionando-se sobre atos e ações que podem e que devem ser desenvolvidos através de projetos, programas e atividades

[215] Acadêmico de Pedagogia - Pedagogia da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[2] Acadêmico de Pedagogia - Pedagogia da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[3]Acadêmico de Pedagogia - Pedagogia da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
4Acadêmico de Pedagogia - Pedagogia da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
5ORIENTADOR: Professor Especialista/Mestre/Doutor Silvana Damin do Curso de Pedagogia – Pedagogia da Univel – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

referentes à conscientização e a preservação do meio ambiente. Tem-se verificado quais projetos de Educação Ambiental são voltados para o público escolar do município. Além disso, procurou-se reconhecer as atividades e projetos que apresentaram resultados significativos, o publico que foi beneficiado, as atividades desenvolvidas em casa um desses, suas dimensões e as respectivas projeções de ação para a Educação Ambiental no município. Portanto é crescente o número de pessoas que consideram necessário a preservação ambiental, visto que todos necessitam do uso desses recursos naturais, sendo em muitos casos, recursos limitados ou não renováveis. Assim, para realização efetiva da presente pesquisa, está sendo utilizado o método indutivo, aplicado em estudos locais, levantando dados que demonstram a situação do contexto que estamos envolvidos, assim tendo uma abordagem qualitativa e quantitativa, através de documentos e questionário, aplicados para pessoas que trabalham no Setor do Meio Ambiente, sendo assim, os dados coletados baseiam-se no levantamento de informações do questionário respondido pelo Secretário Meio Ambiente do Município de Céu Azul. A pesquisa ainda encontra-se em fase de organização dos dados coletados. Todavia, os dados iniciais permitem inferir que os projetos de Educação Ambiental, desenvolvidos no município tem o foco nas escolas municipais. Essas realizam a Educação Ambiental, por meio de orientações sobre o consumo de energia e água; produção de resíduos, separação e coleta seletiva de resíduos sólidos. Contudo, em Céus Azul encontra-se o Parque Nacional do Iguaçu, onde são realizadas demais atividades de Educação Ambiental para diferentes públicos, visando a preservação dos recursos naturais, conscientização sobre a arborização urbana e Áreas de preservação Permanente (APP) nos rios que abastecem o município. A partir dessa visão, busca-se através da educação ambiental articular valores voltados para a defesa de qualidade que a natureza necessita para sua subsistência, onde inclui-se cuidados para não agressão ao meio ambiente, conciliando o desenvolvimento sustentável (formado pelos aspectos sociais, ambientais e econômicos) com os fatores necessário a sobrevivência humana. Quando há a utilização coerente entre homem natureza pode-se implementar programas capazes de promover a importância da educação ambiental e a adoção de práticas que envolvam as políticas públicas que visem a sustentabilidade e a diminuição de impacto que nossas atividades venham a ter no ecossistema que nos cerca

PALAVRAS-CHAVE: Educação Ambiental, Escolas, Programas.

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3653 - Fax: (45) 3036-3638
www.univel.br

DAS REDUÇÕES JESUÍTICAS A "REDUÇÃO" DOS POVOS INDÍGENAS DO PARANÁ

Diovani ROSSINI[216], Jacqueline Reis[217], Regiane Begnini[218], Patricia Ellen Aguirra[219].
Orientadora: Janelucy Barros Penharvel[220]

Escrito para apresentação na XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Educação, tecnologia e pós-modernidade"
28 e 29 de outubro de 2014– UNIVEL – CPE – Cascavel-PR
ISBN 978-85-98534-11-4

RESUMO: O estudo da História do Paraná no que tange à sua construção histórica de cultura e sociedade possibilita a compreensão da constituição populacional que perpassa os povos indígenas que habitavam tal região bem como o contato com os colonizadores espanhóis e missionários, e seu processo de expulsão das Reduções Jesuíticas. O cotidiano nas Reduções Jesuíticas espanholas assim como a influência na formação das cidades pertencentes ao estado, o impacto cultural e politico na vida dos indígenas, bem como as "marcas" deste processo na História do Paraná faz parte de todo um processo histórico caracterizado pela formação identitária de um povo. Compreender os fatores políticos da dominação Espanhola e Portuguesa sobre a população indígena do Paraná entre os séculos XV e XVII descrevendo o encontro cultural e social entre tais povos capacita à identificação de permanências e rupturas culturais das missões jesuíticas bem como seus desdobramentos na História do Paraná. A ideia proposta neste projeto traz à tona as características do período das missões que antecederam a chegada dos Portugueses e Espanhóis à América. Desta forma torna-se necessário analisar os

[216] Acadêmico do Curso de Pedagogia - Licenciatura da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[217] Acadêmico do Curso de Pedagogia - Licenciatura da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
[218] Acadêmico do Curso de Pedagogia - Licenciatura da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
[219] Acadêmico do Curso de Pedagogia - Licenciatura da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[220] ORIENTADORA: Professora Especialista em Psicopedagogia Clinica e Institucional e em Formação Professor de Ensino Religioso.

impactos da colonização espanhola para o estado do Paraná e para os nativos, assim como suas influências e narrativas que exprimem a relação de poder estabelecida entre colonizadores e povos indígenas bem como sua situação de submissão ao poderio espanhol. Portanto, faz presente, a ideia de traçar um percurso histórico que remete ao entendimento das relações entre colonizador e o colonizado, que acarretaram a muitas batalhas de sobrevivência e poder. As missões espanholas ocorreram no Paraná na intenção de catequizar os indígenas guaranis e impor a cultura europeia, na medida em que tais tribos perderam sua identidade com a substituição da sua cultura, linguagem, crenças, objetos. A cultura europeia foi sendo intensificada a partir de mudanças que ocorreram desde objetos como a cerâmica - com traços como a alças para suspensão – e também o uso do metal e do ferro o qual não faziam parte da cultura tupi guarani. Além da mudança artesanal na cultura indígena também houve um aniquilamento da sua crença e do idioma onde se passou a catequizar e impor um modo de falar diferente do que os nativos estavam acostumados a viver. Sob as prerrogativas culturais entende-se que a construção do espaço pertencente às tribos indígenas era constituída pelas habitações; vestuários e ornamentações; vida econômica – abrangendo: caça, pesca coleta e agricultura, com os respectivos instrumentos ou implementos; arte culinária; atividades industriais (técnicas); instrumentos de música; sendo estes elementos pertencentes à cultura material das tribos indígenas, ressaltando características de cada tribo. Sob o cunho dedutivo, este projeto pretende partir de um contexto geral da História do Paraná, sob a perspectiva de explorar a cultura dos primeiros povos que ali viveram, explorando-se os estudos sobre a Região Sul para recolhimento de informações e formulação de material, para que retorne a um espaço em que esteja disponível e acessível a todas as pessoas que desejarem desfrutarem dessa pesquisa para estudo. Este projeto propõe dessa forma, uma possibilidade aos professores de Ensino Fundamental dos Anos Inicias de resgatar a História do Paraná a partir da realidade dos povos nativos bem como a ideia de relação de poder estabelecida ao longo da colonização brasileira. Neste sentido há um resgate da identidade cultural e social, incentivando a criticidade e pesquisa por parte de alunos e professores possibilitando a prática que capacita à formação dos sujeitos transformadores, pertencentes à História.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura Indígena, Disputas Territoriais, Reduções Jesuíticas.

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3653 - Fax: (45) 3036-3638
www.univel.br

DESVENDANDO A HISTÓRIA DE CURITIBA: A GRANDE CAPITAL PARANAENSE

Jacqueline Szekut Miotto[221], Jonas Martini[222], Kelly Cristina Visovati[3], Tassiane Chiapetti[4], Janelucy Barros Penharvel[5]

Escrito para apresentação na XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Educação, tecnologia e pós-modernidade"
28 e 29 de outubro de 2014– UNIVEL – CPE – Cascavel-PR
ISBN 978-85-98534-11-4

RESUMO: Tendo em vista que é pouco trabalhada em sala de aula a concepção histórica de Curitiba, podemos afirmar que, partindo das investigações relacionadas à capital do Paraná de pontos como igrejas, praças, museus, prefeitura e outros lugares que contribuíram para o crescimento da capital paranaense, torna-se necessário relacionar com a prática escolar envolvendo o aluno no contexto histórico fazendo que o mesmo se envolva, tendo motivação para buscar por meios de pesquisa sobre a origem de tal cidade, podendo assim tornar um pesquisador em potencial desenvolvendo habilidades necessárias, para compreender e estabelecer relações entre o passado e o presente, buscando interligar fatores históricos. O método utilizado para a pesquisa é dedutivo partindo do geral para o particular, por meio de pesquisas bibliográficas retiradas de livros e artigos científicos já elaborados, buscando a partir destas concepções, chegar ao objetivo deste projeto. Com isso podemos dizer que os monumentos dentre outros pontos destacados

[221] Acadêmica do Curso de Pedagogia da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[222] Acadêmico do Curso de Pedagogia da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[3] Acadêmica do Curso de Pedagogia da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[4] Acadêmica do Curso de Pedagogia da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[5] ORIENTADORA: Professora Especialista em Psicopedagogia Clinica e Institucional e em Formação de Professor de Ensino Religioso, do Curso de Pedagogia da Univel – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

estabelecem relações de poder, em que a construção e permanência dependeram muito do contexto que foi criado, entendendo as características do da época do contexto histórico em que foram construídos e pensados, e das forças políticas, da maneira em que as construções eram feitas para sua existência até nos dias atuais. Podemos assim citar alguns pontos históricos e turísticos que a capital Curitiba que tornaram nosso objeto de estudo da atualidade como, Câmara Municipal de Curitiba, Praça Tiradentes, Mercado Municipal, Jardim Botânico, Ópera de Arame e a Rodoferroviária, são monumentos históricos e significativos para os moradores que ali vivem. Com o tempo muita história já foi perdida, contudo as pessoas ou familiares que ajudaram a construir historicamente os monumentos e lugares apresentam relatos de muito tempo atrás significando cada construções, tendo em vista que para alguns que estavam fazendo se tornaria algo significativo até os dias atuais. Devemos resgatar essa história que aos poucos vai se perdendo com o tempo, poucos professores buscam tem o conhecimento necessário para relatar aos alunos toda a complexibilidade existente em cada lugar construído, colocando uma curiosidade no aluno em que irá se questionar dos porquês e questões relevantes, como: Porque construíram este local? Porque foi construído desta forma? Porque foi dado este nome para o monumento? Porque foi construído em tal época? Quem colocou nome na construção, porque este nome? Dentre outras questões em que o próprio aluno ele deverá relacionar tais questões entendendo-as ao decorrer do seu estudo em sala de aula desta forma percebe-se a maior participação no processo de conhecimento pelo aluno, uma vez que a partir de problematizações ele se torna o sujeito do processo de ensino aprendizagem. Por este motivo pode-se enfatizar a importância e a relevância de trabalhar em sala de aula a contextualização histórica, sendo assim papel fundamental do professor ter tal conhecimento na sua formação em que saberá abordar o conteúdo em sala de aula. Podemos assim concluir que a partir das pesquisas feitas sobre os monumentos, construções e locais onde foram construídos é possível destacar as importâncias de se conhecer e compreender a história da capital do Paraná como conteúdo que os currículos regionais propõem para a aplicação do mesmo. Portanto, o profissional da educação que irá abordar em sala este conteúdo, deverá estar apto para a abordagem desta questão histórica para a formação social e cultural do indivíduo na sala de aula, tornando-se agente indiretamente e diretamente da construção histórica da sua localidade e sua

identidade como cidadão, partindo para ampliação do seu conhecimento e sua formação social.

PALAVRAS-CHAVE: Curitiba, Monumentos, História.

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3653 - Fax: (45) 3036-3638
www.univel.br

ESTUDOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS PARA PRÁTICAS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NOS ANOS INCIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Sueli Gedoz[223]

Escrito para apresentação na XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Educação, tecnologia e pós-modernidade"
28 e 29 de outubro de 2014– UNIVEL – CPE – Cascavel-PR
ISBN 978-85-98534-11-4

RESUMO: Este trabalho apresenta o projeto de pesquisa denominado "*Estudos teóricos e metodológicos para práticas de alfabetização e letramento nos anos iniciais do ensino fundamental – investigando o contexto do oeste paranaense*", o qual ancora-se no binômio *teoria e prática* e tem como tema a alfabetização e o letramento nos anos iniciais do Ensino Fundamental. O objetivo desse projeto reside na implementação de um núcleo de pesquisas que promova a construção de um espaço para discussões e investigações acerca de estudos teóricos e práticas metodológicas que abordam os processos de alfabetização e de letramento como encaminhamentos associados, verificados no contexto escolar. Partindo desse objetivo, o desenvolvimento é justificado pela necessidade de complementação de estudos que abordam o tema, pela importância que o processo de alfabetização apresenta na formação dos educandos e pela especial atenção que as práticas de alfabetização e letramento têm recebido das políticas públicas nas esferas nacional, estadual e regional. O projeto ora apresentado também encontra justificativa no caráter geográfico que o constitui, pois busca entender os processos de alfabetização e letramento nos municípios em que residem os acadêmicos do curso de Licenciatura em Pedagogia da Univel, ratificando o cunho etnográfico das pesquisas empreendidas. Considerando a inserção nessa perspectiva metodológica, projeto inclui, então, pesquisas de campo e de enfoque bibliográfico. Com ações iniciadas no mês de abril/2014, as primeiras etapas do projeto voltaram-se a estudos

[223] Prof.ª Mestre em Letras, docente do Curso de Pedagogia da Univel – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel. Coordenadora do Projeto apresentado neste resumo.

teóricos sobre a alfabetização e o letramento, desenvolvidos em encontros quinzenais, com o intuito de proporcionar um aprofundamento do tema. Tal aprofundamento contou com pesquisas teóricas centradas em referências que valorizam a alfabetização e o letramento como processos essenciais ao exercício de práticas sociais de leitura, oralidade e escrita. Nesse mesmo percurso, os acadêmicos verificaram as propostas metodológicas pautadas nos referenciais curriculares que atendem ao processo de ensino das escolas da educação básica na região oeste do Paraná. Os estudos teóricos empreendidos deram conta de diferenciar as práticas de letramento da atividade de alfabetização, limitando esta ao processo escolar, voltado à aquisição do código escrito que possibilita o acesso à leitura e à escrita e, aquela, ao processo amplo, verificado nos usos das práticas sociais de leitura e escrita, não, obrigatoriamente, condicionada ao sujeito alfabetizado. Dessa forma, as contribuições teóricas oferecidas por meio do projeto induzem a práticas mais condizentes à concepção de língua como forma de interação, voltando-se às práticas sociais de uso da linguagem/língua, coadunando com o que atualmente se propõe para o ensino. Seguido à fundamentação teórica estudada, foram iniciadas as ações práticas, momento destinado à elaboração de projetos de pesquisa, todos envolvendo investigações qualitativas, de caráter interpretativista, voltados à compreensão do contexto escolar e da prática na sala de aula. Dessa forma, contando com a participação de 23 acadêmicos, o projeto abriga 13 pesquisas, em andamento, desenvolvidas junto a docentes e turmas de 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental, abordando diversos subtemas relacionados ao processo de alfabetização e letramento escolar, dentre os quais destacam-se: oralidade, leitura, escrita, metodologias e encaminhamentos de ensino, contação de histórias, dificuldades de aprendizagem, musicalização, Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, dentre outros. As pesquisas tomam como instrumentos para a geração de dados, especialmente, questionários, entrevistas e observações em sala de aula. A partir das investigações propostas, esperamos contribuir com a formação acadêmica e profissional dos alunos envolvidos no projeto, bem como promover um espaço de amplas discussões e aprimoramento que atendam ao referencial proposto nos documentos curriculares norteadores do processo de ensino nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização, letramento, práticas escolares.

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3653 - Fax: (45) 3036-3638
www.univel.br

HISTÓRIA E MEMÓRIA DAS CIDADES DE ANTONINA E MORRETES

Carolini Possamai[224], Cristina Aparecida Bento Rosa[225], Luana da Rocha Kuznik[226], Fernanda Ribeiro[227], Lurdes Alves da silva Mozel[228], Lidiani Cristina Faligurski[229], Nilcelene Prisinhuski Faria[230], Janelucy Penharvel[231]

Escrito para apresentação na XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Educação, tecnologia e pós-modernidade"
28 e 29 de outubro de 2014– UNIVEL – CPE – Cascavel-PR
ISBN 978-85-98534-11-4

RESUMO: Este projeto propõe um estudo de caso a partir do resgate da História e da memória das cidades de Antonina e Morretes, no sentido de possibilitar aos professores e alunos das séries iniciais do Ensino Fundamental a investigação das rupturas e permanências históricas bem como as transformações culturais e sociais no contexto de tais cidades. Neste sentido a pesquisa científica e o estudo das realidades locais proporcionam a compreensão dos processos históricos permitindo aos alunos a compreensão da História para a construção da identidade de um povo. Analisar os aspectos da História e da memória bem como as obras de arte e arquiteturas locais das cidades de Antonina e Morretes, destacando a importância da preservação do Patrimônio Histórico, para compreender os processos de longa duração que resultaram nas estruturações politicas, econômicas e sociais das

[224] Acadêmico do Curso de Pedagogia - Licenciatura da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[225] Acadêmico do Curso de Pedagogia - Licenciatura da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[226] Acadêmico do Curso de Pedagogia - Licenciatura da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[227] Acadêmico do Curso de Pedagogia - Licenciatura da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[228] Acadêmico do Curso de Pedagogia - Licenciatura da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[229] Acadêmico do Curso de Pedagogia - Licenciatura da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[230] Acadêmico do Curso de Pedagogia - Licenciatura da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[231] Professora Orientadora do Curso de Pedagogia da Univel – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

cidades estudadas. Este projeto propõe trabalhar os conceitos historicamente construídos que são validos para diferentes momentos históricos, mas que a partir do tratamento das temporalidades pressupõe um significado resultante de leituras e criticas da realidade, neste sentido torna-se necessário trabalhar as noções temporais que passam por processos e por categorias múltiplas, pretende-se também fazer um levantamento bibliográfico acerca da memória e da História no sentido de elucidar tempo e História. Faz se necessário também um estudo de caso das histórias locais a partir da utilização de imagens de referência do passado e do presente em que será possibilitada a relação entre rupturas e permanências dos contextos. Partindo de estudo sobre fontes históricas que são consideradas essenciais para garantir um ensino ativo, inteligível e capaz de desenvolver competências em alunos e professores. A partir que essas cidades são hoje um resultado de um processo histórico e de riqueza, que guarda em si suas referências aos diferentes grupos sociais formando a identidade de seu povo. Conhecer, preservar e valorizar essas cidades, são requisitos para que possamos construir uma relação de aprendizado e experiências das diferentes culturas. Também queremos mostrar que não precisamos viajar tão longe para visualizar paisagens importantes e tão belas, sendo que podemos encontrar no Paraná, em que ao visitá-las pode se conhecer os mistérios e as belezas naturais das cidades.

PALAVRAS-CHAVE: História, memória, valorização das cidades.

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3653 - Fax: (45) 3036-3638
www.univel.br

IGUALDADE RACIAL NA ESCOLA

Andressa da Silva Martins[232], Danubia do Nascimento Rodrigues dos Santos[233], Juliana Langer do Amaral[234], Lucivani Delmarco Gimenes[235], Thais Damaris da Rocha Thomazini[236]

Escrito para apresentação na XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Educação, tecnologia e pós-modernidade"
28 e 29 de outubro de 2014– UNIVEL – CPE – Cascavel-PR
ISBN 978-85-98534-11-4

RESUMO: O objetivo desse trabalho é apresentar os resultados de uma prática pedagógica realizada pelos estudantes do primeiro ano de pedagogia no CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil Professor Miguel Liba, município de Cascavel – PR, com estudantes da Educação Infantil. A atividade prática foi resultado do estudo teórico realizado na disciplina: Sociologia, Sociedade e Educação e teve como propósito fundamental compreender e analisar a problemática da diversidade étnico- racial, de gênero, religiosa e sexual no contexto escolar. Os acadêmicos além de estudar o tema teoricamente, deveriam apresentar uma possibilidade de atuação prática do tema no cotidiano escolar. Diante da proposta da disciplina, o grupo elaborou a atividade e a aplicou na escola citada acima com a autorização da equipe diretiva e pedagógica da escola e também da professora da turma. O estudo teórico analisou o contexto histórico da diversidade étnico-racial, e a importância das instituições de ensino e suas metodologias na compreensão, debate e

[232] Acadêmico do Curso de Pedagogia da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[233] Acadêmico do Curso de Pedagogia da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[234]Acadêmico do Curso de Pedagogia da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[235]Acadêmico do Curso de Pedagogia da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[236] ORIENTADOR: Professora Thais Damaris da Rocha Thomazini do Curso de Pedagogia da Univel – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

enfrentamento da reprodução de preconceitos construídos historicamente na sociedade brasileira. A partir do estudo teórico realizado foi elaborada uma prática pedagógica com os estudantes da Educação Infantil utilizando o livro “Menina Bonita do Laço de Fita” da autora Ana Maria Machado. (MACHADO, Ana Maria. Menina Bonita do Laço de Fita. São Paulo: Ática, 1998). A atividade foi realizada com a supervisão e acompanhamento da professora da turma, e foi organizada a partir da seguinte metodologia: primeiramente os alunos assistiram ao filme com a história do livro junto com a professora da turma e as acadêmicas da UNIVEL. Após o filme, a professora mediou uma reflexão e debate sobre a história relacionando-a com o contexto racial contemporâneo. Em um segundo momento, a professora distribuiu rostos feitos em material EVA nas cores preto, marrom e bege claro, possibilitando que a criança escolhesse o rosto de sua preferência. Destaca-se que a maioria das crianças escolheu rostos de cores bege claro, o que nos possibilita uma análise de uma possível naturalização e reprodução por parte das crianças acerca de suas concepções de cor de pele e questão racial. O objetivo da atividade consistiu em valorizar a igualdade e as diferentes etnias, visando à reflexão sobre questão racial entre as crianças. A elaboração e aplicação da proposta de atividade pedagógica ocorreram de maneira complementar as aulas assistidas e contribuiu para um melhor desenvolvimento do pensamento crítico, do conhecimento do tema, análise da realidade do cotidiano escolar, evidenciando a importância de se estudar, refletir e debater esse tema com as crianças da Educação Infantil. Destaca-se a importância em se trabalhar o tema da diversidade no espaço escolar devido ao reconhecimento da não neutralidade dos sujeitos da escola em mediar essas relações com os estudantes e a comunidade. Desse modo, é fundamental que professores, a partir de formação adequada, elaborem planos de aula e atividades que possam trabalhar o tema, visando quebrar paradigmas e contribuir na construção de uma sociedade mais justa e respeitosa com relação a todo e qualquer tipo de diversidade.

PALAVRAS-CHAVE: Igualdade, diversidade étnico-racial, educação infantil.

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3653 - Fax: (45) 3036-3638
www.univel.br

INVESTIGAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL REALIZADA NOS ÚLTIMOS 10 ANOS NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL- PARANÁ

Jacqueline Costa dos Reis[237], Silvana Damin[238]

Escrito para apresentação na XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Educação, tecnologia e pós-modernidade"
28 e 29 de outubro de 2014– UNIVEL – CPE – Cascavel-PR
ISBN 978-85-98534-11-4

RESUMO: Entende-se por educação ambiental os inúmeros processos por meio do qual o sujeito e a comunidade constroem valores sociais, habilidades, conhecimentos, atitudes cidadãs, voltadas para a conservação do meio ambiente e para melhor qualidade de vida das pessoas. Desenvolve-se a prática de ações educativas referentes às atividades de proteção, recuperação e melhoria do meio ambiente, bem como potencializar a ação da educação para que ocorra mudanças sociais e culturais para um desenvolvimento sustentável. Segundo Carvalho (2006) a Educação Ambiental é concebida como preocupação dos movimentos ecológicos com a prática de conscientização capaz de chamar a atenção para a finitude e má distribuição do acesso aos recursos naturais e envolver os cidadãos em ações sociais ambientalmente apropriadas. A Educação Ambiental na escola deve guiar o aluno a buscar inúmeros valores que o leve a uma preocupação com o meio ambiente geral. Partindo do pressuposto de que necessitamos do Meio Ambiente para a nossa sobrevivência e da sociedade como um todo, o presente estudo buscou analisar de que forma ocorreu o planejamento, das ações, atividades e programas de Educação Ambiental, nos últimos 10 anos em Cascavel, sendo verificado ainda as projetos dos principais projetos a serem desenvolvidos no município. Assim, utilizou-se a metodologia descritiva de caráter qualitativo e quantitativo, por meio da aplicação de um questionário como instrumento de coleta de dados. Esse questionário foi aplicado ao secretário de meio ambiente do

[237] Acadêmica do Curso de Pedagogia – Licenciatura da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[238] ORIENTADOR: Professora Mestre em Conservação e Manejo de Recursos Naturais – UNIOESTE do Curso de Pedagogia da Univel – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

município de Cascavel, do atual ano de 2014, esse contempla quinze (15) questões, objetivas e discursivas (abertas), referentes a questões ambientais realizadas no município, esses dados ainda estão sendo organizados para produção de artigo científico. Ainda, utilizaram-se livros, artigos e informações de sites, como o portal do município de Cascavel para formação da base bibliográfica desse estudo. Segundo a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, para ser uma cidade sustentável, precisa ser ambientalmente correta. Na gestão dos recursos hídricos, na arborização urbana, no gerenciamento dos resíduos sólidos, no saneamento ambiental e na construção de espaços ambientais de lazer. Além da continuidade de boas práticas que a Secretaria Municipal de Meio Ambiente realiza, Cascavel avançará e inovará, por meio da reciclagem dos materiais e da energia, uso de tecnologias limpas, educação ambiental, bem como regras de proteção ambiental e fiscalização. A Educação Ambiental em Cascavel nos últimos dez anos vem sendo abordada pelos gestores públicos, mas diante de diferentes realidades locais, acredita-se que as ações planejadas e/ou objetivadas não alcançaram diferentes classes sociais, faixa etária ou localidades igualmente. As metas/objetivos dos órgãos públicos de Cascavel contemplam ações futuras que promovem a Educação Ambiental, com melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente Cascavelense. Assim, pretende-se: ampliar as ações de arborização urbana, por meio dos projetos Sementes do Amanhã; Disque Árvore; Vou pela Sombra e construir o viveiro municipal; manter e ampliar o programa Cidade das Águas, protegendo e conservando nascentes e monitorando os rios do Município; Ampliar, aperfeiçoar e massificar o projeto Coleta Legal (coleta seletiva). Pretende-se ainda elaborar e aprovar o novo Plano de Saneamento do Município, em conjunto com a Sanepar, Construir Parques Ambientais em várias regiões do Município, promovendo a cultura da preservação e conservação dos recursos naturais, aliado à prática de esportes e atividades culturais, que já vem sendo instituídas no âmbito do Município. Com ampliação dos mecanismos de controle de fiscalização da população, dos licenciamentos florestais e ambientais, aperfeiçoando o sistema de destinação final de resíduos sólidos, sendo dado o adequado destino aos resíduos da construção civil. Contudo, percebe-se que as questões ambientais vêm sendo debatidas e ações em prol da melhoria do meio ambiente estão sendo implantadas em Cascavel. Embora as ações mencionadas anteriormente, sejam atribuições do poder publico assegurado no Art. 225 da Constituição Federal (1988 pg. 103), que afirma, “Todos têm direito ao meio

ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações".

PALAVRAS-CHAVE: Educação Ambiental, Cascavel, Investigação, questões ambientais.

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3653 - Fax: (45) 3036-3638
www.univel.br

MUSEUS: RESGATE DO PATRIMONIO HISTÓRICO E CIENTÍFICO

Adriana Ap. dos Santos [239], Alexa Maria Dias [240], Aline Duarte da Silva[241], Eloiza Bittencourt Galvan[4]. Professora orientadora: Janelucy Barros Penharvel[5]

Escrito para apresentação na XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Educação, tecnologia e pós-modernidade"
28 e 29 de outubro de 2014– UNIVEL – CPE – Cascavel-PR
ISBN 978-85-98534-11-4

RESUMO: O presente trabalho visa esclarecer os conceitos de Museus, como o resgate do patrimônio histórico e científico para o estudo da disciplina de História. Desta forma o projeto desenvolvido tem como finalidade compreender a importância dos Museus e Monumentos Históricos, relacionando seus conceitos entre passado e presente bem como sua relevância na sociedade atual. Discutir esse tema é importante, pois seu reflexo está diretamente relacionado à construção do cidadão critico e atuante nos processos educacionais, sociais e políticos. Neste sentido, torna-se necessário a contextualização e conceituação de Museu e Monumento, a importância do Patrimônio Histórico para a educação e sociedade a partir do estudo de caso de determinados Museus e Monumentos. A partir do projeto analisaremos os aspectos históricos através de pesquisas bibliográficas e pesquisa a campo, relacionando conceitos tais como: identidade, memória, acervo, museus, documento, monumento, patrimônio e o perfil histórico das cidades Antonina e Morretes como exemplos para o aprofundamento dos processos de construção da aprendizagem histórica, objetivando a contribuição para a formação da consciência

[239]Adriana Aparecida dos Santos do Curso de Licenciatura em Pedagogia– Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[240]Alexa Maria Dias do Curso de Licenciatura em Pedagogia– Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[3]Aline Duarte da Silva do Curso de Licenciatura em Pedagogia– Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[4]Eloiza Bittencourt Galvan do Curso de Licenciatura em Pedagogia– Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[5] ORIENTADORA: Janelucy Barros Penharvel - Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional e em Formação de Professor de Ensino Religioso – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

histórica nos cidadãos e sua importância nas sociedade contemporâneas. A disciplina de História nas escolas não devem basear seus ensinos apenas sobre os livros didáticos, é importante utilizar outros recursos que motiva a aprendizagem dos alunos, isto é, lançar seu olhar critico, que corresponde à democratização e liberdade do saber. Aprender melhor com o museu histórico é uma forma muito interessante, pois permite o desenvolvimento de conhecimentos e informações, cada um vai observar compreender e absorver o que está exposto ou escrito de maneira diferente em seu próprio tempo. Conceitos como memórias, acervos, documentos, patrimônio, dentre outros, também serão relacionados com a pesquisa. Assim, tendo como sustentação teórica as discussões da Lei n° 11.904/2009 do Estatuto de Museus, ICOM (Comissão Internacional para a Museologia da UNESCO), Focault (2005), Le Goff (1996), entre outros. O museu histórico contribui com uma missão educativa, pois contam e conservam a história da identidade dos sujeitos e da cultura do passado, desempenham importante papel na educação como local de centro de pesquisas cientificas. Os museus e os monumentos constituem-se de fatos e dados fundamentais de extrema importância para resgatara memória e conhecer a identidade da História das cidades e do país, promovendo educação, cultura e também o lazer da sociedade, respeitando a preservação da cultura e da diversidade. Não se pode construir história sem documentos que certifiquem os fatos e os comprovem historicamente. O museu e os monumentos constituem a memória materializada e concreta de um passado que insiste em existir no tempo. Eles resgatam e narram às histórias das memórias coletivas e firmam uma identidade, estabelecendo a partir daí sua função social, seu espaço de ação na sociedade. O presente trabalho procurou oferecer uma contribuição para a disciplina de História, pela discussão dos conceitos de Museus e Monumentos históricos, desenvolvendo uma nova forma de pensar e agir sobre um tipo de relação consciente do passado através desses espaços não-formais de educação. O ensino de História deve ultrapassar além dos muros da escola, problematizando os espaços educacionais e refletindo sobre os seus usos e as possibilidades de utilização em sala de aula.

A partir de tal pressuposto torna-se necessário trabalhar os principais conceitos históricos relacionados à ideia de conservação e valorização dos museus do patrimônio histórico e científico da sociedade, buscando atender aos objetivos propostos diante a essa pesquisa, a fim de contribuir para o enriquecimento da consciência histórica dos indivíduos. Também será realizada a pesquisa a campo,

na qual será adotada uma visita técnica as cidades de Antonina e Morretes com a intenção de conhecer seus pontos históricos para disponibilizar mais informações para enriquecer nossa aprendizagem e ampliar o nosso conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: História, Museu, Monumento.

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3653 - Fax: (45) 3036-3638
www.univel.br

ONDE CASCAVEL COMEÇOU: RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA E GEOGRÁFICA DO BAIRRO CASCAVEL VELHO

Andriele Lopes[242], Lidiane Aguirra[243],Luciane Zavalia[244], Patricia Ellen Aguirra[245]
Orientadora Lucia Bogo[246]

Escrito para apresentação na XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Educação, tecnologia e pós-modernidade"
28 e 29 de outubro de 2014– UNIVEL – CPE – Cascavel-PR
ISBN 978-85-98534-11-4

RESUMO: O presente projeto tem como finalidade identificar e refletir sobre os arranjos espaciais resultantes da construção identitária das comunidades, com suporte no embasamento teórico trabalhado na disciplina de Geografia: Conteúdos e seu ensino, bem como nas práticas de iniciação científica desenvolvidas no curso de Pedagogia, analisando o processo histórico, cultural e econômico do bairro Cascavel Velho. O referido bairro é de grande importância para a cidade de Cascavel, no Estado do Paraná, por ser um dos bairros mais antigos da cidade, carregando as marcas do início da construção desta cidade que é conhecida como a capital do oeste paranaense. A pesquisa encontra-se amparada na busca de referencial bibliográfico que dá suporte à compreensão de espaço, território e lugar de forma a subsidiar a análise das entrevistas realizadas com moradores, por intermédio de um questionário com perguntas sobre aspectos históricos e geográficos da constituição do Bairro Cascavel, analisando a sua construção e os diferentes grupos sociais existentes na comunidade. Além

[242] Acadêmico do Curso de Pedagogia - Licenciatura da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[243] Acadêmico do Curso de Pedagogia - Licenciatura da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[244] Acadêmico do Curso de Pedagogia - Licenciatura da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
[245] Acadêmico do Curso de Pedagogia - Licenciatura da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[246] ORIENTADORA: Professor Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringa-UEM/ Lucia Bogo Professora do Curso Pedagogia – Licenciatura da Univel – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

disso, buscaram-se referências sobre o bairro nos livros que contam a história do município de Cascavel, além da coleta de fotografias, de forma a comparar os espaços em diferentes períodos históricos. É certo que o Bairro Cascavel Velho é de grande importância para a cidade de Cascavel, contudo, ao mesmo tempo, em que se destaca a relevância histórica desta região, também, é possível constatar certo descaso no que tange aos serviços de saneamento básico, asfalto, instituições públicas de ensino, considerando que o bairro tem uma área extensa, com uma população de, aproximadamente, 13.392 habitantes. As condições de vida da população são (de)limitadas pela prática de exclusão, de certa forma, já naturalizadas nas políticas públicas, por meio da qual, a população residente na periferia encontra-se excluída do acesso aos serviços públicos de qualidade. Em decorrência desta pesquisa é possível pontuar resultados parciais que evidenciam problemas de ordem ambiental, prestação de serviços e, até mesmo, conflitos entre moradores, considerando as atividades econômicas. Conhecer o lugar em que se reside é identificar parte da própria história, é, sobretudo, um exercício de reconhecimento identitário que auxilia na produção de vínculos e compromissos com o espaço circunvizinho reconhecendo suas marcas e influências recíprocas. Nesse contexto nenhum lugar é neutro, nenhum lugar é vazio, nenhum lugar é desabitado de sentidos e significado. Portanto segundo o Currículo Municipal de Cascavel. “É no processo de interação com o objeto no meio e de sua apropriação intelectual que o sujeito reestrutura e modifica as suas ações e até mesmo o próprio objeto.” (CURRÍCULO MUNICIPAL DE CASCAVEL, p. 227, 2007.). Ao compreendermos as relações sociais existentes para a construção do espaço, em que se vive percebemos que as relações de poder que fazem parte desse contexto desencadeiam uma serie de transformações sociais vivenciadas no mundo capitalista provocando assim mudanças o qual homem transforma o espaço em que se vive através do seu trabalho para sua sobrevivência, essa relação entre o homem e a natureza resulta nos arranjos espaciais, historicamente modificados. A dificuldade em localizar material sobre o histórico do lugar em que se vive ecoa nas práticas pedagógicas que precisam ser desenvolvidas em sala de aula, uma vez que o lugar casa, escola e comunidade constituem conteúdo curricular a serem trabalhados nos anos iniciais do Ensino Fundamental, constando-se que o conteúdo disponível nos livros didáticos, em sua grande maioria, não aborda a realidade local.

PALAVRAS-CHAVE: Bairro Cascavel Velho; Arranjos Espaciais; Identidade.

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3653 - Fax: (45) 3036-3638
www.univel.br

OS ARRANJOS ESPACIAIS DO DISTRITO NOSSA SENHORA DA PENHA-CORBÉLIA

Cristina Bento Rosa[247]Fernanda Ribeiro[248],Lidiani Cristina Faligurski[249], Luana da Rocha Kuznik[250] Lucia Bogo[251]

Escrito para apresentação na XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Educação, tecnologia e pós-modernidade"
28 e 29 de outubro de 2014– UNIVEL – CPE – Cascavel-PR
ISBN 978-85-98534-11-4

RESUMO: Compreender os arranjos espaciais resultantes da construção identitária das comunidades foi o desafio lançado na disciplina de Geografia: Conteúdos e seu ensino, de forma articulada com as atividades de Iniciação Científica, as quais compõem a matriz curricular do Curso de Pedagogia ofertado na Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel, mantida pela União educacional de Cascavel – UNIVEL. As questões levantadas nesta pesquisa voltam-se à investigação da configuração dos arranjos espaciais do Distrito Nossa Senhora da Penha, o qual está situado a doze quilômetros do município de Corbélia. Esse Distrito existe a mais ou menos sessenta anos e sua constituição pode ser compreendida como uma forma de reorganização administrativa do município com a intencionalidade de aproximar a gestão municipal das pessoas que residem nele. Por meio da investigação pode-se perceber que a comunidade é antiga e se mantém com pequeno número de famílias. Por intermédio deste projeto objetiva-se compreender a riqueza desta história e de seus moradores, pois conhecer a história de lugares significativos em nossa vida permite reconhecer que somos parte dela. Ao desenvolver o trabalho com os conteúdos curriculares da disciplina de Geografia

[247] Acadêmico do Curso de Pedagogia - Licenciatura da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
[248] Acadêmico do Curso de Pedagogia - Licenciatura da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[249] Acadêmico do Curso de Pedagogia - Licenciatura da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
[250] Acadêmico do Curso de Pedagogia - Licenciatura da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
[251] ORIENTADOR: Professora Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá- UEM Lucia Bogo

que integra o currículo adotado no município de Corbélia, depara-se com a necessidade de reconhecimento dos espaços em que se vive, investigando as relações sociais, políticas e econômicas que nele se constituem. Contudo, existe uma precariedade em termos de fonte de pesquisa exigindo que os professores que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental ultrapassem os limites do conteúdo do livro didático adotado. Para tanto, há que se buscar a informação por intermédio de pesquisas bibliográficas, entrevistas, fotografias e demais fontes históricas que possam auxiliar na sistematização destas informações, as quais podem constituir-se em material didático-pedagógico para o trabalho em sala de aula. No percurso deste trabalho tem-se realizado entrevista com moradores antigos e a surpresa tem sido quanto aos depoimentos, os quais se voltam para o relato de histórias vividas muito mais do que para respostas às perguntas realizadas, revelando uma necessidade dos sujeitos, muitas vezes, (in)visíveis registrarem suas memórias. Enquanto registro parcial dos dados coletados até o presente momento, pode-se identificar que em mil novecentos e sessenta e um o patrimônio da Penha era propriedade do senhor Elio Zanatto, o qual adquiriu do senhor Fredolino Dilemburg, sendo que tal património abrangia 80 alqueires de terra. Essa área foi dividida em datas que um nome dado a divisão de terras, pois eram usadas fichas nas quais o agrimensor anotava os dados relativos a cada lote, indicando a quadra, número e demais dados como: latitude, longitude, metragens, divisas, confrontações e chácaras que são uma pequena propriedade rural para a criação de animais e cultivo de frutas e legumes, que antes de pertencer ao senhor Elio Zanato. O senhor Fredolino cedeu uma área de terra para uma escola, que foi construída pela Fundação Paranaense de Colonização e Imigração com o auxílio do povo local, que consistia em poucos moradores, instituição escolar esta que recebeu o nome de Escola Nossa Senhora Aparecida. Quando as famílias chegaram, a comunidade era praticamente inabitável com muita mata nativa, tendo que abrir caminhos com facões e foices. A maioria das famílias entrevistadas migrou do Rio Grande do Sul para o Distrito, relatando que vieram por que a terra vermelha era mais produtiva, na qual a atividade econômica mais produzida era a plantação de café, em função de ser a mais lucrativa. Além disso, plantavam milho, arroz, feijão e cana de açúcar que era para o consumo próprio. Conhecer os lugares que são significativos em nossa vida nos permite reconhecer que somos parte dessa história, e aprofundar os conhecimentos já existentes a respeito das mudanças que ocorreram, em função dos avanços nos modos de

produção, das necessidades e anseios das pessoas para responder a diferentes demandas. Conhecer as mudanças nos faz compreender e relacionar ao momento em que ocorreram, identificando algumas de suas causas e também perceber como a história, seu lugar, paisagem que interferem em nossas vidas.

PALAVRAS-CHAVE: Arranjos espaciais: Identidade; Distrito Nossa Senhora da Penha.

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3653 - Fax: (45) 3036-3638
http://www.univel.br

PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA: ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

César Augusto Figueiredo[252], Sueli Gedoz[253]

Escrito para apresentação na XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Educação, tecnologia e pós-modernidade"
28 e 29 de outubro de 2014– UNIVEL – CPE – Cascavel-PR
ISBN 978-85-98534-11-4

RESUMO: A presente pesquisa aborda um tema de importância no cenário nacional, Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa, programa lançado em 2012 pelo governo federal e iniciado em 2013 em todos os estados, que subsidia a alfabetização de crianças até os oito anos de idade no ciclo inicial do ensino fundamental. O referido programa, discutido nesta pesquisa, tem o intuito de igualar o nível de educação em todas as regiões do país, estabelecendo padrão de qualidade no atendimento às crianças da rede pública, de forma que estejam amplamente alfabetizadas e letradas, sabendo ler, escrever, interpretar textos mais complexos e noções básicas das operações matemáticas. Para atender a esse objetivo, fornece materiais didático-pedagógicos para serem utilizados em turmas dos anos iniciais do ensino fundamental, bem como formação continuada aos professores alfabetizadores atuantes nessas turmas. Tomando esse novo programa que desponta no cenário nacional de políticas públicas para a educação, objetivamos, na pesquisa empreendida, explorar qual é a contribuição que o Pacto oferece para a formação dos professores alfabetizadores, investigando também a análise dos professores quanto ao referencial teórico e metodológico utilizado nesse programa e quanto aos resultados obtidos em sala de aula, em turmas de alfabetização, a partir da inserção dos docentes no Pacto. A justificativa para a elaboração deste trabalho assenta-se na relevância do tema para os estudos

[252] Acadêmico do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[253] ORIENTADORA, Mestre em Letras, Professora do Curso de Pedagogia da Univel – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

desenvolvidos no projeto “*Estudos teóricos e metodológicos para práticas de alfabetização e letramento nos anos iniciais do ensino fundamental – investigando o contexto do oeste paranaense*”, que abriga pesquisas definidas por acadêmicos do Curso de Pedagogia, da Univel. A pesquisa também é justificada por tratar de um tema relacionado à perspectiva que insere a alfabetização na concepção que toma a linguagem como forma de interação. Essa perspectiva opõe-se, em muitos aspectos, aos diferentes métodos de alfabetização (métodos sintéticos e analíticos) que dominaram a prática alfabetizadora até meados dos anos de 1980, trabalhando de maneira isolada, com procedimentos mecânicos voltados a cópias e repetições. Em tempos que vivenciamos uma nova pedagogia (Pedagogia Histórico Crítica), pesquisas com o enfoque na interação contribuem para qualidade de ensino embora saibamos que ainda há muito para avançar em qualidade na educação. E essa qualidade passa diretamente pela formação continuada de professores, ação positiva desenvolvida pelo Pacto, que proporciona estudos que trabalham com a práxis e promovem trocas de experiências, que contribuem para os professores alfabetizadores melhorarem suas ações na sala de aula. Para obtermos as informações pertinentes a nossa pesquisa, utilizamos pesquisa bibliográfica e de campo. A pesquisa bibliográfica conta com os referenciais teóricos apresentados pelo Pacto e o trabalho de campo foi realizado com coleta de dados através de entrevistas realizadas junto a professores alfabetizadores participantes do Pacto, de uma escola da rede municipal de Cascavel/PR. Os resultados obtidos revelam que, para esses docentes, as ações do Pacto são importantes para a formação do professor, estão relacionadas com a realidade em sala de aula, oferecem condições para resolver situações na aula, e dão conta da proposta de alfabetizar letrando, pois respeitam as particularidades de cada região e seus currículos. Os professores também concordam que o Pacto é uma política pública criada na tentativa de equiparar a alfabetização em todo país e que na nossa região apresenta-se como uma proposta que dialoga Currículo da Rede Municipal de Cascavel. Dessa forma, entendemos que o Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa é um programa que vem contribuir para o crescimento profissional do professor, pois os subsidia em práticas que são discutidas e aprimoradas, no planejamento das atividades e na troca de experiências com os colegas de turma. Podendo promover resultados favoráveis no processo de alfabetizar letrando.

PALAVRAS-CHAVE: Pacto pela alfabetização, letramento, formação continuada.

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3653 - Fax: (45) 3036-3638
http://www.univel.br

REFLEXÃO SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DO BAIRRO A CERCA DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO UNIVEL

Aline Duarte[254], Diovani Rossini[255],Indianara Priscila dos Santos[256],IvanirDenardi[257]
Lucia Bogo[258]

Escrito para apresentação na XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Educação, tecnologia e pós-modernidade"
28 e 29 de outubro de 2014– UNIVEL – CPE – Cascavel-PR
ISBN 978-85-98534-11-4

RESUMO: Por intermédio dos estudos realizados na Disciplina de Geografia: Conteúdos e seu Ensino e das atividades de Iniciação Científica que integram a matriz curricular do curso de Pedagogia tem sido possível compreender como os diferentes lugares, que fazem parte do cotidiano das diferentes pessoas, passaram por um processo de construção e de formações pensadas por diferentes grupos que possuem uma identidade singular, a qual influencia e, ao mesmo tempo, é influenciada na/pela forma em que são organizados os arranjos espaciais, caracterizados, sobretudo, pelas interferências do poder político e econômico. Desta forma, o projeto desenvolvido tem como finalidade estabelecer as relações teórico-práticas identificando as diversas transformações que ocorreram na formação do Bairro Santa Cruz, localizado no Município de Cascavel, na região Oeste do Estado do Paraná, observando e identificando características deste espaço, bem como sua identidade cultural, política e econômica. Para conhecer como esse arranjo espacial se configurou tem sido necessário investigar o início, para tanto, o grupo organizou entrevistas com os pioneiros e pessoas que fizeram parte da construção do bairro,

[254]Acadêmica do Curso de Pedagogia - Licenciatura da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[255]Acadêmica do Curso de Pedagogia - Licenciatura da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[256]Acadêmica do Curso de Pedagogia - Licenciatura da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
[257]Acadêmica do Curso de Pedagogia - Licenciatura da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.
[258] ORIENTADORA: Pedagoga, Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá - UEM

trabalha na coleta de reportagens e fotografias cedidas por moradores e por instituições locais. No percurso inicial de investigação tem sido possível diagnosticar que o Bairro Santa Cruz é constituído por um conjunto significativo de loteamentos, incluindo conjuntos habitacionais financiados pelo Programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal, por intermédio da Caixa Econômica Federal e pela Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR), sendo que estes se configuram em dois processos de financiamentos para casas, voltado para famílias de baixa renda, com terrenos e toda a infra-estrutura custeada pela Prefeitura. Para tanto, as famílias tem como responsabilidade a permanência no imóvel, não procedendo sua venda antes do prazo de quitação,pois em decorrência de tentativa de venda pode haver retenção das casas por parte do Município, devido ao Cadastro realizado na própria Prefeitura.Os financiamentos realizados pela Caixa Econômica foram destinado para moradores do conjunto habitacional Parque dos Ipês. Neste os titulares devem ser as mulheres, considerando o salário que as mesmas recebem. Já os Loteamentos Tio Zaca e Paulo Godoy, que são mais antigos, são de execução da COHAPAR. Ao último citado, fica especificado pela pesquisa, que as parcelas eram de até 50% a menos em comparação com o mercado imobiliário, na época em que foi viabilizado, e os imóveis não deveriam exceder o tamanho de 40 metros quadrados, sendo que esses imóveis passaram por reformas nos últimos anos, sendo ampliados e/ou reorganizados. Mediante os resultados parciais é possível afirmar que todo o presente consiste de um passado, pois várias mudanças foram provocadas na paisagem do Bairro Santa Cruz. Elenca-se que em decorrência das mudanças caracterizadas pela expansão econômica da região foram implementados diversos pontos de comércio, escola, posto de saúde, serviços públicos que se efetivaram mediante a luta dos líderes comunitários. Desta forma a análise dos arranjos espaciais, no espaço do Bairro Santa Cruz, precisa ser compreendida na relação direta com os conceitos de paisagem, território e lugar, bem como as intencionalidades desencadeadoras da estruturação do espaço, sendo que a mesma apresenta características próprias, cuja identidade precisa ser compreendida em seu contexto de (re)produção histórica, cultural, política e econômica. Nesse viés, compete, ainda, investigar a influência da própria UNIVEL, enquanto instituição de ensino superior localizada nessa região, promovendo reflexões sobre os impactos e retornos á comunidade local.

PALAVRAS-CHAVES: Arranjos espaciais do Bairro Santa Cruz; Identidade cultural; Paisagem e Lugar

XII JORNADA CIENTÍFICA "EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E PÓS-MODERNIDADE"

EDITAL DA XII JORNADA CIENTÍFICA

2014

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3653 - Fax: (45) 3036-3638
http://www.univel.br – direito@univel.br

EDITAL nº 03/2014

A **Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel** – **UNIVEL** e o **Centro de Pesquisa e Extensão - CPE** tornam públicos o prazo de inscrição e as regras para submissão de trabalhos para a **XII JORNADA CIENTÍFICA**, com o tema "Educação, Tecnologia e Pós-Modernidade", que acontecerá nos dias **28 e 29 de outubro de 2014**, nas dependências da Instituição.

1 OBJETIVOS

A **XII JORNADA CIENTÍFICA** apresenta os seguintes objetivos:

a) apresentação de trabalhos, nas categorias de PAINEL e COMUNICAÇÃO ORAL;

b) apresentação de trabalhos por acadêmicos que já vêm desenvolvendo atividades de iniciação científica ou de extensão, inclusive de outras Instituições de Ensino Superior (IES);

c) apresentação de talentos artísticos e culturais de alunos e professores da UNIVEL; d) desenvolvimento da prática da comunicação oral pelos acadêmicos;

e) seleção de pesquisadores e participantes de projetos de extensão; e

f) intercâmbio de conhecimento e experiência entre palestrantes e ouvintes.

2 INSCRIÇÕES

As inscrições para a **XII JORNADA CIENTÍFICA** serão limitadas a 700 vagas.

2.1 PRAZOS E VALORES

As inscrições para a **XII JORNADA CIENTÍFICA** serão realizadas **de 24 de setembro a 10 de outubro de 2014.** Poderão se inscrever na **XII JORNADA CIENTÍFICA**: acadêmicos, professores e profissionais da UNIVEL e de outras Instituições de Ensino Superior.

O valor da inscrição é de R$ 25,00 (vinte e cinco reais) para acadêmicos e egressos da Univel e de R$ 30,00 (trinta e cinco reais) para acadêmicos de outras instituições e profissionais graduados e pós-graduados. O pagamento da inscrição deve ser feito pessoalmente na Tesouraria da UNIVEL**.**

Para o público externo o pagamento também poderá ser feito mediante depósito bancário, neste caso o participante deverá ligar para (45) 3036-3643 para obter as informações sobre os dados do Banco, como Conta e Agência.

São duas as modalidades de inscrição: ouvinte ou com apresentação de trabalho na categoria de comunicação oral e painel. A inscrição como ouvinte dá direito ao participante de assistir todas as palestras e trabalhos desenvolvidos durante a **XII JORNADA CIENTÍFICA**.

Todas as inscrições para apresentação de trabalho deverão ter um professor orientador devidamente identificado. O autor do trabalho deverá fazer sua inscrição no evento quando da submissão dos trabalhos.

2.2 INSCRIÇÃO PARA COMUNICAÇÃO ORAL

O apresentador deve entregar junto à ficha de inscrição uma cópia impressa do artigo e, ainda, enviar uma cópia digital para o e-mail: jornadacientifica@univel.br. O modelo de artigo encontra-se disponível em anexo nesse Edital e, também, na página do evento http://www.univel.br/jornadacientifica.php (ANEXO I).

2.3 INSCRIÇÃO PARA PAINEL

O apresentador deve entregar junto com à ficha de inscrição uma cópia impressa do resumo e, ainda, enviar uma cópia digital para o e-mail: jornadacientifica@univel.br. O modelo de Resumo encontra-se disponível em anexo nesse Edital (ANEXO II) assim como o modelo de Painel (ANEXO III). Ambos estão disponíveis, também, na página do evento http://www.univel.br/jornadacientifica.php.

3 CERTIFICADOS

Os candidatos inscritos terão direito a certificado de participação, desde que tenham a frequência mínima de 75% durante o evento. Os participantes com apresentação de trabalho recebem certificado específico após exposição de sua pesquisa, além do certificado da carga-horária de ouvinte.

4 NORMAS DOS TRABALHOS

Os trabalhos inscritos poderão ser em formato de resumos ou artigos completos, sendo que cada modalidade terá normas específicas, a saber.

4.1 RESUMO

Os resumos deverão conter no mínimo 500 palavras e no máximo 700 palavras; ser impressos em papel branco, tamanho A4 (210 x 297 mm), na cor preta (no Word: "automático"); a fonte a ser utilizada na digitação do texto é a Arial, tamanho 12. As margens devem obedecer às seguintes dimensões: superior e esquerda - 3 cm; direita e inferior - 2 cm; sem parágrafos, com formatação do texto justificada, ou seja, alinhada à esquerda e à direita; o espaçamento empregado entre linhas na composição do texto deve ser o médio (1,5); as citações de outras obras e as referências bibliográficas deverão obedecer às normas da ABNT.

O título deve ser escrito todo com letras maiúsculas, em negrito, logo abaixo do limite superior, centralizado; na linha abaixo, com um (01) espaço entre o título e centralizado, nome dos autores e professor orientador (quando for o caso) todos qualificados em nota de rodapé, com sua Instituição de origem, curso. É necessário destacar que os sobrenomes deverão estar em caixa alta. As palavras-chave (deverão ser três).

O modelo de Resumo consta no ANEXO II deste Edital.

4.2 ARTIGO

Os trabalhos no formato de Artigo Científico deverão conter Título, Resumo, Introdução, Desenvolvimento, Considerações Finais, Referências (Caixa alta, negrito). Texto em Arial 12; citações recuadas a 4 cm da margem, quando passarem de 3 linhas em Arial 10; as notas de rodapé também em Arial 10. O espaço entre linhas dos itens Resumo, Referências é simples; para o restante do texto o espaçamento deve ser 1,5. Antes e após os títulos e subtítulos o espaçamento deve ser um. Os artigos deverão conter de 8 a 12 páginas, com margens esquerda e superior de 3 cm e margens direita e inferior de 2 cm. O nome dos autores deve vir seguido de uma nota de rodapé que contenha o curso e instituição; o sobrenome deve estar todo em caixa alta.

5 SELEÇÃO E ACEITE DOS TRABALHOS PARA APRESENTAÇÃO

Os trabalhos inscritos serão analisados por uma Comissão Julgadora constituída de um Presidente e demais Membros, escolhidos entre os docentes da UNIVEL, pela Comissão Organizadora da **XII JORNADA CIENTÍFICA**, em número suficiente para atender às necessidades.

Por ocasião da submissão do trabalho, os autores deverão escolher uma dentre as áreas especificadas. A avaliação será realizada por sistema *Blind Review*, em que nenhum dos autores será identificado pelos pareceristas, em nenhuma fase do processo de apreciação. A Comissão avaliará os trabalhos, confirmando ou não sua aceitação, em caráter irrevogável, avaliando especialmente os seguintes pontos:

a) relevância do tema para a comunidade local e regional;
b) clareza na apresentação dos objetivos do trabalho;
c) metodologia utilizada;
d) organização e coesão do texto;
e) conteúdo do trabalho;
f) linguagem e redação do texto;
g) respeito às normas de submissão de trabalhos; e
h) possibilidade de continuidade do trabalho.

Os artigos serão apresentados na forma de Comunicação Oral e os resumos no formato de Painel.

Deverá ser entregue uma cópia impressa sem identificação dos autores.

Não serão aceitos, nem devolvidos para correção, trabalhos que não estiverem de acordo com as normas gerais para inscrição ou com as instruções para sua elaboração.

A divulgação dos trabalhos selecionados e do cronograma das apresentações será realizada no dia 20 de outubro de 2014, na página eletrônica da UNIVEL http://www.univel.br/jornadacientifica.php. e nos murais da Instituição.

A seleção para apresentação não garante a publicação nos anais, que será feita mediante aprovação pela banca examinadora.

6 APRESENTAÇÃO E EXPOSIÇÃO DOS TRABALHOS

Os autores dos trabalhos deverão comparecer ao local divulgado no dia e hora programado para a sua apresentação e deverão organizar sua exposição para que no máximo em dez (10) minutos explique(m) seu tema, objetivo(s), importância, argumentos e conclusões. Em seguida, será aberto tempo de cinco (5) minutos para eventuais questionamentos da platéia.

7 PUBLICAÇÃO DOS TRABALHOS

Os trabalhos devidamente selecionados serão publicados nos ANAIS do Evento no formato de CD-ROM. Para adequar a exigências de produção gráfica, a Comissão Cientifica do evento reserva o direito de modificar a forma de apresentação dos trabalhos.

8 DISPOSIÇÕES FINAIS

Os casos omissos serão de decididos pela Coordenação Geral do Evento e podem ser dirigidos pessoalmente ou por telefone (3036-3806) ou por e-mail (jornadacientifica@univel.br).

Cascavel, 24 de setembro de 2014.

Elaine Aparecida Wilges Kronbauer

Coordenadora do Centro de Pesquisa e Extensão da UNIVEL